Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

THAIS DE LOURDES CORREIA DE ANDRADE

**VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE: CAMINHOS
PERCORRIDOS NA GEOGRAFIA E CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS
REGIONAIS E AMBIENTAIS**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2018

THAIS DE LOURDES CORREIA DE ANDRADE

**VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE: CAMINHOS
PERCORRIDOS NA GEOGRAFIA E CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS
REGIONAIS E AMBIENTAIS**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Doutor em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosa Ester Rossini

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A553v ANDRADE, THAIS DE LOURDES CORREIA DE
 VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE:
 CAMINHOS PERCORRIDOS NA GEOGRAFIA E CONTRIBUIÇÕES AOS
 ESTUDOS REGIONAIS E AMBIENTAIS / THAIS DE LOURDES
 CORREIA DE ANDRADE ; orientadora ROSA ESTER
 ROSSINI. - São Paulo, 2018.
 326 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Nordeste Brasileiro. 2. Pensamento Geográfico.
 3. Questão Ambiental. 4. Questão Regional. 5.
 Interdisciplinaridade. I. ROSSINI, ROSA ESTER,
 orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): THAIS DE LOURDES CORREIA DE ANDRADE_____

Data da defesa: 29/01/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): ROSA ESTER ROSSINI_____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/03/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Manuel e Lourdinha Correia (in memoriam) que me incentivaram em todos os momentos da minha vida como estudante e, como profissional, sempre com palavras de carinho, de estímulo, de companheirismo e de retidão. Vocês tiveram um significado muito especial em minha vida.

Aos meus “Anjos” que como os dois anteriores não estão mais conosco: Rodrigo (meu filho), Sandra e Joaquim (in memoriam).

Às minhas filhas: Maria Manoela e Ana Flávia, minhas grandes incentivadoras e razões de minha vida.

AGRADECIMENTOS

- A Deus por sempre estar ao meu lado dando-me forças e coragem para que eu possa buscar e conquistar os meus sonhos, apesar das dificuldades enfrentadas nas grandes perdas que a vida me submeteu;
- À amiga, professora e orientadora Rosa Ester Rossini pelo conhecimento, estímulo, apoio e orientações a mim concedidas durante todo o período em que estive como aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - PPGH e, especialmente ao período em que estive residindo na cidade de São Paulo;
- Aos docentes do PPGH, aqui representados pelos professores Wagner Costa Ribeiro e Wanderley Messias da Costa pelo conhecimento, apoio, dedicação e ensinamentos transmitidos. Também, à professora Maria Mônica Arroyo pelo carinho demonstrado durante todo o período em que fiz parte do Laboratório de Geografia Política, Planejamento Ambiental e Territorial – LABOPLAN;
- À Universidade Federal de Pernambuco que, através de seus gestores me deu apoio para que eu pudesse me afastar das minhas atividades acadêmicas e de gestão para realização do Doutorado na Universidade de São Paulo;
- Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pelo apoio recebido durante todo esse período em que estive afastada para realização do Doutorado;
- Aos professores e colegas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de Geografia da USP, em especial aos que fazem o LABOPLAN, pelo convívio, carinho e acolhimento durante todo o período que aí estive desenvolvendo as minhas atividades;
- À Ana Elisa, funcionária e colega de profissão que com a sua dedicação esteve sempre presente a nos apoiar e auxiliar com informações necessárias para o bom desenvolvimento de nossas atividades;
- Às amigas Rosalva Santos, Vanice Selva, Jaci Câmara, Silvana Moreira, Darcy Vieira pela eterna amizade, apoio, estímulo e compreensão demonstrados nos períodos de ausência pelo meu envolvimento nos trabalhos de elaboração da Tese. Em especial, à Aldemir Barbosa (in memoriam) uma das grandes incentivadoras para que eu fizesse esse Doutorado;

- Às amigas Lúcia Lirbório e Priscila Miranda, ex-alunas e orientandas na Graduação, hoje Doutora e, Doutoranda, respectivamente, com quem eu pude contar em algumas ocasiões difíceis da minha vida;
- Aos funcionários da Secretaria do FFLCH pela dedicação, apoio e disposição em sempre manter informados e auxiliar os alunos dessa Pós-Graduação;
- Aos meu pais, Manuel e Lourdinha (in memoriam) que sempre representaram a minha vida, a minha luz, sempre me incentivando e orientando para o caminho correto, de respeito ao próximo e de honestidade que venho percorrendo desde os meus primeiros passos;
- Ao meu Rodrigo, filho que pouco tempo de convívio me foi dado para estar com ele. Acredito que sendo um espírito iluminado não poderia passar muito tempo nesse mundo. Agradeço a Deus por ter me escolhido para ser a mãe dessa estrela, desse anjo que tive a oportunidade de conhecer, amar e conviver mesmo por poucos anos;
- Às minhas filhas Maria Manoela e Ana Flávia sem as quais a minha vida não tinha nenhuma razão de ser;
- À Lua, companheira de todos os momentos e que sempre esteve ao meu lado quando eu me encontrava trabalhando e realizando as minhas pesquisas. Jamais irei esquecer esse apoio que recebi;
- A Flávio Sampaio pelo apoio e busca de documentos para consulta que utilizei quando da realização da Tese;
- Às minhas tias e tios pela força que me deram para que eu fosse em busca de um sonho, especialmente, tia Livany e seus filhos que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, me apoiando, preocupados com a distância em que me encontrava de casa. Apoio, também foi dado por tia Livany à minha filha Manoela que além das suas atividades, ainda assumiu as atividades que me eram inerentes;
- Aos professores Wagner Ribeiro e Wanderley Messias da Costa pelas críticas e sugestões realizadas quando do meu Exame de Qualificação e que foram de grande importância no momento de realização da Tese;
- Finalizando, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa Tese de Doutorado e que, por um lapso não foram efetivamente nomeados nessa lista de Agradecimentos.

A vida de um homem é uma luta e o trabalho do geógrafo é um combate que tanto pode ser derredor coisas fátuas, sem valor, ou pode ser por algo mais importante, como a dignidade do homem.

(SANTOS, Milton, 2000)

RESUMO

O interesse em trabalhar nessa Tese, o estudioso da geografia pernambucana, Manuel Correia de Andrade é resultado da nossa inquietação em resgatar um pouco da trajetória de vida do cientista pernambucano que, com seus 84 anos de existência dedicou grande parte de sua vida às ciências sociais, contribuindo na formação do pensamento geográfico e para o conhecimento de seu país e de sua região, o Nordeste brasileiro. Sendo natural de Vicência, município que compõe o Vale do Siriji, procurou-se inicialmente fazer uma abordagem desse Vale, no que tange ao processo histórico de exploração e ocupação de suas terras com a cana de açúcar, os engenhos e, as usinas, salientando as novas territorialidades existentes, junto à cana ou mesmo em substituição da mesma. Em seguida, situou-se, nesse Vale, Jundiá, engenho onde nasceu o estudioso. O trabalho salienta a vida desse pesquisador no engenho e, como ter nascido em uma família da aristocracia açucareira teve influência no caminho por ele trilhado ao longo de sua vida profissional e acadêmica. A postura que assumiu durante toda a sua vida reflete o rompimento que houve do geógrafo com aquelas ideias vigentes na estrutura dominante na sociedade do açúcar e do poder. Foi realizada análise documental de grande parte de sua obra através do método de pesquisa de Paul Thompson a fim de destacar a contribuição dada por ele à geografia em algumas áreas que foram objeto de suas preocupações e conseqüentemente eram das mais estudadas e discutidas em suas obras e atividades acadêmicas: a questão ambiental e a regional.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade. Geografia. Nordeste Brasileiro. Pensamento Geográfico. Questão Ambiental. Questão Regional.

ABSTRACT

The reason in taking as subject of this thesis Manuel Correia de Andrade, a scholar in the geography of Pernambuco, is the the concern of this researcher to recover a little of the life trajectory of this Pernambuco scientist who, along his 84 years of existence, dedicated much of his life to the social sciences, having contributed for the formation of the geographic thought and for the knowledge of his country and of his region, the Brazilian Northeast. As Andrade is a native of Vicência, a municipality that composes the Siriji Valley, this study initially sought to describe this valley including the historical process of exploring and occupying its lands with sugarcane, sugar mills and mills. On that occasion, the new territorialities that were formed because of the sugarcane plantation or even in substitution of it were highlighted. Next, the Jundiá mill was presented, where the scholar was born. This work emphasizes the life of this researcher in the sugar mill and the fact that as being born in a family of the sugar aristocracy had influence in the way he has traveled throughout his professional and academic life. The attitude he has taken throughout his life reflects the breakdown of the geographer with those ideas prevailing in the dominant structure in the sugar and power society at that time. As a methodology, a documentary analysis of a large part of his work was done through Paul Thompson's research method. The purpose was to highlight the contribution made by the scholar to Geography in areas that were the subject of his concerns and, consequently, more studied and discussed in his works and academic activities: the environmental and regional issues.

Key words: Manuel Correia de Andrade. Geography. Brazilian Northeast. Geographic Thought. Environmental Issue. Regional Issue.

RÉSUMÉ

L'intérêt de travailler sur cette thèse, Manuel Correia de Andrade, spécialiste de la géographie du Pernambouco (Brésil), est le résultat de notre souci de retrouver un peu de la trajectoire du scientifique de Pernambuco qui, avec ses 84 années d'existence, a consacré une grande partie de sa vie aux sciences sociales, contribuant à la formation de la pensée géographique et à la connaissance du pays et de sa région, le nord-est brésilien. Étant originaire de Vicência, une municipalité qui compose la vallée de Siriji, on a commencé par décrire cette vallée, en relation avec le processus historique d'exploration et d'occupation de ses terres par des canne à sucre, des sucreries et les engenhos, en soulignant les nouvelles territorialités existantes, à côté de la canne à sucre ou même par son remplacement. Puis, dans cette vallée a été fondé Jundiá, le engenho où il est né. Cette thèse met en évidence l'influence de sa vie au engenho et en famille de l'aristocratie sucrière, sur le chemin suivi pour sa vie professionnelle et universitaire. Sa façon d'être, de penser et agir depuis son enfance ont contribué pour la rupture du géographe avec les idées en vigueur dans la structure dominante de la société sucrière et du pouvoir. Une analyse documentaire d'une grande partie de son travail a été réalisée à l'aide de la méthode de recherche de Paul Thompson afin de mettre en évidence la contribution qu'il a apportée à la géographie dans des domaines qui faisaient l'objet de ses inquiétudes et, par conséquent, étaient les plus étudiés et discutés dans ses œuvres littéraires et activités académiques: Les enjeux environnementaux et régionaux.

Mots-clés: Manuel Correia de Andrade. La géographie. Nord-est du Brésil. Pensée géographique. Problèmes environnementaux. Problème régional.

LISTA DE SIGLAS

AFCP	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGETEO	Associação de Geografia Teorética
ANA	Agência Nacional de Águas
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEHIBRA	Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo de Mello Franco de Andrade
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
COAF	Cooperativa do Agronegócio dos Associados da Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (1965/1975)
CONDEPE	Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAM	Centro Regional de Administração Municipal
CRC	Companhia de Revenda e Colonização
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAFIRE	Faculdade de Filosofia do Recife
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GEPA	Grupo Executivo de Produção de Alimentos

GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa
Habitat III	Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Sustentável
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICID + 18	Segunda Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IHEAL	Institut Des Hautes Études De L'Amérique Latine
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PC	Partido Comunista
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PST	Partido Social Trabalhista
SINDAÇUCAR - PE	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de-Pernambuco

SAG	Sistema Aquífero Guarani
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SSR	Serviço Social Rural
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI	União Geográfica Internacional
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
VALEEXPORT	Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Capitânicas Hereditárias destacando Pernambuco e Itamaracá.	36
Mapa 2 - Divisão do Espaço Pernambucano em Regiões Naturais.	210
Mapa 3 - As Regiões Fitogeográficas de Pernambuco.	211
Mapa 4 - Zonas Fisiográficas de Pernambuco.	211
Mapa 5 - As Microrregiões Homogêneas.	213

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Vale do Siriji.	31
Figura 2 - Serra do Mascarenhas, no Engenho Jundiá, Vicência - PE.....	32
Figura 3 - Rio Siriji em Vicência – PE.....	33
Figura 4 - Restos de Mata Atlântica na Serra do Mascarenhas - PE.	35
Figura 5 - Engenho Poço Comprido – Vicência – PE.....	49
Figura 6 - Engenho Jundiá – Vicência – PE.....	50
Figura 7 - Casa Grande do Engenho Jundiá – Vicência – PE.....	51
Figura 8 - Capela anexa a casa grande – Vicência – PE.	57
Figura 9 - Voo de Asa Delta, em Jundiá – Vicência – PE.	58
Figura 10 - Carteira da inscrição de matrícula de Joaquim Correia Xavier de Andrade.....	59
Figura 11 - Lançamento do livro A Terra e o Homem no Nordeste (1963).....	139
Figura 12 - Nordeste - Divisão Natural.	151
Figura 13 - Regiões Geográficas do Nordeste.	152
Figura 14 - A Terra e O Homem no Nordeste, um dos Cem Livros do Século XX. .	167
Figura 15 - Ginásio Pernambucano – Recife – PE.....	171
Figura 16 - Livros didáticos da década de 1950.....	176
Figura 17 - Livros didáticos da década de 1960.....	176
Figura 18 - Livros didáticos da década de 1980.....	178
Figura 19 - Tese apresentada em concurso para a Cátedra de Geografia Geral. ..	181
Figura 20 - Tese apresentada em concurso para a Cátedra de Geografia Econômica.	184
Figura 21 - Regiões de Desenvolvimento - RD.	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - O VALE DO SIRIJI E OS ENGENHOS DE AÇÚCAR: O ENGENHO JUNDIÁ.....	31
1.1 OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO VALE DO RIO SIRIJI: O ONTEM E O HOJE	31
1.2 MANUEL CORREIA DE ANDRADE, O HOMEM DE JUNDIÁ	50
CAPÍTULO 2 - A VINDA PARA O RECIFE: A BUSCA PELA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	59
2.1 OS ESTUDOS NO LICEU PERNAMBUCANO E NO INSTITUTO CARNEIRO LEÃO	59
2.2 O SONHO E A OPÇÃO PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O DIREITO E A GEOGRAFIA E HISTÓRIA	60
CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, NO BRASIL.....	66
CAPÍTULO 4 - A GEOGRAFIA EM PERNAMBUCO	117
4.1 MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A GEOGRAFIA PERNAMBUCANA – A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE.....	136
CAPÍTULO 5 - CAMINHOS PERCORRIDOS COMO PROFISSIONAL DO DIREITO E DA GEOGRAFIA	170
5.1 ATUAÇÃO NO DIREITO.....	170
5.2 O ENSINO SECUNDÁRIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA E OS LIVROS DIDÁTICOS	170
5.3 A ATUAÇÃO COMO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR E PESQUISADOR.....	180
CAPÍTULO 6 - O ESTUDIOSO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E A APLICAÇÃO SISTEMÁTICA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO AOS ESTUDOS REGIONAIS	187
6.1 O GOVERNO DE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR E O GRUPO EXECUTIVO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS – GEPA.....	195

6.2 OS ESTUDOS NA SORBONNE E A INFLUÊNCIA DE FRANÇOIS PERROUX E JACQUES BOUDEVILLE NA APLICAÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	201
6.2.1 A aplicação da Teoria dos Polos em Pernambuco: a passagem de Manuel Correia de Andrade pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE	209
6.3 A PASSAGEM PELA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO: O CEHIBRA	224
6.4 A VOLTA À UFPE E À CÁTEDRA GILBERTO FREYRE.....	228
CAPÍTULO 7 - A QUESTÃO AMBIENTAL VISTA NA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	268
REFERÊNCIAS.....	272
APÊNDICES	295
APÊNDICE 1 INDICADORES UTILIZADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE POLOS EM PERNAMBUCO	295
APÊNDICE 2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE REPRESENTADA PELOS LIVROS E OPÚSCULOS ESCRITOS, NO PERÍODO 1952 A 2007	310

INTRODUÇÃO

A ideia de trabalhar Manuel Correia de Andrade advém da inquietação que não é de hoje, em tentar resgatar um pouco da trajetória de vida de um cientista pernambucano que durante a segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI, com seus oitenta e quatro anos de existência dedicados às Ciências Humanas e Sociais, contribuiu na formação do pensamento geográfico e, para o conhecimento de seu país, de sua região: o Nordeste brasileiro e, de seu Estado.

Manuel Correia de Andrade estava sempre a chamar atenção para o fato de que via a Geografia em sua totalidade, como uma unidade, e que apesar das várias especificidades existentes no seu conhecimento científico, ela, a exemplo de outras ciências sociais e, nessa classificação ela estava incluída, são uma só. Afirmava que:

[...] não existem várias ciências sociais, mas apenas uma, que, por contingências filosófico-políticas e por necessidade de especialização, foi dividida em uma série de ciências. Os limites que as separam são muito tênues, muito difíceis de ser precisados, havendo áreas do conhecimento para as quais convergem os quadros das várias ciências (ANDRADE, 2008, p. 23).

Carvalho (2014) comentava que Andrade era crítico no que se relacionava à fragmentação das ciências sociais. Para ele elas eram uma só. Dizia:

[...] é uma só e se encontra dividida em vários setores apenas para efeito de especialização; especialização que vem sendo muito estimulada na sociedade capitalista, a fim de formar técnicos que entendam cada vez mais de um setor menor, mais estreito, e que se tornem consequentemente, mais eficientes, do ponto de vista operacional, mas percam a visão da totalidade e tenham menos atenção e preocupação com o social (ANDRADE, 1981, p. 9 apud CARVALHO, 2014, p. 10).

Disse Carvalho (2014), em artigo intitulado *Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste* que ele,

Na construção de sua obra, ainda nos anos 1950, [...] se distancia dos geógrafos clássicos ao assumir as contribuições de outros campos do conhecimento (CARVALHO, 2014, p. 10).

Andrade em determinado momento quando em entrevista concedida a Leite (2000), se referia à questão da separação entre as ciências ao responder à pergunta feita pelo entrevistador relacionada ao fato de ser ele marxista.

Eu tenho uma formação marxista e, como tal, não entendo uma separação rígida entre várias ciências sociais. Para mim, há uma ciência social que tem enfoques diferentes. Mas a ciência é a mesma [...] (ANDRADE, 2000b, s/p. apud LEITE, 2000, s/p.).

Chamava atenção para a situação em que se encontrava a Geografia frente às outras ciências.

No caso da Geografia, a situação é mais grave; estudando as relações entre a sociedade e a natureza, ela tem áreas em comum com os dois grandes grupos científicos, e se o espaço é produzido e reproduzido pela sociedade, a Geografia tem grande aproximação com as mais diversas ciências sociais; se analisa a intervenção desta sociedade na natureza, tem naturalmente a necessidade de manter contatos, de trocar conhecimento e experiências com muitas das ciências ditas naturais. Ao usar técnicas modernas, divulgadas pelas ciências ditas exatas, a Geografia necessita manter contatos com as chamadas ciências exatas (ANDRADE, 2008, p. 23-24).

Para ele, essas relações mantidas com as ciências naturais, as ciências sociais e as ciências exatas poderiam levar a Geografia a um problema que seria o da sua própria identidade. Citando Vallaux (2008) dizia que essa situação poderia fazer “com que autores conceituados afirmem ora a dualidade da Geografia, ora até a existência não de uma, mas de diversas ciências geográficas” (VALLAUX, 1929, s/p. apud ANDRADE, 2008, p. 24).

A importância de Manuel Correia de Andrade se deve à atuação que teve, como professor, pesquisador e escritor para as Ciências Humanas e Sociais, e, ao legado deixado através de suas obras para as gerações que vieram depois dele.

Acredita-se ser necessário, aqui, fazer uma menção que, na verdade é um esclarecimento, a respeito desse Manuel que aparece nos textos por ele produzidos ou em outros elaborados por outros pesquisadores, grafado ora com a letra “o” ora com a letra “u”. Trata-se do mesmo profissional que apesar de ter sido registrado como Manoel, em sua Certidão de Nascimento e, posteriormente, na Certidão de Casamento, aparece muitas vezes em seus trabalhos e, na sua assinatura como

Manuel. Achou-se por bem fazer esse esclarecimento, pois muitas eram as pessoas que indagavam a respeito deste assunto.

Algumas foram as áreas objeto de seus estudos e preocupações, tais como: agrária, ambiental, regional, geopolítica, econômica. Nesta Tese, procurou-se trabalhar duas dessas, a questão ambiental e a questão regional.

Sabe-se da importância que ele teve, na abordagem feita em suas aulas, pesquisas e livros sobre a questão agrária, defensor que sempre foi da necessidade para o país, de uma reforma agrária. Para ele grande parte dos problemas sociais existentes no Brasil estava relacionada à estrutura agrária dominante, à concentração de terras e de renda. Essa mudança na estrutura agrária passaria não apenas por alterações na estrutura fundiária, mas também, em questões como, o acesso do pequeno agricultor ao crédito, à assistência técnica e agrônômica, às facilidades para escoamento da produção, à comercialização agrícola. Manuel Correia estava sempre enfatizando através de sua fala e, de seus escritos que uma reforma agrária não se fazia apenas através de uma política voltada para a estrutura fundiária, mas para a estrutura agrária como um todo.

Na Tese procurou-se explorar como já mencionado, duas outras preocupações de Andrade, a regional e a ambiental. Optou-se em não trabalhar, nesse momento, a questão agrária pelo fato de, como era muito conhecido como o “geógrafo agrário” essa temática foi ao longo dos anos, bastante explorada por pesquisadores em Artigos, Monografias, Dissertações e Teses. Achou-se por bem trabalhar esses novos veios de sua preocupação. Novos, não no sentido de terem sido temas abordados por ele nos últimos anos da sua existência, porque estes estiveram presentes, também, desde o início de sua vida profissional.

Salienta-se a conotação diferente que foi dada à abordagem sobre a questão regional em Manuel Correia de Andrade quando a ela não se dedicou apenas um Capítulo específico. Ao longo da pesquisa feita sobre essa sua preocupação, percebeu-se como era difícil separar o autor da questão regional uma vez que esta estava presente em quase todos os seus trabalhos e atividades desenvolvidas. Por conseguinte, em quase todo o decorrer da Tese é feita menção ao regional. Exemplo disso é a abordagem realizada no momento em que se tratou sobre a política de Aménagement du Territoire, sobre a Política de Polos de Desenvolvimento ou mesmo na análise sobre *A Terra e o Homem no Nordeste*.

O interesse em estudá-lo se deve à dinamicidade que deu à sua vida, dedicada à leitura, à pesquisa, à solução dos problemas geosocioeconômicos do seu país, sempre preocupado em formar e encaminhar gerações.

Assim, estabeleceu-se como objetivo de trabalho, analisar a vida e obra de Manuel Correia, os caminhos percorridos na Geografia e, através da sua atuação e da sua produção científica, a contribuição dada aos estudos ambientais e regionais no Brasil.

Ao se ler Manuel Correia se percebe a sua formação interdisciplinar e, até mesmo um conhecimento multidisciplinar, necessário a quem estava sempre preocupado com o global, com o ser humano como um todo e, com seus problemas que necessitavam ser solucionados. Seus estudos foram buscar não apenas na Geografia, na Sociologia, na Economia, mas também na História, na Ecologia, nas Ciências Políticas e no Direito, as explicações para os fatos.

Propõe-se, também, como objetivos específicos, resgatar a trajetória de vida acadêmica e profissional do cientista social Manuel Correia de Andrade; observar a preocupação existente em seus escritos, com as questões da interdisciplinaridade; examinar dentro do contexto de algumas das suas obras que se reportam às questões ambiental e regional brasileiras, os principais problemas identificados pelo autor e possíveis soluções apontadas; investigar a participação que teve o geógrafo na disseminação de suas ideias para solução de problemas nacionais e da região Nordeste.

Enfatiza-se a atualidade do seu pensamento, das ideias trabalhadas em seus escritos, como temas que continuam sendo objeto de preocupações até hoje. São problemas como a fome, a pobreza, a miséria que perduram em função da má distribuição de renda; no caso da fome, ela ocorre não pela inexistência do alimento, mas pela falta do recurso para adquiri-lo. Como uma política de combate à fome, à pobreza e à miséria envolve uma série de iniciativas e, na maioria das vezes apenas algumas são implementadas, o resultado obtido está longe de alcançar o objetivo desejado. Por sua vez, se continua a conviver com uma série de questões ambientais que estão sempre a se agravar, a exemplo do problema da água, a sua existência e a sua qualidade que ao mesmo tempo é uma questão ambiental e da geopolítica. Esse quadro já justifica o empenho de se trazer as preocupações de Manuel Correia à tona, pois como se sabe é importante uma análise histórica dos mesmos, pois não se pode esquecer o chamado “tempo trípico” termo criado e a que

se referia sempre Gilberto Freyre. Os fatos que ocorrem hoje são uma consequência do passado e as políticas para solucioná-los estão relacionadas a esses dois momentos anteriores.

Justifica-se, também, o interesse em trabalhar as ideias e a produção científica de Manuel Correia, pois apesar de se viver, hoje, em pleno século XXI, ainda se convive com o entusiasmo por parte de pessoas por determinados Cursos Superiores onde ainda permanecem a Medicina, o Direito, a Engenharia, ao lado de novos Cursos, a exemplo daqueles da área da Tecnologia, da Computação, sem que o mesmo ocorra pelos Cursos da área das Humanas. Essas pessoas não formam um grupo específico, mas estão presentes em diferentes níveis de escolaridade e de renda. Muitas vezes surgem questionamentos, como: o que faz a Geografia? Para que ela serve? Ela tem alguma importância? Ainda mais no contexto em que reformas do ensino pretendem suprimir ou diminuir a importância dessa Ciência.

Assim, torna-se imprescindível para professores e educadores, trabalhar a Geografia chamando atenção para profissionais que foram expoentes nessa ciência e que tanto se dedicaram e atuaram através de diversas atividades em prol de um bem comum que é o do desenvolvimento da sociedade, do cidadão brasileiro. No universo de conhecimento que se tem quantos profissionais dessa área se dispuseram a colocar a sua vida a serviço dessa ciência?

A obra de Manuel Correia é reconhecida como das mais importantes contribuições para o estudo das questões agrária, econômico-sociais, geopolíticas, regionais e ambientais derivadas da forma como ocorreu o processo de ocupação e uso do solo do espaço brasileiro e nordestino, da grande concentração fundiária e da concentração de renda existentes no país. Entre livros e opúsculos publicou mais de cem títulos, fora artigos para revistas científicas, nacionais e internacionais. Destaque, também, para a contribuição dada aos domingos com artigos sobre diferentes temas publicados na página Opinião, do Jornal do Comércio, desde 1995.

Em função de sua formação de geógrafo e historiador contribuiu com seus escritos nessas duas áreas. Mas, na verdade, como já se teve oportunidade de salientar, seus livros tinham uma característica: a interdisciplinaridade. Trabalhava ao mesmo tempo com a Geografia, a História, a Economia, a Sociologia, a Geopolítica, o Meio Ambiente.

O reconhecimento a sua obra pode ser aferido pelas referências feitas por cientistas sociais de expressão, como: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Milton Santos e, a própria Câmara Brasileira do Livro quando escolheu em 2000, *A Terra e o Homem no Nordeste* como um dos cem livros brasileiros mais importantes do Século XX.

Para desenvolvimento da Tese se recorreu à análise documental da sua obra através do método de pesquisa de Paul Thompson (1992), buscando através de seus recursos, atingir os objetivos a que a mesma se propõe.

Manuel Correia desenvolvia em seus trabalhos, o método dialético procurando partir da gênese dos problemas, analisando as suas causas e consequências para a compreensão do presente, propiciando análise concreta de situações concretas.

Carvalho (2014) citando Kosik, sobre a concepção metodológica contida em sua obra, dizia que:

Manuel Correia refletindo sua aproximação com o marxismo, incorporava elementos da análise dialética para a qual o concreto ou a realidade, não são apenas todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, e sim, a estrutura significativa para cada fato, a totalidade (KOSIK, 1995 apud CARVALHO, 2014, p. 10).

A Tese foi desenvolvida obedecendo as seguintes etapas: levantamento, seleção, leitura e fichamento do material bibliográfico representado pelas obras do autor e de autores da Geografia e de áreas afins que tenham trabalhado as temáticas investigadas por ele e/ou correlatas e que serviram para o alcance dos objetivos da pesquisa; trabalho de campo quando foram aplicadas entrevistas com pessoas que de alguma forma tiveram contato com ele: professores, alunos, orientandos e familiares de modo que se pudesse ampliar as informações para análise das obras e da sua vida; levantamento de entrevistas escritas realizadas por diferentes pesquisadores com Manuel Correia vez que essas entrevistas expressavam o seu pensamento e a sua produção científica; análise e tratamento das informações e dados da investigação.

A Tese está estruturada em sete Capítulos, aqui apresentados:

Capítulo 1 – O Vale do Siriji e os Engenhos de Açúcar: o engenho Jundiá.

O objetivo desse Capítulo é realizar um resgate histórico do processo de ocupação e exploração dos recursos, no Vale do Siriji, salientando a importância que teve a cana-de-açúcar nesse processo; o surgimento dos engenhos banguês e, posteriormente das usinas. É trabalhado, também, o momento anterior a esse de ocupação com a cana-de-açúcar quando o Vale foi alvo da exploração do pau-brasil momento em que os exploradores avançaram do litoral para o interior, atingindo a Mata Seca, habitat natural da madeira fornecedora da tinta tão demandada no mercado europeu. A partir dos engenhos banguês, destacou-se o engenho Jundiá que, no século XVIII passou a fazer parte da história da família de Manuel Correia de Andrade. A ocupação e uso da terra no Vale do Siriji são trabalhados com a preocupação de mostrar o ontem e, o hoje através de novas territorialidades ali encontradas. Em outro momento é vista a relação do autor com Jundiá e com as pessoas com quem convivia. Resgatou-se, através das entrevistas por ele concedidas ao longo de sua vida, bem como as realizadas com seus irmãos, as lembranças da infância vivida no engenho e do aprendizado das primeiras letras também realizado em Jundiá.

Capítulo 2 – A Vinda para o Recife: a busca pela sua formação profissional.

Esse Capítulo trata da trajetória do menino de engenho que, aos 10 anos de idade deixa sua terra natal para vir para a capital a fim de dar continuidade aos seus estudos iniciados no próprio engenho e em uma escola pública em Vicência. Outro ponto de destaque é a sua opção quando estava prestes a entrar em um curso superior, pelo Direito uma vez que apesar do seu sonho ser enveredar em um Curso na área das Ciências Humanas e Sociais e, como na época ainda não existia o Curso de Geografia e História, veio a escolha pelo Direito pelo fato de ser o que mais se aproximava do que pretendia. A vida na Faculdade de Direito, o aprofundamento dos estudos e de leituras em diferentes áreas do conhecimento, o contato com novos autores, a militância política quando participou de movimentos em pró dos aliados, na Segunda Guerra Mundial e, contra Getúlio Vargas durante o Estado Novo são preocupações presentes nesse Capítulo. Ao final do mesmo, objetivou-se trabalhar com o momento de inserção do agora advogado no mercado de trabalho e com a realização do seu sonho quando ainda aluno daquela Faculdade é criado o Curso de Geografia e História, e ele soma ao Curso de Direito, fazer, também, Geografia e História.

Capítulo 3 – Evolução Histórica da Institucionalização da Geografia Brasileira e as Contribuições ao Desenvolvimento da Ciência, no Brasil.

O objetivo do Capítulo é contextualizar sobre a institucionalização da Geografia brasileira, abordando, antes, um pouco da história da evolução do conhecimento geográfico, a partir da segunda metade do século XIX, momento em que a Geografia veio a se tornar uma ciência autônoma. Chama-se atenção, também, para as contribuições dadas ao conhecimento geográfico antes mesmo que a Geografia viesse a se tornar uma Ciência. Uma dessas contribuições trabalhadas foi a dos cronistas e viajantes, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Outro ponto que foi objeto de destaque foi aquele relacionado à Geografia Científica brasileira ter surgido nas primeiras décadas do século XX, graças à influência das Escolas Alemã e Francesa, de Ratzel e de La Blache, respectivamente. Foi dado destaque, também, à importância para o desenvolvimento dessa Geografia, a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Outro realce dado nesse Capítulo foi a contribuição dada por Manuel Correia de Andrade e, por outros geógrafos à evolução do pensamento geográfico. Destaque, também, às correntes do pensamento geográfico e, às perspectivas da ciência para o século XXI.

Capítulo 4 – A Geografia em Pernambuco.

Nesse Capítulo a preocupação está voltada para a Geografia em Pernambuco, para a participação que teve profissionais não geógrafos que em seus estudos desenvolveram temáticas relacionadas a assuntos de interesse da Geografia e do meio ambiente. Além da participação desses estudiosos procurou-se identificar a participação de geógrafos, entre eles, Manuel Correia de Andrade, dando destaque a um de seus livros, *A Terra e o Homem no Nordeste*. O destaque nesse Capítulo a esse livro se deu em função da autoria do mesmo, apesar de se saber do raio de alcance que teve e que tem *A Terra e o Homem no Nordeste* e do conteúdo por ele abordado, sendo um livro que extrapolou fronteiras. Nesse Capítulo, a exemplo do que foi realizado no Capítulo da Geografia Brasileira se procurou trazer um pouco da evolução do conhecimento geográfico no Brasil e, em Pernambuco por meio de uma análise histórica de sua origem e de seu

comportamento no país e, no Estado. Não se propôs como objetivo realizar um estudo da evolução da Geografia fazendo uma retrospectiva do período correspondente ao século XIX e, no caso de Pernambuco, ao século XX quando esta se tornou uma ciência, até os dias atuais. Assim, a abordagem sobre toda essa evolução não foi realizada com maior profundidade uma vez que fugia aos objetivos dessa Tese.

Capítulo 5 – Caminhos Percorridos como Profissional do Direito e da Geografia.

O Capítulo se propõe a estudar a atuação de Manuel Correia de Andrade na área do Direito, como advogado trabalhista e, como professor de Geografia e História, no ensino Secundário, em vários colégios particulares de Recife. Outra abordagem vista no Capítulo diz respeito ao momento em que ele resolve se afastar das atividades advocatícias passando a se dedicar ao magistério Secundário e, a escrever, junto com o professor Hilton Sette, um conjunto de livros didáticos para o ensino ginásial, técnico em contabilidade, história, etc. que foram adotados durante várias décadas, nas escolas pública e particular. Mostrar-se-á também, seu interesse de escrever e coordenar uma equipe composta por professores e técnicos das áreas de Geografia, Engenharia Cartográfica e Economia para juntos elaborarem livros paradidáticos. O Capítulo destaca, ainda, o ingresso do autor no ensino Superior quando teve oportunidade de se dedicar ao ensino e à pesquisa.

Capítulo 6 – O Estudioso da Ciência Geográfica e a Aplicação Sistemática do Conhecimento Geográfico aos Estudos Regionais.

O objetivo do Capítulo é trabalhar a contribuição dada por Andrade à Geografia Aplicada, por meio da utilização dos seus conhecimentos geográficos quando da sua atuação no Governo de Miguel Arraes de Alencar. Outro ponto que mereceu destaque foi aquele do seu afastamento do país para a França, quando teve a oportunidade de realizar cursos e desenvolver estudos com mestres geógrafos e economistas. Entre esses estudos, salientam-se o da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e os de Aménagement du Territoire. Em um outro momento do Capítulo é trabalhada a questão da aplicabilidade sistemática do conhecimento geográfico marcada pela sua passagem pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) quando realizou proposta de criação de metodologia para aplicação daquela Teoria de Pólos aos espaços brasileiro e pernambucano. A

finalização do Capítulo se reporta a sua passagem pela Fundação Joaquim Nabuco, mais precisamente no Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo de Mello Franco de Andrade (CEHIBRA), como gestor e pesquisador e, pelo seu retorno à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), dirigindo a Cátedra Gilberto Freyre, desenvolvendo suas pesquisas para o CNPq e orientando alunos, não só da Geografia, mas de outras Ciências Sociais.

Capítulo 7 – A Questão Ambiental vista na Obra de Manuel Correia de Andrade.

Contextualizou-se, nesse Capítulo, a contribuição dada por Manuel Correia de Andrade através dos seus livros, artigos e opúsculos ao pensamento ecológico e sua preocupação com a defesa do meio ambiente e da preservação dos recursos naturais. Esses documentos foram previamente escolhidos e, quando possível, levou-se em consideração o ano da publicação da primeira edição, afim de que se pudesse identificar o momento a partir do qual surge o interesse do pesquisador e escritor, pela temática. Por sua vez, outro aspecto que levou a selecionar esses livros foi aquele que diz respeito à escala espacial trabalhada: local – o Estado de Pernambuco, regional – o Nordeste brasileiro, nacional – Brasil e suas regiões geográficas e mundial. Procurar-se-á identificar os principais problemas ambientais nessas escalas espaciais, relacionando-os a outras temáticas, também de interesse do autor, a exemplo da geopolítica e da questão agrária. Ao mesmo tempo em que for realizada essa análise, procurar-se-á trazer aquelas questões trabalhadas por Manuel Correia, naquele momento, à realidade de hoje afim de se verificar que, muitos daqueles problemas estudados por ele são problemas atuais e que, muitas vezes foram agravados. Por sua vez, salienta-se no Capítulo que Manuel Correia não estava preocupado apenas em apontar os problemas existentes, mas também em indicar soluções para minimizá-los ou mesmo erradicá-los.

O fechamento da Tese será feito com as Considerações Finais e dois Apêndices.

Assim, é de suma importância o resgate da vida, da obra e da contribuição dada por esse pesquisador à Geografia do Brasil, da região Nordeste e, de seu Estado, Pernambuco.

Esse resgate é feito também por intermédio dos seus livros, artigos, capítulos de livros, plaquetes e outros escritos que ao lado de outras publicações de autores diversos e de institutos de pesquisas compunham a sua biblioteca pessoal.

Hoje, esse acervo foi doado pela família realizando assim, o desejo de Manuel Correia de Andrade, que deixou registrado em seu Diário do ano de 2007 a sua vontade de que seu acervo fosse doado ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo quando do seu falecimento.

Amoroso e Iumatti (2015) em artigo sobre *A Construção de uma Biblioteca na Trajetória de Manuel Correia de Andrade* publicado na Revista do IEB salientam:

Em 2014, o Instituto de Estudos Brasileiros da USP recebeu em doação a biblioteca do intelectual Manuel Correia de Andrade (1922-2007). Trata-se de um acervo bibliográfico e arquivístico composto de mais de 45 mil itens, coletados ao longo de uma vida de intensos estudos dedicados, particularmente, ao conhecimento da região Nordeste (AMOROSO; IUMATTI, 2015, p. 199).

Na opinião dos pesquisadores,

A Biblioteca e o Arquivo de Manuel Correia de Andrade datam de momentos distintos da trajetória do intelectual, sendo que a primeira antecede no tempo as práticas de sistematização do Arquivo pessoal. Com efeito, a Biblioteca começou a ser reunida nos anos 1930 – no momento em que o adolescente passou a residir no Recife e a cursar a escola regular, utilizando o dinheiro das semanadas que recebia do pai para a aquisição de livros em sebos do centro da cidade. Assim, ainda naqueles anos, o jovem começou a reunir as coleções de estudos brasileiros publicadas na época, como a Coleção Brasileira, a Biblioteca Brasileira, a Documentos Brasileiros, a Problemas Brasileiros e outras coleções de editoras pequenas, que ele se empenharia em completar (AMOROSO; IUMATTI, 2015, p. 204).

A essas Coleções, somam -se ao rico acervo, livros das diferentes áreas do conhecimento científico que eram de interesse do pesquisador: Direito, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia, Meio Ambiente, Geopolítica e tantas outras temáticas. Reportando-se, ainda ao texto escrito pelos dois professores que juntos com outros docentes e técnicos do IEB/USP ficaram responsáveis pelo acolhimento da Biblioteca e do Arquivo, destaca-se o momento em que eles falam sobre as temáticas encontradas,

[...] os temas da Biblioteca de Manuel Correia de Andrade nos ajudam a acompanhar o percurso do pesquisador, cujos interesses estiveram localizados nas Humanidades em posição estratégica, de interseção com a Geografia Física. No período de formação universitária e início das atividades profissionais, eles voltaram-se

marcadamente para as áreas do Direito, da Política, da Geografia, da Economia e da História (AMOROSO; IUMATTI, 2015, p. 204-205).

Fazendo parte desse Acervo que foi doado ao IEB/USP está também todo um conjunto de documentos, comendas, medalhas, certificados e diplomas e honrarias que representam as homenagens que lhe foram outorgadas por parte de Universidades nacionais e estrangeiras, representações do Governo Federal, Estaduais e Municipais, Associações Profissionais, Movimentos Sociais. Entre todo esse material estão Títulos de Doutor Honoris Causa, Professor Emérito, Membro da Academia Pernambucana de Letras, Pesquisador Emérito, Medalha CAPES 50 Anos concedida pelo Governo Federal, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, entre outros.

Finalizando, achou-se por bem, mencionar outro aspecto que permeou a vida de Andrade, o fato de ter sido bolsista e membro de Comissões do CNPq por um longo período que correspondeu a, aproximadamente, mais de vinte anos.

CAPÍTULO 1 - O VALE DO SIRIJI E OS ENGENHOS DE AÇÚCAR: O ENGENHO JUNDIÁ

1.1 OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO VALE DO RIO SIRIJI: O ONTEM E O HOJE

Ocupando a porção setentrional das Mesorregiões da Mata e do Agreste Pernambucano, respectivamente, as Microrregiões geográficas da Mata Setentrional Pernambucana e do Médio Capibaribe, segundo a divisão regional do IBGE formulada em 1989, o Vale do Siriji encontra-se entre os paralelos de 7° e 8° S, próximo à divisa com o Estado da Paraíba. Essa área conta com uma superfície de, aproximadamente, 727,8 Km² e abrange os municípios de Aliança, Condado e Vicência, na Mata e São Vicente Férrer, no Agreste. (Figura 1).

Figura 1 - O Vale do Siriji.

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia; OLIVEIRA, Luiz Gonzaga (1958).

Pela nova Regionalização do Brasil proposta em 2017, pelo IBGE, substituindo aquela regionalização anterior de 1989, quando as microrregiões e mesorregiões geográficas passaram a corresponder às Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, respectivamente, essa área de estudo passou a integrar com outros municípios não situados no Vale, a Região

Geográfica Imediata de Goiana-Timbaúba e a Região Geográfica Intermediária de Recife.

Do ponto de vista do relevo encontrado na área, observa-se a presença, na porção ocidental do Vale, do rebordo oriental do maciço da Borborema, representado pelas serras Gameleira, Mascarenhas e, Pirauá e, na sua maior extensão, na porção oriental estão os terrenos sedimentares do Grupo Barreiras. A bacia do Siriji é uma superfície de relevo com altitude média que varia entre 200 e 400 metros. Em meio aos sinclinais existentes entre as serras, já mencionadas, se estabeleceu o sistema fluvial do Siriji que tem a Borborema como centro dispersor d'água (ANDRADE, 1958). (Figura 2).

Figura 2 - Serra do Mascarenhas, no Engenho Jundiá, Vicência - PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Ainda, segundo Andrade (1958), os cursos d'água correm em vales ora mais largos, ora mais estreitos, em uma superfície onde se encontram afloramentos de gnaisses e superfícies de origem sedimentar. O leito do Siriji e dos afluentes que o formam se localizam nos fundos desses vales e, os regatos que lhes servem de nascente, descem a serra do Mascarenhas, a uma altitude de mais de 450 metros.

O Siriji é afluente da margem direita do rio Capibaribe-Mirim que, a partir da confluência com o rio Tracunhaém formam o rio Goiana. (Figura 3).

Figura 3 - Rio Siriji em Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Domina na área objeto de estudo, o clima tropical quente e úmido, As' na concepção de Köppen, representado por temperaturas médias anuais elevadas, superiores a 22°C e uma baixa amplitude térmica durante o ano. De acordo com Andrade (1958), face à proximidade em que se encontra do litoral, a uma distância, em linha reta, de menos de 100km, essa amplitude térmica ainda se beneficia do fator maritimidade. O regime pluviométrico é de médias anuais oscilando entre 800 e 1000 mm, irregularmente distribuídas durante o ano.

O Siriji é um rio de regime perene irregular variando o seu volume d'água durante o ano em função do período de distribuição das chuvas. Nessa mesorregião da Mata e, no próprio município de São Vicente Férrer que se encontra no limite com aquela unidade regional, o ano está dividido em duas estações: a chuvosa e a estiagem. Assim, por se distribuírem as chuvas em um período que em média dura cerca de seis meses, correspondendo às estações do ano do outono e do inverno, isso vem a influenciar o regime dos rios. Para Andrade (2001), a irregularidade do

regime dos rios é afetada, também, pelo desmatamento “que faz com que o escoamento das águas passe a ser mais rápido, logo após a queda dos aguaceiros, e o volume d’água no estio se torne muito baixo” (ANDRADE, 2001, p. 22).

Além da distribuição das chuvas em um período do ano e, das consequências do desmatamento em suas nascentes e em suas margens, o débito do Siriji vem sofrendo alterações quando nas últimas décadas do século XX e no século XXI, face á expansão das atividades produtivas, o processo de desmatamento das suas nascentes e das suas margens, se intensificou a exemplo do que ocorreu em outros cursos d’água de Pernambuco, contribuindo para uma redução no seu débito e uma intensificação do processo de assoreamento do seu leito. O avanço da ocupação humana através dessa expansão das atividades produtivas, aqui representadas principalmente, pela agroindústria canavieira sempre procurando expandir sua área de cultivo provocou esse desmatamento intenso, fazendo com que muitas vezes as culturas sejam feitas às margens dos rios, sem respeitar a distância estipulada por Lei. Também contribuíram nesse processo, o crescimento do cultivo da banana, a atividade pecuária de gado selecionado e, a própria retirada de madeiras dos restos de Mata Atlântica aí existentes. Esse descumprimento da Lei não é recente, ele se deu paulatinamente ao longo dos tempos. Exemplo disso foi visto em 2005, quando um Grupo de técnicos de várias especialidades, sob a coordenação do Governo do Estado, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) realizou trabalhos de campo em quarenta e dois municípios da Zona da Mata, incluindo aqueles onde se localiza o Vale do Siriji, a exceção de São Vicente Férrer por ser uma unidade político-administrativa do Agreste Pernambucano, identificando o intenso processo de retirada dos restos de mata que antes existiam nas nascentes e ao longo das margens dos rios. Tal ocorrência foi responsável, inclusive, por ações dentro do Programa, direcionadas para a recuperação de matas ciliares.

A cobertura vegetal é representada pela Mata Atlântica que se encontra bastante devastada, apresentando resquícios da mesma, nas áreas de mais difícil acesso, encostas e cimos das serras existentes (Figura 4). A devastação dessa mata no Vale do Siriji foi iniciada com a exploração do pau-brasil e, posteriormente no processo de ocupação das terras, face ao desenvolvimento das atividades que aí se desenvolveram ao longo dos séculos. Mesmo assim, aqueles resquícios de mata

que existiam nas encostas e nas cristas das serras, também foram quase que totalmente destruídas com a exploração da madeira e a ocupação com a pecuária e a cultura da banana. Isso pode ser visto, por exemplo, nas encostas e no topo da serra do Mascarenhas.

Figura 4 - Restos de Mata Atlântica na Serra do Mascarenhas - PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

O processo de conquista, exploração e povoamento das terras do Vale do Siriji remonta ao final do século XVII em função dessa área haver pertencido à Capitania de Itamaracá que apesar de ter sido doada pelo Rei de Portugal D. João III a Pero Lopes de Souza, através de Carta de Doação e de Foral, em 1534, sofreu um atraso em seu povoamento. (Mapa 1).

Mapa 1 - Capitânicas Hereditárias destacando Pernambuco e Itamaracá.

Fonte: LINS, Fernando J. C. C (1999).

Historiadores a exemplo de Manuel Correia de Andrade enfatizavam que a ocupação e o povoamento das terras atualmente brasileiras tenham ocorrido bem antes da chegada dos europeus uma vez que o território já era habitado quando eles aqui chegaram. Segundo Andrade (2004),

já era povoado por cerca de dois milhões de indígenas, divididos em nações ou em grupos étnicos bem diferenciados, que se guerreavam. [...] Na costa, os grupos ou nações tupi-guaranis eram representados pelos caetés, tendo ao norte os tabajaras, grupo a que estava ligado o famoso Arcoverde, cacique que deu grande apoio ao donatário; mais ao norte os potiguares ou pitiguares, que durante as lutas da colonização se tornaram aliados dos franceses e em seguida dos holandeses. Ao Oeste já viviam grupos não tupis, chamados em geral por estes de tapuias, ou gês, e na região do São Francisco os cariris (ANDRADE, 2004, p. 26).

Ao contrário do que ocorreu com a Capitania de Pernambuco, doada a Duarte Coelho Pereira, em 1534, e por ele chamada de Nova Lusitânia, através de Carta de Doação, seguida pelo Foral, Itamaracá apesar de haver sido criada na mesma ocasião, não alcançou os mesmos resultados que aquela, tendo tido um

desenvolvimento lento, com um retardo no processo de povoamento e colonização. Ao contrário de Pero Lopes de Souza, Duarte Coelho logo começou a desenvolver na Nova Lusitânia, a agroindústria canavieira. Para Andrade (1974),

A capitania de Itamaracá, apesar de dispor de excelente várzea para a cultura da cana-de-açúcar – a do Goiana –, teve um povoamento muito lento e restrito porque, estando ausente o seu donatário, não designou eficientes capitães que procedessem ao povoamento e à colonização da mesma. Daí ter sido, por muito tempo, apenas um centro de coleta de pau-brasil e de ter servido para atrair contrabandistas da madeira da tinta e contraventores da lei que se viam muitas vezes perseguidos e vigiados em Pernambuco [...] (ANDRADE, 1974, p. 612).

Em um outro momento, na ocasião em que desenvolveu uma pesquisa e escreveu um livro sobre a Capitania de Itamaracá, o autor se reportando às condições favoráveis aí encontradas e a seu não sucesso, afirmou:

Itamaracá tinha tudo para ser uma capitania bem sucedida [...]. Era um dos lotes mais próximos da Europa, dispondo de mata com abundância de pau-brasil, uma grande diversidade de recursos muito disputados pelo mercado europeu, e compreendia terras do litoral, rios navegáveis para as embarcações da época, áreas de manguezais, além de colinas e de várzeas que se prestavam para a criação de gado e a cultura da cana de açúcar (ANDRADE, 1999c, p. 53).

O Governo de Pernambuco (2016) em um conjunto de artigos realizados sobre o engenho Poço Comprido, um se destacou que foi aquele intitulado *Poço Comprido: um engenho no Vale do Siriji* onde, se referindo ao atraso no povoamento, daquela área, chamou atenção para o fato de que,

[...] Autores vinculam o tardio processo de povoamento porque a Capitania que o Vale do Siriji estava inserido, não recebia incentivos do seu donatário, só após o domínio holandês e a anexação da parte sul da Capitania de Itamaracá ser anexada a Pernambuco é que houve nesta evolução doações de sesmarias na ribeira do Siriji. Como os solos eram propícios para o cultivo da cana essas sesmarias foram distribuídas afim de que houvesse a posse da terra e a construção do projeto político que a cana representava (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016, s/n).

A Capitania de Itamaracá correspondia às terras situadas ao norte da Capitania de Pernambuco, separadas uma da outra pelo Canal de Santa Cruz e, se

estendia para o norte até a baía da Traição. Ainda no Século XVI, 1585, Itamaracá sofreu desmembramento, uma vez que não conseguia se desenvolver, dando origem à Capitania Real da Paraíba.

Esse desmembramento se deu, como mencionou Andrade (1974), em função:

[...] da expansão pernambucana para o Norte; expansão que era ditada tanto pela necessidade de afastar a ameaça dos índios instigados e aliados dos franceses, como pela necessidade de obter áreas para a pecuária bovina, com o fim de fornecer animais de trabalho e carne ao núcleo populoso formado na região polarizada para Olinda (ANDRADE, 1974, p. 612).

Toda essa região da Capitania de Itamaracá onde se encontrava inserido, o Vale do Siriji foi palco da exploração do pau-brasil, durante os séculos XVI, XVII e XVIII quando os exploradores avançaram do litoral para o interior, atingindo a Mata Seca, na classificação do ecólogo Vasconcelos Sobrinho, existente “nos médios cursos dos rios Capibaribe-Mirim e Tracunhaém e, no baixo curso do rio Siriji” (ANDRADE, 2005, p. 26). A Mata Seca era o habitat natural da madeira fornecedora de tinta tão demandada no mercado europeu.

Para Vasconcelos Sobrinho (1941),

[...] A zona da mata pode ser subdividida em duas regiões baseadas no grau de umidade do ambiente: a Mata Úmida e a Mata Seca. [...] A Mata Seca inicia-se na bacia do Capibaribe e vai até aos limites com o Estado da Paraíba. Há maior abundância de pau d’arco amarelo, de pau-brasil, de frei-jorge, que são exclusivos dessa sub-zona, aparecendo poucas vezes na Mata Úmida (VASCONCELOS SOBRINHO, 1941, p. 62).

Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. (2001) salientaram uma distinção entre a Mata Seca e a Mata Úmida, ao que eles chamaram de Mata Norte e Mata Sul, no que diz respeito ao relevo. Eles diziam que:

Na primeira, encontram-se amplas áreas de tabuleiros, planos, e de superfícies que não ultrapassam os 150 metros de altitude, que se inclinam suavemente do interior para o litoral. Enquanto isto, na Mata Sul, os tabuleiros praticamente desaparecem e surge uma área colinosa, com domínio de formações mamelonares, que se estende até o sopé da Borborema. Os vales fluviais são, aí, mais encaixados, e a microrregião não dispõe de extensas chãs como as que se

encontram na microrregião Norte. Nestas, as chãs, aplainadas sobre o cristalino, se continuam nos tabuleiros que foram moldados em sedimentos secundários e terciários (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 18-19).

Sobre essa exploração desordenada do pau-brasil, na Capitania de Itamaracá, Andrade (2004b) afirmou que:

[...] Muitas vezes clamou o donatário pernambucano, ao Rei, contra a devastação do pau-brasil que se fazia na colônia, sem que daí adviesse benefícios para o povoamento da terra; pois se a agricultura fixava o homem à terra, a exploração predatória do pau-brasil empobrecia as matas sem que a região ficasse povoada (ANDRADE, 2004b, p. 26).

Referindo-se à intensidade dessa exploração de pau-brasil, ele dizia que “Certamente já no século XVII muito pau-brasil foi retirado da região e embarcado na vila da Conceição e em Goiana” (ANDRADE, 1958, p. 46). A vila da Conceição mencionada é a mesma Nossa Senhora da Conceição, hoje Vila Velha, primeira Capital da Capitania de Itamaracá.

Segundo Andrade (1958), após o donatário da Capitania de Pernambuco e seus descendentes terem conquistado o território aos indígenas e povoado as terras litorâneas ao sul de sua Capitania, fundando engenhos, se dirigiram até os seus limites com o São Francisco, chegando a fundar Penedo, no século XVI. Após atingirem os limites meridionais da Capitania se dirigiram para o norte subindo o curso do rio Capibaribe, chegando a atingir o curso do rio Tracunhaém. Esse povoamento pernambucano veio a ocorrer já na segunda metade do século XVII.

A intensificação da ocupação da área, no século XVII, ocorreu com a exploração das matas e das terras não apenas no Vale do Siriji, mas também nos Vales do Capibaribe-Mirim e Tracunhaém. Ao mesmo tempo em que havia a exploração do pau-brasil, os exploradores que aí permaneciam para facilitar o comércio do produto, para a Metrópole, iam se fixando, estabelecendo os chamados “roçados”, dando início ao desenvolvimento de uma atividade agrícola e de transformação das culturas e do aproveitamento da mandioca, através do fabrico da farinha, chamada de “farinha de pau”, pelos portugueses. A fabricação dessa farinha era realizada de maneira rudimentar, através de processos simples, nos moldes indígena.

Ainda, segundo consta no Livro das Sesmarias e, afirmava Costa (1953):

[...] na segunda metade do século XVII (1680- 1690) eram distribuídas as primeiras sesmarias no Vale do Siriji pelos governadores de Pernambuco e ratificado depois pelo de Itamaracá (1701), uma vez que as terras pertenciam a esta Capitania (COSTA, 1953, p. 24 apud ANDRADE, 2004, p. 27).

Andrade (1959) dizia que:

A exploração desordenada do pau-brasil provocou a destruição da mata ainda no início da colonização (séculos XVI e XVII) e sua substituição por campos de criação de gado e pequenos engenhos de açúcar que, no século XVIII e XIX sofreram grande concorrência da cultura do algodão (ANDRADE, 1959, p. 293).

No século XVIII, em 1760, a Capitania de Itamaracá é anexada à Capitania de Pernambuco, tendo anos antes dessa anexação passado, em 1756, para o Patrimônio da Coroa.

Nesse século XVIII com a intensificação da ocupação no Vale do Siriji, novas sesmarias foram desmembradas fazendo surgir novos engenhos e propriedades onde se plantavam a cana-de-açúcar e o algodão. Uma dessas sesmarias foi Vicência que deu origem a engenhos e propriedades, a exemplo de: Teitanduba, Bela Vista, Pirocas, Mata Virgem e Jundiá, onde foram cultivadas a cana-de-açúcar e o algodão.

É necessário lembrar que durante aquele século, vários acontecimentos, entre eles, a descoberta da máquina a vapor, a Revolução Industrial na Inglaterra, o crescimento da demanda internacional pelo algodão transformaram essa malvacea em um dos principais produtos agrícolas do Nordeste brasileiro. Por sua vez, internamente, o crescimento populacional e o aumento no consumo do algodão proporcionaram estímulo à expansão da cultura. No espaço pernambucano, o algodão herbáceo começou a ser cultivado na Zona da Mata, especialmente na microrregião da Mata Setentrional, e, nessa microrregião, mereceu destaque a sua presença no Vale do Siriji onde as condições naturais, climáticas e edáficas eram propícias ao seu desenvolvimento.

Costa (1953) chamou atenção para a existência já no século XVIII, no Vale do Siriji, de locais de povoamento, a exemplo de Laranjeiras, no médio Siriji, onde foi edificada capela, alguns sobrados e um engenho de açúcar movido à tração animal. Durante todo o século XVIII e primeira metade do século XIX, Laranjeiras foi a

principal povoação do Vale; na segunda metade do século XIX Vicência passou a essa condição.

A formação de núcleos de povoamento no Vale do Siriji, no século XIX esteve relacionada ao próprio processo de ocupação uma vez que suas origens se prenderam ao fato de que surgiam em propriedades, em locais que eram pontos de passagem de tropeiros que ao adquirirem produtos no porto de Goiana e se adentrarem para vendê-los no interior, paravam nesses locais para descansar, propiciando o surgimento das hospedarias que os abrigariam. Esse mesmo caminho era feito ao retornarem, quando traziam produtos da terra para embarcar em Goiana. Assim, os núcleos de povoamento surgiam como entrepostos, dando suporte a uma atividade comercial que se intensificava ao longo dos anos. Por sua vez foram nesses núcleos que surgiram as unidades de beneficiamento do algodão, cultura que se encontrava em plena expansão, no século XIX. Neles também tinham importância, as feiras que serviam de pontos de comércio entre agricultores que traziam seus produtos de subsistência para serem vendidos e adquiriam outros produtos necessários ao seu dia a dia, mas, que eles não produziam. Essas feiras também tiveram uma grande participação na formação desses núcleos de povoamento.

Assim, a existência no Vale, de alguns aglomerados se prendia ao fato de serem locais que se desenvolveram “em torno de pousos de tropeiros que demandavam este porto e onde se instalaram depois os descaroçadores de algodão” (ANDRADE, 1959, p. 293).

Assim, naquele século XIX, a cana repartia espaço com o algodão e com uma atividade de policultura, representada por culturas de subsistência, mandioca, milho e feijão e pelo café, esta, cultura realizada no final do século. Percebe-se, pois, que a cana naquela ocasião não era a cultura dominante até porque nem todos os proprietários de terras dispunham de capital suficiente para montar os engenhos, ou mesmo, se estes existiam eram unidades fabris com pequena capacidade esmagadora.

De acordo com Andrade (2004),

Estava o vale, nos meados do século passado, pontilhado de engenhos, movidos quase todos a tração animal; apenas Condado e Patos, no Siriji [...] foram engenhos d'água. E destacava-se por sua produção de açúcar e de algodão (ANDRADE, 2004, p. 28).

Na segunda metade do século XIX houve no Vale do Siriji, a expansão da cana-de-açúcar pelas superfícies antes ocupadas por outras culturas, inclusive com a introdução da cana caiana substituindo a chamada cana crioula de mais baixa produtividade e, o surgimento de novos engenhos a tração animal e, a água, a exemplo de Patos, situado no alto Siriji, em áreas encachoeiradas, no atual distrito de Siriji, no município de São Vicente Férrer.

A cana encontrou no Vale, condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista climático, com o ano dividido em duas estações: o outono e o inverno quando ocorrem as chuvas, sendo, portanto, o período de seu plantio e, a estação da estiagem, época que corresponde à primavera e ao verão quando a cana-de-açúcar concentra a sacarose, correspondendo, também, ao período do corte e da moagem. Os solos por sua vez representados pelo massapé encontrado nas várzeas dos rios, pelo barro vermelho das encostas das serras e, pelos solos argilosos, ricos em óxido de ferro das chãs contribuíram para que ela se fixasse nas áreas de melhores condições edáficas existentes no Vale.

Azevedo (1960) ao estudar a obra de Gilberto Freyre, *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (1937), chamou atenção para a forma como Gilberto se referia à terra, aos solos que aqui foram encontrados pela cana-de-açúcar. Dizia Azevedo (1960):

[...]. Em seu cap. 1, estuda a cana de açúcar e a terra, “terra gorda e de ar oleoso”, “pegajenta e melada”, “terra do massapé, da argila, do húmus gorduroso”, tão diferente do Sertão “de terra dura”, “de areia seca” (FREYRE, 1951, p. 36-37 apud AZEVEDO, 1960, p. 81).

Movidos quase sempre à tração animal e, depois, a vapor, esses engenhos banguês tinham uma capacidade de esmagamento pequena e, por conseguinte, a área cultivada com a gramínea era pequena. No Vale do Siriji, na porção correspondente ao alto curso do Siriji existia um engenho que era movido a água, o engenho Patos. Situado em São Vicente Férrer, Patos mesmo depois de estar na condição de fogo morto, conservou durante várias décadas, a roda d’água situada em frente à casa grande do engenho que faz parte da sua história.

Algumas melhorias na atividade agrícola e de beneficiamento da cana vieram a ocorrer no século XIX, com vistas a aumentar a produtividade e a qualidade do produto produzido. Exemplo disso foi a substituição da cana Crioula por uma

nova variedade, a cana Caiana, mais rica em sacarose, que se fez presente na área durante todo o século até ser substituída por uma outra variedade, a Cristalina –. Essas variedades de cana estão sempre sendo substituídas por outras, no momento em que por algumas razões cai o seu rendimento; foi o que aconteceu com a Cristalina e com outras que vieram depois; do uso do arado a tração animal; do aproveitamento do bagaço para combustível e da instalação de engenhos a vapor. Andrade (2004) chamava atenção para o fato de que esses engenhos foram introduzidos nessa área bem depois dos introduzidos na Mata Úmida.

Apesar dos engenhos centrais e, depois as usinas terem se feito presentes no Estado de Pernambuco no século XIX, no Siriji as usinas surgiram apenas nas primeiras décadas do século XX, a exemplo da Aliança em 1914, localizada no baixo Vale, e, da Barra no médio Siriji, fundada em 1922/23, nos atuais municípios de Aliança e de Vicência, respectivamente. A Laranjeiras, localizada no médio Vale, no município de Vicência, foi fundada em 1959.

A partir de então a cana começava o seu processo de expansão contínuo substituindo antigos espaços de policultura, fazendo desaparecer sítios, pequenas propriedades, impondo a sua presença nos médio e baixo Vale. Apenas culturas como o café, a banana e a laranja cultivadas em áreas da serra do Mascarenhas conseguiram sobreviver uma vez que essas só foram incorporadas à cana-de-açúcar, décadas depois.

Até o século XIX, o Vale do Siriji se situava na área de influência de Goiana, porto por onde era escoado o açúcar dessa área. Goiana foi capital da antiga Capitania de Itamaracá após a transferência feita da Vila Nossa Senhora da Conceição.

Segundo Andrade (1958), a chegada da estrada de ferro em Timbaúba provocou nos fins do século XIX mudança significativa na relação entre Goiana e as vilas e povoados que estavam na sua área de influência, quando os produtos do Vale passaram a ser escoados não mais através do porto de Goiana que ficou isolado, mas através da ferrovia.

O café não disputava espaço com a cana-de-açúcar uma vez que ocupava as terras mais elevadas, as serras e as encostas onde o mesmo era cultivado com sombreamento. Diferentemente do que aconteceu com a cana, o café não provocou uma devastação intensa da mata por necessitar da cobertura de árvores para o seu desenvolvimento.

No século XX se observa, no Vale do Siriji, o domínio quase absoluto da cana, as usinas que no Vale eram representadas pela Aliança, Barra, Cruangi e Laranjeiras ampliaram suas capacidades esmagadoras e desencadearam um processo de modernização agrícola e industrial que se intensificou no pós Segunda Guerra Mundial. Esse processo de expansão da lavoura canavieira por áreas que muitas vezes eram ocupadas por outras culturas, destruindo restos de mata ainda existentes, fazendo com que a cana assumisse o papel de monocultura, teve o amparo do Governo Federal através da criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que tinha como objetivo, proteger a produção de açúcar e do álcool; formular e executar políticas de controle da produção, a nível regional.

Como disse Andrade (2002) a Araújo (2002), referindo-se à política do Governo nas primeiras décadas do século, mais especificamente ao período de 1930 quando foi criado o IAA e ao de 1940,

[...] depois de 1930 e até 1940, quando eu conheci melhor esses problemas e tive certa convivência com políticos, como Gileno De Carli por exemplo, e outros, a ideia que eles tinham era a de que a Revolução de 1930 salvou o Nordeste açucareiro. Porque o açúcar não teria condições de competitividade no mercado brasileiro. Não era nem no mercado internacional, mas no mercado brasileiro. E, com o IAA, criou-se um verdadeiro sistema de proteção à indústria açucareira nordestina (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 34).

Essas unidades industriais a partir desse momento representadas pelas usinas, algumas, que substituíram os engenhos centrais, provocaram a decadência dos engenhos banguês que foram aos poucos se tornando de “fogo morto”. Elas passaram a adquirir um grande número de engenhos, localizados no seu entorno e, a moer cana de proprietários que a partir de então tinham se transformado em fornecedores de cana.

Os usineiros concentrando em suas mãos a atividade industrial e parte da atividade agrícola, levaram a uma crise financeira àqueles proprietários de terras que antes desenvolviam, em suas unidades produtivas, as atividades agrícola e industrial.

Do ponto de vista das relações proprietários de terras e trabalhadores rurais, a década de 50 desse século XX foi marcada como um período de grande reboiço no campo, ocasião em que os trabalhadores começaram a se organizar e a

reivindicar os seus direitos, direitos que naquela época já haviam sido conquistados pelos trabalhadores urbanos. Em função dessa movimentação surgiram as Ligas Camponesas e todo um movimento sindical. A criação na década de 60, do Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963 trazendo alguns ganhos e garantias ao homem do campo e a criação do Estatuto da Terra, em 1964, todo esse conjunto de fatos provocou uma reação nos proprietários de engenhos e usinas no sentido deles não mais quererem em suas terras, o trabalhador “morador”, a fim de evitar futuras reivindicações judiciais pela posse do sítio que vinham ocupando muitas vezes há várias gerações. Por sua vez, não descartavam os proprietários com isso, o risco de uma política de Reforma Agrária.

A partir dos anos 70, o perfil da área em estudo passa a se modificar, quando a cana-de-açúcar passa a ser substituída, em alguns pontos, pela banana, pela criação de gado bovino selecionado e por pastagens, criando novas territorialidades no Vale. Por sua vez essa alteração que houve no processo de ocupação foi acompanhada também por uma mudança na relação proprietário/trabalhador, momento em que os antigos trabalhadores dos latifúndios, em sua maioria, deixaram de residir nas propriedades, passando a morar nas vilas e cidades próximas ao trabalho, se dirigindo às propriedades para trabalhar de manhã logo cedo e retornando às suas casas ao entardecer. Esses trabalhadores apesar do vínculo com a agricultura que mantinham, na verdade deixaram de ser considerados em função do critério político-administrativo adotado pelo IBGE, população rural. Na verdade, esse deslocamento diário realizado deu origem a uma nova vertente para as migrações pendulares. Antes elas eram realizadas na direção cidade/cidade, passando a partir desse momento, a se realizar também, cidade/campo, campo/cidade.

Na década de 90, a crise que atingiu a indústria sucro-alcooleira na mesorregião da Mata Pernambucana, culminando com a extinção do IAA sem que houvesse uma nova política para o setor e, fatores outros, de ordem natural, cultural e econômico, atingiram o Vale do Siriji. Assim, usinas como a Aliança e a Barra, em atividades na década de 1970, já não moeram cana nos últimos anos da década de 1990. Apenas permaneceu em atividade até os dias de hoje, no Vale do Siriji, a usina Laranjeiras.

Chama-se atenção para o fato de que essa crise que levou ao fechamento de grande número de usinas e destilarias, em Pernambuco, nos últimos anos, foi

acompanhada por uma migração de investimentos por parte de muitos desses grupos que dominaram a economia do açúcar, para outras atividades econômicas ou mesmo para a agroindústria açucareira em outras áreas do Brasil, a exemplo do Sudeste e do Centro-Oeste.

Em Quintas (2007), Andrade chamou atenção para essa migração, afirmando:

É notável a grande capacidade de adaptação da classe dominante às várias situações, tendo passado do engenho à usina, desta à grande usina na própria região e agora migra para as áreas mais favoráveis, implantando ou adquirindo usinas em Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Mato Grosso (ANDRADE, 2007 apud QUINTAS, 2007, p. 33).

Por sua vez essa crise financeira levou a que proprietários de terras que haviam ao longo de suas histórias, passado da condição de senhores de engenhos banguês para fornecedores às usinas, para não entrarem em um processo de falência, partissem para uma diversificação de atividades em suas terras.

Dessa forma, a diversificação econômica na mesorregião da Mata Pernambucana e, por conseguinte, no Vale do Siriji surgiu no momento de uma crise do setor sucro-alcooleiro, como uma alternativa para o próprio proprietário da terra e não a partir de uma necessidade de transformação de uma economia altamente concentradora de terras e de renda, em uma região de grandes conflitos sociais.

Esses conflitos se intensificam e a pressão sobre a terra aumenta a partir do momento em que as usinas ao fecharem as suas portas, deixam desempregado um grande número de trabalhadores rurais que, certamente terão dificuldades de ser absorvidos em outra atividade econômica contribuindo, dessa forma, para o aumento da miséria e da pobreza no Vale do Siriji e, conseqüentemente, no Estado de Pernambuco. Hoje, 2018, no Vale, apenas a usina Laranjeiras, em Vicência se encontra em funcionamento.

Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C (2001), no livro *A Cana de Açúcar na Região da Mata Pernambucana – Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas Décadas de 80 e 90: impacto ambiental, sócio-econômico e político* se reportando às conseqüências do fechamento de usinas e destilarias assinalaram:

O fato vem tendo consequências trágicas, uma vez que o encerramento das atividades de uma usina provoca um forte impacto sobre a população trabalhadora, tanto agrícola quanto industrial, levando ao desemprego, à miséria e à fome grande parte da população (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 70).

Mais adiante, ainda sobre o fechamento de usinas de açúcar e destilarias na Mata Pernambucana e possíveis alternativas para a solução do problema afirmaram:

O governo poderia ter aproveitado a ocasião da crise econômica, que acarretou o fechamento das usinas, para realizar uma reforma agrária autêntica, fazendo concentrar a cultura da cana nas áreas ecologicamente mais favoráveis, como as várzeas e tabuleiros; aproveitar as terras – muitas delas poderiam ser recebidas dos proprietários como pagamento de dívidas para com os bancos oficiais – e desenvolver atividades empregadoras de mão de obra e rentáveis, como a cultura de fruteiras e verduras, tanto para o abastecimento estadual como regional ou até para a exportação, ou ainda, ampliar a pecuária bovina semi-intensiva para a produção de leite e de carne (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 70).

Na opinião dos autores ora citados, o encerramento das atividades daquelas unidades fabris ocorreu motivado por algumas causas:

[...] ora porque o grupo que controla algumas delas não dispõe de capital e de crédito suficiente, ora porque, prevendo a crise, transferiram os seus investimentos para outros setores econômicos ou para a própria indústria açucareira, em outros estados, notadamente Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 69).

Contudo, a cana-de-açúcar ainda continua sendo, em 2018, a cultura líder do setor agropecuário de Pernambuco, apesar da perda de espaço no cenário nacional face à concorrência que enfrenta de outros estados, do Nordeste, a exemplo de Alagoas e do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

No Vale do Siriji ela também se apresenta como a cultura líder, mas, comparada com décadas anteriores, o seu perfil se alterou face à presença de forma mais marcante de outras culturas, a exemplo da banana, em São Vicente Férrer e Vicência, da cultura de capineiras em todo o Vale e da atividade pecuária de bovinos selecionados e ovinos, em Vicência.

Outro problema sério que enfrenta a agroindústria açucareira na mesorregião da Mata Pernambucana é a falta de chuvas que vem constantemente

acometendo essa área, tanto a Mata Setentrional do Estado, como, também, a Mata Meridional. A falta de chuvas vem fazendo com que fornecedores de cana tenham perdas de safra ou redução da mesma. Para minimizar os prejuízos que têm eles partem para diversificar as suas atividades. Coutinho, que tem propriedade localizada no município de Tracunhaém, na Mata Setentrional, próxima ao curso d'água que tem este mesmo nome, em entrevista concedida a Belfort, publicada em 19/03/2017, afirmou que:

Há quatro anos [...] decidiu destinar uma parte maior da sua propriedade à criação de gado. O preço da cana caiu, diminuíram as usinas, foi tudo ficando mais complicado. As secas constantes mostraram que é preciso diversificar. A cana precisa de mais água do que o boi. Só vou plantar cana-de-açúcar onde posso fazer irrigação de salvação. Hoje, 40% da área estão ocupados com gado Nelore (COUTINHO, 2017 apud BELFORT, 2017).

De acordo com o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Sr. Alexandre A. de M. Andrade Lima “a única saída para continuar plantando cana-de-açúcar na Mata Norte é a irrigação. Tem que ter água ou procurar outra atividade” (ANDRADE LIMA, 2017 apud BELFORT, 2017).

Merece destaque, também, no Vale do Siriji, o turismo, atividade que vem se desenvolvendo desde a segunda metade do século XX em função do potencial representado pelas belezas naturais encontradas na área, pelos monumentos históricos existentes, a exemplo daqueles encontrados no município de Vicência, onde ainda são vistos em bom estado de conservação, as casas grandes de antigos engenhos, como Água Doce, transformado em unidade de produção de cachaça tipo artesanal, em alambique de cobre e com envelhecimento em barris de carvalho e, centro de visitação para turistas, com direito a degustação.

Iguape, também em Vicência é área de Preservação Ambiental e Cultural; Poço Comprido, um conjunto arquitetônico do século XVIII, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1962, apresenta além da casa grande que tem uma performance diferente das demais casas grandes por ter a capela em devoção a São João Batista interligada com o imóvel principal, restos da sua senzala e da moita, restaurados a pouco mais de dez anos atrás. O seu interior se encontra vazio sem nenhum móvel que represente a época de seu apogeu, ao contrário do que acontece com o engenho Jundiá que é habitado e possui a sua

mobília original, também em Vicência. Poço Comprido faz parte da história pernambucana por ter sido palco da última reunião do Conselho da Confederação do Equador liderada por Frei Caneca. (Figuras 5 e 6).

Afora estes engenhos, merece destaque em São Vicente Férrer, o engenho Patos vindo a compor com os demais, o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da área rural da Mesorregião da Mata Pernambucana.

Figura 5 - Engenho Poço Comprido – Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Figura 6 - Engenho Jundiá – Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

1.2 MANUEL CORREIA DE ANDRADE, O HOMEM DE JUNDIÁ

Localizado no Vale do Siriji, no sopé da serra do Mascarenhas, às margens do Teitanduba, afluente do rio Siriji, em Vicência, Jundiá se encontra nas mãos da família Correia de Oliveira Andrade desde 1879. Contudo, o seu surgimento não como engenho banguê, mas, como uma propriedade data de 1750.

Andrade (1974) afirmou que:

As primeiras informações que temos de Jundiá, remontam à segunda metade do século XVIII, quando ele era apenas uma propriedade desmembrada da antiga sesmaria do lugar Vicência [...] Em escrituras do início do século XIX, sabemos que primitivamente a propriedade então chamada Teitanduba e Jundiá [...] pertenceu ao patrimônio do padre Ventura Dias de Sá e por ele foi vendido ao padre Pedro de Almeida Azevedo Coitinho (ANDRADE, 1974, p. 614).

A partir daí foi longo o período de transmissão da então propriedade para outros donos, seja através do processo de compra e venda seja por motivos de herança, chegando aos herdeiros pela sucessão hereditária.

O destaque dado ao Vale do Siriji, a Jundiá (Figura 7) se deve ao fato de ter sido nesse Vale, nesse engenho onde nasceu Manuel Correia de Oliveira Andrade, em 03 de agosto de 1922.

Figura 7 - Casa Grande do Engenho Jundiá – Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

De acordo com Pereira (2002),

Toda vida tem uma história! Umas mais e outras menos! Mas, há sempre o que contar a propósito do pretérito, sobre os ganhos e sobre as perdas! Muitas trazem a singeleza do repetitivo, de um cotidiano preenchido, sempre, pela monotonia do dia-a-dia, mais que tedioso. Algumas, porém, têm a extraordinária complexidade dos que experimentaram vivências e convivências na pluralidade do existir ou na multiplicidade dos convívios (PEREIRA, 2002, contracapa).

Manuel Correia de Oliveira Andrade, filho de Joaquim Correia Xavier de Andrade e Zulmira Azevedo Correia de Andrade era natural de Vicência que,

naquela época era distrito do município de Nazaré da Mata. Só mais tarde, em 1929, o distrito é emancipado, vindo a se tornar município. Esse engenho banguê adquirido pelo seu avô, Manuel Correia de Oliveira Andrade, de quem herdou o nome; em 1879, passa, após a sua morte, para seu filho, único herdeiro, Joaquim Correia Xavier de Andrade.

Nesse engenho de modelo familiar tradicional, patriarcal, conviveu os primeiros anos de vida com seus pais e os oito irmãos.

As primeiras letras e os primeiros anos de estudo foram feitos no engenho, costume natural entre as famílias, naquela época. Só depois de alguns anos é que ele passou a estudar em uma escola pública, em Vicência, onde fez o Curso Primário.

Sua infância foi a de um menino de engenho, cercado por seus pais e irmãos, onde teve a oportunidade de acompanhar de perto todo o dinamismo que caracterizava a produção de açúcar dos engenhos banguês de sua época e toda aquela estrutura bastante hierarquizada que caracterizava a sociedade açucareira. Em entrevista concedida à historiadora Fátima Quintas (2006) para a revista Tempo Tríbico sobre as lembranças que tinha da infância, Manuel Correia de Andrade respondeu:

As vividas no engenho Jundiá onde nasci [...] Da infância propriamente dita tenho grandes recordações [...] As maiores lembranças porém eram do período da safra do engenho, quando dominava um forte cheiro de mel e um grande barulho durante a moagem, os carros de boi chiando e uma grande quantidade de trabalhadores entrando e saindo da 'moita' ou fábrica do açúcar em que a cana era esmagada (ANDRADE, 2006 apud QUINTAS, 2006, p.10-11).

Moura (2008) ao lembrar Manuel Correia de Andrade afirmou:

Essas lembranças e essa paisagem ficaram impregnadas em seu subconsciente e orientaram a maior parte dos seus estudos como geógrafo e historiador especializado em coisas do Nordeste Açucareiro. Ele próprio revelou que, durante a infância observou, sobretudo, uma sociedade muito hierarquizada, em que o senhor de engenho mandava de forma absoluta e era cercada pela mulher (MOURA, 2008 apud CAVALCANTI et al, 2008, p. 13).

Como o engenho Jundiá chegou até à família de Manuel Correia de Andrade? Segundo Andrade (1974), quando Jundiá foi adquirido por Manuel Correia, seu avô, em 1879, ele logo passou a cultivar cana-de-açúcar e café, duas culturas importantes na época e que não concorriam em termos de áreas por ocupar. O engenho que aí existia era movido a tração animal e, como ele sabia da baixa capacidade produtiva do mesmo, cuidou com o tempo de trocar a maquinaria, mais especificamente, a moenda, pela de um engenho a vapor, contribuindo, assim, para um aumento da produção de açúcar. Assim, como ele dispunha de muita terra, resolveu cultivar além da cana-de-açúcar, e do café, a banana, o inhame, a macaxeira, a mandioca, frutas, etc. Além do custo do plantio ser mais baixo toda essa produção era voltada para o próprio consumo da família, dos escravos e, também dirigida para o mercado local, representado pelas vendas, pelas bodegas onde a população local se abastecia, bem como não necessitavam passar por um processo industrial. Além das culturas citadas, duas outras tinham realce, o algodão e o arroz cultivados nas várzeas e o café já em expansão nas porções mais elevadas do Vale.

Em depoimento dado a Araújo (2002), Andrade reforçou que apesar daquela decisão de seu avô de como aproveitar, primeiramente, Jundiá, ele “não descuidou da parte industrial do engenho, tratando, logo que pôde, de substituir as almanjarras, movidas a tração animal, pelas éguas, por máquina a vapor [...]” (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 25).

Andrade (1974), referindo-se à trajetória histórica e ao processo de evolução de Jundiá, salientou como evoluiu essa unidade de produção:

[...] desde uma simples propriedade em ocupação, com a instalação inicial de casa de farinha e de olaria, indispensáveis às instalações habitacionais e industriais posteriores, a engenho banguê movido a tração animal, a engenho a vapor e, finalmente, nos meados do século XX, quando encerrou as suas atividades industriais, passando à categoria de engenho de fogo morto, tornando-se um tributário da usina Cruangi onde são moídas as suas canas [...] (ANDRADE, 1974, p. 611).

A transformação dos engenhos à condição de engenhos de fogo morto trouxe um certo mal-estar para seus proprietários uma vez que esses passaram de proprietários que moíam as suas próprias canas para a condição de fornecedores às

usinas, como lavradores. Criou-se, querendo ou não, uma situação de dependência para com o usineiro.

Assim, Jundiá é um engenho que a partir dos anos 1960 deixou de produzir açúcar mascavo, mel e aguardente, assumindo a condição de engenho de fogo morto. Na época, passou a fornecer suas canas para a usina Cruangi e, nos últimos anos, após o encerramento das atividades daquela usina, passou a entregar a matéria-prima para a usina Laranjeiras, em Vicência.

Naquela época, a usina Cruangi situada em Timbaúba estava em atividade e Jundiá era uma das unidades que lhes fornecia cana-de-açúcar. Na safra 2011/2012, Cruangi deixa de moer, encerrando, assim, as suas atividades. O mesmo ocorreu, não especificamente nessa data com outras usinas que existiam no Vale, a exemplo da Aliança, no município do mesmo nome e da Barra, em Vicência.

Contudo, em 2016, o Governo do Estado de Pernambuco implementou uma política de reativação de usinas e, uma das contempladas foi a Cruangi que novamente entrou em atividade, em regime de um Contrato de arrendamento envolvendo os proprietários e a Cooperativa do Agronegócio dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (COAF). A princípio fabricando apenas álcool, posteriormente também açúcar.

Para Alexandre de Andrade Lima, presidente da AFCP,

[...] o arrendamento é importante porque vai fazer com que a categoria tenha um produto industrial para vender de maior valor agregado: o álcool. A nossa prioridade foi colocar a usina para moer. Decidimos fazer apenas álcool porque tem um custo menor na manutenção e a remuneração pelo combustível está boa (JC ONLINE, 2015).

Sobre o arrendamento, acrescentou ainda:

O arrendamento da Cruangi pela COAF vai ocorrer por um período de oito anos. Durante esse período, 4% da receita bruta serão destinados ao passivo da recuperação judicial [...]. A Cruangi pertence à família Queiroz, grupo tradicional na fabricação de açúcar e álcool e parou de moer na safra 2011/2012 [...] (JC ONLINE, 2015).

A reativação de usinas pode propiciar uma geração maior de empregos e, do ponto de vista agroindustrial, no caso da Cruangi, ela propiciará o processamento da cana-de-açúcar cultivada nos municípios que estão localizados no Vale do Siriji, a

exemplo de Aliança, Condado e Vicência, bem como, municípios outros, Ferreiros, Itambé, Nazaré da Mata e Tracunhaém.

Hoje, apenas existe no Vale, a usina Laranjeiras, também em Vicência, para onde Jundiá encaminha as suas canas.

O açúcar sendo um produto de exportação esteve sujeito ao longo de toda a sua história, a oscilações do mercado externo. Momentos de grande procura no mercado internacional foram substituídos por momentos de crise, de concorrência com outros mercados e, conseqüentemente, de queda na demanda pelo produto, o que levava à expansão ou recuo das áreas de cultivo.

Assim, no Vale do Siriji, apesar da cana-de-açúcar ser a cultura que predomina, ela divide espaço com outras culturas. Em Jundiá, por exemplo, observa-se a existência de extensas áreas que antes eram ocupadas pela gramínea e, hoje, ela divide espaço com a banana, com a pecuária selecionada de bovinos e ovinos, com o cultivo do capim. É necessário fazer menção, também, à presença de alguns assentamentos rurais onde é desenvolvida uma atividade de policultura de subsistência. O próprio processo de sucessão hereditária vem a explicar um pouco essas diferentes formas de aproveitamento do engenho, levando à criação de novas territorialidades.

Como afirmou Manuel Correia (1974):

[...] o processo de sucessão hereditária provoca períodos de expansão e de depressão nos engenhos, face ao fato de que, dividido em cada geração entre os vários herdeiros de um proprietário, perde por vezes partes de suas terras onde surgem pequenas propriedades ou outros engenhos, ou passa por fases de reorganização, quando um herdeiro ou um comprador estranho passa a adquirir as várias partes em que foi dividido, procurando restaurar a unidade (ANDRADE, 1974, p. 611).

Ao contrário do que ocorreu anteriormente, quando desde seu surgimento como propriedade até chegar à família, Jundiá passou por vários proprietários, há mais de um século, mais precisamente, 1879, o engenho se encontra nas mãos da família Correia de Oliveira Andrade. Jundiá não foi repassado a terceiros que não fizessem parte da família. Na última repartição da propriedade, ocorreram duas situações, dois dos herdeiros optaram pelo desmembramento de suas partes, dando origem a duas propriedades: Sapucaia situada no topo da serra do Mascarenhas, dedicada à pecuária, cujo proprietário é o Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade

Filho e, Retiro que pertence a Sra. Maria Lúcia Correia de Andrade que optou por continuar plantando cana e fornecendo à usina, sob a administração do maior herdeiro do antigo Jundiá que continua proprietário do mesmo, Sr. João Antônio Correia de Oliveira Andrade. Aqueles que não se interessaram em dirigir o imóvel adquirido, a exemplo de Manuel Correia de Oliveira Andrade, venderam as suas partes ao dono de Jundiá e de Sapucaia. Casos existem em que isso não acontece, com a sucessão hereditária, as novas propriedades que tiveram como origem um engenho banguê, são vendidas para terceiros que muitas vezes não são da família de origem e, até mesmo, para as usinas para onde anteriormente encaminhavam as canas para serem moídas.

Hoje, além da atividade agropecuária, merece destaque em Jundiá, uma outra atividade que vem sendo desenvolvida nos últimos anos, o turismo rural. A existência de um engenho como Jundiá que conserva as características da época em que se encontrava em atividade, a casa grande, um chalé de alpendre, construído em 1900 com o mobiliário antigo da época ao lado de um conjunto de fotos e utensílios de seus antigos proprietários e de familiares, a moita construída em 1817 e que corresponde à fábrica onde era produzido o açúcar constituem potencial turístico representativo de uma civilização açucareira que se desenvolveu na mesorregião da Mata Pernambucana a partir do século XVI.

O engenho serve como residência dos proprietários e, como já foi mencionado, à visitação turística dirigida, mediante uma programação antecipada. O conjunto arquitetônico se encontra em elevado grau de conservação sendo constituído pela casa grande, estilo chalé que segundo Correia “até a fuligem deixada nos caibros do telhado da cozinha, pelo fogão à lenha, está mantida” (CORREIA, Z., 2014 apud ALVES, 2014). Por sua vez, referindo-se ao material segundo o qual é construído o chalé, diz “a parede é feita de areia, cal, barro e água, mistura que se chama de calça” (CORREIA, Z., 2014 apud ALVES, 2014).

A casa grande está situada no topo de uma colina onde se vislumbra não só a paisagem do engenho, como de boa parte do Vale.

A moita que corresponde à antiga fábrica onde era produzido o açúcar, o mel e a aguardente está quase que totalmente intacta, preservada. Existe, no local,

Quatro formas ainda existentes viraram objeto de exposição na velha fábrica, junto com cangas de boi, tachos de mel, um banguê (padiola

de cipó para transportar o bagaço da cana e o pão de açúcar), ferros para marcar o gado, cambitos (ganchos de madeira colocados nos burros que carregavam a cana) e uma balança Inglesa (CORREIA, Z., 2014 apud ALVES, 2014).

Jundiá possui ainda uma capela construída no século passado, erigida no pico do jundiá, em devoção a Nossa Senhora da Conceição e, uma outra capela construída na segunda metade do século passado, em devoção a Santa Joana D'Arc. Durante o mês de dezembro são realizadas romarias com devotos vindos das redondezas, de Vicência ou mesmo de outros lugares do Estado. Ao todo são três procissões que ocorrem, a do primeiro domingo de dezembro, durante as festas de Nossa Senhora da Conceição, momento em que a Santa sai do engenho em direção à Capela situada no topo da serra do Mascarenhas; a do dia 25 de dezembro quando a Santa deixa a casa grande e se dirige em caminhão para Vicência e, em janeiro, no dia de Reis quando ela retorna para Jundiá. (Figura 8).

Figura 8 - Capela anexa a casa grande – Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Outra atividade turística que marca o cenário de Jundiá faz algumas décadas é a trilha feita até o alto da serra de Jundiá em direção à rampa onde desportistas que amam esportes radicais fazem o voo de Asa Delta. (Figura 9).

Figura 9 - Voo de Asa Delta, em Jundiá – Vicência – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2002).

Finalizando esse Capítulo se pôde observar o processo de mudança, de transformações no uso e ocupação do espaço porque passou o engenho Jundiá, em seus 139 anos de existência, na família Correia de Oliveira Andrade.

CAPÍTULO 2 - A VINDA PARA O RECIFE: A BUSCA PELA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 OS ESTUDOS NO LICEU PERNAMBUCANO E NO INSTITUTO CARNEIRO LEÃO

Após o aprendizado das primeiras letras em Jundiá e, a realização do Curso Primário em escola pública, em Vicência, Manuel Correia de Andrade veio morar em Recife, em 1933, tendo no Liceu Pernambucano cursado o Secundário. Aí permaneceu até o ano de 1939, momento em que realizou o exame de Admissão ao Ginásio e, mais tarde, o primeiro ano do Pré-Jurídico. O segundo ano do Pré-Jurídico foi cursado no Instituto Carneiro Leão. Segundo Andrade (2006), como naquele tempo não existiam, ainda, em Pernambuco, as Universidades, as pessoas que ensinavam davam aulas em colégios, a exemplo dos professores Amaro Quintas; Moacir de Albuquerque; Hoel Sette; Mário Lacerda; Gilberto Osório; Jorge Cahu e tantos outros com quem conviveu durante esse período. Anos mais tarde, teve oportunidade de conviver com esses mestres já como professor, no Ginásio Pernambucano e na Universidade Federal de Pernambuco.

O gosto pela leitura surgiu logo cedo, hábito que começou a cultuar desde menino, no engenho, sob a influência de seu pai que era advogado (Figura 10). Em 1939, escreveu seu primeiro livro *A Guerra da Etiópia*, que não foi publicado, tendo os originais sido destruídos pela enchente que ocorreu no Recife, em 1966.

Figura 10 - Carteira da inscrição de matrícula de Joaquim Correia Xavier de Andrade.

Fonte: Acervo pessoal de Thais Correia.

O interesse pelas Ciências Sociais surgiu quando, ainda estudante secundarista, precisou decidir que curso superior faria. Segundo mencionou na entrevista concedida para Quintas (2006), sabia que a origem desse seu interesse estava relacionada à influência que recebera, na sua formação, do Mestre de Apipucos, o sociólogo Gilberto Freyre, pois havia iniciado a ler os seus livros aos 14 anos. Foi com essa idade que seu pai lhe deu um exemplar de *Casa Grande & Senzala*, lançado em 1933.

Em um determinado momento, Andrade (2002) se reportando às bibliotecas existentes na cidade do Recife, naquela década de 1930, estendendo essa situação também em 1940, dizia:

[...] que elas eram poucas, principalmente aquelas na área das Ciências Humanas. Mas eu usava sobretudo a da Faculdade de Direito e a minha biblioteca particular, que eu comecei a fazer quando tinha 14 anos, em 1936. Comprei os primeiros livros da Coleção Brasileira, que era famosa. E ganhei o Gilberto Freyre que o meu pai me deu (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 77).

2.2 O SONHO E A OPÇÃO PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O DIREITO E A GEOGRAFIA E HISTÓRIA

O desejo de enveredar pelas Ciências Sociais não pôde se concretizar de imediato, uma vez que só em 1939 foi criado no Recife, pelas Irmãs Dorotéias, uma Faculdade de Filosofia, a chamada Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE). Mesmo assim, ele não teve condições de ingressar na mesma visto que os Cursos oferecidos se destinavam apenas a moças. Sua escolha recaiu então no Direito que estava mais próximo das Ciências Sociais.

Romanelli (2013), ao estudar a história da criação dos cursos superiores no Brasil mencionava que:

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século, durante a permanência da família Real portuguesa no Brasil, de 1808 a 1821, a primeira organização desse ensino em Universidade, por determinação do Governo Federal, só apareceu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro [...], durante o Governo de Epitácio Pessoa. Não passou, porém, essa primeira criação, da agregação de três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica (ROMANELLI, 2013, p. 132).

Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passa a ser Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo Ribeiro (2018), em sua tese de doutorado intitulada *Olhares Inexplorados sobre a Amazônia no Ensino de Física: uma abordagem da História da Ciência e da Tecnologia na Amazônia com ênfase nos Relatos dos Naturalistas*, a primeira Universidade do Brasil foi a Escola Universitária Livre de Manáos criada em 17/01/1909 na cidade de Manaus, motivada pela riqueza do ciclo da borracha.

Com relação à criação da Universidade de São Paulo, salientava a autora que:

Apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo, em 1934. [...] A Universidade apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (ROMANELLI, 2013, p. 132).

Em trabalho realizado por Reis (1991), ao estudar a Universidade no Brasil e em Pernambuco, ele afirmou:

Em 1931, [...] o Governo Provisório, baixou o Decreto nº 19.851, o “Estatuto das Universidades Brasileiras”, consubstanciando a proposta do ministro de reforma do ensino superior, com a qual se favorece o nascimento de outras Universidades no território nacional (REIS, 1991, p. 389).

Em Pernambuco, mais precisamente, no Recife, uma Universidade foi criada em 1946. Segundo Reis (1991) “A Universidade do Recife partia da Faculdade de Direito, herdeira do Curso Jurídico de Olinda” (REIS, 1991, p. 392).

A ela se juntaram outras unidades de ensino superior: institutos, escolas, faculdades.

A história da Faculdade de Direito criada na então Província de Pernambuco levou à criação dos primeiros Cursos Jurídicos no Brasil pelo Imperador Dom Pedro I. Em um estudo realizado por Napolini (2011) sobre a criação das primeiras faculdades de Direito, ele afirmou que:

As primeiras faculdades de Direito surgidas no Brasil foram institucionalizadas pela aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826 – convertido em lei em 11 de agosto de 1827. Dessa forma,

São Paulo e Olinda foram as localidades escolhidas para abrigar esta nova vanguarda no ensino, devido principalmente à situação geográfica – uma para atender o sul e outra para suprir as necessidades dos habitantes do norte do Brasil (NASPOLINI, 2011, p. 1).

Antes de 1827, não existiam Universidades no país, as pessoas que desejassem ingressar em uma Universidade teriam que se deslocar para a Europa, para Portugal ou para a França, voltando para o Brasil já diplomado.

Segundo Naspolini (2011),

A ideia de instalar no país institutos de educação superior em Direito veio primordialmente da lógica que marcou a independência do Brasil junto a Portugal, em 1822, de autonomia nacional, de construção de uma identidade como tal, e de formar aqui uma “intelligentsia” própria. Em busca de nova lei e consciência, pretendia-se formar uma elite intelectual independente das escolas portuguesas e francesas (NASPOLINI, 2011, p. 1).

A mudança da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife ocorreu em 1854.

Na escolha que fez pelo Curso de Direito, Andrade se reportou ao seu pai que também era advogado.

Andrade (2002), referindo-se ao seu pai, afirmou: “Meu pai era de uma família tradicional de produtores de açúcar e com intensa atividade política bastante conservadora” (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 8). O Dr. Quincas, como era conhecido, ansiava ter um filho que seguisse uma daquelas profissões: Direito, Engenharia ou Medicina que “o respeitável dono do engenho considerava dignas de menção” (GUSMÃO, 2016, p. 16). Assim, ele ansiou em relação ao seu filho Joaquim Correia Xavier de Andrade Filho, vê-lo médico, mas este seguiu a engenharia civil. No caso de Manuel Correia de Andrade, seu filho primogênito, ainda de acordo com Gusmão (2006),

[...] Mais diplomático precisou ser Manoel Correia de Andrade, o irmão nascido 12 anos antes, que até se formou em Direito para se encaixar no padrão estabelecido pelo pai – e manteve sua ligação com a Ordem dos Advogados do Brasil até falecer, em 22 de junho de 2007 – mas encontrou na Geografia e na História sua razão de viver (GUSMÃO, 2016, p. 16-17).

Há um fato que merece ser destacado nessa escolha pela Geografia e História no sentido de que, no momento em que decidiu ir até o Jundiá comunicar da sua decisão de deixar o Direito, através da Advocacia que já praticava seu pai ficou perplexo e a reação que teve foi lhe dizer: “quero ver você sustentar mulher e filho com Geografia e História”. Sentindo-se ofendido com a resposta, jurou que isso iria acontecer e que não iria precisar da sua ajuda. Dizia Manuel Correia de Andrade que aquele momento gerou um mal-estar, mas que foi logo resolvido, inclusive através da sua mãe, a matriarca da família a quem Joaquim Correia ouvia sempre. Apesar de Manuel Correia de Andrade falar sobre este acontecido, esse depoimento foi dado pelos seus irmãos, no momento de nossa pesquisa de campo.

Na Faculdade de Direito do Recife, onde permaneceu no período de 1941/1945 obtendo o grau de Bacharel em Direito, ele teve condições de desenvolver seus estudos, seu senso crítico e dar início à sua vida política, tanto estudantil, como de luta por causas nacionais.

Andrade, A. C. (1995) se reportando ao momento político que o Brasil e, conseqüentemente, Pernambuco vivia naquela ocasião em que Manuel Correia estava fazendo o seu curso, salientou que:

A Faculdade de Direito: um novo ambiente. A inquietação de toda uma geração. O país vivendo o Estado Novo. Pernambuco sob o domínio do Interventor Agamenon Magalhães, a defender em seu jornal, “A Folha da Manhã”, os princípios autoritários, [...]. Os métodos empregados contra os que dele discordavam eram os mesmos em quase todo o território nacional. Jornais censurados. Intelectuais impedidos de se expressarem livremente. Muitos, presos diversas vezes, como Gilberto Freyre, Nehemias Gueiros, Aníbal Fernandes e considerável número de estudantes [...] (ANDRADE, A. C., 1995, p. 79 apud ALVES FELIPE et al., 1995, p. 79).

Ele acrescentava, ainda, sobre as condições da Faculdade de Direito, naquela ocasião e a posição assumida por Manuel Correia,

Faculdade vivendo um certo marasmo e seria acordada pelos movimentos reivindicatórios democráticos. E, nesses movimentos, Manuel que, por influência familiar, não simpatizava com determinados líderes da Revolução de 1930, foi se engajando e, no engajar, sentiu que o seu mundo e as suas aspirações não se limitavam, apenas, a um regime liberal. Precisava de reformas, nos setores econômico e social. Foi se acentuando essa sua tendência para a esquerda, juntamente com outros colegas [...]. Não transigiu, porém, com o Estado Novo. Lutava pela sua queda, participando de

reuniões, de comícios [...] enfrentando prisões e a fiscalização do seu viver, por “tiras” que o acompanhavam (ANDRADE, A. C., 1995, p. 79-80 apud ALVES FELIPE et al., 1995, p. 79-80).

Lirbório, Cysneiros e Miranda (2008), falando sobre a atuação política de Andrade, ressaltaram:

Por sua atuação política, Manoel Correia de Andrade foi preso em duas ocasiões. A primeira em 1944, no Governo do interventor Etelvino Lins, por participar de manifestações de rua e de atos de oposição a Agamenon Magalhães, por ser integrante do grupo de estudantes que pisoteou e rasgou o retrato de Getúlio Vargas (no bar Lero – Lero), e por participar da luta política contra o Estado Novo (LIRBÓRIO; CYSNEIROS; MIRANDA, 2008, p. 103 apud CAVALVANTI et al., 2008, p. 103).

Atuou no Diretório Acadêmico como representante da sua turma, em duas ocasiões, esteve junto com Gilberto Freyre, na luta política contra o Estado Novo, em favor da redemocratização, fato que o levou à prisão e, ao seu indiciamento pelo Tribunal de Segurança Nacional. Participou de manifestações a favor dos Aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, militou por algum tempo no Partido Comunista do Brasil e, depois, na Esquerda Democrática, Ala da União Democrática Nacional (UDN), liderada por Gilberto Freyre.

É importante mencionar que, na Faculdade, Manuel Correia de Andrade conheceu uma colega de Curso, Maria de Lourdes de Sales Menezes com quem veio a casar e teve cinco filhos.

O papel de Lourdinha, como ele assim a chamava, na sua vida profissional foi de grande importância em função da sua responsabilidade de ler e de corrigir os seus manuscritos. Ainda, como estudante de Direito, ela foi companheira dele no movimento estudantil, tendo estado na passeata em que o estudante Demócrito de Souza Filho veio a falecer, em função de ter sido atingido por um tiro.

Em outro depoimento, como aluno do Curso, afirmou:

[...] na Faculdade de Direito firmei as minhas convicções políticas, convencido – ainda hoje estou – de que o Brasil necessitava mudar a orientação que seguia desde a colonização, abrindo-se a sentimentos novos, mais liberais, socializantes (ANDRADE, 2006, p. 13 apud QUINTAS, 2006, p. 13).

Nessa época, 1945, Manuel Correia de Andrade dava início aos seus escritos para jornais e revistas universitárias, sobre temas que até os últimos momentos de vida continuavam objeto de suas preocupações: a questão regional; o problema da estrutura fundiária do país e a necessidade de uma política agrária; as desigualdades sociais existentes; o problema ambiental; as revoluções libertárias, ou algum outro assunto que fosse de seu interesse.

Quando da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, pelos jesuítas, funcionando no Colégio Nóbrega, em 1943, atual Universidade Católica de Pernambuco, Manuel Correia de Andrade que se encontrava na metade do Curso de Direito, pode realizar o sonho de fazer a Licenciatura em Geografia e História. Naquela época, o Curso era um só. Houve um momento em que ele cursava as duas Faculdades, a de Direito e a de Filosofia, onde se formou em Geografia e História, em dezembro de 1945. As duas formaturas ocorreram, pois, no mesmo ano. Relatava ele:

Eu fiz parte da primeira turma do curso de Geografia e História. Formei-me nos dois cursos no mesmo ano [...]. Naquele tempo, o curso de Geografia e História era feito em quatro anos: três de Bacharelado e depois um ano de Didática, que habilitava para lecionar no ensino Médio (ANDRADE, 2002d apud ZANOTELLI; VALVERDE, 2002, p. 13).

Naquela ocasião, como a Faculdade havia sido criada recentemente, não possuía autorização para ofertar o curso de Didática. Este só veio a ser oferecido mais tarde, em 1947, oportunidade em que Manuel Correia de Andrade o realizou.

CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, NO BRASIL

Em alguns de seus livros, a exemplo da *Geografia Econômica* (1975), *Geografia Ciência da Sociedade* (1987), o estudioso Manuel Correia de Andrade ao fazer uma reflexão sobre a Geografia no Brasil, o seu surgimento e seu desenvolvimento, afirmou que:

A geografia científica foi iniciada no Brasil sob a influência da Escola Clássica de Ratzel e de La Blache, com os trabalhos de Delgado de Carvalho, nas primeiras décadas do Século XX, e continuada, após a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, através dos ensinamentos de Pierre Monbeig e de Pierre Deffontaines e da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, com Francis Ruellan (ANDRADE, 1998b, p. 20).

Assim, esses mestres, em 1940, deram início, no país, à chamada Geografia Científica que recebeu nesse primeiro momento, a influência das Escolas Alemã e Francesa. Essas Escolas possuíam características distintas em função das ideias dos seus formadores. A Francesa dava uma grande importância à descrição das paisagens, deixando de lado as preocupações com as ênfases política, metodológica e filosófica que eram características da Escola Alemã.

Apesar do desenvolvimento dessa ciência, no Brasil, só ter ocorrido a partir das primeiras décadas do século XX, a Geografia se tornou uma ciência autônoma com o seu objeto de estudo e método próprios de investigação científica graças aos trabalhos de Alexander von Humboldt e de Karl Ritter, no século XIX.

A atuação de viajantes, cientistas e de exploradores aliado ao interesse dos Estados de conhecerem, explorarem e dominarem áreas pouco exploradas muito contribuíram para que a Geografia se tornasse uma disciplina científica.

Para Santos (2008),

Se queremos encontrar os fundamentos filosóficos da ciência geográfica no momento da sua construção entre o final do século passado e o início deste [século XX], temos que ir buscá-los em Descartes, Kant, Darwin, Comte e os positivistas, mas também em Hegel e em Marx. Isso para nos limitarmos a uns poucos nomes (SANTOS, 2008, p. 47-48).

Dizia, ainda, o estudioso sobre essas influências:

A influência de Hegel pode ser reconhecida na obra de Ratzel e mesmo nos trabalhos de Ritter. Marx teria igualmente influenciado em muitos pontos o trabalho de Ratzel, de Vidal de La Blache, de Jean Brunhes. Todavia, e por múltiplas razões, foi a herança idealista e positivista que, afinal de contas, acabou por se impor à geografia, isto é, à geografia oficial: o cartesianismo, o comtismo e o kantismo eram frequentemente apoiados e misturados aos princípios de Newton e também ao darwinismo e ao spencerismo (SANTOS, 2008, p. 48).

O desenvolvimento das Ciências Sociais e as suas sistematizações foi possibilitado, também, pelo desenvolvimento das Ciências Naturais, a exemplo da Física, da Astronomia, da Biologia, da Botânica, da Zoologia, da Química que ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, com rebatimentos para aquelas ciências, as sociais, inclusive na Geografia. As Ciências Naturais começaram a tomar forma nos séculos XVI, XVII e XVIII dentro dos conhecimentos gerais que foram surgindo durante aqueles períodos.

Andrade (1985), chamou atenção para a importância dos descobrimentos marítimos para o desenvolvimento da cartografia e para a difusão do conhecimento acerca das terras conhecidas.

Os descobrimentos marítimos, ampliando o horizonte territorial dos europeus, estimularam consideravelmente o desenvolvimento da cartografia – técnica de grande utilidade para os geógrafos – e de livros de viagem em que eram descritos, em geral com evidente fantasia, os costumes e as paisagens das terras descobertas e a serem exploradas (ANDRADE, 1985, p. 8).

Ele continuou o raciocínio, enfatizando que:

O capitalismo nascente, necessitando de matérias-primas e de mercados para colocar a sua produção, estimularia o comércio e a conquista de novos territórios. Disso decorreram a expansão comercial e o desenvolvimento das ciências naturais nos séculos XVI, XVII e XVIII, preparando as condições para o desenvolvimento das ciências sociais – uma delas a geografia – no século XIX (ANDRADE, 1985, p. 8).

Nascimento (2003), ao ter se reportado à evolução do conhecimento geográfico assinalou que:

[...] até o final do século XVIII, não havia conhecimento geográfico padronizado, sistematizado, reconhecido oficialmente como ciência. Inventários de terras e de povos, elaborados em forma de descrições e mapas, eram instrumentos de expansão e de dominação das potências europeias, com objetivos econômicos e colonialistas (NASCIMENTO, 2003, p. 6).

Não se pode deixar de mencionar a importância que teve Bernardo Varenius com seu livro *Geografia Geral* (1650) para a história do pensamento geográfico, no século XVII. E de Kant, no século XVIII. Eles deram um novo aporte ao conhecimento geográfico, quando passou a haver uma preocupação com a natureza, com a sociedade e, com as suas relações entre si.

Para Andrade (1985),

Kant [...] e Bernardo Varenius lançaram as bases de uma geografia científica que se consolidaria mais tarde. Ambos, porém, admitiam a geografia como uma ciência eminentemente descritiva, cujo conhecimento deveria ser feito a partir da observação. E essa linha de pensamento seria, em grande parte, seguida pelos fundadores da ciência geográfica (ANDRADE, 1985, p. 8).

Segundo Andrade (1998b), um outro fato a contribuir para o desenvolvimento das Ciências Sociais foi a facilidade de divulgação das ideias e do conhecimento científico naquela época.

Assim, a exemplo do que ocorreu com a Geografia, as outras ciências sociais também surgiram ou então passaram a ter autonomia no século XIX. A exceção ficou para a Economia Política que veio a se desenvolver antes, já no século XVIII, graças aos ensinamentos de Adam Smith. A Economia Política estava atrelada a questões relativas à produção, à circulação e à distribuição de riquezas, envolvendo nesse processo, a relação entre elas e a sociedade. Apesar de já vir sendo trabalhada desde o século XVIII, é Adam Smith o cientista considerado como o sistematizador daquela ciência.

Dessa forma, as influências de Humboldt e de Ritter vieram a contribuir para que a Geografia viesse a se tornar,

[...] um ramo autônomo do conhecimento, muito ligada a explicações de fenômenos físicos e muito comprometida com as posições políticas dos seus fundadores. Assim, os continuadores dos dois pioneiros, Ratzel e Élisée Reclus, que viveram nas últimas décadas do século XIX, tiveram a preocupação de defender posições políticas (ANDRADE, 2008. p. 19).

Essa defesa de posições políticas, por exemplo, se relacionava à visão que Ratzel tinha de defender uma política expansionista alemã uma vez que afirmava que a Alemanha se viu prejudicada quando da divisão do mundo pelas Metrôpoles, no período de intensificação das conquistas coloniais. De acordo com Andrade (2008), Ratzel,

[...] estava ideologicamente ligado à “necessidade” da construção de um império colonial para a Alemanha, que chegara tarde na partilha do mundo, e em desenvolver estudos que levaram à Geografia Política e à Geopolítica, utilizados pelas oligarquias e pelos ditadores em favor de uma política expansionista, pan-germanista, como o princípio do “espaço vital” (ANDRADE, 2008, p. 19).

Apesar do saber geopolítico ter sido abordado por diversos autores, em vários períodos históricos, as bases modernas desse conhecimento se firmaram no pensamento de Ratzel quando esse deu uma grande importância à integração do Império Alemão, justificando essa expansão, como uma necessidade e uma fatalidade histórica (ANDRADE, 2001).

Quanto a Reclus que era anarquista, ao contrário de Ratzel se mostrava contra essa política pan-germanista e a própria política de expansão colonial como um todo, preocupava-se, com as questões sociais se mostrando favorável e defensor da luta de classes. Reclus possuía um elenco de preocupações que diferia do pensamento de outros geógrafos de seu tempo. Um outro geógrafo anarquista, da mesma época que Reclus foi Piotr Kropótkin.

Chenkman (2014) em matéria feita para a Gazeta Russa sobre Kropótkin e as suas ideias, salientou que:

Pai do anarquismo russo, o príncipe Piotr Kropótkin (1842-1921) sonhava com um mundo sem violência e sem o poder do Estado e concebia a sociedade como uma cooperação voluntária entre pessoas livres (CHENKMAN, 2014, s/p.).

Naquela mesma matéria, Chenkman (2014) chamava atenção para a atualidade das ideias de Kropótkin “Hoje, as suas ideias não são menos atuais do que no século 19” (CHENKMAN, 2014, s/p.).

Santos (2008), ao se reportar à expansão capitalista e à posição assumida pelos geógrafos dizia que:

Diante da marcha triunfante do imperialismo, os geógrafos dividiram seus pontos de vista. De um lado, aqueles que lutavam pelo advento de um mundo mais justo, onde o espaço seria organizado com o fim de oferecer ao homem mais igualdade e mais felicidade: são os casos de Élysée Reclus e Camille Vallaux. [...] Por outro lado, aqueles que preconizaram claramente o colonialismo e o império do capital e aqueles, mais numerosos, que se imaginando humanistas não chegaram a construir uma ciência geográfica conforme a seus generosos anelos (SANTOS, 2008, p. 30).

Para Dresch (1948), a Geografia,

[...] foi no início tanto uma filosofia como uma ciência, filosofia de que os geógrafos alemães, como os historiadores, se serviram com fins políticos. Ela foi muitas vezes utilizada como um meio de propaganda nacional ou internacional, uma arma de combate entre Estados e Impérios, talvez mais ainda que a História. Seja como for, ela ainda arca com as consequências de sua juventude e das condições econômicas, sociais e políticas nas quais se desenvolveu. Pelo fato de ter seus próprios métodos, a geografia mais que nenhuma outra ciência, sofreu as influências ideológicas em curso [...] (DRESCH, 1948, p. 88 apud SANTOS, 2008, p. 29).

Além de Alexander von Humboldt que também foi um grande incentivador na criação de sociedades de Geografia que tinham por objetivo dar o apoio a expedições científicas, e de Karl Ritter, contribuíram para o desenvolvimento científico daquela ciência, naquele século XIX, como já se teve oportunidade de mencionar, Frederico Ratzel, Élysée Reclus, além de Vidal de La Blache com os estudos regionais.

Segundo Andrade (2008), se reportando ao pensamento científico daquele século, o XIX, e nele situando o advento da Geografia Moderna, reiterava que naquela ocasião,

A preocupação com o controle da natureza provocou uma expansão das ciências da observação e da experimentação, do domínio da razão prática, como diria Kant. Os cientistas procuraram acumular

conhecimentos empíricos e fazer as suas formulações teóricas; os governos dos países mais comprometidos com a expansão colonial, como a Inglaterra, a França, a Prússia e, após 1871, a Alemanha, a Rússia etc., estimularam a formação de sociedades geográficas que patrocinavam expedições científicas ao interior da África, da Ásia e da América do Sul, à procura de recursos susceptíveis de exploração (ANDRADE, 2008, p. 76-77).

Ele ressaltava, ainda, que:

Mesmo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, foram numerosos os cientistas europeus que percorreram trechos do nosso território, escrevendo livros a respeito das condições naturais e das suas formas de exploração. Livros em que analisavam as condições de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento da Antropologia Cultural, ciência muito próxima da Geografia Humana (ANDRADE, 2008, p. 77).

Não se pode deixar de mencionar as contribuições dadas no século XIX por Charles Darwin com a sua teoria da evolução das espécies; Ernst Haeckel, discípulo de Darwin que cunhou o termo Ecologia que estudaria as relações e as inter-relações existentes entre o ser humano e seu meio e, Herbert Spencer.

Para Andrade (2008),

[...] Herbert Spencer desenvolveria o evolucionismo, que contribuía para trazer aos estudos sociais as idéias darwinistas. O evolucionismo levaria ao organicismo - comparação da sociedade a um organismo – e à crença no progresso contínuo e no aperfeiçoamento do homem, tão comum aos positivistas e aos anarquistas da segunda metade de século XIX (ANDRADE, 2008, p. 77-78).

Na opinião de Andrade (2008),

Se a seleção natural, como ensinava Darwin, se realizava através da luta entre as espécies, vencendo os mais capazes, transportado este axioma para as ciências sociais poderiam os capitalistas justificar a vitória dos bem-sucedidos como o resultado de sua capacidade superior e a derrota dos demais em face da sua incapacidade natural. Este pensamento, no plano individual, justificava os grandes desníveis sociais, a presença dos muito ricos ao lado dos miseráveis, e no plano coletivo justificava a dominação dos estados mais fortes, mais capazes sobre os mais fracos, os dominados e explorados. Justificavam assim, a um só tempo, as desigualdades sociais no plano interno e a dominação colonial no plano externo. Naturalmente, estas idéias não passariam despercebidas aos fundadores da Geografia (ANDRADE, 2008, p. 78).

Andrade (2008) chamou atenção, também, nesse século XIX, para as ideias trabalhadas por Friedrich Engels, destacando que em seus livros que abordam a natureza e a sociedade, ele “dá grande importância às relações entre o homem e o meio, mostrando dialeticamente como os dois agem e reagem” (ANDRADE, 2008, p. 79). Destacou ainda o autor que em *Dialética da Natureza* (1883), Engels analisou,

[...] as transformações dialéticas provocadas na natureza virgem, pela ação do homem, explicando como ela, ao se reconstituir, não o fazia de forma semelhante à primitiva, mas apresentando novas características (ANDRADE, 2008, p. 79).

Andrade (1998b) salientou, também, as ideias trabalhadas por Karl Marx no livro *O Capital* (1970) quando esse se reportando à expansão do sistema Capitalista, procurava explicar,

[...] as relações existentes entre o homem e a natureza, estabelecendo o processo de transformação das sociedades naturais, pré-capitalistas, para as sociedades industriais, capitalistas, em que o homem diminuía a influência do meio natural e o transformava em função de uma mais rápida acumulação de capitais, sem levar em conta os danos ecológicos e sociais dessa transformação (ANDRADE, 1998b, p. 19).

Desses cientistas citados alguns foram os responsáveis pela formulação do método geográfico, consolidado a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Esse método está fundamentado em cinco princípios enunciados por Frederico Ratzel (extensão), Karl Ritter (analogia ou princípio da geografia geral), Alexander von Humboldt (causalidade) e, Jean Brunhes (princípios da conexidade e da atividade).

Para Gallero (2010), se reportando às origens do conhecimento geográfico com base no pensamento de Andrade, expressava que este autor,

Si bien considera a la Geografía como ciencia autónoma desde los trabajos de Humboldt y Ritter no subestimaba los antecedentes de Herodoto, Estrabón, Ptolomeo y los viajeros de la Edad Media, Marco Polo, Ibn Batuta e Ibn Khaldun, considerando al último como uno de los predecesores de la geografía humana. A los científicos alemanes del Siglo XIX los relacionó claramente con el desarrollo del capitalismo de aquel país, en el que no desapareceu los grandes

terratamentos mientras se produce la aparición de uma industria pujante (GALLERO, 2010, p. 106).

De fato, Andrade sempre esteve a mencionar em seus trabalhos que tratam sobre a evolução do conhecimento geográfico que, antes mesmo da Geografia se tornar uma ciência, o conhecimento geográfico já era praticado desde a pré-história. Assim, a Geografia é inerente ao ser humano como prática de vida. Dizia ele:

Na pré-história, na Antiguidade e na Idade Média [...] a Geografia era utilizada apenas para desenhar roteiros a serem percorridos, para indicar os recursos a serem explorados, para analisar as relações meteorológicas etc., estando profundamente identificada com a Cartografia e com a Astronomia. Assim, os grandes geógrafos eram sobretudo cartógrafos e/ou astrônomos [...] (ANDRADE, 2008, p. 18).

Nascimento (2003), sobre esse assunto mencionava:

A história da Geografia está implicitamente associada à própria história da humanidade, à sua evolução. O *instinto geográfico* – ou seja, o sentido de orientação, localização, de deslocamento no espaço terrestre – integra, não somente a natureza humana, mas também a animal, já que os seres irracionais o possuem em graus diversos. No homem, todavia, essa faculdade é trabalhada pela razão (NASCIMENTO, 2003, p. 5).

A Geografia nos primeiros tempos já como ciência não teve uma aceitação, imediata, pelas Universidades. Dizia Andrade (2008), que apesar dos trabalhos que foram realizados pelos seus criadores e seguidores,

A sua preocupação principal, sobretudo no ensino secundário, continuou a ser a de informar a respeito das várias áreas do globo terrestre, catalogando nomes de montanhas, de rios, de mares, de cidades, de países e de recursos produzidos. Era, assim, um ramo do conhecimento meramente informativo, que não estimulava a reflexão mais profunda (ANDRADE, 2008, p. 19-20).

Na verdade, essa situação refletia o processo histórico dessa consolidação da Geografia como ciência, a sua época e os objetivos que eram pretendidos por parte daqueles cientistas, instituições científicas e, os próprios Estados, no sentido de conhecer as diferentes áreas, seu povo, a situação política e militar, bem como, o potencial existente para ser explorado. Era, na verdade, um trabalho de descrever

os recursos, descrever a Terra “como se a simples descrição constituísse uma atividade científica” (ANDRADE, 2008, p. 20).

A importância destas descrições, às vezes eivadas de fantasias ditadas pela imaginação dos autores, às vezes preocupadas com a explicação dos principais fenômenos descritos, iria dar origem, na primeira metade do século XX, a uma multiplicidade de enfoques geográficos. Havia uma Geografia dos exploradores, desenvolvida pelas sociedades exploradoras [...] uma Geografia vulgar, popular [...]; e uma terceira, a Geografia dita científica, cultivada nas Universidades [...] (ANDRADE, 2008, p. 20).

A diferença entre elas estava na forma como se trabalhava a ciência, os conteúdos identificados e, os fins a que a mesma se destinava. O primeiro enfoque estava relacionado a um inventário de dados que levassem ao conhecimento de determinadas áreas que ainda eram pouco conhecidas. O enfoque vulgar era representado pelo registro em mapas, de informações sobre elementos que eram de grande interesse para a época, a exemplo de acidentes geográficos, unidades político-administrativas, fronteiras entre unidades políticas, dados econômicos e outros. O terceiro enfoque correspondia à Geografia Científica “cultivada nas Universidades, em que havia disciplinas específicas de Geografia, que procuravam para esta ciência, o seu paradigma, a sua caracterização” (ANDRADE, 2008, p. 20).

Dada à dinamicidade que caracteriza o conhecimento científico que ao longo do tempo evolui em função das mudanças políticas, econômicas, sociais que vão ocorrendo, com reflexos sobre a formulação do pensamento científico, Andrade (1998b), chamava atenção para o fato de que “o objeto e os objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais” (ANDRADE, 1998b, p. 17).

Assim, a Geografia no seu processo de evolução a partir do momento em que passa a ser uma ciência, teve o seu objeto de estudo e os seus objetivos modificados ao longo do tempo, face à dinamicidade que é própria do conhecimento científico.

Para Santos (2008),

Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a

realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar (SANTOS, 2008, p. 18).

No Brasil, como já se teve oportunidade de mencionar, no início desse Capítulo, a Geografia científica do século XIX chega ao país, no início do século XX, após a Revolução de Trinta, com as contribuições de Delgado de Carvalho.

Antes de se fazer uma reflexão sobre essa Geografia no Brasil, o seu surgimento e a sua prática faz-se necessário conhecer um pouco as narrativas, os trabalhos escritos pelos cronistas e missionários do Período Colonial, séculos XVI, XVII e XVIII e pelos viajantes e cientistas do século XIX, da época Imperial, como uma forma de se conhecer por intermédio de suas contribuições, o Brasil daquela época, os usos e costumes da população que ali habitava, as formas de ocupação, uso das terras e dos recursos dos seus habitantes, no caso, os indígenas, as questões relativas à religiosidade do povo, à diversidade da flora e da fauna brasileiras, etc. É importante se ter o conhecimento, de fato, daqueles povos que viviam no solo brasileiro e, que, muitas vezes a história omite, como se essa terra estivesse desabitada e a presença humana tivesse início a partir do processo de conquista e ocupação do território pelos europeus.

A respeito disso, Andrade em seu livro *O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade* (1994b), no Capítulo *Formação Territorial do Brasil: Geopolítica e Ecologia*, ao se reportar à ocupação do território brasileiro, ressaltou:

Antes de se fazer uma análise do processo de ocupação do litoral, é preciso salientar que ela não foi feita em um território desocupado, mas em uma área povoada por povos indígenas que dispunham de uma certa organização político-social. Mas eram tribos e nações que lutavam entre si, o que tornou fácil a tarefa de conquista, onde os portugueses se aliaram a determinados grupos para derrotar os outros, eliminando gradativamente aos dois. Era a política do dividir para reinar (ANDRADE, 1994b, p. 14).

Prova dessa omissão é que os livros de história na maioria das vezes ao trabalhar o Brasil deixam de dedicar um Capítulo aos indígenas, primeiros habitantes da terra. Muito tem que ser estudado sobre eles.

Andrade (2004b) chamou atenção para esse fato, alertando:

É comum os historiadores iniciarem os ensaios de história pernambucana a partir da chegada e da conquista portuguesa, como se o Brasil e, em particular Pernambuco, renegassem o passado indígena, considerando-se uma civilização europeia nos trópicos. Grande engano. As marcas da cultura indígena subsistiram e, apesar de dominadas, ainda hoje reaparecem na vida e na cultura pernambucana. O mesmo acontecendo com a cultura negra introduzida pelos escravos africanos (ANDRADE, 2004b, p. 9).

A partir dessa colocação é que ele teve o cuidado ao escrever *Pernambuco: Cinco Séculos de Colonização* (2004b), de iniciar o livro com um Capítulo dedicado ao Século XV, trabalhando os indígenas: gênero de vida, organização do território e migrações sazonais e, outro subcapítulo sobre os primeiros contatos de navegadores europeus com o litoral pernambucano: *Vicente Pinzón*.

Dizia o estudioso que:

Ao estudar a história de Pernambuco, deve-se iniciá-la pela vida e ação dos grupos indígenas que contribuíram para a formação da identidade e que, ainda hoje, apresentam marcas importantes em determinados pontos do território pernambucano [...] (ANDRADE, 2004b, p. 9).

Essas marcas estão representadas pela presença de comunidades indígenas existentes na região do Agreste, a exemplo dos fulni-ô no município de Águas Belas, os xucurus em Cimbres, no município de Pesqueira e, no Sertão pelos pancararus, no município de Tacaratu. Afora esses, existem, também, outras comunidades de menor expressão dispersas por outros municípios de Pernambuco.

Dessa maneira, é importante que se recue no tempo, chegando àquele momento da contribuição dada por cronistas coloniais e missionários já mencionados que através dos seus relatos, tratados e cartas legaram informações sobre o Brasil.

Sobre esse assunto, Moraes (1999),

[...] ressalta que ainda perduram questões historiográficas básicas para a história do pensamento geográfico e da Geografia no Brasil, enfatizando a necessidade de estudos sobre o período colonial, como um campo quase inexplorado, no que toca às narrativas e roteiros de viagens dos primeiros cronistas e viajantes coloniais (MORAES, 1999, p. 18 apud CAMARGO, 2002, p. 79).

Entre os relatos feitos pelos que aqui estiveram, salientam-se, primeiramente, aqueles realizados por Pero Vaz de Caminha que, em sua Carta ao Rei de Portugal, D. Manuel, enalteceu a grandiosidade da terra onde a armada de Pedro Álvares Cabral aportou, mencionando a riqueza, a beleza e, a diversidade da flora e da fauna encontradas. Silva (1997), em Seminário na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) sobre *Tordesilhas: um marco geopolítico*, falando sobre uma das afirmativas existente nesse documento, feitas pelo próprio Caminha mencionou:

O “achamento” do Brasil, conforme denuncia a carta de Pero Vaz de Caminha que declara ter “encontrado a terra de Santa Cruz” (e não descoberto), na visão de muitos historiadores, entre os quais Frédéric Mauro, não se trata de obra do acaso. O Novo Mundo, como sempre foi reconhecido pelos portugueses, serviu inicialmente de base para a carreira da Índia (SILVA, 1997, p. 32-33).

Não se pode deixar de registrar a colaboração dada pelos jesuítas Padre Manuel da Nóbrega e José de Anchieta que aqui chegaram em 1549 e 1553, respectivamente, acompanhando os dois primeiros Governadores Gerais: Tomé de Sousa e Duarte da Costa. A vinda desses jesuítas tinha o propósito de promover a catequização dos índios, ensinando-lhes a língua portuguesa e a religião Católica. Em suas Cartas, eles deixaram registradas informações sobre os indígenas, a fauna e a flora brasileiras.

Um outro jesuíta foi Fernão Cardim que publicou um livro intitulado *Do Clima e Terra do Brasil*. Luciani (1998) em seu trabalho *Fernão Cardim (1540-1625)*, salientou que os textos que foram produzidos pelo autor,

[...] entre 1583 e 1601 durante sua primeira estadia no Brasil, foram reunidos e publicados em português sob sua autoria apenas em 1925. Essa primeira edição, [...] organizada por Rodolfo Garcia, Capistrano de Abreu e Afrânio Peixoto sob o título *Tratados da Terra e Gente do Brasil* reúne três escritos de Cardim que são de grande valor para os estudos da História do Brasil Colonial no que diz respeito [...] à descrição da paisagem e dos animais americanos, mas também às atividades econômicas das capitanias compreendidas entre Pernambuco e São Vicente e, sobretudo, aos costumes dos povos indígenas e à ação das missões jesuíticas na Colônia (LUCIANI, 1998).

Muitas das narrativas que tinham como origem, as observações pessoais ou mesmo informações obtidas por ouvir de outras pessoas, deram origem a livros que foram publicados muitos anos depois das estadas dos seus autores, no Brasil.

Como exemplo de publicação que foi gerada, cita-se a de Hans-Staden, *História de uma Terra chamada América* (1556).

Como mencionou Ferri (1994),

Contém esse livro muitas informações a respeito de nossa vegetação. Já se refere à exportação do Pau-brasil, menciona a fabricação do cauim, as culturas de milho, mandioca, algodão, etc. Refere-se ao uso do fogo pelos indígenas para limpar as áreas a serem cultivadas: nos lugares onde querem plantar; derrubam as árvores e as deixam secar um a três meses, depois põem fogo e queimam-nas; em seguida plantam entre os tocos a mandioca [...] (FERRI, 1994, p. 176 apud CAMARGO, 2002, p. 80).

Camargo (2002) em seu artigo *A Contribuição dos Cronistas Coloniais e Missionários para o Conhecimento do Território Brasileiro* destacou a presença também, nesse primeiro século de colonização, de dois missionários franceses, André de Thevet que escreveu o livro *Les Singularités de la France Antartique* (1557) e Jean de Lery autor de *Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil, autrement dite Amerique* (1578). Sobre a atuação desses missionários, Costa Pereira (s/d) afirmou:

Os trabalhos de ambos constituem fontes da geografia do Brasil. Encerram informações interessantes, sobretudo em relação à geografia humana do sul do país. Obedecem, contudo, em sua feitura aos modelos clássicos da época, já profligados por De Martonne e outros. A “Cosmografia de Thevet”, em particular, é o protótipo de descrição geográfica literária do século XVI, misturando fatos verídicos com imaginações, cheia, além disso, de enxertos, constantes de assuntos complementares estranhos à consideração de um cosmógrafo do rei (COSTA PEREIRA, s/d, p. 32 apud CAMARGO, 2002, p. 81).

Outros cronistas, viajantes e missionários também vieram para o Brasil no século XVI, contribuindo com as suas narrações para o conhecimento da natureza e o modo de vida dos habitantes que aqui encontraram.

O século XVII é representado pela presença do naturalista Guilherme Piso autor do livro *Tratado de Medicina Brasileira* publicado em 1648, resultado de suas pesquisas nas áreas da Botânica e da Medicina. Ao pesquisar a flora brasileira, Piso

teve a preocupação não apenas de identificar as espécies vegetais, mas também as suas finalidades, o valor que as mesmas tinham no tratamento de doenças ou sejam as suas propriedades terapêuticas. Além dessas pesquisas ele se preocupou com outras áreas do conhecimento, como a Zoologia e a Astronomia.

Outro naturalista e, também, médico que atuou fazendo observações e pesquisas sobre a flora e a fauna brasileiras, mais especificamente do Nordeste, nesse século XVII foi Jorge Marcgrave. O seu material de pesquisa deu origem ao livro publicado em 1648, organizado por João de Laet, intitulado *História Natural do Brasil*. Marcgrave atuou ainda como pesquisador na área da Astronomia.

Camargo (2002) se referindo a Marcgrave, afirmou que ele:

Dedicou-se também [...] às pesquisas de caráter geográfico e cartográfico, fazendo descrições consideradas surpreendentes para a época, sobre a Geografia Física, Humana e Agrária, pois segundo alguns autores, ele tinha uma visão científica e uma preparação técnica muito maior do que os outros pesquisadores que o antecederam (CAMARGO, 2002, p. 85).

No século XVIII chega ao Brasil a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Costa Pereira (s/d) se reportando a esse pesquisador, disse:

[...] Alexandre Ferreira desenvolveu invulgar atividade científica e patriótica. É incrível mesmo a variedade de assuntos focalizados. Somente no que tange à Geografia, suas preocupações foram da Geografia Física e Matemática à Geografia Humana, Política, Econômica e Agrária. Em todos esses campos deixou contribuições valiosas, feitas à custa de razoável metodologia, para a época. Seu enciclopedismo foi assim mais científico do que literário. O próprio estilo de Ferreira, em geral conciso, positivo, nem sempre agradável, expressa bem a sua formação cultural e a sua maneira de ser. Nada menos de cinco monografias encerram matéria de interesse para a Geografia: a do rio Negro, a do rio Madeira, a da Marinha Interior, a da Agricultura no Grão-Pará, e a das enfermidades endêmicas em Mato Grosso (COSTA PEREIRA, s/d, p. 338 apud CAMARGO, 2002, p. 87).

Segundo Camargo (2002), outros pesquisadores aqui chegaram no século XVIII interessados na observação da flora e da fauna, a exemplo de Pedro Teixeira e Frei José Mariano da Conceição.

A contribuição desses cronistas, viajantes, missionários foi de grande importância para o conhecimento de alguns aspectos que caracterizavam o território

brasileiro, naqueles séculos quando aqui eles estiveram contribuindo assim para o enriquecimento do conhecimento geográfico. Contudo, como assinalou Camargo (2002),

[...] durante os primeiros períodos da nossa colonização, até o século XVIII, não vamos encontrar trabalhos de caráter puramente científicos em nosso País, mas fica evidente a grande preocupação em reconhecer, identificar, descrever e classificar sistematicamente as espécies vegetais e animais aqui encontradas, e que tanto diferiam das já conhecidas pelos europeus (CAMARGO, 2002, p. 88).

Na opinião de Andrade (1994c), a literatura de interesse geográfico representada pelo material produzido pelos cronistas, correspondia a:

[...] uma produção literária variada e que foge a qualquer critério metodológico, embora dê uma contribuição muito positiva sobre a realidade brasileira da época, analisando a ocupação do espaço, a distribuição da população, as formas de utilização do solo, a organização político-social, o sistema de transportes, etc (ANDRADE, 1994c, p. 67).

Da mesma opinião foi a afirmativa de Camargo (2002), referindo-se às anotações, livros e relatos dos cronistas e missionários: “Aspectos geográficos também foram descritos e ressaltados por vários cronistas, com observações sobre o uso da terra, as culturas, o clima, as populações e sua relação com o meio ambiente” (CAMARGO, 2002, p. 89).

Salientava Andrade (1994c), que:

A origem dos estudiosos era a mais diversa, há depoimentos de portugueses, de espanhóis, de italianos (Amerigo Vespucci), de alemães (Hans Staden), de holandeses (Adrien van der Dussen), etc. O nível e o interesse desses livros, porém é muito variado, destacando-se pela sua importância, livros analíticos como o de Antonil que mereceu várias edições críticas (ANDRADE, 1994c, p. 67).

Para Camargo (2002),

Apesar do esforço e da tenacidade desses primeiros cronistas e missionários em tentar compreender e estudar a terra pátria, é preciso ressaltar que esse esforço nunca foi reconhecido, nem apoiado pelo Governo brasileiro o qual, influenciado pela Metrópole, sempre procurou barrar o espírito de investigação e o

desenvolvimento das ciências experimentais, pois o interesse maior sempre foi o de explorar ao máximo a Colônia em benefício da Metrópole (CAMARGO, 2002, p. 89).

Andrade (1994c), chamava atenção, também, para o fato de que:

Aos livros dos cronistas seguiram-se os dos viajantes estrangeiros, em grande parte cientistas que vieram ao nosso país na primeira metade do século XIX, fizeram longas viagens, observando, colhendo informações e material de estudo. Eram quase sempre naturalistas, mineralogistas como Varnhagen ou Eschwege, ou botânicos e zoólogos como Gardner, como Spix, como Martius, como Saint Hillaire, que passaram anos percorrendo os nossos sertões, coletando amostras de plantas e minerais, estudando a flora e a fauna brasileiras (ANDRADE, 1994c, p. 68).

O resultado dessas pesquisas também representou importante fonte de informações sobre as condições naturais, a população, o processo de ocupação das áreas por eles conhecidas e trabalhadas.

Dessa época, Andrade (1994c) citou, ainda, a participação de Tollenare e de Henry Koster “[...] fizeram importantes descrições da sociedade e da natureza do país que vivia a fase de transição da Colônia para a Independência” (ANDRADE, 1994c, p. 68).

Tollenare e Koster quando estiveram no Nordeste no começo do século XIX, deixaram impressões sobre a cultura do algodão que era cultivada na região. A esse respeito, Andrade (1964) salientou:

[...] afirmavam que os grandes proprietários de terras, após a abertura dos portos, eufóricos com os altos preços do algodão, organizavam verdadeiras *plantations* deste produto. Cultivavam-no aristocraticamente, como faziam com a cana de açúcar. [...] Poucas eram as despesas com a manutenção dos escravos, uma vez que não davam carne aos mesmos, alimentando-os com farinha e angu de milho, obrigando-os a cultivar a mandioca e o milho, este em associação com a malvácea (TOLLENARE; 1958, p. 112 e segs.; KOSTER, 1934, p. 462 apud ANDRADE, 1964, p. 147).

Destacou, no período Imperial e na Primeira República, as contribuições dadas por estudiosos que vieram ao Brasil, ou mesmo por cientistas brasileiros, que em suas pesquisas contemplaram áreas que eram de interesse do Governo. Entre esses cientistas estavam Halfeld, Orville Derby, Agassis e Brenner.

No Brasil do século XIX, os estudos geográficos estão representados, também, por aqueles trabalhos realizados por escritores que deram as suas contribuições no final daquele período e, nos primeiros anos do século XX. Entre esses pesquisadores, salientam-se, Capistrano de Abreu com *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; Euclides da Cunha com *Os Sertões*; Joaquim Nabuco com *Um Estadista do Império*; o Barão do Rio Branco e outros que deixaram expressos em seus discursos, muitos deles editados posteriormente, em seus livros e, nos registros de suas atuações política na defesa de determinadas causas, como a abolicionista e a da demarcação de fronteiras entre o Brasil e países vizinhos da América do Sul, contribuições de interesse da Geografia e que, de alguma forma deram suporte a essa ciência. Esses profissionais quase sempre foram representados por juristas, engenheiros, historiadores, advogados e, poucos eram geógrafos.

Segundo Andrade (1994c), Capistrano de Abreu foi, sobretudo historiador,

mas, divergindo dos historiadores de então, que se preocupavam em descrever os fatos históricos e administrativos, procurou tomar o homem como centro da história e analisou, em trabalhos de grande valor, o processo de conquista e de ocupação do espaço brasileiro, fazendo interpretações de grande comprometimento com o conhecimento geográfico. Ele pode ser considerado, [...] um dos principais precursores da geografia científica no Brasil (ANDRADE, 1994c, p. 69).

Procurando fazer uma abordagem sobre a contribuição à Geografia dada por Euclides da Cunha, chama logo atenção aquela contida em sua obra, especialmente, no livro, *Os Sertões*, escrito em 1902. Reportando-se a este, Ribeiro (2016) declarou que ele:

[...] ultrapassa os limites da arte literária ao percorrer com afinco, entre outros, temas próprios da sociologia, da antropologia e da geografia. Lidando com assuntos tão abrangentes e apresentando alternância de enfoques, fundindo abordagens ensaística e narração literária, o livro é tido por estudiosos como Antônio Cândido e Alfredo Bosi como de difícil classificação (RIBEIRO, 2016, s/n).

Bosi (1994) ao se referir à dificuldade de inserir essa obra em algum gênero literário, chamou atenção para o fato de que,

É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em prejuízo paralisante. Ao contrário, a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo. A descrição minuciosa da terra, do homem e da luta situa-o no nível da cultura científica e histórica. Seu autor fez geografia humana e sociologia como um espírito atilado poderia fazê-las no começo do século, em nosso meio intelectual, então avesso à observação demorada e à pesquisa pura (BOSI, 1994, p.309 apud RIBEIRO, 2016, s/n).

Ainda sobre *Os Sertões*, Ribeiro (2016), afirmou que Euclides da Cunha seguiu uma linha determinista, acrescentando que:

A estrutura do trabalho apresenta um caminho do método geográfico, a relação entre a sociedade e o meio. Primeiro, “A Terra”, depois “O Homem”, e então “A Luta”, a relação do homem e do espaço sobre a ótica do fenômeno bélico (RIBEIRO, 2016, s/n).

A contribuição à Geografia dada pelo jurista e historiador Joaquim Nabuco esteve relacionada ao seu empenho no movimento Abolicionista no país. Nabuco tinha ideais libertárias e antiescravistas, lutou em defesa dos escravos negros e, como escritor publicou vários livros sobre essa temática, a exemplo de: *O Abolicionismo* (1883); *Campanha Abolicionista no Recife* (1885); *Escravos - poesia* (1886); *Minha Formação - memórias* (1900).

O legado deixado por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, segundo Moraes (2012) pode ser analisado,

[...] pelo viés da geografia política, em função de seu importante papel como definidor das fronteiras estatais na América do Sul; logo, como construtor prático de territórios. Pode-se analisá-lo também, do ponto de vista da história da ciência, pela qualidade de seu trabalho geográfico, que o tornou intérprete da formação territorial do Brasil. Em sua atuação, os dois planos se interpenetram, pois o conhecimento disciplinar da geografia foi muito mobilizado na atividade diplomática, o que abre outro campo de investigação (MORAES, 2012, p. 231-232).

Face aos litígios de fronteiras que existiam entre o Brasil e países da América do Sul, intensa foi a sua atuação como diplomata, na demarcação das mesmas.

Como dizia Andrade (2001) “A República herdaria uma série de questões fronteiriças com a França, a Inglaterra, a Bolívia e com a Argentina” (ANDRADE,

2001, p. 12), o que levou políticos, como: o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco a desenvolverem estudos geográficos e geopolíticos sobre o assunto. Os problemas fronteiriços com esses países estavam relacionados às questões das Guianas, do Acre e de Palmas.

A partir dos Tratados surgidos entre os países envolvidos passou a haver um novo contorno do território brasileiro.

Reportando-se em seu artigo *O Barão do Rio Branco e a Geografia*, Moraes (2012) assinalou:

A Grande Encyclopédie é, com certeza, a obra na qual as concepções de Geografia de Rio Branco estão mais explícitas. O livro, organizado por Émile Levasseur, traz um verbete, claramente estruturado e redigido pelo Barão, sobre o Brasil, o qual ganhou uma edição específica, intitulada *Le Brésil*, publicada em Paris, em 1889, pela editora H. Lamirault (MORAES, 2012, p. 232).

Ao se estudar a questão relativa à história do pensamento geográfico necessário se faz reportar a Bray (1999). De acordo com ele,

[...] a preocupação com os estudos relativos à história do pensamento geográfico ampliou-se significativamente nas últimas décadas, em virtude das grandes discussões e revisões epistemológicas ocorridas na comunidade geográfica nacional e internacional, principalmente a partir dos anos 60 (BRAY, 1999: 3 apud CAMARGO, 2002, p. 79).

Andrade ao tentar construir o processo histórico de evolução do conhecimento geográfico no país, procurou estabelecer uma linha do tempo, partindo do momento da institucionalização da Geografia Científica, apesar de saber da grande contribuição que foi dada para esse desenvolvimento, pelos cronistas e missionários do período do Brasil Colônia e, pelos ensaístas do período Imperial. Assim, admitiu ter havido fases que se sucederam nesse processo, uma após outra, salientando a dinâmica das mesmas uma vez que elas não eram estáticas, mas se interpenetravam. Elas não possuíam limites fixos que as separassem uma da outra. Ao se iniciar uma nova fase, essa apresentava, ainda, características da anterior que não havia ainda sido finalizada. Torna-se necessária essa identificação da evolução do conhecimento geográfico através de fases em virtude das mudanças que

ocorrem ao longo do tempo com o aporte dado à ciência por novos estudos, por novas discussões, pelos novos conhecimentos que a ela são agregados.

De acordo com Andrade (1999a),

Admitimos que se sucederam, no Brasil, abstraindo-se as crônicas do período colonial e os ensaios do período imperial, as diversas fases que se seguem: a dos precursores da geografia acadêmica ou científica, a dos geógrafos chamados geralmente de clássicos e a dos geógrafos modernos. Esta última por ser a mais recente, ocorrida no período em que a produção geográfica foi maior, compreende várias correntes como, entre outras, a teórica, a marxista, a da percepção, a ambientalista e a de outros grupos neopositivistas e dialéticos de menor expressão (ANDRADE, 1999a, p. 22).

Dizia ele sobre essa estruturação em fases que a dificuldade de se estabelecer os limites entre as mesmas se prendia ao fato de que,

[...] as transformações e as mudanças na orientação do estudo e do ensino da Geografia se processam lentamente e em uma mesma fase há autores que se encontram em um e em outro período, da mesma forma que um mesmo autor participa, através dos seus trabalhos, de dois períodos que se sucedem (ANDRADE, 2008, p. 99-100).

Na classificação por ele apresentada, a primeira fase, a dos precursores da Geografia Científica no Brasil correspondeu a:

[...] autores que publicaram, nas três primeiras décadas do século XX, livros especificamente de geografia ou livros de análise do meio ambiente e das paisagens de grande interesse (ANDRADE, 1999a, p. 22).

Entre os autores que integraram essa fase estão aqueles que produziram trabalhos nos primeiros anos do século XX. Nesse período já se fazia presente, no Brasil, a influência dos geógrafos que formavam as escolas Francesa e Alemã. Essa influência estava presente nas ideias desenvolvidas por Delgado de Carvalho, Raimundo Lopes, Agamenon Magalhães, Everardo Backheuser e, tantos outros que deram as suas contribuições à Geografia brasileira.

Andrade (2008) se reportando aos trabalhos existentes no início do século XX chamava atenção para o fato de que,

[...] ainda na chamada República Velha foram publicados livros de interesse geográfico, influenciados sobretudo pelos geógrafos alemães e franceses, mas eram publicados desvinculados de um movimento organizado. Deixando de lado os livros que apenas incidentalmente tinham interesse geográfico, podemos apontar como especificamente geográficos os trabalhos de Delgado de Carvalho [...] (ANDRADE, 2008, p. 129).

A contribuição de Delgado de Carvalho esteve presente pela sua atuação na defesa de um ensino moderno da Geografia nas escolas de nível elementar e médio brasileiras com propostas para alterações na forma como esta disciplina no currículo escolar estava distribuída pelas séries, na maneira como ela estava sendo trabalhada e, nos conteúdos programáticos da mesma. Contribuiu, também, com seus livros, nas áreas da geografia regional, quando escreveu *Le Brésil Meridional: étude économique sur les états de sud* (1910), da geografia física com *Météorologie du Brésil* (1917), além do ensino, como já foi salientado quando escreveu *Methodologia do Ensino Geographico: introdução aos estudos da Geografia Moderna*, publicado em 1925.

Sobre Delgado de Carvalho, Andrade (1999a) fez alusão ao fato de que ele foi:

[...] o introdutor dos métodos de pesquisas geográficas francesas e do interesse pela geografia regional. Na época, discutia-se nas universidades francesas a natureza e as características das regiões. Após o seu livro básico – O Brasil Meridional – [...] voltou-se para o ensino e a metodologia de pesquisa geográfica, tornando-se o primeiro geógrafo brasileiro (ANDRADE, 1999a, p. 23).

Segundo Rocha (2000), Delgado de Carvalho em *Methodologia do Ensino Geographico: introdução aos estudos da Geografia Moderna* (1925), demonstrou preocupação e fez críticas ao fato do ensino da Geografia no currículo escolar do ensino Secundário ser dirigido apenas às duas primeiras séries, ou seja, aqueles alunos que estão iniciando seus estudos e que, como salientava não tinham ainda maturidade para cursar essa disciplina.

Dizia Carvalho (1925),

O erro é antigo, é herdado de geração em geração: existe uma infundada tradição que quer que sejam preparadas antes de tudo as matérias fáceis, e a geographia é considerada como a mais fácil de

todas porque, na opinião corrente, tradicional e errada, ainda é apenas questão de memória (CARVALHO, 1925, p. 16 apud ROCHA, 2000, s/p.).

Outra preocupação de Carvalho, colocada por Rocha (2000) foi a dos alunos serem levados pelos professores a decorar uma série de nomes relacionados aos temas que estavam sendo ensinados. Para ele, a Geografia que era ensinada se caracterizava por ser mnemotécnica.

Assumindo uma postura diferente daquela que estava sendo adotada no ensino da Geografia escolar, até porque Delgado tendo feito seus estudos na Europa, aqui chegando na primeira década do século XX, trazia uma grande bagagem cultural e intelectual, cheio de ideias e ideais novos querendo aplicar um pouco do que aprendeu e vivenciou no Velho Mundo, propôs:

[...] um conhecimento mais científico da Geografia. Execrou a mera nomenclatura, defendendo um estudo que partisse da geografia física elementar. No seu ponto de vista, ninguém poderia de fato desenvolver um estudo sério de Geografia se não tivesse como ponto de partida a fisiografia. Afirmou também que nas aulas referentes à geografia humana deveria se dar maior destaque à antropogeografia, fato que já começava a se verificar em países europeus (ROCHA, 2000, s/p.).

Carvalho defendia ainda, a utilização do método comparativo, diferenciando essa Geografia por ele proposta daquela desenvolvida anteriormente; a abordagem sobre o espaço, o meio vivido pelo aluno; a ênfase que o professor deveria dar em suas aulas, aos assuntos que dissessem respeito ao Brasil. Sobre isso, orientava os professores no sentido de que, os assuntos que não se referissem ao país fossem ensinados, mas que eles não se estendessem muito. Dizia:

[...] deixemos o estudo mais detalhado das geleiras aos estudantes suíços e o exame circunstanciado dos vulcões aos japoneses e aos equatorianos. Insistamos, em compensação, sobre climatologia tropical, sobre tipos de formação litorânea, recifes, etc (CARVALHO, 1925, p. 7 apud ROCHA, 2000, s/p.).

Delgado procurou dar uma nova orientação teórico-metodológica ao ensino. A resistência que enfrentou ao sugerir a implementação desse novo modelo levou Ferraz (1995) a afirmar:

O combate que, ao início teve que sustentar contra a rotineira prática então vigente - que consistia no ensino da geografia puramente descritiva ou de mera nomenclatura. Delgado de Carvalho apoiado em fatos, indicando exemplos, fazendo emulação, colocando-se frente a frente com seus opositores, conseguiu convencer a todos da justeza de seus pontos de vista e da razão de ser da campanha metodológica que empreendera (FERRAZ, 1995, p. 85 apud ROCHA, 2000, s/p.).

Ele sentiu-se vitorioso em conseguir depois de muita luta e muitas críticas e resistências feitas às mudanças por ele sugeridas para o ensino da Geografia, ver o novo Programa por ele proposto ser adotado pela Congregação do Colégio Pedro II. Afirmava Delgado:

Em França, ha trinta annos era ainda a geographia do velho e sympathico Cortambert, por departamentos, que servia de eixo aos exames: Schrader e Vidal de La Blache pregaram o novo credo e venceram. Chegou a nossa vez e podemos felicitar os illustrados cathedraticos do Collegio Pedro II, Professores Raja Gabaglia e Honorio Silvestre, por terem tomado a si a nova orientação dos estudos de geographia secundaria em nosso paiz (CARVALHO, 1925:27 apud ROCHA, 2000, s/p.).

Ferraz (1995) referindo-se às ideias desenvolvidas por Delgado de Carvalho nos primeiros anos do século XX em relação à importância da educação para uma nação afirmou:

Este talhe de ideal político era reforçado pela esperança depositada no poder da ciência de libertar o homem dos atrasos e desigualdades sociais, econômicas e culturais, graças às inovações tecnológicas e ao rigor objetivo da verdade científica no desvendar os meios e segredos do mundo (FERRAZ, 1995:67 apud ROCHA, 2000, s/p.).

Uma outra contribuição de Delgado de Carvalho à Geografia foi dada aos estudos regionais no Brasil, com uma proposta de divisão do território brasileiro em regiões naturais. Essa sua divisão tornou-se clássica, exercendo grande influência no ensino da Geografia e orientando a primeira divisão regional brasileira feita por Fábio de Macedo Soares Guimarães. Assim, ela serviu de base à regionalização do IBGE realizada em 1941.

Para essa divisão regional, Guimarães orientou-se e foi muito influenciado pelos estudos feitos na Itália, em 1920, por Ricchieri ao admitir a existência de três

tipos de regiões: a elementar, a geográfica complexa e a integral e por Delgado de Carvalho. Com base nesses três tipos de regiões, Carvalho (1925) afirmou que:

[...]. A região natural é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a investigação e a observação permitem criar numa área geográfica estudada, com o intuito de salientar a importância das diferentes influências fisiográficas, respeitando, o mais possível, o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado (CARVALHO, 1925, p. 82 apud ANDRADE, 1970c, p. 39).

Comentava Andrade (1970c) sobre essa concepção de Delgado de Carvalho,

Do enunciado observa-se que, até então, ao se tentar caracterizar as regiões, dava-se uma grande importância aos elementos físicos e quase se desconhecia a influência dos fatores humanos. Eles eram, apenas, superpostos àqueles, como se o homem, modificando as condições naturais, não tivesse uma grande participação na elaboração e na diversificação das paisagens. Apesar de Ricchieri chamar as regiões de “geográficas complexas” elas eram muito mais regiões naturais que regiões geográficas (ANDRADE, 1970c, p. 39).

A divisão regional realizada por Fábio Guimarães levando em consideração o modelo europeu e que foi aplicada no Brasil, segundo Andrade (2008) levou a que Guimarães enfrentasse dificuldades, face por exemplo, à questão da escala, uma vez que o Brasil possuía dimensões continentais e o modelo europeu de regionalização havia sido direcionado a países de menores dimensões territoriais. A adaptação de uma realidade a outra bastante distinta levou a algumas imprecisões quando da realização dessa primeira divisão regional de 1941. Através dela, Fábio Guimarães identificou no país, a existência de cinco regiões naturais estabelecidas a partir do estudo de seus aspectos físicos, de clima, de vegetação e da posição geográfica que as mesmas ocupavam. Essa última característica é que levou às suas denominações: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Andrade (2008) chamava atenção para a preocupação que teve o estudioso com a delimitação dessas regiões levando em consideração os limites das unidades político-administrativas. Sabe-se, o problema que existe ao se realizar uma delimitação regional dessa forma visto que os elementos naturais bem como os ambientais e socioeconômicos extrapolam os limites político-administrativos. Por sua

vez, a divisão regional que foi realizada levando em conta apenas os fatores físicos deixou de lado a presença do homem, como se esse não tivesse atuando nesses espaços. Afirmou Andrade (2008) a esse respeito:

Também pecou o grande geógrafo por haver esquecido, em seu trabalho, as implicações humanas na produção das regiões, quando esta ideia já se generalizara nos países em que a geografia se encontrava em maior desenvolvimento (ANDRADE, 2008, p. 143).

Apesar dos problemas que foram identificados nessa regionalização, ressaltou a sua importância chamando atenção para o fato de que:

[...] o seu trabalho, hoje clássico, serviu de marco, de ponto de partida para uma reflexão sistemática para o estudo da regionalização em grandes espaços, em um país de dimensões continentais como o Brasil. Sua contribuição foi positiva, embora mereça e deva ser criticada e corrigida (ANDRADE, 2008, p. 144).

Ainda, de acordo com Andrade (1970c),

Já na década de 1920-29, eram muitos os professores de Geografia, sobretudo do Colégio Pedro II, que, procurando atualizar o ensino da disciplina em nosso país, discutiam o problema regional e faziam sugestões sobre a divisão do espaço brasileiro em regiões naturais. Com a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), coube a Fábio de Macedo Soares Guimarães realizar os estudos de síntese e dividir o país oficialmente em grandes regiões naturais (ANDRADE, 1970c, p. 39).

Abreu em seu artigo sobre *O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro* (1994) fez uma abordagem sobre a importância que teve a criação dos cursos superiores no Brasil para o desenvolvimento do conhecimento geográfico, mas ressaltou o papel desempenhado pelas contribuições de Delgado de Carvalho antes do surgimento das Faculdades de Filosofia. Assim ele expressava:

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a Geografia atingiu um patamar novo em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar o seu nascimento em meados da década de 30 acaba por encobrir o importante papel que vinha desempenhando, já há 25 anos, aquele que foi o verdadeiro introdutor da chamada “escola francesa” no País: Carlos Delgado de Carvalho (ABREU, 1994, p. 24).

Raimundo Lopes da Cunha é autor de um estudo sobre a Geografia do Maranhão sua terra natal, escrito em 1916, *Uma Região Tropical*. Corrêa (2003) falando da necessidade de se resgatar os trabalhos desenvolvidos por Raimundo Lopes, alegava que naquela Geografia do Maranhão por ele desenvolvida,

A partir de estudos de campo, de fortes traços naturalistas, o autor descreve a vegetação, a fauna, a flora, o litoral, o relevo, o clima, assim como os costumes, as tradições culturais e étnicas, e tudo mais que retrata a paisagem humana e natural do seu estado natal e do norte do Brasil (CORRÊA, 2003, p. 90).

Analisando a obra de Raimundo Lopes em seu conjunto, Corrêa considerava que:

Os interesses científicos desse autor [...] passavam pela arqueologia, geografia humana e etnologia, empreendendo importantes investigações etnográficas na região norte do país (CORRÊA, 2003, p. 89).

Além daquele livro, ele escreveu outros sobre o seu Estado e sobre Geografia Humana, entre eles: *O Torrão Maranhense* (1916) e *Antropogeografia* que foi organizado por seu irmão e publicado em 1956, quinze anos após o seu falecimento.

Segundo Andrade (2008), o Brasil também esteve presente em estudos realizados por escritores franceses, nos fins do século XIX e primeiros anos do século XX. Como exemplo, tem-se:

Na Nova Geografia Universal, de Élisée Reclus, a parte destinada ao Brasil, que recebeu a colaboração do Barão do Rio Branco, é muito interessante, quer pelas acuradas descrições, quer pelas ilustrações, pela precisão dos conceitos e afirmativas (ANDRADE, 2008, p. 130).

Ela foi traduzida pelo Barão de Ramiz Galvão e editada em português, com o título de *Estados Unidos do Brasil* (1900) pela editora Garnier.

Dizia, ainda, o autor (2008), que o Brasil fez parte, também, do projeto de Vidal de la Blache e Lucien Gallois com um estudo de Pierre Denis que elaborou um trabalho sobre o país contendo este, aspectos da economia brasileira no começo do século XX. Esse livro veio a se chamar *Le Brésil au XX e Siècle* (1911).

Em Simpósio realizado no IBGE, em 2006, sobre Tendências Atuais da Geografia Regional e Ordenamento do Território: Homenagem a Pierre Denis, o Prof. Cláudio Egler da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ressaltou que:

Denis foi um profundo conhecedor da América ao sul do Equador. Suas obras sobre o Brasil (Denis, P.; 1911) e a Argentina (Denis, P.; 1916 e 1920) são marcos de referência para o entendimento da formação das economias nacionais destes dois países nos primórdios do século XX (EGLER, 2006).

Egler (2006) teve oportunidade de destacar, ainda, o papel de Denis,

Na produção de um conhecimento geográfico sistemático sobre a América Latina no início do século XX. Na palestra foi enfatizado o papel pioneiro de Denis na questão da integração regional e foi feito um contraponto com o trabalho também pioneiro de Preston James, que introduziu a visão de América Latina, compreendendo todos os países das Américas de língua latina (EGLER, 2006).

Outro precursor da Geografia Científica brasileira foi o geopolítico Everardo Backauser, estudioso da realidade brasileira muito influenciado pelas ideias de Frederico Ratzel. Backauser, segundo Andrade (1999a) “combatia o sistema federativo e que, para inviabilizá-lo, defendia que se fizesse uma nova divisão territorial do país, que contrariasse as tradições existentes” (ANDRADE, 1999a, p. 23).

Everardo Backhauser, Teixeira de Freitas e Lysias Rodrigues vieram a se projetar mais, depois da década de 1930. Eles “[...] defendiam uma melhor ocupação dos territórios ocidentais do Brasil, uma redivisão territorial, anulando a existência dos estados e, a transferência da capital federal para o Oeste” (ANDRADE, 2001, p. 12).

Para o autor, os estudos geopolíticos desenvolvidos por eles revelavam a influência que tiveram das ideias de Ratzel e de seus discípulos, bem como, de Alberto Torres e Oliveira Viana.

Esses pensadores tiveram influência nas políticas desenvolvidas após a Revolução de 1930 quando o Governo brasileiro deu início à chamada Marcha para o Oeste e criou territórios federais. “Com o Estado Novo, o governo Vargas retirou a autonomia dos estados, transformando-os em verdadeiras províncias, no modelo do Império” (ANDRADE, 2001, p. 12). A Constituição de 1946 restaurou esta

autonomia. “Com o golpe militar de 1964, foi implantado um regime autoritário que dominou o país por mais de vinte anos; a autonomia dos estados desapareceu completamente, em razão do controle tributário e da pressão política” (ANDRADE, 2001, p. 48).

Teixeira de Freitas foi autor de uma proposta de divisão territorial do Brasil levando em consideração todos aqueles pontos que eram por eles defendidos.

O Estado Novo já retirara dos mesmos o hino, a bandeira e o direito de eleger os seus governadores, e ele, seguindo esta linha, pensava em fazer nova redivisão política do País, sem levar em consideração as divisas tradicionais existentes. Inspirado no modelo norte-americano propunha que os Estados tivessem dimensões semelhantes – entre 150 e 250 mil quilômetros quadrados – e fossem separados uns dos outros por linhas retas. Esquecia-se da existência de montanhas, de rios e de fluxos sociais e econômicos. Propunha ainda agrupar pequenos Estados, sem consultar as rivalidades locais, e dividir aqueles de grandes dimensões (ANDRADE, 2008, p. 141-142).

Contudo, o Governo Federal não encampou a ideia como um todo apesar de ter criado alguns territórios, como já se mencionou.

Andrade (1999a) enfatizava o crescimento que houve no interesse pela Geografia nas décadas de Vinte e de Trinta por parte dos militares, motivado na realidade por um interesse geopolítico. “Nas décadas de Vinte e de Trinta, os militares, preocupados com o crescimento econômico argentino, com a sua consolidação e com a disputa de espaço e de influência com o Brasil intensificaram os estudos da geografia brasileira” (ANDRADE, 1999a, p. 23).

A respeito dessa disputa e do interesse dos estudos sobre o Brasil, nesse período de Vinte e de Trinta, Andrade (1999a) argumentou:

Era uma área de disputa que gerou no Brasil a chamada ‘Marcha para o Oeste’ e uma política rodoviária visando ligar São Paulo e o Rio de Janeiro aos pontos mais distantes do território nacional e às capitais de países vizinhos [...]. A Revolução de Trinta, com a procura de novos caminhos para o Brasil, e a disputa política entre o comunismo e o fascismo, despertaram uma grande preocupação com os estudos brasileiros; são desta época numerosas obras sobre o país que não eram geográficas ou não tinham preocupações deste tipo, mas que trouxeram uma contribuição da maior importância para o conhecimento do país (ANDRADE, 1999a, p. 23).

Andrade (1999) tomando por base a posição que foi assumida por Antônio Cândido, sociólogo que se dedicou aos estudos sobre a formação do Brasil, identificou como principais obras que tratavam do país, nesse período de Trinta e Quarenta, *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Foram livros escritos por historiadores e, no caso de Caio Prado além de historiador era também geógrafo que deram uma contribuição à Geografia face ao conhecimento sobre o país que cada um dos livros trouxe.

Em *Casa Grande & Senzala* (1933) se percebe toda uma pesquisa desenvolvida pelo autor sobre a história da colonização portuguesa no Brasil e a formação de uma sociedade agrária, aristocrática, patriarcal e escravocrata. O livro traz, a presença do latifúndio, da monocultura da cana-de-açúcar, a escravidão negra; o colonizador português, o escravo negro e o indígena na formação da família brasileira; o processo de miscigenação; o papel da igreja, dos jesuítas no processo de colonização do país; a vida cotidiana nos engenhos, na casa grande, na senzala: a arquitetura, a cozinha, a culinária, os usos e costumes das famílias, os hábitos do senhor e da família, a vida sexual. O livro apresenta e descreve sobre temas que Cardozo (2003), na *Apresentação* da 48ª edição, sob o título “*Um livro perene*” chamou de “inusitado” para ser descrito naquela época.

Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda leva o leitor a uma reflexão e interpretação sobre o processo de colonização do Brasil e de como esse processo influenciou nas origens, na formação e, na cultura do povo. Chama atenção para o patriarcado rural e suas características. Trabalha o fato da colonização do Brasil não ter ocorrido em função de um planejamento prévio, envolvendo, assim, pessoas que para aqui vieram com objetivos distintos. Outro ponto a ser destacado é o da análise da capacidade de organização social do português chamando atenção para a convivência que passou a haver em um determinado momento da aristocracia rural com a burguesia que se encontrava em um processo de ascendência; a estrutura rural e a estrutura urbana. Sérgio Buarque trabalha nesse seu livro, ainda, questões como a presença da monocultura e suas características; a miscigenação; a invasão holandesa e a tentativa de uma colonização no Brasil que não deu certo; a penetração e a ocupação do interior do país; expressões como a do “homem cordial”, o seu caráter, as suas características; origens e formação da democracia; etc.

O livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1943), de Caio Prado Júnior trata de uma análise sobre o Brasil Colônia. O autor trabalhou a questão da Colônia e, um dos pontos salientados foi o fato de não ter havido feudalismo no Brasil, enfatizando não ter sido a nossa colonização realizada em moldes feudais. Chama atenção para o fato de que o próprio processo de colonização que aqui se efetivou ter sido produto do Capitalismo Comercial em expansão. O livro aborda a história do processo de formação do Brasil, iniciando com uma Introdução sobre o Sentido da Colonização. Trabalha a questão do povoamento, sua estrutura, os fatores que determinaram o povoamento irregular do território, identificando fases em sua evolução. Trata da ocupação do interior do território brasileiro que se processou no final do século XVII; da formação e da estrutura da sociedade brasileira, destacando o papel desempenhado pelo branco, colonizador, e pelos negros e índios. Outro ponto analisado é o do cruzamento racial no Brasil. Em um determinado momento da obra, o autor se refere ao que chamou de “Vida Material”, onde faz uma análise das características geográficas e geoeconômicas de algumas áreas e regiões do Brasil e, novamente se reporta ao tema que foi trabalhado na Introdução, chamando atenção para o sentido da colonização, enfatizando as suas razões, a de fornecer produtos tropicais e matérias-primas para a Metrópole. Com isso, ele mostra que a economia estava voltada para o mercado externo e, não para atender às necessidades do mercado interno. O livro trata, ainda, da organização social e política brasileira naquele período. Nesse livro, Caio Prado Júnior fez uma interpretação do Brasil utilizando-se do marxismo como um método.

Esses livros tiveram uma grande importância naquelas décadas de Trinta e Quarenta por serem estudos que levaram a um conhecimento do país tão necessário naquele momento histórico.

A Argentina e o Brasil nesse período disputavam áreas de influência na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai, tendo a Argentina condições mais privilegiadas que o Brasil em função do sistema ferroviário que possuía. No período que se segue, no pós Segunda Guerra, o Brasil em função do desenvolvimento de sua economia,

[...] tomou a ofensiva na expansão de sua influência nos países latinos; ao mesmo tempo desenvolveu uma política de expansão interna no Centro-Oeste e na Amazônia, procurando ter uma

presença mais constante nos países da bacia Amazônica e das Guianas (ANDRADE, 2001, p. 14).

Na segunda metade do século XX ocorreram questões outras, como a preocupação com a presença do Brasil no Caribe, na República Dominicana, com a ação, na Nicarágua, do grupo de Contadora; a política de reaproximação do Brasil com Cuba, após a Nova República; a posição contrária que assumiu contra o racismo, na África do Sul e o reconhecimento do governo socialista de Angola (ANDRADE, 2001).

A segunda fase da construção do processo histórico de evolução do conhecimento geográfico no país, identificada por Andrade (1999a), corresponde a dos geógrafos clássicos.

A geografia hoje chamada de clássica, de tradicional e, nos anos Quarenta, de científica surgiu da necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em consequência da inquietação que atingiu todos os setores do conhecimento, após a Revolução de Trinta. Esta década foi marcada pela fundação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal (Rio de Janeiro), depois chamada do Brasil, quando a Geografia começou a ser ministrada em curso próprio, a nível superior (ANDRADE, 1999a, p. 24).

Abreu (1994) ao se reportar à criação dessas Universidades e à criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras assinalou a importância que teve para a Geografia, a chegada, naquela época, de professores estrangeiros que participaram da criação e do ensino daquela ciência.

É comum assinalar o ano de 1934, data da criação da Universidade de São Paulo, como o marco de fundação da moderna Geografia Brasileira. Com efeito, é nesse ano que, convidados pelo governo daquele estado, chegam ao Brasil os mestres franceses que viriam ocupar as cátedras abertas na nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dentre eles estava Pierre Deffontaines, que não só participou da fundação da USP como, no ano seguinte, transferindo-se para o Rio de Janeiro, emprestou seu prestígio também à criação da Universidade do Distrito Federal – UDF sendo substituído na USP por Pierre Monbeig (ABREU, 1994, p. 24).

Uma vez no Brasil, Monbeig esteve sempre ligado ao ensino da moderna Geografia e à pesquisa geográfica.

Andrade em trabalho realizado para o Boletim Paulista de Geografia sobre *Pierre Monbeig e o Pensamento Geográfico no Brasil* (1994) chamou atenção de como era importante a reflexão sobre o pensamento e, a obra do professor francês para a Geografia Científica brasileira, salientando que este,

[...] teve uma grande influência sobre a primeira geração de geógrafos brasileiros, participando direta ou indiretamente dos primeiros trabalhos científicos, especificamente geográficos, no nosso País. [...] Monbeig foi um professor que formou numerosos geógrafos, tendo ministrado cursos em nível de graduação e, posteriormente, orientando numerosas teses de doutorado. [...] dirigindo associações científicas, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros, de que foi presidente durante 12 anos, de 1935 a 1947, participando de seminários, congressos e reuniões científicas, assistindo e apoiando o Conselho Nacional de Geografia, criado em 1939, etc (ANDRADE, 1994, p. 64).

Levando em consideração a atuação do profissional de Geografia quer como geógrafo ou como professor, Andrade (1986/1987) chamou atenção para o fato de que, no Brasil,

[...] nas quatro primeiras décadas do século XX não houve qualquer preocupação de formar profissionais para as áreas que requeriam maior especialização ou para aquelas em que havia uma menor demanda de profissionais, como a da Geografia, sendo os trabalhos de ordem geográfica executados por bacharéis em Direito, diplomatas e engenheiros, conforme a aptidão dos mesmos e as características ou necessidades dos problemas surgidos (ANDRADE, 1986/1987, s/p.).

Na verdade, o ensino da Geografia só teve início a partir do surgimento das Escolas de nível superior, quando foram criados cursos de Geografia e História ministrados nas Faculdades de Filosofia. Contudo, a princípio, o objetivo dessas unidades de ensino era formar professores para o ensino Médio e não o profissional de Geografia. Além de sua presença nas faculdades de Filosofia não se pode esquecer a sua participação, como disciplina de Geografia Econômica, nos cursos de Administração e Finanças. Dizia Manuel Correia de Andrade (1986/1987) que: “[...] nas faculdades de Filosofia a finalidade era formar professores de ensino Médio e nas de Administração e Finanças era fornecer subsídios aos economistas” (ANDRADE, 1986/1987, s/p.).

Não se pode deixar de mencionar, também, a importância que teve para o desenvolvimento da Geografia Brasileira e a difusão do conhecimento geográfico, o papel desempenhado pela criação do IBGE, em 1937 e, da AGB, fundada em 1934 por iniciativa de Pierre Deffontaines.

Segundo informações obtidas no próprio site do IBGE, antes de sua criação, durante o Império, o órgão responsável pelas informações estatísticas no país era a Diretoria Geral de Estatística criada em 1871, tendo sido a responsável pelos primeiros Censos. Em 1934 é criado o chamado Instituto Nacional de Estatística (INE), regulamentado em 1936 e, em 1937 surge o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, data considerada como sendo a oficial de criação do IBGE.

Segundo Andrade (1986/1987),

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia [...] no Rio de Janeiro, contratando a princípio vários engenheiros como geógrafos, tornou-se logo um centro de formação profissional de geógrafos [...] (ANDRADE, 1986/1987, s/p.).

Gallero (2010) analisando o sentimento que tinha Andrade sobre a contribuição dada à difusão do conhecimento geográfico com a criação do IBGE, disse:

[...] Andrade entiende que la fundación del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, en 1939, en Río de Janeiro, entonces capital del país, impulsará el desarrollo de una Geografía que, en el primer momento atiende al perfeccionamiento de las divisiones territoriales del país, comenzando por una cartografía de las regiones naturales e influido por los aportes de quienes hacían postgrados en Francia y Estados Unidos apuntaban a realizar relevamientos regionales que, en el caso de San Pablo dieron mayor lugar a los aspectos humanos y económicos (GALLERO, 2010, p. 109).

Esse Instituto fundado por Mário Augusto Teixeira de Freitas atuava na área da Geociências e na coleta e divulgação de informações populacionais e socioeconômicas. Andrade (2008) se reportando ao Instituto chamava atenção para o fato de ter sido ele o primeiro no país a contratar profissionais da área de Geografia para se dedicar à pesquisa e não ao ensino.

Salientava, ainda, o fato de, no momento em que o IBGE foi criado, as Faculdades de Formação de geógrafos eram muito recentes o que significava uma pouca oferta de profissionais dessa área, no mercado. Assim, dizia ser natural,

que o novo Instituto absorvesse, como geógrafos, pessoas de outras formações profissionais, mas que se interessavam pelos estudos geográficos, sobretudo os engenheiros civis; daí a colaboração dada por Teixeira de Freitas, Cristovam Leite de Castro e José Veríssimo. Incluiu em seus quadros jovens diplomados em Geografia pela Universidade do Distrito Federal e do Brasil, como Orlando Valverde e Eloísa de Carvalho, recebeu estudantes de geografia como estagiários e trouxe professores estrangeiros para ministrar cursos e conferências e dirigir trabalhos de pesquisa de campo (ANDRADE, 2008, p. 140).

Salientava aquele autor que,

Enquanto as universidades tratavam da formação de professores e de pesquisadores, o IBGE, como órgão de governo, orientava a padronização das estatísticas nacionais, a elaboração do mapa do Brasil ao milionésimo e tentava a realização de uma política de transformação e de integração do território (ANDRADE, 1999a, p. 25).

Segundo Andrade (1999a), essa fase marcada pela criação da USP, da UDF e do IBGE foi caracterizada como um momento em que,

[...] os geógrafos se insurgiram contra a geografia, então considerada tradicional, muito descritiva e preocupada com a nomenclatura. Este movimento de renovação foi influenciado sobretudo por geógrafos franceses, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan que, acompanhados por brasileiros, como Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, José Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro, começaram a desenvolver estudos de campo e pesquisas que consolidaram o conhecimento geográfico de caráter científico no país (ANDRADE, 1999a, p. 25).

Muitas dessas pesquisas junto com outros artigos de interesse para a ciência geográfica eram divulgados por duas publicações daquele Instituto: o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia. Essa última relançada em 2016, na forma eletrônica.

Enfatizava Andrade (2008),

Esta revista pode ser utilizada para se conhecer as tendências dominantes no IBGE, desde a sua fundação até os nossos dias; assim, nos primeiros números observa-se uma preocupação geopolítica, sobretudo com a possibilidade de uma redivisão territorial do Brasil, e estudos que procuravam dividir o Brasil em regiões geográficas, então denominadas regiões naturais, em trabalhos, respectivamente, de Teixeira de Freitas e de Fábio de Macedo Soares Guimarães (ANDRADE, 2008, p. 141).

Essas duas propostas de divisão territorial do Brasil são documentos que estão publicados na Revista Brasileira de Geografia. A de Teixeira de Freitas leva o título de *A Redivisão Política do Brasil*, publicada em 1941 e, a de Fábio de Macedo Soares Guimarães, *Divisão Regional do Brasil*, editada em 1944.

Aquele momento de renovação foi marcado não só por um desenvolvimento de estudos de campo e de pesquisas que consolidaram o conhecimento da Geografia, como também, o ensino dessa ciência no nível secundário passou por transformações marcadas pela inclusão de temáticas francesas em livros didáticos da época, a exemplo dos escritos por Aroldo de Azevedo.

A contribuição de Josué de Castro, médico, geógrafo, humanista nessa fase foi de grande importância. Ele dedicou a sua vida a investigar o fenômeno da fome, da alimentação, temas que, para a época eram considerados uma espécie de tabu.

Um marco para a Geografia brasileira foi o livro que publicou em 1946, intitulado *Geografia da Fome*. Nele, Josué fez um estudo regional sobre o problema, definiu o que era fome e ao estudar o território brasileiro, identificou áreas onde ela se apresentava de forma endêmica: a Amazônia e o Nordeste Açucareiro, de fome epidêmica: o Sertão Nordestino e, as áreas de subnutrição: o Centro-Oeste e o Extremo Sul. Em cada uma delas ele detectou o tipo de fome existente, as causas desse problema e os regimes alimentares que as caracterizavam. Em relação às áreas onde identificou não a presença da fome, mas de um estado de desnutrição, ele também apontou as suas causas. De posse desse material, Josué de Castro fez o primeiro mapa da fome no Brasil.

Salienta-se, aqui, entre os livros escritos por Josué de Castro na década de Trinta e de Quarenta, a *Geografia da Fome* por se tratar de um livro cuja temática envolve o Brasil como um todo.

Esse estudioso será trabalhado, também, no Capítulo da Tese sobre A Geografia em Pernambuco uma vez que possui livros que foram escritos enfocando questões de fome, de habitação, de alimentação, naquele Estado. Livros estes que

além da *Geografia da Fome* que já foi trabalhada têm uma grande importância para a Geografia estadual.

Afora a importância que tiveram as universidades já mencionadas, acrescidas de outras que surgiram depois delas e, o IBGE, necessário se faz tecer algumas considerações sobre a AGB, fundada em 1934 por iniciativa de Pierre Deffontaines, junto com intelectuais paulistas, a exemplo de Caio Prado Júnior e Rubens Borba de Moraes, em São Paulo, se expandindo pelo Brasil após 1945. Com a saída de Pierre Deffontaines para o Rio de Janeiro assumiu a direção da Associação, o professor Pierre Monbeig.

Andrade salientava sempre, a importância que tinha a Associação dos Geógrafos Brasileiros para a Geografia, no sentido da contribuição para a formação de estudantes, a difusão do conhecimento, a possibilidade de colocar em contato profissionais geógrafos e de outras áreas afins das várias partes do país e, ainda, através do trabalho de campo que fossem realizados relatórios possibilitando o feitiço de trabalhos e monografias sobre a realidade nacional que foi observada e, posteriormente estudada.

Gallero (2010) ao abordar a importância da AGB na visão de Andrade, afirmou:

Andrade escribió y expuso la historia de la Geografía Brasileña – en particular sobre las diferentes fases de la Asociación de Geógrafos Brasileños -, y sobre el proceso de formación del geógrafo profesional, vinculando la aparición y multiplicación de las carreras universitarias con la realidad del mercado de trabajo. Relata que los estudios geográficos a nivel terciário comenzaron luego de la instalación del *Estado Novo* liderado por la preparación de docentes en Geografía destinados a la enseñanza media e investigadores vocacionales. En los albores, los estudios de índole geográfica eran cubiertos por destacados historiadores y sociólogos (GALLERO, 2010, p. 109).

Andrade (2008) lembra, também, a importância que teve para o desenvolvimento da Geografia, a presença da Sociedade Brasileira de Geografia, localizada no Rio de Janeiro e dos Institutos Históricos e Geográficos sediados em alguns estados do país que realizavam pesquisas de interesse da Geografia, da História, da Política, da Arqueologia, da Sociologia e da Antropologia que eram divulgadas nas suas respectivas Revistas.

Chama atenção para ensaios que foram produzidos ainda na década de Quarenta e na década de Cinquenta por geógrafos, a exemplo de:

[...] Orlando Valverde - Geografia agrária -, Aroldo de Azevedo - ensino da geografia -, João Dias da Silveira e Gilberto Osório de Andrade - geografia física -, Aziz Ab'Saber - geomorfologia e estudos do meio ambiente -, Araújo Filho - geografia do café e geografia portuária -, Pedro Geiger - geografia humana -, Ary França e Pasquale Petrone - geografia agrária -, Mário Lacerda de Melo - geografia da região açucareira -, Victor Peluso Júnior, Maria da Conceição Carvalho, Nilo e Lízia Bernardes, Elza Coelho de Souza Keller, Renato Silveira Mendes e muitos outros (ANDRADE, 1999a, p. 26).

A terceira fase na classificação que marca a construção do conhecimento geográfico no Brasil, mencionada anteriormente, é a dos geógrafos modernos que o pesquisador considerou como uma fase que corresponde a tentativas de renovação da Geografia. Nessa fase são identificadas diversas tendências, diversas correntes que caracterizam a Geografia brasileira.

Na opinião de Andrade (2008),

O impacto do pós-guerra sobre a geografia não se limitou a fazê-la sair da Universidade e tentar disputar espaço com outras disciplinas na área do planejamento e da crítica social. Ela provocou a reflexão dos geógrafos sobre a natureza da geografia e os levou a atitudes de crítica, à reformulação dos seus princípios científicos e filosóficos, à negação do passado, por parte de alguns grupos, e à procura de novos caminhos (ANDRADE, 2008, p. 169).

No livro *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia* (1985) escrito por Osvaldo Bueno Amorim Filho, ele assinalou que,

[...] entre os vários impactos que abriram perspectivas para a renovação do conhecimento geográfico, observava-se a formulação da teoria geral dos sistemas, a formulação do estruturalismo, as bases teóricas da cibernética, a teoria dos conjuntos, a teoria dos jogos e as bases teóricas da comunicação (AMORIM FILHO, 1985, s/p. apud ANDRADE, 2008, p. 169-170).

Andrade (2008) afirmava que, diante do que foi apresentado por Amorim Filho,

Travou-se então grande discussão entre as correntes de pensamentos a respeito da natureza e da metodologia do conhecimento geográfico em todo o mundo, discussão que durou mais de um decênio e que refletiu de forma flagrante as ligações ideológicas do pensamento geográfico. O geógrafo, mesmo ao tentar se apresentar como um cientista neutro, desvinculado de compromissos políticos e ideológicos, revelava-se, antes de tudo, às vezes até inconscientemente, um cidadão (ANDRADE, 2008, p. 170).

Ao analisar a evolução da Geografia e do pensamento geográfico nessa terceira fase, a dos geógrafos modernos, ele identificou quatro correntes teórico-metodológicas: a Teórico-Quantitativista, a da Geografia do Comportamento e a da Percepção, a Ecologista e, a Radical que segundo ele é “em grande parte marxista” (ANDRADE, 2008, p. 171).

Essas correntes tinham suas características próprias, mas chamava atenção para o fato de que mesmo assim, se interpenetravam com convergências e divergências em determinados pontos, entre elas, chegando até à “formação de subcorrentes dentro de cada uma delas” (ANDRADE, 2008, p. 171).

A Geografia Teorética-Quantitativa, foi difundida no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, caracterizando o pensamento e os estudos da Geografia de um grupo de geógrafos. Reportando-se ao surgimento dessa corrente, Andrade (1999a) afirmou:

A partir do golpe de 64, estimulado pelo governo militar, surgiu no estudo das ciências sociais uma tendência quantitativista com grande repercussão no campo da geografia. Nascia, assim, a chamada geografia quantitativa ou teorética que teve grande influência na UNESP, campus de Rio Claro, e na UFRJ no Rio de Janeiro. Os teoréticos passaram a condenar a geografia clássica ou francesa e a apelar para o desenvolvimento do pensamento anglo-americano, dando maior importância aos modelos matemático-estatísticos e condenando o uso do trabalho de campo (ANDRADE, 1999a, p. 26).

Além da Universidade Estadual Paulista (UNESP), essa corrente do pensamento teve uma forte aceitação por parte de alguns geógrafos do IBGE. Não houve uma hegemonia em sua aceitação por parte dos pesquisadores da Instituição como um todo, mas aqueles adeptos dessa “Nova Geografia” como também era chamada, passaram a desenvolver as suas pesquisas dentro dessa nova linha, contando, inclusive, com a publicação de seus estudos, de seus artigos divulgando

os novos métodos e técnicas, nas revistas científicas editadas pelo IBGE e, pelo Departamento de Geografia da UNESP.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o IBGE passou a ser um núcleo de expansão e de difusão da Geografia Quantitativa no Brasil, contando para isso, com a colaboração de pesquisadores, como: Speridião Faissol, Pedro Geiger, Roberto Lobato, Elza Keller, etc. Além desses, outros geógrafos também se destacaram a exemplo de Antônio Christofolletti, Alexandre Filizola Diniz. Papel de destaque na difusão da Geografia Teorética-Quantitativa foram as reuniões da Associação de Geografia Teorética (AGETEO) e da AGB onde eram travadas intensas discussões entre os geógrafos partidários do novo método de estudo e de pesquisa e aqueles profissionais que eram contrários aos mesmos. Importante, também é mencionar as reuniões promovidas pela União Geográfica Internacional (UGI), nessa divulgação.

Essa corrente de pensamento Quantitativista “que se apresentou como revolucionária, por negar as origens da Geografia” (ANDRADE, 2008, p. 172) surgiu em países da Europa representados pela Grã-Bretanha e pela Suécia e, nos Estados Unidos com reflexos na antiga União Soviética e na Polônia. No Brasil ela se fez presente, nas décadas de 1960 e 1970, período esse “de grande influência de autores como Bunge, Harvey e outros que discutiam a natureza e o caráter da Geografia” (ANDRADE, 1999a, p. 26).

Para Andrade esse foi um momento de grande movimentação no meio acadêmico não só por parte dos adeptos da corrente Quantitativista como daqueles geógrafos que não aderiram à mesma e, no meio técnico que envolvia geógrafos do IBGE.

Andrade (1999a) não foi um dos adeptos dessa corrente de pensamento e justificava a sua posição:

Era uma renovação favorável ao governo militar porque, fazendo trabalhos baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas deste crescimento. Ela renunciava os tempos atuais de globalização e de dissolução da soberania (ANDRADE, 1999a, p. 26).

Ainda, uma crítica feita pelo pesquisador a essa corrente de pensamento foi a de que:

Os teóricos passaram a condenar a geografia clássica ou francesa e a apelar para o desenvolvimento do pensamento anglo-americano, dando maior importância aos modelos matemático-estatísticos e condenando o uso do trabalho de campo (ANDRADE, 1999a, p. 26).

Acreditava que o entendimento de um determinado problema e a forma possível de solucioná-lo necessitaria de uma série de conhecimentos sobre a sua origem, suas causas e, suas consequências e, não seria através de fórmulas matemáticas e estatísticas que esse conhecimento seria adquirido. Por sua vez, não existiriam técnicas matemáticas e estatísticas, um único modelo que tivesse condições de ser aplicado a várias realidades. Dessa forma, as especificidades dessas realidades não eram levadas em consideração.

Andrade (2007) ainda se reportando a essa Geografia Quantitativa enfatizava:

Nos anos de 1970, [...] o governo militar estimulou trabalhos de matematização da geografia, sobretudo no IBGE e na Unesp – Rio Claro, visando a despolitizar, diziam, os estudos científicos (ANDRADE, 2007, p. 14).

Como uma forma de dar continuidade à análise que está sendo feita sobre a corrente Quantitativista, optou-se, nesse Capítulo por externar a posição naquela época, da Geografia pernambucana. Assim, se reportando ao desenvolvimento da mesma em Pernambuco, Andrade (2007) afirmava:

O Departamento de Geografia manteve-se à margem desse movimento, mesmo no período difícil em que ele controlou a Associação dos Geógrafos Brasileiros, assim como se manteve um pouco à margem quando veio a reação, partida de São Paulo e que foi chamada de Geografia Crítica (ANDRADE, 2007, p. 14).

Falando a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos, de cunho Quantitativista e, na linha da Geografia Crítica, na opinião de Andrade (2007),

Os dois grupos mantiveram intensa atividade na área das publicações. Na época, Milton Santos organizou o livro *Novos Rumos da Geografia Brasileira, com a colaboração* de diversos autores, alguns pernambucanos (ANDRADE, 2007, p. 15).

Santos (2008) ao realizar suas reflexões sobre a abordagem quantitativa na Geografia, abordagem essa que ele também não era adepto, justificando o seu posicionamento, analisou a maneira como através dela eram feitos os estudos e concluiu:

A aplicação corrente das matemáticas à geografia permite trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial mas é incapaz de dizer alguma coisa sobre o que se encontra entre um estágio e outro. Temos, assim, uma reprodução de estágios em sucessão, mas nunca a própria sucessão. Em outras palavras, trabalha-se com resultados, mas os processos são omitidos, o que equivale a dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação, mas de mistificação (SANTOS, 2008, p. 74-75).

Continuando a sua linha de raciocínio, ele comentava:

Pode-se conhecer uma coisa desconhecendo sua gênese? O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação. Somente esta pode pretender ser elevada ao nível do trabalho científico (SANTOS, 2008, p. 75).

Chisholm (1975) trabalhando a questão da quantificação na Geografia salientou que as suas raízes se prendem não às estatísticas modernas e, sim, à cartografia.

Sem dúvida, tratava-se de uma forma diferente de quantificação, em relação com uma geografia determinada e utilizada para obter uma descrição mais exata e não como na era moderna da quantificação, orientada para objetivos de explicação em um quadro probabilístico (CHISHOLM, 1975, p. 26 apud SANTOS, 2008, p. 66-67).

O crescimento desordenado do Capitalismo e a ampliação dos problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais a nível dos países levando cada vez mais a uma ampliação nas desigualdades entre os mesmos, bem como, internamente a nível nacional, as diferenças internas se acentuando contribuindo para o aumento da pobreza e da miséria, sem falar também nos problemas de ordem ambiental, tudo isso fez com que os geógrafos se apercebessem que:

[...] os seus estudos abstratos, técnicos, despreocupados com a situação real, e os seus cálculos matemáticos não contribuíram para resolver os problemas que estavam levando a humanidade a uma crise cada vez mais aguda. Foi a hora da procura de novos caminhos [...] (ANDRADE, 2008, p. 179).

Sobre essa fragilidade que atingiu o Quantitativismo no final dos anos 1970 e, diante da posição assumida por seus adeptos que sentiram a necessidade de refletir e procurar novas alternativas, novos caminhos, o autor se expressou:

Os geógrafos quantitativistas compreenderam a fragilidade de suas postulações e se dividiram em dois grandes grupos, um liderado por Harvey, que aderiu ao marxismo, talvez fazendo uma leitura positivista dos ensinamentos de Marx, e outro por Brien Barry que procurou [...] desenvolver reflexões sobre a Geografia, utilizando, de forma menos ortodoxa, as matrizes, a análise fatorial e outros instrumentos [...] (CHISHOLM, 1979, p. 144 apud ANDRADE, 2008, p. 177).

Tudo isso contribuiu também para uma reação por parte daqueles geógrafos não adeptos ao Quantitativismo preocupados e comprometidos já a algum tempo com a realidade brasileira e do mundo e com as questões sociais. Novas reflexões a respeito da natureza da Geografia, da questão metodológica, do comprometimento da ciência com as questões sociais, do seu posicionamento frente aos problemas do mundo moderno tiveram seu espaço em uma nova corrente de pensamento, a da Geografia Crítica, também chamada de Radical.

Andrade tinha restrições quanto a essa denominação, pois como envolvia várias correntes, a do Comportamento e da Percepção, a Crítica ou Radical e, a Ecológica agrupava, por conseguinte, um grande número de pessoas com linhas de pensamento distintas, sem que houvesse uma uniformidade de pensamento.

Mormul e Rocha (2013), em uma reflexão sobre o surgimento de uma nova corrente do pensamento geográfico como uma reação àquela dominante anteriormente, a Quantitativista, afirmavam:

Em oposição ao pensamento da Nova Geografia, emergiu, a partir da década de 70 do século XX, a Geografia crítica, corrente calcada no materialismo histórico e na dialética marxista. Suas origens remontam a fins do século XIX, quando foi proposta pelo francês Elisée Reclus, que foi e é considerado um eminente geógrafo, intelectual e um anarquista francês (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 75).

Sobre o advento da mesma e da nova interpretação de análise a que se propunha é necessário lembrar a filosofia de Reclus,

Entre nós, revolucionários, um fenômeno análogo deve realizar-se; nós também devemos conseguir compreender com perfeita retidão e sinceridade todas as ideias daqueles que combatemos; devemos fazê-las nossa, mas para dar-lhes seu verdadeiro sentido. Todos os raciocínios de nossos interlocutores, retardados pelas teorias ultrapassadas, classificam-se naturalmente em seu verdadeiro lugar, no passado, não no futuro. Eles pertencem à filosofia da história (RECLUS, 2002, p. 41 apud MORMUL; ROCHA, 2013, p. 75).

Sobre a nova concepção de espaço que passou a haver, dada pela Geografia Crítica, Mormul e Rocha (2013) afirmavam:

[...] com o advento da chamada Geografia crítica o espaço geográfico passa a ser concebido como fruto da ação humana, construído por meio do trabalho. Essa concepção geográfica busca romper com a compartimentação dos saberes geográficos, através de uma abordagem integrada dos conteúdos, sendo o espaço geográfico resultado da inter-relação entre os aspectos físicos e humanos, levando em consideração as transformações espaciais causadas pela ação antrópica e pelas causas naturais tanto a nível local quanto global (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 75-76).

Na opinião de Andrade (2008),

A geografia crítica ou radical não apresenta uniformidade de pensamento, não forma propriamente uma escola. Costuma-se catalogar nesse grupo geógrafos que se conscientizaram da existência de problemas muito graves na sociedade em que vivem e compreenderam que toda a geografia, tanto a tradicional como a quantitativa e a da percepção, embora se apregoando de neutras, tem um sério compromisso com o status quo, com a sociedade de classe. A neutralidade científica apregoada é uma forma de esconder os compromissos políticos e sociais (ANDRADE, 2008, p. 196-197).

A Geografia Crítica se propunha a discutir o espaço geográfico com a preocupação não apenas voltada para as paisagens, mas principalmente para as relações do espaço com a sociedade.

A posição de Carlos (2011) sobre essa corrente do pensamento no Brasil, nos anos 1970/1980 foi a de que:

A geografia crítica tal qual se realizou no Brasil, nesse período, traz perspectivas profícuas para se pensar o sentido da geografia na análise do mundo moderno, e a responsabilidade social do geógrafo. Nesse caminho deslocou o foco das atividades no espaço para a produção do espaço, e com isso, iluminou-se os conteúdos sociais do espaço (CARLOS, 2011, p. 16).

Mormul e Rocha (2013) chamavam atenção para a priorização dada pela Geografia Crítica a determinados temas, ela:

[...] prioriza temas sociais para explicar o processo de produção e reprodução do espaço geográfico, fundamentando-se no materialismo histórico-dialético. Nessa nova dimensão da Geografia, conceitos como modos de produção, relações de produção, divisão internacional do trabalho, globalização, problemas ambientais, entre outros, foram e são usados a partir de uma análise crítica do espaço geográfico, o que de uma forma ou de outra contribuiu para a transformação da ciência geográfica apesar da forte influência de concepções conservadoras pautadas no chamado neopositivismo (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 76).

Andrade (2008) ao analisar o posicionamento assumido pelos adeptos dessa Geografia Crítica admitiu a existência, como já se teve oportunidade de mencionar, não de um grupo único, com um mesmo pensamento, mas de um conjunto representado por profissionais que possuíam diferentes formas de pensar.

Assim, ele identificou nesse grupo,

[...] grandes subdivisões, como a corrente formada por geógrafos não-marxistas, mas comprometidos com reformas sociais, geógrafos com formação anarquista que se ligam originariamente aos discursos de Elisée Reclus e P. Kropotkin, em suas críticas à sociedade burguesa, e propugnam por uma evolução libertária, e geógrafos de formação marxista (ANDRADE, 2008, p. 197).

Trabalhando a corrente Marxista, Andrade (1999a) destacou que dentro dela também haviam grupos que apresentavam diferentes tendências.

A influência da corrente marxista foi muito grande na década de Oitenta e início da de Noventa, embora esta corrente tenha apresentado várias tendências; havia o grupo mais ortodoxo que encarava o pensamento de Marx como dogmático [...], querendo adaptar aos tempos atuais as afirmativas dos meados do século XIX, e que se mantinha meio alheio à realidade. Havia autores, sobretudo de livros didáticos, que procuravam escantear os problemas da geografia física, considerados desnecessários aos geógrafos,

transformando, praticamente, a geografia em uma sociologia menor. Por outro lado, havia geógrafos que admitiam Marx como um pensador com pensamento dinâmico, com uma visão de totalidade e que, influenciados sobretudo por Caio Prado Júnior, formulavam o seu pensamento em função da práxis e aplicavam um marxismo dinâmico e verdadeiramente dialético (ANDRADE, 1999a, p. 27).

Além do interesse pela obra de Marx existia interesse, também, pelo que foi produzido por Engels, por Kautsky e por geógrafos franceses, a exemplo de: Pierre George, J. Tricart, Bernard Kayser, Yves Lacoste, Michel Rochefort e J. Dresch.

Andrade (1999a) se reportou ainda à influência da aplicação do pensamento marxista à Geografia brasileira, destacando que:

A aplicação do pensamento marxista à geografia brasileira levou à adoção de conceitos mais concretos, em substituição ao de modo de produção, utilizado apenas na reflexão teórica, ao abandono da ideia muito aceita desde o século XIX de que teria havido feudalismo no Brasil, a uma análise mais realista das relações entre cidade e campo e ao aprofundamento das ideias a respeito da forma capitalista da apropriação da terra, levando-se em conta a dependência do capital na expansão do povoamento e da transformação do espaço em território (ANDRADE, 1999a, p. 27).

Como parte do grupo de correntes vistas como fazendo parte da Geografia Crítica está a Ecológica.

A preocupação com o meio ambiente não é recente uma vez que, já nas primeiras décadas do século XX estudiosos geógrafos ou não geógrafos já se debruçavam sobre essa temática não só no Brasil como no mundo como um todo. Estudos são feitos, livros são publicados, eventos são promovidos e, a questão do meio ambiente é sempre motivo de interesse de todos.

Já se mencionou, anteriormente, que na década de 1970 houve um despertar por parte dos geógrafos para a questão social. Naquele momento, a pressão sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis, por parte do desenvolvimento da atividade da indústria levando a uma exploração cada vez mais intensa dos mesmos, trouxe sérios impactos para a natureza e para a sociedade “degradando e dilapidando os recursos naturais” (ANDRADE, 2008, p. 187).

Essa preocupação cresce a cada dia a medida que o ser humano se utilizando de conhecimento, de moderna tecnologia, de capital vem atuando no espaço geográfico causando uma série de impactos tanto positivos, mas também

negativos ao seu meio. Esses últimos impactos levam a uma destruição da flora, da fauna, do meio físico e do próprio ser humano colocando em risco a sua vida na superfície da Terra. Assim, cada vez mais os estudos ecológicos vêm sendo desenvolvidos nas Universidades e nas Instituições federais e estaduais de pesquisas envolvendo profissionais das várias áreas do saber, entre eles o geógrafo. A visão globalizante de espaço que tem esse profissional faz com que a sua participação em discussões sobre as questões ambientais, em programas e projetos que têm como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, seja sempre requisitada.

O Brasil com as dimensões continentais que possui e a sua configuração associadas ao processo de exploração e de ocupação territorial que aqui se efetivou possui uma diversidade muito grande de paisagens o que o torna detentor de um potencial de recursos para exploração muito intenso. Contudo, a exploração desses recursos é realizada quase sempre de forma predatória, causando uma série de impactos aos recursos naturais e à sua população.

Os problemas ambientais estão presentes no Brasil como um todo, na Amazônia, no Centro-Oeste, mas também em suas demais regiões geográficas, o Nordeste, o Sudeste e, o Sul. Alguns dos problemas são semelhantes, outros são peculiares a cada unidade regional.

Muitos foram os geógrafos brasileiros que se envolveram ou estão envolvidos em trabalhos ligados ao processo de degradação e destruição da natureza. Entre eles, estão: Orlando Valverde, Wagner Ribeiro, Bertha Becker, Aziz Nacib Ab'Sáber, Joaquim Correia, Vanice Selva e tantos outros que estudaram e estudam a problemática ambiental brasileira. Desmatamento, problemas relativos à construção de grandes barragens para a produção de energia hidrelétrica e/ou de múltiplos usos, à política utilizada na irrigação, ao uso indiscriminado de agrotóxicos, à desertificação, aos diferentes tipos de poluição são alguns dos problemas enfrentados pela população. Em Pernambuco, salientam-se os estudos realizados por Josué de Castro, Gilberto Freyre, Vasconcelos Sobrinho, Manuel Correia de Andrade, Joaquim Correia, Vanice Selva, Eugênia Pereira, Thais Andrade e outros.

Assinalam-se, também, pesquisadores não brasileiros que deram suas contribuições aos estudos ambientais. Nesse grupo de estudiosos estão segundo Andrade, René Dumont, agrônomo, autor de livros dedicados à questão ambiental, a exemplo de *Nous allons à la famine* (1966) e *La croissance de la famine! Une*

agriculture repensée (1975). Ele se preocupava com a questão da agricultura que, no seu ponto de vista deveria estar comprometida com a sociedade e com o meio natural onde ela era produzida, ou seja, a agricultura deveria estar voltada para o abastecimento da população, como uma maneira de evitar a fome. A exemplo do que também é visto nos livros de Josué de Castro, Dumont relaciona o crescimento econômico com o quadro de fome que assolava os países considerados como subdesenvolvidos. Esses países, hoje, são classificados como mercados emergentes e países periféricos, alteração que houve apenas na nomenclatura uma vez que, aquela fome ainda continua presente atingindo uma boa parte da população nos dias atuais. Alerta-se para o fato de que aqueles livros foram editados nas décadas de 1960 e 1970. Passados quase 50 anos o problema continua presente.

Outros estudiosos que se preocuparam com os problemas do meio ambiente foram o economista Ignacy Sachs, autor de *Food and Energy: Strategies for Sustainable* (1990); *Stratégies de L'écodéveloppement* (1980); *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* (2000); Jean Tricart que junto com Killian escreveram *L'Ecogeographie* (1979); Paskoff, *Géographie de L'environnement* (1985) que trata a questão da desertificação.

A problemática ambiental existente levou ao surgimento na Geografia de uma corrente Ecológica. Posicionou-se Andrade (2008) a respeito dessa corrente:

Existe, no momento, uma corrente de geógrafos que pode ser considerada ecológica, ao lado de outras, como a da percepção e da crítica ou radical. Isto não significa que entre os ativistas destas correntes não haja preocupações da ordem ecológica e que elas estejam separadas uma das outras por linhas inflexíveis, mas podemos considerar como ecológica sobretudo a dos geógrafos que têm na defesa do meio ambiente o ponto principal de sua argumentação, de seu trabalho (ANDRADE, 2008, p. 190-191).

Por se tratar de um grupo heterogêneo de pessoas com formações profissionais distintas e diferentes posições políticas, Andrade (2008) veio a afirmar não haver:

[...] identidade ideológica entre os vários geógrafos sobre as soluções a serem dadas aos impactos ecológicos, mas em comum eles defendem a preservação da natureza e combatem a política desenvolvimentista que vem financiando a devastação da vegetação

natural, feita de forma indiscriminada, e a implantação de indústrias altamente poluidoras, sem a utilização dos mecanismos que neutralizem os efeitos poluentes, e a degradação das condições de vida e de alimentação das populações (ANDRADE, 2008, p 196).

Segundo o autor,

Mesmo quando especialistas em Geografia Física, a formação ampla fornecida pelos cursos de geografia tem dado aos geógrafos a competência para apresentarem críticas à política antiecológica dos governos e das empresas, colaborando com especialistas de áreas diversas para apontar soluções, quase sempre mais racionais que as apenas econômicas, ou melhor, economicistas (ANDRADE, 2008, p. 196).

Andrade (2008), assinalou que os geógrafos adeptos a essa corrente Ecológica, em muitas posições se aproximavam dos geógrafos críticos ou radicais ao mesmo tempo que em outros pontos o faziam com os representantes da Geografia da Percepção e do Comportamento.

A Geografia do Comportamento e da Percepção têm significativo desenvolvimento nos países anglo-saxões com os trabalhos de David Lowenthal, Yi FuTuan, Anne Buttimer e no Brasil com os estudos de Livia de Oliveira, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Oswaldo Amorim Filho, Caio Maciel e outros.

Andrade (2008) admitia que essa Geografia,

[...] se inspira no positivismo e no kantismo, estando alguns dos seus seguidores altamente comprometidos com o humanismo, dedicando-se exclusivamente ao papel desempenhado pelo homem, como ser independente, não com a sociedade na forma como ela se apercebe do espaço. É assim profundamente subjetiva (ANDRADE, 2008, p. 180-181).

O autor acrescentava ainda, que:

[...] a Geografia da Percepção e do Comportamento, apesar de apresentar dificuldades internas – divergências entre os vários grupos que a compõem –, encontra-se em ascensão; isto porque ela não contesta a ordem estabelecida e transfere ao individual, ao pessoal muitos problemas considerados por outros grupos como sociais. Ela não é contestatória frente à ordem dominante (ANDRADE, 2008, p. 184).

Vê-se que essa tendência da Geografia tem o subjetivismo como característica, esse fato, como salientava Santos (2008) “[...] leva a caminhos que não ameaçam a ordem estabelecida, sendo por isso considerado, pelos mais radicais, conservador e reacionário” (SANTOS, 1978, p. 68-71 apud ANDRADE, 2008, p. 185).

Para Santos (2008),

O fundamento desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade e fora dela, como fez Ledrut (1973). Este espaço social seria definido pelos lugares que lhe são familiares e as parcelas de território que ele deve percorrer entre estes diferentes lugares (SANTOS, 2008, p. 91).

Trabalhando junto com os representantes da Geografia Ecológica eles participam de movimentos, de campanhas em prol da criação de mecanismos em defesa do meio ambiente, sem, no entanto, se envolverem com as causas dos problemas que levaram àquela situação na qual estão envolvidos.

Andrade (2008) se reportando ao conjunto representado por essas correntes: a do Comportamento e da Percepção, a Ecológica e a Crítica como tendências dominantes no pensamento geográfico, nos anos 1980, disse que a divisão entre elas:

[...] é, até certo ponto, artificial, porque, se elas se separam, contestam nas linhas gerais mais amplas, se completam ou chegam a um consenso no particular. Assim, a defesa do meio ambiente é comum aos geógrafos da percepção, aos ecologistas e aos marxistas, mas a forma, a maneira de explicar e de combater este mal separa-os em três grandes correntes que se subdividem em correntes menores (ANDRADE, 2008, p. 185).

Ainda, se reportando às correntes do pensamento geográfico concorda-se com a posição assumida por Mormul e Rocha (2013) ao considerar que:

[...] esses elementos (correntes de pensamento e capitalismo) são importantes para entendermos o desenvolvimento da ciência geográfica, ou seja, seu passado, seu presente e quiçá seu futuro (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 77).

A Geografia chegou ao século XXI trazendo uma série de questões e de preocupações que já no século XX estavam presentes nas abordagens científicas de geógrafos brasileiros. São preocupações relativas às questões sociais, ao meio ambiente, ao turismo, à geopolítica e, tantas outras. Essas preocupações se constituem em desafios para esse século que se iniciou cronologicamente falando em 01 de janeiro de 2001 e que já conta com quase duas décadas.

Dentro do contexto dos problemas geopolíticos atuais estão questões relativas aos conflitos na América do Sul referentes ao uso dos recursos que continuam a ocorrer nessas primeiras décadas do século XXI, observando-se conflito fronteiriço geopolítico, entre os países que integram a chamada Amazônia Legal; ao norte e ao sul da Bolívia conflitos migratórios motivados, ao norte pela expansão de agricultores e pecuaristas brasileiros na região de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru e, ao sul pela presença de fazendeiros. Mencionam-se, também, conflitos fronteiriços de ordem energética entre Brasil e Bolívia em função da nacionalização das reservas de gás natural boliviano. O mesmo tipo de conflito fronteiriço ocorre entre o Brasil e o Paraguai motivado por questões de ordem agrária e energética: os brasiguaios e a questão de Itaipu (WANDERLEY, 2015).

Mais recentemente, conflitos estão ocorrendo na fronteira do Brasil com a Venezuela em função da saída de venezuelanos de seu país de origem que, por razões políticas, vêm pedir asilo no Brasil.

Existe também, uma tendência à expansão brasileira na direção Noroeste, em direção ao Caribe, passando pela Venezuela, pela Guiana e pelo Suriname (ANDRADE, 1999a).

Reforça Wanderley (2015) que esses conflitos fronteiriços se fazem presentes nos outros países latino-americanos: Argentina e Uruguai; Guiana e Suriname; Peru e Equador; Venezuela e Guiana; Bolívia e Chile. Alguns desses conflitos ocorrem em função da demarcação de fronteiras ou de problema ambiental, Argentina e Uruguai. No caso específico da Bolívia e Chile, por conta da Bolívia reivindicar saída para o mar.

Outras preocupações que se tem hoje, estão voltadas ou melhor, continuam voltadas para a geopolítica da Amazônia, para a questão do Prata, para a África e para o Atlântico Sul, para a formação e manutenção de blocos econômicos. A passagem do século XX para o século XXI foi marcada por uma tendência geral

para a globalização e, uma das características foi a de vários países se integrarem uns aos outros formando blocos econômicos.

Andrade (1999a) acreditava que:

[...] a geografia brasileira, muito voltada para o território nacional, enquanto o país realizava a conquista e a ocupação do mesmo, passa a ter, no século XXI, um maior interesse pela superfície da terra como um todo, ligando-se às preocupações e às repercussões do processo de globalização (ANDRADE, 1999a, p. 27-28).

É bom lembrar que o interesse pelos estudos ligados a essa ciência cresce a cada dia, associados às próprias transformações porque passa o espaço geográfico, transformações essas relacionadas ao comportamento das variáveis ambiental, econômica, social e política. Assim, novas discussões são necessárias ao próprio desenvolvimento da ciência e, com isso, novas vertentes se abrem de interesse para a elaboração de pesquisas e estudos dentro de novas linhas temáticas da Geografia. Essas temáticas serão trabalhadas levando em consideração aquelas correntes do pensamento geográfico e outras que a própria evolução do conhecimento fará vir a surgir.

Finalizando esse Capítulo, faz-se menção a uma premissa que foi muito trabalhada por Andrade de que a Geografia assim como o conhecimento científico está em constante construção. A cada dia, novas discussões, novos estudos, novas pesquisas, novos desafios levam a uma ampliação do conhecimento e, conseqüentemente, à agregação de novas abordagens ao espaço geográfico.

Assim, a tendência nesse processo construtivo é o surgimento de novas correntes de pensamento que venham a compor essa evolução do conhecimento geográfico.

CAPÍTULO 4 - A GEOGRAFIA EM PERNAMBUCO

Ao trabalhar nessa Tese um Capítulo sobre a Geografia Brasileira e outro sobre a Geografia em Pernambuco tem-se consciência de que irão ser tratados assuntos que se complementam que se encontram interligados e que estão sendo vistos em duas escalas diferentes. Não existe uma ciência do Estado e uma ciência do país. Tem-se uma única ciência apesar da presença de especificidades distintas. O interesse de se estudar a Geografia Brasileira e, a Geografia Pernambucana advém do fato de se querer inserir o geógrafo Manuel Correia de Andrade no contexto de Pernambuco e que apesar dele ter dado as suas contribuições para a Geografia Brasileira, como já foi visto anteriormente, esteve muito voltado para o desenvolvimento dessa ciência em seu Estado e em sua região Nordeste.

Como mencionava o próprio Andrade (2007):

[...] uma ciência não pode ser contida dentro de um estado ou de um país, em face da coexistência de princípios gerais, comuns às várias regiões, e aqueles restritos a uma região ou até a um estado (ANDRADE, 2007, p. 9).

O processo de formação do conhecimento geográfico no país e no Estado que teve início, no começo do Século XX contou como já se teve oportunidade de mencionar no Capítulo sobre a Geografia no Brasil, com a contribuição de geógrafos, mas também, de não geógrafos: de historiadores, botânicos, engenheiros que, em seus estudos, trabalharam aspectos relativos à organização e/ou reorganização espacial, abordando questões naturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais. Exemplo disso são os estudos de Pereira da Costa, de Artur Orlando, de Mário Melo, de Dárdano de Andrade Lima e de tantos outros que, de uma forma ou de outra, também deram as suas contribuições para o desenvolvimento dessa ciência.

Andrade (2008) lembrou, também, a importância que teve para o desenvolvimento da Geografia, a presença da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e dos Institutos Históricos e Geográficos sediados em alguns estados do país que realizavam pesquisas de interesse da Geografia, da História, da Ciência Política, da Arqueologia, da Sociologia e da Antropologia que eram divulgadas nas suas respectivas Revistas.

A exemplo do que foi mencionado no Capítulo referente à Geografia Brasileira, segundo Andrade (2007),

No Brasil de um modo geral, e em Pernambuco em particular, o processo de transformação do conhecimento geográfico ocorreu a partir, sobretudo, do início do século XX, com estudos, nem sempre considerados geográficos, mas que abordavam temas referentes ao processo de renovação da organização do espaço (ANDRADE, 2007, p. 10).

Assim, naquele momento, a Geografia pernambucana contou com estudos realizados por advogados, historiadores que mesmo não sendo geógrafos desenvolviam trabalhos que vinham a contribuir para o desenvolvimento daquela ciência.

São dessa época, os estudos do advogado Artur Orlando da Silva sobre o *Pan-americanismo*, publicado em 1906 onde ele defendia o pan-americanismo, expressão política que surgiu nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX que tinha como propósito, a expansão da influência dos Estados Unidos pelos países da América Latina. Na opinião de Artur Orlando (1906), o Pan-americanismo apesar de se caracterizar como uma política expansionista era uma política imperialista dos Estados Unidos pelos países da América do Sul. Essa política seria importante, pois possibilitaria o crescimento e o desenvolvimento da América Latina. Contrário a ele estava o chamado Latino-americanismo que pregava a unidade dessa porção continental. Artur Orlando a exemplo de Joaquim Nabuco era defensor do Pan-americanismo.

Outro livro desse autor é *Porto e Cidade do Recife*, editado em 1908 onde segundo Andrade (2007), ele investigou:

a localização e a importância do Recife na ocasião em que eram concluídas as obras de modernização do porto, procurando projetá-lo como o principal porto do Brasil e da América, no Atlântico Sul - o mais próximo da África e da Europa – e, para caracterizar a importância da cidade, fez uma análise, aprofundada para a época, das condições de relevo, de solo, do clima da região dele dependente, comparando com as observadas em outros continentes. E procurou mostrar como estas condições tinham influência sobre o que chamamos, hoje, de “qualidade de vida da população” (ANDRADE, 2007, p. 10).

Ao se referir a esse livro, Menezes (1995), considerava-o “[...] um trabalho de geo-ecologia ainda sem a devida repercussão: O Porto do Recife. Tema de engenharia e navegação, de cabotagem e urbanismo, recebe um tratamento original, pela metodologia geo-ecológica” (MENEZES, 1995, p. 74).

Em *Brasil, a Terra e o Homem* escrito em 1912, de acordo com Andrade (2007),

[...] o autor já encara o país de forma mais ampla, talvez influenciado pelas ideias de Elisée Reclus e de Pierre Denis, de vez que já, em 1890, havia sido traduzido para o português e publicado no nosso país a parte da Geografia Universal referente ao então Estados Unidos do Brasil e, em Portugal, o livro do Pierre Denis O Brasil no Século XX, que dava grande importância às atividades econômicas na interpretação do espaço geográfico (ANDRADE, 2007, p. 10).

Na opinião de Menezes (1995), nesse livro *O Brasil, a Terra e o Homem* “o termo ecologia ingressa em livro de autor nacional” (MENEZES, 1995, p.74).

As contribuições de Artur Orlando se deram também, através de escritos para jornais tendo sido, em determinado momento redator-chefe do Diário de Pernambuco. Contribuiu, ainda, para revistas, a exemplo da Revista Americana, Revista da Academia Brasileira de Letras e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. É importante destacar a sua preocupação com a educação quando a via como um fator de grande importância para o desenvolvimento de uma nação. Salientava ser a educação uma condição primordial para o desenvolvimento de uma nação.

Merece destaque, também, como contribuição à Geografia Pernambucana os estudos do historiador Francisco Augusto Pereira da Costa que,

analisando a evolução do estado, fez observações diretas sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, estudos detalhados sobre a evolução da cidade do Recife e dos seus arredores, assim como sobre as questões de limites do estado de Pernambuco com províncias e estados vizinhos (ANDRADE, 2007, p. 10).

Deixou importantes obras, a exemplo dos Anais Pernambucanos, um conjunto de vários volumes divididos por épocas que correspondem ao período de 1493 a 1850 que é um retrato da história e da vida política, econômica e social do

Estado. Matos (1952) se reportando a esse trabalho de Pereira da Costa que foi editado por Agamenon Magalhães quando governador de Pernambuco salientou:

Dentro dessas épocas se situam o esforço inicial da fundação e da colonização: a penetração e a expansão no sentido interior e no sentido historicamente verdadeiro de converter Pernambuco numa espécie de núcleo e de zona de influência e de civilização do nordeste; o lento e progressivo estabelecimento da civilização; as lutas interiores e políticas; a luta contra o holandês e a sua expulsão; as revoluções libertárias e liberais; a vida econômica, política e social da antiga capitania e depois província (MATOS, 1952, p. 518).

Outro nome importante de ser referenciado quando se fala da história do pensamento geográfico em Pernambuco é o do geógrafo, historiador, jornalista, Mário Melo.

Andrade (2007), em uma abordagem sobre os trabalhos desenvolvidos por Mário Melo, destacou, que ele,

Mantendo uma certa fidelidade à “velha” geografia, atuou na imprensa pernambucana, durante décadas, [...] publicou uma Corografia de Pernambuco e uma Hidrografia, também de Pernambuco, listando acidentes geográficos por ordem alfabética e chamando de “cordilheiras” a formação montanhosa de porte modesto que se erguia sobre o maciço da Borborema. Eram, porém, contribuições muito válidas para a época em que foram publicadas (ANDRADE, 2007, p. 10).

Essa Corografia de Pernambuco foi escrita por Mário Melo, em 1922, a convite da Sociedade de Geografia, do Rio de Janeiro. Ele escreveu, ainda, uma série de artigos que publicou em jornais e artigos para a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano sobre assuntos variados, muitos dos quais contemplando a Geografia e a História de Pernambuco.

Dizia Araújo (2012) que, Mário Melo:

Testemunhou [...] as mudanças que alteraram radicalmente as conformações físicas, espaciais e paisagísticas do País e de sua terra natal, Pernambuco, e da cidade do Recife em particular, na primeira metade do século XX; como também acompanhou as modificações advindas da passagem de uma sociedade eminentemente rural para uma sociedade urbana e industrial, e as alterações acontecidas nas mentalidades, nos comportamentos e nos valores (ARAÚJO, 2012, p. s/p.).

Mencionou, ainda, que Mário Melo:

[...] ainda espera pelo reconhecimento da academia, no sentido de ver sua produção intelectual, suas opiniões e seus pronunciamentos político-ideológicos como objetos de estudo de historiadores, de cientistas sociais e de comunicadores sociais (ARAUJO, 2012, p. s/p.).

Vasconcelos Sobrinho, Agamenon Magalhães, Gilberto Freyre e Josué de Castro também foram estudiosos que deram nas primeiras décadas do século XX, importantes contribuições ao desenvolvimento do pensamento geográfico. Apesar de terem sido mencionados no Capítulo anterior, referente à Geografia brasileira, optou-se naquele momento, apenas em situá-los dentro do contexto maior, deixando para analisar as suas contribuições na ocasião em que se estivesse trabalhando a Geografia em Pernambuco. Desses estudiosos, apenas Gilberto Freyre e Josué de Castro tiveram seus livros *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Geografia da Fome* (1946) comentados em função do conhecimento de Brasil que cada um deles continha.

A contribuição dada por Agamenon Magalhães à Geografia brasileira e pernambucana se prende à Tese intitulada *O Nordeste Brasileiro*, escrita em 1921 para concorrer ao concurso de Cátedra de Geografia Geral para o Ginásio Pernambucano. Nessa Tese, Agamenon trabalhou os aspectos físicos e humanos da região Nordeste tendo sido bastante influenciado por Vidal de la Blache, Camille Vallaux, Jean Brunhes e, por seus discípulos.

Andrade (1970a) ao se referir a essa Tese salientou a orientação científica que foi dada à mesma por Agamenon,

[...] ela é marcada por dois fatos: o combate à geografia descritiva, quando se tentava reduzir esta ciência a uma simples memorização de nomes de lugares e números indicando superfície ou população e a sua completa adesão à Geografia interpretativa, científica (ANDRADE, 1970a, p. 15).

Ao se reportar à influência recebida por Agamenon Magalhães daqueles mestres franceses e de seus discípulos lembrou que:

Foram discípulos desses mestres, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, que revolucionaram a geografia brasileira

nos anos de 1940, introduzindo o que se convencionou chamar de geografia moderna, ou científica (ANDRADE, 2007, p. 10).

Naquele ano, 1921, Agamenon ao conceber a região Nordeste, já o fazia incluindo na mesma, os estados desde o Maranhão até a Bahia. Segundo Andrade (1970a), esse:

Era o grande Nordeste que foi aceito ao se criar, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que terminou sendo aceito pelo Instituto Brasileiro de Geografia, em 1968. [...] Além de haver, em uma época em que poucos faziam estudos de campo, bem delimitado a região nordestina; também ficou Agamenon Magalhães um pouco embaraçado para colocar o Maranhão no Nordeste, como ocorre ainda hoje com os geógrafos que dispõem de outros meios para estudar a região, salientando que se tratava de uma área de transição entre o Nordeste e a Amazônia (ANDRADE, 1970a, p. 21).

Andrade (1970a) fez referência, ainda, ao fato de Agamenon ter se reportado ao povoamento do Sertão. Dizia Andrade:

Ainda, ao analisar o povoamento do Sertão nordestino, Agamenon Magalhães situou bem a participação das bandeiras paulistas na conquista e na ocupação desta área. Até então eram pouco estudadas a participação dos nordestinos na conquista do Sertão e a importância da pecuária no povoamento desta área (ANDRADE, 1970a, p. 21).

Gilberto Freyre apesar de não ter sido geógrafo, mas sociólogo e antropólogo, através de seus livros, artigos e ensaios desempenhou um grande papel no desenvolvimento da ciência geográfica, desde a década de Vinte. Sua formação profissional teve origem em Universidades da Europa e dos Estados Unidos para onde se dirigiam naquela época, aquelas pessoas que desejavam fazer um curso superior e tinham como arcar com os custos, como ocorreu com ele. Assim, ao retornar ao Brasil trouxe consigo uma bagagem filosófica e cultural adquirida naquelas unidades de ensino por onde passou como aluno e/ou desenvolvendo pesquisas e, com os professores com quem conviveu.

Como bem disse Andrade (2007):

Ele trouxe como novidade científica as ideias de regionalismo, de tradicionalismo – sem que a tradição confrontasse a modernização -,

de ecletismo cultural e religioso e preocupações ecológicas (ANDRADE, 2007, p. 10).

A respeito desse “regionalismo tradicionalista”, Rocha (1954) afirmou:

Ainda nos fins do primeiro quartel dêste século, deflagrou no Recife o primeiro movimento regionalista do Nordeste [...] iniciado pelo sociólogo Gilberto Freyre em abril de 1923. O movimento alastrou-se pelas terras de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, valorizando o homem e as coisas desta região, numa interpretação realística dos nossos fatos geográficos, históricos, sociais e econômicos (ROCHA, 1954, p. 44).

Ainda sobre esse movimento, o autor mencionou que ele:

[...] criou uma mentalidade entre os jovens intelectuais do Nordeste, impregnando de um sadio regionalismo as nossas modernas pesquisas científicas e as nossas melhores experiências artísticas. E a Geografia não ficou excluída dêste novo espírito, propagado a partir desta nossa metrópole regional (ROCHA, 1954, p. 44).

Em certa ocasião em uma entrevista concedida a Leite (2000), este questionou Andrade sobre o fato de Gilberto Freyre ser considerado um pensador conservador, mas que tinha uma influência marcante, inclusive com a esquerda, ao que Andrade lhe respondeu:

Gilberto Freyre foi muito dialético nas suas atitudes. Foi um homem que reagiu contra o modernismo, porque achava que devia se dar importância aos valores tradicionais. Mas, ao mesmo tempo, ele levantava a questão da poluição dos cursos d’água pelas usinas de açúcar, o que contrariava tremendamente os usineiros. [...] sempre foi um homem que tolerou bem a crítica (ANDRADE, 2000b, s/p. apud LEITE, 2000, s/p.).

A sua obra é composta por livros e um conjunto de artigos que foram editados em jornais e revistas científicas. Entre os livros, destacam-se: *Manifesto Regionalista* (1926); *Casa Grande e Senzala* (1933); *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* (1936); *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (1937); *Interpretação do Brasil* (1945) e tantos outros que tratam as temáticas trabalhadas pelo “Mestre de Apipucos”, como era conhecido ao longo de sua vida.

Entre os vários assuntos que trabalhou uns chamam atenção por se encontrarem diretamente ligados, também, à Geografia. Foram expressões como: “inchaço das cidades”, “rurbano”, “tempo tríbico”.

O primeiro diz respeito ao fenômeno do crescimento desordenado dos núcleos urbanos a que ele chamou não de crescimento, mas de “inchaço das cidades”. O grande crescimento demográfico ocorrido no período 1940 a 1960 é um exemplo.

Outra preocupação dele foi com o fenômeno da rurbanização que por sua vez não deixa de estar relacionado àquele crescimento desordenado que já se mencionou. A cidade cresce e se expande em direção à chamada área rural havendo em certas ocasiões, em determinados locais, uma mistura de elementos característicos do meio urbano e do meio rural ao mesmo tempo.

Outro ponto que foi trabalhado por Gilberto Freyre e que é abordado, também, pela Geografia é a questão referente ao “tempo tríbico”, onde em ciência nada acontece por acaso, o hoje é um reflexo do ontem que por sua vez vai influenciar no futuro, no amanhã. Existe, assim, uma intercessão entre esses três momentos.

Andrade (2007) fez menção à Luso-Tropicologia que foi trabalhada por Gilberto Freyre, dizendo que:

[...] estendendo suas pesquisas à Índia e à África, ele desenvolveu um ramo do conhecimento a que chamou de Luso Tropicologia, onde procurava mostrar como o colonizador lusitano apossou-se das terras tropicais, fundando civilizações não europeias e não africanas ou asiáticas. Na verdade, nessas análises ele demonstrava uma certa simpatia pela colonização portuguesa, tão combatida por sociólogos e historiadores dos vários pontos do País (ANDRADE, 2007, p. 11).

Outro estudioso que muito contribuiu para o desenvolvimento da Geografia brasileira, nordestina e pernambucana a partir dos anos 1940 foi o engenheiro agrônomo, ecólogo conservacionista e botânico João Vasconcelos Sobrinho face às suas preocupações com a ecologia e com o meio ambiente.

Nos estudos de Botânica Sistemática que realizou em Pernambuco, em 1940 que deram origem a várias de suas obras, sempre voltadas para a ecologia e a conservação da natureza, a exemplo de *As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização* (1949), vê-se já naquela época, sua preocupação com questões

relativas à destruição da Mata Atlântica e aos problemas da degradação do rio São Francisco. Vasconcelos é autor, também, do livro *As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização* publicado em 1970 e reeditado em 2005.

Ele foi um dos pioneiros nos estudos sobre o meio ambiente no Brasil. Questões como desertificação, diferentes formas de uso da água do São Francisco, conservação da natureza, regionalização foram temas que já inquietavam Vasconcelos durante a primeira metade e primeiras décadas da segunda metade do século XX. No final da década de 1970 ele publicou o livro *Catecismo da Ecologia* onde expressou toda a sua preocupação com o meio ambiente, com as questões relativas à poluição, à destruição dos ecossistemas do planeta Terra.

Em seu livro publicado em 1949, *as Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização* ele propôs uma divisão regional do espaço pernambucano em Regiões Fitogeográficas, utilizando o critério físico representado pela vegetação, ou seja, o critério botânico, para as chamadas Zonas e, as bacias hidrográficas, a localização geográfica ou mesmo o relevo para as Sub-zonas e as Regiões.

Uma outra de suas contribuições foi a de identificar a diferença existente entre o que ele chamou de Mata Seca e de Mata Úmida, no Nordeste e, conseqüentemente, em Pernambuco, já salientada no primeiro Capítulo dessa Tese. Vasconcelos identificou, também, na região semiárida nordestina, a presença de brejos que como ele dizia eram áreas que possuíam características bem diferentes dos chamados brejos encontrados em outras áreas do território brasileiro.

Ao se reportar ao livro *As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização* comparando com *As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização*, Andrade (2005) salientou que:

O livro é uma ampliação e adaptação daquele que vi publicado em 1950, por Vasconcelos Sobrinho, sobre Pernambuco, elaborado em função da necessidade de atualização do conhecimento e também de compreensão, por parte do cientista, de não dividir excessivamente as áreas estudadas, de acordo com as divisões políticas, como faziam os geógrafos do século XIX e início do século XX. Observa-se em livros, ainda hoje valiosos, como os de Ferdinando Denis e Elysée Reclus, como a análise do território nacional era feita em função da divisão do espaço em estados, quando sabemos que em um mesmo Estado há diversificações muito grandes no meio natural e no sistema de exploração de recursos, mais do que em outras áreas do mesmo território. Assim, para exemplificar, o Sertão Pernambucano é bem mais semelhante ao

Sertão Paraibano do que à Mata Pernambucana (ANDRADE, 2005, s/p.).

Andrade (2005) externava que ao se ler os livros de Vasconcelos Sobrinho percebia-se que ele não era apenas um botânico, ou um ecólogo,

[...] mas também um geógrafo, na ocasião em que a geografia pernambucana se destacava no cenário geográfico brasileiro, pela sua diversificada e profunda contribuição, onde se destacavam, entre outros, Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Dárdano de Andrade Lima e Rachel Caldas Lins, que plantaram as sementes da atual geografia pernambucana e vários alunos, hoje professores, que desenvolvem estudos de Geografia propriamente dita e de Meio Ambiente (ANDRADE, 2005, s/p.).

Como já foi salientado, a partir dos anos 30, do Século XX, o conhecimento geográfico no Brasil e, em Pernambuco contou com a contribuição de geógrafos, como Josué de Castro, que dedicou a sua vida a estudar um tema que para ele era um tabu, a fome.

Dizia Castro (2007):

[...] não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra Universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (CASTRO, 2007, p. 10).

Para ele, falando sobre o drama da fome, afirmava:

Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia - a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra de promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e de área da monocultura da cana de açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço (CASTRO, 2007, p. 18).

Para Josué, a fome era produto do subdesenvolvimento, tinha razões sociais, possuía raízes históricas, produto do próprio processo de ocupação, exploração e organização do território imposta à sociedade pela expansão da

civilização europeia no mundo tropical. Com o passar dos anos, dos séculos, o modelo econômico-social que foi imposto e que se tornou dominante, levou à continuidade do fenômeno no mundo das ex-colônias.

Assim, as condições de fome, de miséria de grande parcela da população foi denunciada por ele como um problema social, criado em função das desigualdades econômicas que eram produto da elevada concentração de renda e de terras existentes.

Na verdade, Josué já naquela época desmistificou a ideia que existia de relacionar a fome, a pobreza, a miséria em que vivia parte da população, à questão do elevado crescimento populacional. Sabe-se, que esse crescimento pode agravar a intensidade dessa situação. Contudo, aquele pesquisador explicava, cientificamente, que a superpopulação não era a razão do flagelo uma vez que existia uma relação inversa, era a fome que levava a uma ampliação nas taxas de natalidade, visto que, ela ampliava o coeficiente de fertilidade dos grupos atingidos, com reflexos, pois no aumento das taxas de natalidade.

Além da causa da superpopulação, Josué descartou, também, as causas ligadas às condições naturais, principalmente a climática e, as causas étnicas, como sendo as determinantes. Esses argumentos utilizados eram convenientes à estrutura política e econômica dominante que tinha por intenção, escamotear as verdadeiras causas do problema.

Seus livros são reconhecidamente vistos como uma das mais importantes contribuições para o estudo das relações e inter-relações políticas, ambientais, econômicas e sociais.

Para citar algumas das suas obras optou-se por destacar aquelas que foram editadas na primeira metade do século XX, anos 1930 e 1940. São elas: *Condições de Vida das Classes Operárias no Recife (Estudo Econômico de sua Alimentação)* (1932). Esse ensaio foi publicado em 1935, no livro *Alimentação e Raça*; *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil* (1932), esse livro corresponde à Tese de Livre Docência por ele defendida para ocupar a cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife; *O Problema da Alimentação no Brasil* (1932); *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* (1937); *Documentário do Nordeste* (1937); *Fisiologia dos Tabus* (1938); *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo* (1939); *Geografia da Fome* (1946), livro que o consagrou internacionalmente; *Fatores de Localização da Cidade do Recife* (1947).

Esse último corresponde à Tese por ele defendida para ocupar a Cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apesar da referência feita aos livros de Josué de Castro que foram escritos na primeira metade do século XX não se pode deixar de mencionar outro importante livro desse autor que foi *Geopolítica da Fome*, escrito em 1951.

A percepção da universalidade desse fenômeno foi salientada por ele nesse livro, *Geopolítica da Fome* quando deixou registrado:

[...] quando cresci e sai pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local, um drama do meu bairro, era um drama universal. Que a paisagem humana dos mangues se reproduzia no mundo inteiro. Que aqueles personagens da lama do Recife eram idênticos aos personagens de inúmeras outras áreas do mundo assoladas pela fome. Que aquela lama humana do Recife, que eu conhecera na infância, continua sujando até hoje toda a paisagem do nosso planeta como negros borrões de miséria: as negras manchas demográficas da geografia da fome (CASTRO, 2007, p. 21).

Esses livros são estudos interdisciplinares, construídos a partir da aplicação do método geográfico, que segundo Josué de Castro era o mais adequado para tratar um tema de tamanha complexidade.

Carvalho (2007) se reportando ao livro *Geografia da Fome* (1946) salientou que ele:

[...] constitui-se num marco; primeiro, por introduzir um tema inédito dentro da Geografia no país, significativamente influenciada pela Escola Francesa e estudando os gêneros de vida, naturalmente voltava-se à análise da alimentação, sem entretanto fazer referência à fome; segundo, por provar que a fome consistia numa expressão biológica dos malefícios sociais especialmente nas periferias do capitalismo; e terceiro, em face a essa leitura, pelas possibilidades acenadas à análise do social na Geografia (CARVALHO, A. A. T., 2007, p. 16).

Ao se referir a Josué, Andrade (2003b) realçou o fato de que aquele estudioso:

[...] era um homem que juntava ao saber acadêmico o saber adquirido na observação empírica, na reflexão direta da realidade e na absorção da cultura popular, que Camões, no século XVI, considerava “o saber da experiência feita”. Ele mostra que não se deixou enganar pelas teorizações de muitos cientistas de renome

que, a serviço de países ou de megaempresas, formulavam teorias que beneficiariam as forças econômicas internacionais e justificariam a exploração e a pauperização das populações periféricas, hoje tão acentuadas, com a substituição da fase imperialista pela fase globalizadora, na economia capitalista mundial (ANDRADE, 2003b, p. 74).

Destaque, também, na divulgação dos conhecimentos de Geografia em Pernambuco foi dado com os livros didáticos modernos escritos e lançados a partir dos anos 1950, por dois geógrafos: Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette para os cursos Ginásial, Científico, Normal e Técnico em Contabilidade adotados nas escolas pública e particular do Recife, concorrendo com os então existentes, também modernos, pois seguiam uma linha que não era a do estímulo à memorização, escritos por Aroldo de Azevedo e, Delgado de Carvalho.

Por sua vez, a abertura de concursos públicos no Ginásio Pernambucano e na Escola Normal para preenchimento de vagas na área da Geografia, a exemplo do que ocorreu na década de 1920 com a vaga que foi ocupada por Agamenon Magalhães deu um suporte ao desenvolvimento do conhecimento geográfico.

Em 1932 teve lugar a abertura de Concurso na área de Geografia Geral, do Brasil e Noções de Cosmografia, na Escola Normal e, para as vagas criadas se candidataram Dácio Rabelo e Mota e Albuquerque. Naquele momento foi dado um tema único *O Nordeste Brasileiro: Pernambuco, centro e origem de toda civilização nordestina*. Os candidatos escreveram as suas teses sobre esse assunto que foi o ponto que foi sorteado. Rocha (1954), salientou que:

Em ambos os trabalhos já se percebe o novo sentido de interpretação geográfica, desprezada a “preocupação meramente descritiva”, como acentua o prof. Dácio Rabelo na introdução de sua tese (RABELO, 1932, s/p. apud ROCHA, 1954, p. 44).

Rocha (1954) disse que sentimento semelhante foi expresso pelo outro candidato, Mota e Albuquerque:

ao esclarecer que “o objetivo verdadeiro da tese a desenvolver é o estudo de Pernambuco, em primeiro lugar como centro e depois como origem de toda civilização nordestina” (MOTA E ALBUQUERQUE, 1932, s/p. apud ROCHA, 1954, p. 44).

Os concursos abertos no final da década de 1930, mas que não se realizaram teve como professores inscritos, Gilberto Osório de Andrade concorrendo com a tese sobre *A Amazônia, um Complexo Antropogeográfico*, Mário Lacerda de Melo, *Pernambuco, Traços da Geografia Humana* e José Alfredo de Menezes com *Variações Climáticas*. Observa-se, o interesse pelo regional demonstrado desde Agamenon Magalhães e continuado com Gilberto Osório e Mário Lacerda ao desenvolverem os seus trabalhos para concorrerem às Cátedras. Andrade (2007) ao se referir a essas Teses desenvolvidas pelos candidatos mencionou:

[...] abordavam temas dentro dos parâmetros da época e cuidadosamente organizadas de acordo com os ensinamentos de Jean Brunhes, de De Martone e de Vidal de La Blache. Passara o período de maior influência de Elisée Reclus e de Pierre Denis (ANDRADE, 2007, p. 12).

Mais tarde, já nos anos 1950 é que novamente houve a abertura de novos concursos, dessa vez não apenas para Cátedras no Ginásio Pernambucano, mas também para o Instituto de Educação de Pernambuco, a chamada Escola Normal. Para o Ginásio, a procura se deu por Hilton Sette que se inscreveu com a Tese de cunho regional, também, intitulada *Divisão de Pernambuco em Regiões Naturais* (1946), momento em que identificou no Estado, partindo-se de Leste para o Oeste, a presença das regiões do Litoral-Mata, do Agreste e do Sertão. Apesar de nunca ter sido oficializada, essa divisão regional apesar do elevado grau de abrangência que possuem as regiões, envolvendo extensas áreas com uma diversidade muito grande em termos de paisagens é muito utilizada em trabalhos na Academia, desde que se façam os necessários ajustes. No Instituto de Educação de Pernambuco realizou-se em 1955, Concurso para preenchimento da Cátedra de Geografia do Brasil que passou a ser ocupada pelo prof. Mauro Mota que escreveu sua tese sobre *O Cajueiro Nordestino*. Andrade (2007) falando sobre Mota, salientou que ele:

[...] lecionava Geografia em vários estabelecimentos de ensino médio, já publicara um livro sobre Geografia Literária e um outro em que analisava as modificações paisagísticas no Sertão e Agrestes nordestinos, em que salientava a tendência da formação de cidades nas encruzilhadas, tema que seria depois estudado por Rachel Caldas Lins, em livro intitulado de Cidades Gasolina (ANDRADE, 2007, p. 12).

Outros concursos realizados naquela década e início dos anos de 1960 foram os de Gilberto Osório com o trabalho sobre Itamaracá, *Morfologia Litorânea na Região da Ilha de Itamaracá*; Manuel Correia de Andrade com um outro estudo regional, *O Vale do Siriji: um estudo de geografia regional*. Nesse trabalho, Manuel Correia atestou grande preocupação com o meio ambiente, trabalhando as questões da erosão antrópica. Por sua vez, em outra instituição de ensino, o centenário Instituto de Educação de Pernambuco que hoje, apesar de conservar seu nome passou por uma reforma correspondendo atualmente a um modulado constituído por vários estabelecimentos de ensino, foram realizados concursos públicos para preenchimento de Cátedras.

Andrade (2007) se reportando ao Instituto de Educação dizia ser ele:

[...] uma casa inovadora e onde, nos anos de 1920, iniciou-se o estudo da Sociologia no Brasil, com a criação de cadeira dirigida e ministrada por Gilberto Freyre, houve concurso para a cátedra de Geografia do Brasil, cujo candidato único foi o jornalista e poeta Mauro Mota, com uma tese sobre o Cajueiro Nordestino (ANDRADE, 2007, p. 12).

Os registros a esses Concursos é uma maneira de destacar a preocupação que se passou a ter com o conhecimento geográfico nessas primeiras décadas do século XX. Por sua vez, essas instituições de ensino aqui representadas pelo Ginásio Pernambucano e Instituto de Educação de Pernambuco, a exemplo do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e, de outras instituições de ensino secundário existentes no Brasil tiveram grande importância para a educação brasileira até porque as Universidades vieram a surgir tardiamente. Por sua vez, os professores que aí lecionavam foram a base no ensino das Faculdades e Universidades recém-criadas.

Em Pernambuco, a primeira instituição de ensino superior foi criada em 1940, a Faculdade de Filosofia do Recife, que entre os cursos ofertados estava o de Geografia, destinado ao público feminino. Menção a essa Faculdade já foi realizada ao longo dessa Tese quando se teve a oportunidade de trabalhar a formação profissional de Manuel Correia de Andrade.

A importância que teve a criação das Universidades para o desenvolvimento da ciência geográfica foi muito grande uma vez que elas se sobressaem não apenas como centros de produção de conhecimentos, mas também de transmissão do

mesmo. A respeito dessa importância, Andrade (2007) acrescentava ser a Universidade,

[...] estância, onde se procura comparar as experiências importadas de outras nações, examinando quando e como devem ser assimiladas ou rejeitadas (ANDRADE, 2007, p. 9).

A respeito da importância que teve a criação de unidades de ensino superior em Pernambuco para o desenvolvimento da Geografia, Andrade (2007) era de opinião que:

Os anos de 1950 foram bastante favoráveis ao desenvolvimento dos estudos geográficos em Pernambuco, devido à implantação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, inicialmente como faculdades particulares, a exemplo das Dorotéias, em 1939, e a dos jesuítas, em 1943, seguidas, em 1950, da Faculdade Oficial, estadual. Com elas, criava-se, também, na então Universidade do Recife, atual Federal de Pernambuco, uma faculdade não confessional. E foi aí que os professores Gilberto Osório de Andrade, titular de Geografia Física, e Mário Lacerda de Melo, da área de Geografia Humana, passaram a complementar o ensino em sala de aula, com os trabalhos de pesquisa de campo (ANDRADE, 2007, p. 12).

Naquelas unidades de ensino superior passaram os professores inicialmente vindos daquelas unidades de ensino secundário, a lecionarem e a realizarem pesquisas de campo, muitas delas deram origem a documentos científicos que foram posteriormente publicados. Em um primeiro momento esses professores não abandonaram o magistério secundário, desempenhando as suas atividades nos dois níveis de ensino.

Um grande suporte dado ao desenvolvimento de pesquisas geográficas veio a se dar, também, quando da criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), em 1949, posteriormente, FUNDAJ. Esse apoio se deu não apenas pelos trabalhos que eram desenvolvidos no próprio Instituto e, depois na Fundação como também por intermédio da celebração de Convênios com a Universidade. Algumas pesquisas surgiram entre 1954/1961 envolvendo professores e alunos do Departamento de Geografia que juntos trabalharam questões relativas à poluição dos rios na região da Mata do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas. Essas pesquisas deram origem a trabalhos que foram produzidos por

Mário Lacerda de Melo, Gilberto Osório de Andrade e Manuel Correia de Andrade. A partir de 1959, o mesmo veio a ocorrer quando da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Na década de 1970, a UFPE através do Departamento de Geografia celebrou convênios com aquela Superintendência envolvendo professores, técnicos e alunos que passaram a realizar estudos regionais sobre o Nordeste brasileiro. Esses Convênios foram também celebrados com outras Universidades da região Nordeste. A SUDENE estava representada nessa ocasião, por um geógrafo, Carlos José Caldas Lins que além de ser professor do Departamento de Geografia da UFPE era gestor do Departamento de Políticas Espaciais daquela Instituição. A partir de um trabalho que envolveu pesquisa de gabinete e de campo, o prof. Manuel Correia de Andrade produziu ensaio intitulado *Regionalização Agrária do Nordeste* onde definiu a existência de diversas regiões agrárias que passaram a ser estudadas individualmente.

Sobre esse assunto, Andrade (2007) declarou:

As pesquisas, que envolviam professores de geografia e de outros departamentos e alunos de graduação e pós-graduação, produziram ensaios sobre as chamadas regiões agrárias, [...] como, entre outras, “Agrestes”, “Sertão Norte”, “Meio Norte”, “Sertão Sul”, “Área do Sistema Canavieiro” etc. e, em seguida, estudos de regiões urbanas, como as áreas de Teresina, Ilhéus-Itabuna e Aracaju (ANDRADE, 2007, p. 13).

Ainda, na opinião de Andrade (2007) “Acreditamos que esse conjunto de monografias seja uma das principais contribuições dadas pela SUDENE ao conhecimento da região que pretendia desenvolver” (ANDRADE, 2007, p. 13).

Fizeram parte dessa grande equipe de professores, além de Manuel Correia de Andrade, Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Mello, Diva de Andrade Lima, Marlene Maria Silva, Rachel Caldas Lins, José Alexandre Filizola Diniz, Sílvio Bandeira de Melo, entre outros.

É importante ressaltar, também, a importância da AGB criada em São Paulo, em 1934 e que, em Pernambuco surgiu como núcleo estadual, em 1952, ano em que houve a Assembleia Geral Anual da AGB, em Campina Grande/João Pessoa. A princípio congregando um pequeno número de associados foi aos poucos essa participação se tornando cada vez mais intensa, congregando mais associados, tendo os professores Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo e, Manuel

Correia de Andrade ocupado a presidência da AGB Nacional e realizado suas Assembleias Gerais em Garanhuns (1955); em Mossoró (1960) e, em Penedo (1962), respectivamente.

Segundo Andrade (2007):

Daí em diante foram numerosos os associados de Pernambuco que ocuparam cargos de direção no órgão máximo da geografia brasileira, provocando a formação de grupos de pesquisa na Universidade (ANDRADE, 2007, p. 13).

Rocha (1954) salientou, também, a importância que teve em um determinado momento para a Geografia, o papel desempenhado pelo Diário de Pernambuco.

Fato bem auspicioso para a nova Geografia pernambucana foi a integração do DIÁRIO DE PERNAMBUCO no seu movimento renovador, graças ao interesse do prof. Mauro Mota, redator secretário do velho periódico. O mais antigo jornal em circulação na América Latina abriu as suas colunas para sucessivas reportagens de fundo geográfico sobre assuntos regionais e fez-se representar nas duas últimas assembleias anuais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, reunidas na Paraíba e em Mato Grosso, credenciando como enviado especial um participante pernambucano das pesquisas periódicas da AGB (ROCHA, 1954, p. 48).

Mais recentemente, como chamou atenção Andrade (2007),

Outros passos seriam dados na produção da geografia e na formação de geógrafos no Recife; entre eles podemos salientar o início dos cursos de pós-graduação, a estreita colaboração do Departamento de Ciências Geográficas com outros departamentos ligados às ciências da Terra e às ciências humanas e sociais [...] a intensificação das relações de colaboração com professores de outros estados do Brasil e do exterior, sobretudo franceses e norte-americanos (ANDRADE, 2007, p. 13).

A intensificação das relações com professores de outras universidades brasileiras para proferirem palestras, ofertarem cursos na pós-graduação, participarem de bancas examinadoras de Mestrado e de Doutorado, além das bancas de concursos para provimento de cargos públicos é de grande realce para o desenvolvimento da Geografia local. O mesmo acontece com a vinda de professores do exterior para ofertarem cursos e ministrarem conferências.

É importante registrar que, além dos cursos de Mestrado e Doutorado criados no Departamento de Ciências Geográficas,

As preocupações com a problemática nacional e regional e com os perigos advindos com a destruição do meio ambiente [...] levaram a UFPE a implantar em colaboração com outras universidades do Brasil e de Portugal, curso de pós-graduação dedicado ao estudo dos problemas ambientais e de combate em favor do chamado desenvolvimento sustentável. Nessa linha foi criado, em 1997, o Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais (ANDRADE, 2007, p. 15).

Chama-se atenção, ainda, para os diferentes grupos de pesquisas existentes que envolvem professores e alunos nas diversas áreas do conhecimento geográfico e, os relacionamentos que têm esses pesquisadores com entidades federais de fomento à pesquisa, a exemplo do CNPq, da CAPES, da FINEP e, com entidades estaduais, como a FACEPE.

Afora a UFPE e a UPE que são universidades públicas, a graduação em Geografia é ofertada, também, por outras unidades de ensino superior existentes no Estado. Além de cursos presenciais são oferecidos cursos de graduação a distância – EAD. Algumas dessas unidades particulares de ensino oferecem, também, cursos de pós-graduação em nível de Especialização.

Em estudo realizado sobre a região Nordeste intitulado *O Nordeste de Ontem e de Hoje: continuidade e rupturas* (1995), Andrade (1995c) chamou atenção para a importância que têm as Universidades:

[...] as universidades, têm a responsabilidade de desenvolver a pesquisa e a reflexão sobre a Região, apontando os caminhos que podem ser seguidos, libertando a região tanto das calamidades naturais como do domínio das áreas mais desenvolvidas do país e do mundo, como da ação de suas próprias elites. Assim, as universidades – e nós que somos, por excelência professores universitários – temos um grande papel nas transformações que advirão, redirecionando a política em favor dos interesses da população e não dos grupos dominantes (ANDRADE, 1995c, p. 25).

Chama-se atenção para o fato de que apesar desse estudo ter sido escrito em 1995, o comprometimento das universidades e de seus professores nesse processo de transformação da realidade regional é permanente e caminha no tempo.

4.1 MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A GEOGRAFIA PERNAMBUCANA – A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE

Nesse Capítulo sobre a evolução do pensamento geográfico em Pernambuco, pretende-se, nesse momento, contextualizar um pouco sobre a participação e a contribuição de Manuel Correia de Andrade para a Geografia Pernambucana.

Como situar Manuel Correia de Andrade nesse contexto da história da Geografia Pernambucana?

Alves Felipe (2008) se reportando à Escola Pernambucana, salientou que grande parte dos profissionais que a formaram, entre eles, Manuel Correia de Andrade teve a sua formação profissional oriunda da Faculdade de Direito. Disse ele a esse respeito:

O professor Manuel Correia de Andrade é originário dos quadros de cientistas sociais formados nas cinco primeiras décadas do século passado na Faculdade de Direito do Recife, que dava aos seus futuros advogados uma sólida formação humanística com base na Filosofia, na História, na Sociologia, na Antropologia e na Geografia (ALVES FELIPE, 2008, p. 66 apud CAVALVANTI et al., 2008, p. 66).

Em um outro momento, Alves Felipe (2008) ainda se reportando a essa Escola e à formação humanística dos profissionais da Geografia associando ao Direito, mencionou que:

Essa leitura humanística feita na Faculdade de Direito vai determinar uma das mais importantes “Escolas Geográficas” do Brasil, que é a Escola Pernambucana, formada por Gilberto Osório de Andrade, Hilton Sette, Mário Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade. As pesquisas de campo, os trabalhos em equipe, a formação de grupos de pesquisadores sobre a Geografia Nordestina e Pernambucana, em particular, ganham destaque a nível nacional e essa escola se consolida a partir dos anos 50 (ALVES FELIPE, 2008, p. 66 apud CAVALCANTI et al., 2008, p. 66).

São daquela época, anos 50, as pesquisas desenvolvidas junto ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental*, momento em que foram estudados pelos professores Manuel Correia e Gilberto Osório de Andrade, o rio Ceará-Mirim, o Mamanguape, o Paraíba do Norte

e os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel, publicados em quatro volumes por aquela instituição de pesquisas. Outro trabalho desenvolvido no início dos anos 60 envolvendo geógrafos pernambucanos e o Instituto Joaquim Nabuco foi *Os Rios da Carnaúba: o rio Mossoró Apodi* desenvolvido por Gilberto Osório e Rachel Caldas Lins.

Em 1945, através de escritos para jornais e revistas universitárias, Manuel Correia de Andrade iniciou a sua contribuição à Geografia. A partir daí foram acrescentadas outras mais contribuições que vieram a se somar aos inúmeros textos por ele produzidos e que vieram a compor o seu acervo de publicações composto por temas da Geografia, vultos da história, fatos e movimentos históricos nacionais e regionais e, outros mais que, hoje se encontra no IEB, da USP.

Andrade conseguiu associar a sua vida de escritor, à carreira acadêmica e a de geógrafo. Esteve sempre presente em todos os debates para os quais era convidado a participar trabalhando as diferentes temáticas, que também estavam presentes em seus livros e que tinham como universo de preocupação, Pernambuco, o Nordeste, o Brasil, a América Latina e a África. Somaram-se a elas, questões relativas à história do pensamento geográfico brasileiro, à globalização, à geopolítica do Brasil e do mundo, à Geografia Econômica, ao meio ambiente e tantas outras, que foram trabalhadas sempre respeitando o processo histórico que as caracterizava e a sua atualidade.

Sua obra é reconhecida como das mais importantes contribuições para o estudo das questões epistemológicas da Geografia, das questões regionais, econômico-sociais, geopolíticas e ambientais derivadas da forma como ocorreu o processo de conquista, ocupação e uso do solo do espaço brasileiro e nordestino, da grande concentração fundiária e da concentração de renda existentes no país e, conseqüentemente, na região Nordeste.

Souza em um Encontro Científico realizado na cidade de Natal, em 1995, sobre o tema, *Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão* deixou registrada em sua fala, a importância da obra desse autor, ressaltando que “[...] a obra de Manuel Correia não tem implicações apenas no desenvolvimento da Geografia. Sociólogos, economistas, antropólogos e tantos outros cientistas humanos têm sido também por ela influenciados” (SOUZA, 1995, p. 28 apud ALVES FELIPE et al., 1995, p. 28).

Ainda a respeito da importância dessa obra, afirmou:

[...]. Mas, sem dúvida alguma, na Geografia, sua obra é marcante, seja como referência e rigor metodológico, seja como referência obrigatória sobre temas teóricos, seja como crítica a história da Geografia brasileira, seja como obra essencial para conhecimento do Nordeste brasileiro (SOUZA, 1995, p. 28 apud ALVES FELIPE et al., 1995, p. 28).

Outro autor que chamou atenção para o significado que tinha a obra de Andrade foi Barros (1995). Na sua opinião,

[...] a obra do professor Manuel Correia de Andrade faz brotar em nossas almas a “clareza e o sentimento de responsabilidade” em duplo aspecto. O primeiro enquanto estudantes de ciências porque nelas aprendemos que, como crer Max Weber, ser tanto mais fácil realizar a obra de transferir o saber quanto mais ele, o professor, evite escrupulosamente, impor ou sugerir, à audiência, uma convicção. E o segundo porque suas obras nos levam enquanto cidadãos, possuidores do conhecimento, a consciência da obrigação em nos envolvermos com as mudanças racionalmente definidoras de nossa inserção na modernidade social (BARROS, 1995, p.115 apud ALVES FELIPE et al., 1995, p. 115).

Observou-se e ainda será observado, nos próximos Capítulos da Tese, referências a algumas das obras escritas pelo pesquisador Manuel Correia de Andrade. Menção a essas obras aqui representadas pelos livros e opúsculos está sendo feita no final dessa Tese, no Apêndice 2.

Gallero (2010) se reportando à Geografia e ao método desenvolvido por Andrade em seus trabalhos afirmava que ele:

Desarrolló siempre una geografía crítica, materialista dialéctica, latinoamericanista, profunda, prolífica en producción bibliográfica orientadora y no ajena a una militancia social acorde con su pensamiento científico. Entendemos que ha sido um ejemplo – para toda America Latina, por el valor intelectual pero también por haber estado siempre acompañado de la coherencia permanente em la acción (GALLERO, 2010, p. 105).

Dentre as várias obras que escreveu, destacou-se para que se fizesse uma breve análise de seu conteúdo e de sua repercussão frente a outros estudiosos, o livro *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963) que foi um marco na vida do autor e para a Geografia Agrária brasileira. (Figura 11).

Figura 11 - Lançamento do livro *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963).

Fonte: Acervo pessoal de Thais Correia.

Esse livro trouxe à tona nas suas páginas, um método crítico de análise, pouco trabalhado e aceito nos idos da década de 1960, principalmente pela maioria dos geógrafos, algumas categorias de análise, a exemplo de: modos de produção; estrutura fundiária e agrária dominantes na região Nordeste do Brasil; questões das relações de produção e de trabalho existentes; das classes sociais; o movimento das Ligas Camponesas; tudo isso ocorrendo em um momento de efervescência política no país onde a classe dominante não queria reformas políticas de base. Essa classe bastante conservadora se mostrava contrária a qualquer alteração nas estruturas vigentes que já as vinha beneficiando fazia séculos enquanto que outro grupo, as forças progressistas lutavam pelas reformas.

A Terra e o Homem no Nordeste fugia, assim, àquela feição que era dada nos livros que tratavam de Geografia Agrária onde era dada ênfase a questões relativas: à localização; aos aspectos naturais; à produção pela produção em si; aos processos produtivos. Não continham discussões acerca da grande concentração fundiária existente nem tão pouco das relações de trabalho tipo pré-capitalistas, inclusive com a presença do cambão e da parceria.

Para reforçar o que foi dito, utilizou-se a colocação feita por Lins (1995) ao falar a respeito de como era trabalhado o agrário, na Geografia.

Em relação ao campo, ao agrário, a preocupação é bastante antiga na Geografia. A abordagem consistia basicamente em grandes descrições relativas à localização, sem se tocar em questões, por exemplo, sociais, econômicas e políticas. A outra base de estudos da Geografia Agrária era a descrição das relações técnicas de produção, de maneira minuciosa, como, por exemplo, se os sistemas agrícolas eram extensivos ou intensivos, com rotação de terras, culturas ou não etc (LINS, 1995, p. 36).

Lins (1995) acrescentou, ainda, sobre o diferencial que caracterizou o livro escrito por Manuel Correia de Andrade em 1963:

“A terra e o homem no Nordeste” (prefaciado por um Historiador de origem marxista, muito denso e de muita contribuição – Caio Prado Júnior) foi a primeira obra a trabalhar com categorias de análise como “trabalho” e “propriedade”, a nível de Nordeste brasileiro, no início da década de 1960. Do meu ponto de vista, teve o mérito também de não levar em conta a tradicional separação entre a ciência e a política, tão divulgada à época pelos Professores de Geografia (LINS, 1995, p. 36-37).

A escolha por esse tipo de abordagem fez com que esse livro não fosse bem aceito por parte de alguns geógrafos pernambucanos conservadores, afirmando que o autor não havia feito Geografia ao escrevê-lo. Na História, na Sociologia, na Economia, o livro foi bem aceito.

Como bem comentava Andrade (2002c), em conversas e, na entrevista concedida a Araújo (2002),

O livro criou uma reação muito grande. A maioria dos geógrafos era muito conservadora e achou que o livro não era científico. Era um livro de propaganda política. Lembro-me bem de que muitos poucos me apoiaram. Um deles foi Araújo Filho, que era um cara conservador, professor da USP, e que defendeu muito esse livro [...] (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 99-100).

Caio Prado Júnior no Prefácio da primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste* ao se referir ao seu autor e, ao livro, afirmou que a região contava com inúmeros trabalhos sobre ela e que esse livro de Manuel Correia de Andrade poderia

dar a ideia que seria mais um a ser somado à bibliografia sobre a região já existente. Contudo, dizia ele que não era dessa forma,

[...] porque se encontra no livro algo de verdadeiramente inédito. É que na extensa bibliografia relativa ao Nordeste, há uma questão que, por estranho que pareça, sempre se relegou a um quase esquecimento, apesar de constituir, sem dúvida alguma, a mais importante, e mais que qualquer outra merecedora de atenção. Refiro-me às relações de produção e trabalho (PRADO JÚNIOR, 1964, p. IX).

Continuando a sua colocação sobre o diferencial encontrado em *A Terra e o Homem no Nordeste*, Prado Júnior (1964) enfatizava:

Será difícil objetar que se trata aí de matéria essencial, uma vez que envolve o que de mais importante, ou pelo menos de fundamental, se apresenta na vida de qualquer comunidade, a saber, como se relacionam os homens entre si em suas atividades produtivas, e como se comportam, uns relativamente aos outros e ao conjunto da coletividade, no exercício de suas funções econômicas. Análise como essa, é claro, abre desde logo perspectivas (e somente ela pode fazê-lo) sobre a estrutura social e as condições de vida da população e de suas diferentes classes (PRADO JÚNIOR, 1964, p. IX).

Ainda, Prado Júnior (1964) ao se dirigir ao autor do livro ora em análise, declarava que:

Trata-se de um especialista que já conta com grande número de contribuições para a análise da economia agrária do Nordeste brasileiro que êle vem observando e estudando como geógrafo de profissão que é, em paciente e exaustivo trabalho de campo, que se complementa de larga informação de conhecimentos geográficos, econômicos e sociológicos gerais.[...] E agora, podemos dizer que pela primeira vez, nos é apresentada a análise de conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico (PRADO JÚNIOR, 1964, p. X).

Quando em 2002, Araújo na entrevista perguntou a Andrade se ele “tinha consciência, quando estava escrevendo, de que estava fazendo algo novo, algo que seria um marco na ciência?” Ele respondeu enfatizando que:

Essas coisas evoluem. Eu sabia que estava fazendo uma coisa que contrariava a ordem estabelecida, em primeiro lugar. Em segundo lugar, eu sabia que aquele livro ia contar as coisas que não eram

contadas. Uma das coisas que eu denunciei, nele, foi o processo da prisão por dívidas. O senhor de engenho ou fazendeiro emprestava dinheiro ao trabalhador e, depois, o trabalhador não podia pagar, não podia sair do engenho. Era uma espécie de escravidão. Ninguém falava nisso (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 101).

Dizia ainda “Eu fiz denúncias. Eu achava que devia haver modificações muito grandes em dois aspectos: primeiro, na análise da realidade; segundo, na forma como os geógrafos deveriam encarar essa realidade” (ANDRADE, 2002c, p. 101).

Araújo, T. B. (2008) ao se referir ao livro *A Terra e o Homem no Nordeste* destacou que a análise feita por Andrade,

[...] das relações sociais de produção dominantes no Nordeste rural é o ponto alto do exame que fez da realidade dessa região. A denúncia do papel do latifúndio e das conseqüências nefastas do minifúndio para a construção de uma região economicamente mais dinâmica e socialmente mais justa o aproxima de Celso Furtado. Ambos não aceitavam que um povo tão trabalhador e criativo amargasse as conseqüências de modelos de organização sócio-econômica geradores de fortes injustiças sociais e de níveis de vida tão indignos (ARAÚJO, T. B., 2008, p. 158).

Mais adiante, em seu texto *Um Intérprete do Nordeste* dizia ainda que Andrade:

Ao invés de culpar a natureza, colocando na irregularidade das chuvas a explicação para o drama social da seca que atingia milhares de sertanejos, como o faziam os poderosos oligarcas e seus ventríloquos, Furtado e Manuel Correia defendiam que o problema estava na forma como se procedera o povoamento e nas bases organizacionais que estruturavam as relações entre proprietários e parceiros no Sertão nordestino. Deixavam claro que não bastava armazenar água, era preciso transformar as estruturas produtivas, mexer na estrutura agrária, apoiar os produtores sem terra – que eram e continuam sendo a maioria dos sertanejos (ARAÚJO, T. B., 2008, p. 158).

Carvalho (2014) reforçou o que foi dito por Araújo, T. B. a respeito de Celso Furtado no seu livro *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. Furtado,

[...] desloca o enfoque tradicional da leitura do subdesenvolvimento nordestino colocando, em lugar do discurso da seca no semiárido como causa do atraso, uma nova visão baseada na estrutura

fundiária, na organização econômica e na formação histórica-política da região (CARVALHO, 2014, p. 8).

A pesquisadora acrescentou ainda, a respeito de Andrade e Furtado,

Ousaram dizer que o problema não era o ano de seca: era o ano bom. Nele, milhares de produtores produziam mas não acumulavam. Zerados no final de cada ciclo produtivo, não tinham lastro para viver no ano em que as chuvas caíam de forma irregular, inviabilizando o plantio. Propunham mudar a forma de fazer política pública no Nordeste (ARAÚJO, T. B., 2008, p. 158).

Ao ser solicitado por Araujo (2002) para que “explorasse” mais a gênese do livro e, também a estruturação, o autor disse que:

[...] A Terra e o Homem no Nordeste não é um livro acadêmico. O livro foi feito para esclarecer os políticos e os estudiosos como se poderia fazer uma reforma agrária. É um livro mais de militante, com a base de um professor universitário, que vinha estudando a questão agrária, tema que foi a preocupação central na minha vida de professor (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 108).

Andrade estava sempre a mencionar e a registrar em suas entrevistas que escrever *A Terra e o Homem no Nordeste* foi um convite que recebeu do professor Caio Prado Júnior que por sua vez, teve ideia, na época, de contatar com outros pesquisadores para fazerem estudos semelhantes a respeito das outras regiões brasileiras. Contudo, apenas *A Terra e o Homem no Nordeste* é que foi publicado, inclusive por sua editora, a Brasiliense.

Dizia que ao ser convidado, Caio Prado recomendou que:

[...] enquanto eu estivesse escrevendo o livro, não lesse os grandes teóricos marxistas, porque, dizia ele, “– Se você ler os livros de Kautsky – que eu já tinha lido uma vez -, vai querer encontrar no Nordeste o que Kautsky encontrou na Alemanha Ocidental. E marxismo não é isso. Marxismo tem que partir da práxis” [...] Eu escrevi o livro baseado nisso, levando em conta o seguinte: o que é que, no Nordeste, é consequência da ação do homem, e o que é consequência da ação da natureza. Naquele momento histórico, que capacidade tinha o homem, em tecnologia e em capital, para transformar a natureza? E a que interesses as políticas agrárias serviam? (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 108-109).

Na opinião de Lins (1995), se reportando *A Terra e o Homem no Nordeste*, afirmava:

[...] o discurso do Prof. Manuel Correia de Andrade não teve relação direta com o contexto epistemológico/institucional da Geografia a esta época, mas teve bastante relação com o contexto social, altamente excludente, concentrador da renda, da propriedade e do poder. Foi coerente com seu povo e com seu tempo (LINS, 1995, p. 39).

Ao contrário do que foi mencionado a respeito da não aceitação e crítica feita por alguns geógrafos pernambucanos ao livro de 1963, Maia (2009) ressaltou o significado que teve essa obra que a chamou de um clássico para a Geografia e, para a Geografia Agrária Brasileira. E, com relação ao seu autor disse que Manuel Correia de Andrade:

[...] integra um grupo clássico de geógrafos que inicialmente construíram a Geografia Brasileira, entre eles: Orlando Valverde, Pasquale Petrone, Manoel Seabra e Maria do Carmo Galvão. Estes autores são os responsáveis pelo início da construção do pensamento agrário brasileiro (MAIA, 2009, s/p.).

Ela salientou, também, a importância que teve esses geógrafos não só na construção da Geografia Agrária Brasileira, mas também na formação de novos geógrafos que trabalham essa Geografia através de suas obras.

A recuperação das suas contribuições permitiu que uma outra geração de estudiosos – Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Sílvia Carlos Bray, Bernardo Mançano, Emília de Rodat Moreira, Lenyra Rique da Silva, Antônio Tomaz Júnior, Paulo Alentejano, Guiomar Germani, Maria de Fátima Rodrigues, Manoel Calaça, entre outros – da questão agrária avançassem nas suas análises (MAIA, 2009, s/p.).

Para Souza (1995) falando sobre o livro *A Terra e o Homem no Nordeste* disse que ele se constitui:

em uma obra cuja importância, densidade eu a comparo a outros grandes mestres conhecedores do nosso país, através de outros olhares, mas com a mesma agudeza: Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, independentemente de suas visões políticas e suas visões de mundo. Eis por que: leiam *A Terra e o Homem do Nordeste*. Tentem descobrir uma informação que não tenha o mais absoluto rigor da observação científica: complexa e ao mesmo tempo singela, linear e ao mesmo tempo eivada de informações sobre a gente nordestina e seu rude viver. Um texto cristalino que revela

todos os meandros e complexidades da vida nestes sertões. Para fazer o mesmo, Euclides e Guimarães romancearam, criaram personagens. Os de Manuel Correia são vivos e reais, com suas vidas e suas lidas (SOUZA, 1995, p. 28-29).

Andrade (2011) ao falar sobre a sua obra, na Introdução da Primeira edição (1963) afirmou ser este um ensaio “[...] resultado de vários anos de estudos, pesquisas e meditações. Em verdade, faz mais de quarenta anos, desde os bancos acadêmicos, que nos preocupamos com os problemas brasileiros em geral e com os nordestinos em particular [...]” (ANDRADE, 2011, p. 31).

Iumatti (2008), em *Saberes Populares do Nordeste* fez referência a um dos pontos que mereceu ser ressaltado, ao se ler *A Terra e o Homem no Nordeste*:

São muitas as instâncias em que se percebe a profunda imersão de Manuel Correia de Andrade no universo de saberes e vivências populares em sua diversidade, o que, em si, apresentou-se lhe como grande desafio metodológico (IUMATTI, 2008, p. 141).

Essa imersão segundo Iumatti (2008) é percebida quando Andrade desenvolveu sua pesquisa abrindo espaço, também, à análise em cada uma das sub-regiões do Nordeste, à vida do nordestino, aos seus hábitos, costumes, crenças, enfim, à sua cultura. Iumatti mencionou diferentes passagens do livro, como por exemplo, quando Andrade trabalhou o Litoral, ressaltando a figura do praieiro, o seu estilo de vida, os seus hábitos; no Sertão, o traquejo do sertanejo relacionado à previsão de chuvas.

O ingresso no ensino superior e a oportunidade que teve de realizar estudos e pesquisas em instituições como o IJNPS, no Serviço Social Rural (SSR), no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na SUDENE e participar das assembleias da AGB fez com que ele tivesse tido condições de conhecer o país e realizar trabalhos de campo e a oportunidade,

[...] de conhecer de perto, de sentir os vários problemas que afligem o povo brasileiro e que entravam seriamente o desenvolvimento nacional; problemas que são ora de ordem geográfica - condições climáticas e edáficas, sobretudo -, ora de ordem histórica - respeito a estruturas e tradições arcaicas que necessitam sofrer grande transformação, mas que resistem às modificações sugeridas pelo evoluir dos tempos -, ora de ordem social, ora de ordem técnica, mas, sobretudo, de ordem econômica - baixa produtividade, ausência de planejamento, má distribuição etc (ANDRADE, 2011, p. 31-32).

A análise de todas essas questões marcou a preocupação do autor na maioria dos trabalhos que elaborou. Referindo-se ao Nordeste dizia ser este:

[...] uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do País. Como ocorre, em geral, com as regiões geográficas, nem os seus limites naturais, nem a sua extensão são razoavelmente estabelecidos. Isso porque a natureza não dá pulos, não sofre, salvo casos excepcionais, mutações bruscas nas suas paisagens (ANDRADE, 2011, p. 35).

Ainda sobre o entendimento de Nordeste que possuía, salientava sempre:

Há uma opinião generalizada, sobretudo no Sul do país, de que a pobreza do Nordeste e o drama das desigualdades regionais são consequência das secas que assolam a região, em média, uma vez em cada decênio. A opinião é falsa e foi generalizada em parte por desconhecimento da realidade nacional e regional e em parte por uma atitude política dos grupos econômicos dominantes que utilizam as secas para obter vantagens junto ao governo federal (ANDRADE, 1988, p. 71).

Dizia, ainda, sobre a região:

Na realidade, conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o autor, o Nordeste é apontado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema *Evocações do Recife* (ANDRADE, 2011, p.35).

Andrade via o Nordeste como uma “região de contrastes” uma vez que, a extensão geográfica que possuía, a diversidade de paisagens encontrada ao longo de seus mais de 1.542.000 km² e o seu processo histórico de conquista e ocupação do solo, permitiam a identificação de um conjunto distinto de paisagens que levaram essa área a ser vista por ele, como uma “região de contrastes”. O que era o Nordeste para Manuel Correia?

O geógrafo sabe bem mais que qualquer outro profissional, a dificuldade que é de se estabelecer os limites de uma região, pois como o autor de *A Terra* e o

Homem no Nordeste frisou a “natureza não dá pulos”, o que significa dizer que, ao se delimitar uma região, o pesquisador se depara com o problema de estabelecer os seus limites uma vez que para isso tem que lançar mão de limites político-administrativos pré-existentes, que servem na demarcação dos estados, dos municípios. Esses por sua vez foram identificados sem que se levasse em conta os seus processos históricos de conquista, as suas condições naturais, econômicas e ambientais existentes; mas a partir de uma linha demarcatória estipulada sem nenhuma base científica e que surgiu por força de um dispositivo legal, ou seja, por força de uma Lei. Com isso, como os elementos geográficos não possuem fronteiras, linhas demarcatórias rígidas, tem-se, por conseguinte, muitas vezes, a continuidade de um mesmo quadro geosocioeconômico ocupando duas ou mais regiões vizinhas. Isso acontece com a região Nordeste quando comparada com as regiões geográficas brasileiras que lhe servem de limites, regiões: Norte, Centro-Oeste e Sudeste e, internamente quando se observa as suas sub-regiões.

Fazendo-se uma reflexão sobre esse livro, percebe-se que o autor trás em suas páginas um estudo sobre a região Nordeste, contemplando o seu espaço como um todo, onde são assinaladas as suas características naturais, históricas, socioeconômicas e ambientais.

Na opinião de Araújo, T. B. (2008):

Ciente da fantástica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural da Região, Manuel Correia dissecou as relações homem/natureza e, especialmente, as relações sociais que predominavam em cada uma das sub-regiões geográficas que compreendiam o Nordeste dos anos sessenta. Revelou as diferenças do meio natural que separam o Nordeste quente e úmido da Mata e do Litoral, dos espaços sub-úmidos do Agreste e semi-árido do Sertão, sem esquecer da zona úmida continental que chamou de Meio Norte (ARAÚJO, T. B., 2008, p.157).

No Capítulo do livro “O Nordeste: região de contrastes”, o autor se reportou ao conceito da região chamando atenção para a dificuldade encontrada para aquela questão da delimitação das regiões e, por conseguinte, das diferentes divisões regionais realizadas para o Nordeste ao longo do tempo por órgãos oficiais, como: o Conselho Nacional de Geografia (CNG), a SUDENE, o BNB. Apesar da existência de uma divisão oficial feita em 1941, pelo CNG por intermédio de Fábio de Macedo Soares Guimarães, para fins administrativos, aqueles outros órgãos ao atuarem na

região adotavam suas próprias divisões feitas em função de atender aos seus próprios interesses. Com isso, essas divisões divergiam umas das outras ora incluindo ora excluindo estados dos seus limites regionais.

Andrade (1964) se referindo às colocações de Pôrto Domingues em *Características Gerais da Grande Região Nordeste* (1958) a respeito da classificação do CNG, dizia que esse:

[...] vem, ultimamente, admitindo a existência de uma região de transição entre o Norte e o Nordeste – compreendendo o Maranhão e o Piauí, ao passo que o Nordeste se estenderia do Leste do Piauí ao Norte da Bahia (PÔRTO DOMINGUES, 1958, s/p. apud ANDRADE, 1964, p. 4).

Na opinião do autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*:

Êste é, ao nosso ver, o melhor critério, uma vez que liberta o estudioso da prisão às fronteiras político-administrativas que separam entidades políticas, os Estados, mas não separam paisagens geográficas – e engloba em uma mesma região apenas as áreas com características realmente indicativas da existência desta região. Na realidade, consideramos nordestinos, apenas, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, o Leste do Piauí, o Norte da Bahia e o Território de Fernando de Noronha (ANDRADE, 1964, p. 4).

Chama-se atenção para a necessidade existente do IBGE realizar uma nova regionalização para o país tendo em vista o processo dinâmico que caracteriza o espaço geográfico. As mudanças ocorrem a cada dia, a cada minuto. Não significa dizer que essa nova regionalização tenha que ser feita nesse mesmo ritmo de intensidade o que seria meramente impossível. Contudo, elas não podem se realizar em grandes intervalos. Os estudos de regionalização apontavam que essas revisões deveriam ocorrer de 10 em 10 anos, mas mesmo levando em consideração esse intervalo, isso não ocorria. Hoje, acredita-se que mesmo esse tempo de 10 anos já se torne muito longo face às alterações, aos processos de mudanças que são cada vez mais rápidas deixando as suas marcas sobre o espaço.

Ao caracterizar o Nordeste, Andrade o fez a partir da influência de um conjunto de fatores, que baseado na classificação de região geográfica e na terminologia adotada por Cholley, constituíam “os domínios”. Chamava atenção para

as relações existentes entre esses domínios físicos, o meio biológico e a organização do espaço realizada pelo homem. Ele dizia que:

[...] estes fatores se influenciam mutuamente e do entrelaçamento de uns e de outros é que resultam as paisagens naturais e culturais. Sendo muito complexa a origem das paisagens geográficas, ninguém ousaria admitir a exclusividade da ação de um elemento na elaboração dos quadros paisagísticos, até mesmo a dominância dificilmente poderia ser comprovada de forma científica. Entretanto, em cada região se nota que um elemento se sobressai, levando o homem prático que moureja a terra a citá-lo, sempre que quer distinguir as várias áreas que compõem o mosaico regional (ANDRADE, 2011, p. 36-37).

Ao se reportar à ideia de região geográfica enunciada por Cholley, Andrade (1970) chamava atenção para a preocupação que teve aquele professor francês, no início da década de 1960, quando,

[...] tentou conceituar o termo, levando em conta dois aspectos não utilizados pelos seus mestres: o primeiro, o fato de a palavra “região” indicar sempre o resultado de uma organização, consequente da presença do homem; o segundo, a circunstância de ser o conceito eminentemente dinâmico [...] (CHOLLEY, 1951, p.30 e segs. apud ANDRADE, 1970c, p. 41).

Dizia Cholley (1951) naquele momento, que “A ideia de região implica um princípio de organização. Deve-se, em consequência, reservar esta expressão exclusivamente às organizações realizadas pelo homem na superfície do planeta” (CHOLLEY, 1951, p. 30 e segs. apud ANDRADE, 1970c, p. 42).

Para ele,

A noção geográfica de regiões evoca um território que serve de suporte a combinações escolhidas ou realizadas pelo homem, contribuindo para favorecer a estabilidade e a permanência do grupo e colaborando com o desabrochar de seu poderio. A ideia de região aparece, então como uma ideia fundamental ligada à vida em grupo. Observa-se o seu esboçamento sem que ela chegue a se afirmar, sistematicamente, no mundo das associações animais ou vegetais. A organização regional, a vida regional que ela exprime, aparece como uma das manifestações essenciais da vida na superfície do globo. É quando se encara, do ponto de vista do aproveitamento, da organização do planêta, que o termo toma mais plenamente o seu sentido (CHOLLEY, 1951, p. 30 e segs. apud ANDRADE, 1970c, p.42).

Carvalho (2014) ao se referir à compreensão que existia sobre as regiões brasileiras, lembrava:

A definição da região Nordeste, tal como é conhecida hoje, somente foi construída no século XX. Durante o período colonial, foi criada uma divisão administrativa baseada nas capitanias que, na segunda década do século XIX, transformaram-se em províncias, sem, no entanto, gerar nenhuma delimitação institucional em termos regionais. Essa questão – a divisão regional do Brasil – começa a delinear-se no século XIX, ainda na época imperial, quando, no debate político e no meio jornalístico, surgem dois blocos de províncias: o do “Sul” que, no futuro republicano, seria desdobrado em regiões Sudeste e Sul; e o das “províncias do Norte”, compreendidas como as unidades que compõem, atualmente, o Nordeste e a Amazônia (CARVALHO, 2014, p. 6-7).

Como afirmava, ainda,

Essa divisão regional não tinha, por parte do poder central, uma definição legal, mas estava presente na literatura, nos discursos parlamentares e nas páginas dos jornais que circulavam naquela época (CARVALHO, 2014, p. 7).

Andrade ao estudar esse Nordeste, nesse seu livro, de 1963 e, em algumas outras edições como a de 1964, identificou a existência no mesmo, de três regiões: a da Mata e do Litoral Oriental, a do Agreste, e a do Sertão e Litoral Setentrional. (Figura 12). Comentava ele que elas eram “a um só tempo, naturais e geográficas” (ANDRADE, 1964, p. 7). Nas primeiras edições do livro, ele não se reportava à sub-região do Meio Norte nem tão pouco à chamada Guiana Maranhense. Posteriormente, já na terceira edição é que o autor se referiu ao Meio Norte e à Guiana Maranhense.

Figura 12 - Nordeste - Divisão Natural.

Fonte: Conselho Nacional de Geografia in ANDRADE, Manuel Correia de (1964, p. 21).

Em 1970, a divisão regional estabelecida para o país foi aquela oficializada pelo IBGE que identificou a presença das cinco regiões geográficas brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Por essa divisão o Nordeste passou a compreender nove Estados da Federação se estendendo do Maranhão até a Bahia e mais Fernando de Noronha.

A partir desse momento, as novas edições do livro *A Terra e o Homem no Nordeste* passaram a trabalhar com esse Nordeste e, a considerar também, como sub-regiões, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. (Figura 13). Observa-se, contudo que a Guiana Maranhense que corresponde à porção ocidental do Maranhão não está identificada na figura 13.

Figura 13 - Regiões Geográficas do Nordeste.

Fonte: Des./Ed. Graf.: Fernando J. C. C. Lins (1998, p. 276).

A abordagem feita por Manuel Correia dessas sub-regiões foi de natureza histórica, econômica, política, social, ambiental e antropológica.

A respeito de considerar o Litoral Setentrional junto com o Sertão, como uma só região, justificava:

[...] na costa Norte do Nordeste, o Sertão chega quase até a praia. Em São Bento do Norte encontramos o facheiro – cactácea típica da região sertaneja – a 50 metros de distância do mar e Moçoró, a apenas 50 quilômetros da costa, é considerada uma cidade sertaneja, os seus habitantes se consideram sertanejos e as paisagens que a circundam são típicas do Sertão (ANDRADE, 1964, p. 26).

Cada região dessas, também consideradas como sub-regiões para alguns estudiosos, inclusive, o próprio autor em algumas ocasiões a elas se dirigia dessa forma foram por ele estudadas como um todo, identificando suas características e, diferenças. Ao longo desse Capítulo far-se-á uso do termo sub-regiões ao se referir às compartimentações da região nordestina.

Mesmo como sub-regiões da região maior, o Nordeste, apresentam uma feição espacial que as distinguem umas das outras. Internamente, elas também têm feições próprias que as individualizam, como por exemplo, a mata úmida e a mata seca; a área da caatinga e a dos brejos; o pediplano e as serras frescas; entre outras.

A agroindústria canavieira é um dos pontos de destaque em *A Terra e o Homem no Nordeste*, que, na verdade, trata de um estudo da questão agrária nordestina. Contudo, o autor não se limitou apenas à análise da questão da agroindústria canavieira, enveredando por outros pontos, por outras atividades econômicas que caracterizavam o Nordeste naquela época.

Segundo Sandra Andrade (1995a), Manuel Correia escreveu esse livro,

Utilizando-se do método histórico para explicar a configuração do processo produtivo da área, oferece uma análise marcadamente influenciada pela teoria marxista, mas, no dizer dele próprio em várias de suas apresentações públicas, empregando o marxismo como um método de análise e não como uma doutrina para explicar os processos sociais (ANDRADE, S. M. C., 1995a, p. 42).

Dizia, ainda, Sandra Andrade (1995a) a respeito da abordagem feita por Manuel Correia,

Dentro de sua abordagem histórica, reportou-se à colonização do país para explicar a implantação da agricultura canavieira na região, visando assim, identificar, ao longo da trajetória desta atividade, quais os pilares em que se instituiu e o que reflete ainda, desta formação, nos dias de hoje (ANDRADE, S. M. C., 1995a, p. 42).

Chama-se atenção que este “hoje” de 1995 poderá ser trazido para os dias atuais.

Na análise feita sobre a região Nordeste, ele discorreu sobre todo o processo de conquista e ocupação do território, iniciado na sub-região da Mata e do Litoral Oriental, sem perder de vista a questão do espaço que foi palco de todo esse processo, analisando-o sob a ótica das suas características naturais ao mesmo tempo em que deu ênfase a outros fatores que também vieram a contribuir para o seu uso como espaço social.

Em cada uma das sub-regiões estudadas, o autor se reportou ao processo histórico de conquista, de ocupação das terras; à forma como esse se deu e, as

razões que levaram ao mesmo; questões relativas à propriedade da terra ou melhor dizendo, à questão da estrutura agrária vigente; ao uso da terra que caracterizou cada uma das sub-regiões em análise e o momento histórico que caracterizou esses usos; às relações de trabalho no meio rural; à proletarização do trabalhador; à questão do meio ambiente nesse processo de produção do espaço, são assuntos entre os muitos que foram percorridos.

Ressaltou na Mata, inicialmente, a exploração do pau-brasil e a formação das feitorias e, posteriormente, o processo de colonização portuguesa, iniciado em 1535 com a divisão do território em capitanias hereditárias; as razões que levaram à criação das mesmas; a escolha pela atividade da monocultura da cana-de-açúcar; a questão da origem e da necessidade de formação de grandes propriedades; as dificuldades encontradas pelo colonizador; problemas da mão de obra e o interesse do mercado externo pelo açúcar; os momentos de crise e apogeu da lavoura canavieira e da procura pelo açúcar. Enfatizou, também, a presença do algodão ocupando espaços da cana-de-açúcar em momentos de aumento da procura no mercado externo pela cultura e crise na procura pelo açúcar; a formação de uma sociedade aristocrática bastante hierarquizada em classes; a organização político-social vigente que garantia os direitos da classe dominante dessa sociedade. Outros pontos de destaque foram as relações de trabalho; o trabalho escravo; o trabalho assalariado e a proletarização do trabalhador do campo. Abordou, também, as áreas ocupadas pela rizicultura e pelo coco, além do cacau, no extremo sul, no Estado da Bahia.

Assim, Andrade (1963) dizia que, nos meados do século XX essa área se caracterizava do ponto de vista econômico, pela presença da economia açucareira “na porção ao norte do rio São Francisco”, “uma economia diversificada” ao sul desse rio e, pelo cacau, no extremo sul, na Bahia.

No Agreste, sub-região de transição entre a Mata e o Sertão, o autor chamou atenção para o seu povoamento tardio se comparado com o que ocorreu na Mata e, no Sertão enfatizando ser uma área bastante diversificada do ponto de vista do seu aproveitamento econômico. Trabalhou, ainda, a forma como se deu o processo de ocupação do território pela pecuária; o surto algodoeiro e o trabalho assalariado; os núcleos urbanos que surgiram em função do beneficiamento do algodão; as áreas de caatinga ocupadas pelo gado e a dos brejos com a atividade

de policultura; a estrutura fundiária e as relações de trabalho, inclusive o assalariamento, já mencionado.

Marcada pela presença do maciço da Borborema, possui a sub-região uma porção úmida, exposta aos ventos úmidos que vêm do Atlântico, situada à barlavento e, uma porção subúmida e semiárida situada à sotavento dominada pela caatinga e, pelo complexo gado/ algodão/ culturas de subsistência. Nas superfícies que não estão no sotavento, mas no barlavento, dominava uma mata de altitude que foi quase que totalmente devastada para ocupação dos solos por uma atividade de policultura, representada pela cultura da cana-de-açúcar que era transformada em aguardente, melaço e rapadura produzidos em engenhocas com vistas a atender ao mercado regional e local, pelo café e, por culturas de subsistência. O café cultivado com sombreamento, aproveitando exemplares da Mata de Altitude que lhes servia de proteção, ocupou essa área, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, tendo sido, posteriormente, praticamente erradicado da sub-região graças à política do Governo Federal posta em prática pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), de erradicação dos cafezais de baixa produtividade, ainda no início da segunda metade do século XX. Nesse período se desenvolveu, também, a pecuária leiteira destinada à produção de leite e de queijos que alimentava uma importante indústria de laticínios em alguns municípios da sub-região, de vocação para aquela atividade.

O Sertão e o Litoral Setentrional foi caracterizado pela presença da atividade da pecuária utilizada no processo de conquista e ocupação da sub-região, por criadores pernambucanos e baianos, dando origem a grandes latifúndios.

Andrade (1970a) mencionava o conhecimento que tinha Agamenon Magalhães sobre a participação de pecuaristas na conquista e na ocupação das terras do Sertão.

Certamente alertado pelos magníficos estudos de Capistrano de Abreu sobre o povoamento do sertão e sobre a “civilização do couro”, ele refletiu bastante e, em consequência, sem menosprezar a importância da contribuição das bandeiras paulistas que foram atraídas para combater os índios na Guerra dos Bárbaros e os negros do Quilombo dos Palmares, salientou a contribuição dos nordestinos que subindo o rio São Francisco, o rio Açu, o rio Jaguaribe, o rio Paraguaçu e muitos outros que do Sertão vinham até o mar, povoaram as suas várzeas e as de seus afluentes com currais de gado (ANDRADE, 1970a, p. 21-22).

Andrade trabalhou a estrutura agrária dominante no Sertão e no Litoral Setentrional; a presença da agricultura de sequeiro, representada pelo algodão, a princípio o arbóreo, do tipo “mocó” e pelas lavouras de subsistência: milho, feijão, fava, nas áreas subúmidas e semiáridas dos pediplanos e das encostas de sotavento; a agricultura das “serras frescas”, a exemplo da cultura da cana-de-açúcar para a produção de aguardente, mel e rapadura feita em pequenos engenhos; do café e de uma atividade de policultura representada pelo milho, feijão, mandioca e por fruteiras. Além dessas áreas de cultivo, o autor destacava, também, a atividade agrícola irrigada desenvolvida nas várzeas dos rios e, nas várzeas e nas ilhas do São Francisco. Nessa sub-região foram também trabalhados os carnaubais presentes nas margens dos rios temporários que cortam a área, a exemplo dos cursos d’água no Rio Grande do Norte, no Ceará e, no Piauí; além dos núcleos urbanos existentes. Ênfase, também foi dada por Andrade às relações de trabalho existentes nessa sub-região. Por sua vez, ele não deixou de abordar o problema da seca que assola essa área em determinados períodos, trazendo sérios transtornos para a sua economia, bem como para a sua população.

Como sub-regiões independentes, o Meio Norte e a Guiana Maranhense vieram a ser estudados a partir da terceira edição do livro *A Terra e o Homem no Nordeste* quando o autor se pronunciou sobre a delimitação da região Nordeste.

Após a terceira edição, [...] achamos que seria mais racional fazer coincidir o Nordeste com aquele delimitado pela SUDENE, que compreendia também o Maranhão, o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais. Ficando assim, o Nordeste político, e não físico-natural, bem mais extenso (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Acrescentava ainda que:

A partir daí, conciliando o político, o físico-natural e o econômico, dividimos a região em cinco sub-regiões: a do Litoral e Mata com o domínio do clima quente e úmido, o Agreste com domínio de um clima semi-úmido, o Sertão e o Litoral Norte com o clima semi-árido quente, o Meio Norte novamente com clima quente e úmido e, finalmente, a Guiana Maranhense, quase amazônica, com o clima quente e super-úmido (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Esse foi o momento em que o IBGE realizou uma nova divisão regional do Brasil que foi oficialmente implantada em 1970. A partir de então as edições de *A*

Terra e o Homem no Nordeste passaram a estudar essa região brasileira como uma unidade que se estendia do Maranhão até a Bahia, como determinava a divisão daquele órgão de estatística e de estudos regionais.

O Meio Norte é formado pelos estados do Maranhão e do Piauí. Nessa área domina a floresta dos Cocais onde há predominância de palmeiras como: o babaçu nas áreas úmidas, principalmente no Maranhão e a carnaúba, nos vales secos dos rios afluentes do Parnaíba, no Estado do Piauí. O processo de conquista e ocupação das terras dessa sub-região se prendeu ao movimento de povoamento que partiu de Olinda em direção ao litoral setentrional da região nordestina, bem como, aos criadores de gado e vaqueiros que saindo de Salvador em direção ao interior subiram o São Francisco e seus afluentes da margem direita e da margem esquerda, ou mesmo outros cursos d'água, a exemplo do Itapicuru, Vaza-Barris, rio Real que correm diretamente para o Atlântico conquistando os sertões baiano e pernambucano e, em seguida, após atravessarem as chapadas situadas nos limites da Bahia com o Piauí atingiram as terras dessa sub-região. Andrade chamou atenção, também, para a ocupação francesa com a instalação da Colônia, a França Equinocial e a fundação da cidade de São Luís; para a criação e a importância que teve para essa área, da Companhia Geral do Grão Pará e do Maranhão, em 1756. No livro são trabalhados ainda, a presença da pecuária realizada ao sul do Maranhão, de forma ultra extensiva em campo aberto; a importante atividade agrícola de exportação com destaque para o algodão e o arroz ao norte do Estado do Maranhão; a questão da terra; os sistemas produtivos e as relações de trabalho; a origem e o surgimento dos núcleos urbanos.

A Guiana Maranhense, como já mencionada, corresponde à porção noroeste da região nordestina, já nos limites do Estado do Maranhão com o Estado do Pará. Possui características mais amazônicas do que mesmo nordestinas, estando situada no Nordeste apenas pelo fato de, politicamente, fazer parte do Maranhão. Essa área foi desbravada por migrantes nordestinos que aí chegaram, desbravaram a floresta Amazônica dominante, praticaram a “coivara” e, plantaram o arroz para fins de comercialização e o milho e a mandioca como lavouras de subsistência. Como os solos se exauriam com muita rapidez face não só às condições naturais que prevaleciam, como também ao próprio processo de destruição da floresta, com pouco tempo, esses agricultores abandonavam a antiga área de cultivo, passando a ocupar uma nova área, repetindo todo o processo realizado anteriormente. Para as

áreas que o caboclo deixava para trás se estabeleciam depois pessoas que a ocupavam com a pecuária.

Em *A Terra e o Homem no Nordeste* Andrade chama atenção para o problema ambiental que ocorre no Nordeste, em áreas da Guiana Maranhense.

Ao nosso ver, a destruição da floresta pelo incêndio, sem o aproveitamento da madeira de lei e das essências vegetais, e a utilização predatória do solo por uma agricultura e uma pecuária extensivas, sem preocupações conservacionistas, constituem grave problema que ameaça o país, de vez que se processa a destruição de um formidável patrimônio, criado em milênios, sem que se tire desta destruição vantagens compensadoras (ANDRADE, 2011, p. 60).

Em síntese, Andrade deu ênfase, no Nordeste, aos processos históricos de conquista e ocupação do território; aos sistemas de produção; à questão da estrutura agrária; às relações de trabalho existentes; à proletarização do trabalhador do campo; às questões do meio ambiente advindas de todo esse processo de conquista e ocupação.

Ele na segunda edição de *A Terra e o Homem no Nordeste* a exemplo do que consta na primeira, dedicou um Capítulo aos movimentos dos trabalhadores rurais, à formação das Ligas Camponesas; à sindicalização do trabalhador rural e aos projetos de colonização que eram desenvolvidos pela SUDENE e pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC). Esse Capítulo a partir de um determinado momento é retirado do livro por questões políticas e depois retorna, na quarta edição, como Anexo – “As Tentativas de Solução da Questão Agrária” mesmo título que possuía na primeira e na segunda edições.

Em 2003, quando foi convidado a proferir uma conferência por ocasião da 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com o tema *A Terra e o Homem no Nordeste*, Hoje lembrou do livro que havia escrito a algumas décadas e que, segundo ele:

[...] estudava a situação em que se encontrava o Nordeste, no momento histórico em que se esperava que o Brasil realizasse as chamadas “reformas de base”, reformas que pudessem modificar as suas estruturas econômicas e sociais, libertando-o do que se chamava, então, de subdesenvolvimento (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Em uma retrospectiva sobre o livro, lembrava que:

Foi um livro escrito com o apoio e o estímulo do economista e professor, Caio Prado Júnior, um dos maiores autores de todos os tempos e visando analisar as relações de trabalho no meio rural nordestino, sugerindo caminhos a reformas e soluções para os mesmos (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Nessa Conferência, Andrade fez uma análise da região Nordeste nesse intervalo de tempo de quarenta anos, 1963-2003, procurando identificar algumas das transformações porque passou a região e o rebatimento que essas transformações tiveram na população.

Salientou que para essa análise ocorrer preocupou-se, inicialmente, a exemplo do que foi feito em 1963,

[...] procurar determinar o que é o Nordeste, qual a sua área territorial, no momento em que o desenvolvimento tecnológico vem provocando a aceleração dos processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização; analisar se essas modificações ocorridas representam um desenvolvimento ou, ao contrário, um crescimento sem melhoria da qualidade de vida da população. Quais os benefícios ou prejuízos que elas trouxeram (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Em 1963, quando da primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste*, Andrade (2003a) identificou a região como sendo aquela “delimitada ao oeste pelo Piauí, e ao sul se estendia até o paralelo de Salvador” (ANDRADE, 2003a, s/p.).

No processo de mudança na sub-região do Litoral e Mata, denominação que utilizou ao proferir a Conferência, Andrade (2003a) chamou atenção para a presença, nessa área, de duas das três metrópoles nordestinas: Recife e Salvador, com suas expressivas áreas metropolitanas, além de capitais, como: Natal, João Pessoa, Maceió e Aracaju, afirmando que,

Elas eram, nos meados do século XX, cidades situadas em municípios com uma importante extensão rural, onde já se localizavam algumas indústrias, sobretudo a têxtil e de produtos alimentícios. Na segunda metade do século XX, observou-se que a área de cultura da cana de açúcar passava a ser disputada pela expansão urbana e muitas usinas foram fechadas em bairros de grandes cidades, formando áreas de periferia de pobreza muito intensa (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Josué de Castro em vários de seus livros chamou atenção para o problema do crescimento desordenado dos centros urbanos, salientando as suas causas, entre as quais estavam o desemprego e o subemprego que atingem a população; a migração de pessoas fugindo de seus lugares de origem em função da falta de condições de sobrevivência, indo em direção a outros pontos, na esperança de uma vida melhor, e, como consequências, salientava a expansão da periferia urbana, a ocupação das áreas de mangues e das encostas dos morros, chamando atenção para o problema das precárias condições de alimentação e de habitação das populações.

Exemplo de um desses livros foi aquele escrito já em 1932 intitulado *As Condições de Vida da Classe Operária do Recife*, pesquisa que desenvolveu no momento em que foi convidado por uma fábrica no Recife para um trabalho junto a seus operários sobre questões relacionadas à produtividade do trabalho e a sua alimentação. Esse livro de Josué será referenciado em outro momento da Tese.

Esse crescimento populacional desordenado além de provocar o “inchaço” dos centros urbanos e, conseqüentemente levando a uma baixa qualidade de vida, traz como consequência, a destruição do meio ambiente face à ocupação desordenada das encostas que já foi mencionada e, a destruição dos manguezais que são aterrados para uma ocupação desses espaços em que existem.

Andrade salientou nesse processo de transformação vivido pela sub-região do Litoral e Mata, o desenvolvimento do turismo por possuir essa área um grande potencial para essa atividade, a exemplo das praias, do Sol praticamente o ano todo e dos monumentos do patrimônio histórico e cultural que atraem turistas todo o ano de diferentes partes do país e do exterior.

Não deixou de se reportar às reivindicações pela terra salientando que:

A região do Litoral Mata é também aquela em que há mais forte reivindicação de terras e maior atuação de movimentos como o do MST, da CONTAG e da Pastoral da Terra, que dão margem a uma expressiva desapropriação de terras, de “invasões” e assentamentos e acampamentos [...] (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Dizia ainda Andrade (2003a) por ocasião da Conferência:

Se não se conseguir atingir as metas de uma reforma massiva e uma transformação na agricultura com o desenvolvimento de

propriedades familiares e uma produção para o mercado interno, reduzindo-se a proporção da produção para exportação, não se conseguirá estabilizar uma área que é mais povoada, e geograficamente melhor situada no Nordeste (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Na sub-região do Agreste, ele se reportou à atividade da pecuária e ao turismo, chamando atenção para o fato de que:

Com a modernização da pecuária passaram a ser cultivadas, no Agreste, as gramíneas e leguminosas adaptadas ao sub-úmido, e as cactáceas; silos também foram construídos. E as empresas produtoras de ração se expandiram, conquistando os espaços que se abriam para o desenvolvimento das ferrovias e das rodovias. Daí a expansão da produção de pastagens para o gado e a expulsão dos trabalhadores sem terra para as cidades da região e do litoral, agravando o problema social e fazendo decair a qualidade de vida nas mesmas (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Da mesma forma que no Litoral e Mata, o turismo é uma atividade que vem tendo realce, também, no Agreste motivado pelas condições naturais, ditadas pelas condições climáticas levadas pelo fator altitude. Nessa sub-região é grande o movimento de turistas, principalmente nos festejos de São João, em cidades como: Campina Grande, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira ou mesmo em Gravatá. O acesso à área é realizado através de estradas asfaltadas e, a mesma é dotada de hotéis, restaurantes e bares. No caso de Gravatá, destacam-se os condomínios cujas casas funcionam muitas vezes como segunda residência de quem mora no Recife.

A atividade turística é importante, também, na sub-região do Sertão e Litoral Norte. Como atestou Andrade (2003a), essa área,

[...] tem também grande potencial turístico, tanto por suas cidades, como Fortaleza, Crato/Juazeiro, esta ligada ao culto ao Padre Cícero, como pelas paisagens que o São Francisco oferece com belas cachoeiras e corredeiras, com grutas como a de Ubajara, [...] pelo seu artesanato em rendas e bordados, redes de Tacaratu e imagens de madeira de Ibimirim, ou as carrancas de Petrolina e Juazeiro. São atrações turísticas também as peregrinações religiosas a Juazeiro do Norte, que vive em torno do mito do Padre Cícero e as de São Francisco de Canindé, no Ceará (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Mereceu destaque, ainda, por parte do conferencista falando sobre essa área, os projetos de irrigação desenvolvidos nas margens dos rios, no Ceará e no Rio Grande do Norte e, no rio São Francisco; a construção de grandes barragens

para aproveitamento hidrelétrico e para a irrigação. “Procurou-se também desenvolver a exploração mineral da xelita, da gipsita, da magnesita, dos calcários, de granito, de caulim, etc.” (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Um outro tópico por ele abordado foi o dos incentivos à pesquisa científica, momento em que afirmou que:

Foram dados incentivos à pesquisa científica, não só possibilitando a expansão de diversas culturas xerófilas, como a organização da produção econômica de produtos nativos. Foi importante naquele momento o papel desenvolvido por empresas estatais, como a EMBRAPA e a CODEVASF, e por organizações não governamentais. Procurou-se ainda desenvolver várias formas de preservação e conservação da água, evitando que o processo de escoamento superficial concentrado ou difuso, se acentuasse. (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Mencionou ainda, o que chamou de projetos “mirabolantes e faraônicos”,

como da transposição das águas do São Francisco para os altos cursos dos rios Jaguaribe no Ceará e Piranhas-Açu na Paraíba, foram feitos antes estudos de hidrologia e de ecologia para saber das consequências que poderiam advir da mesma (ANDRADE, 2003a, s/p).

A respeito das transformações que ocorreram na área que corresponde ao Meio Norte, nesse período de tempo que foi estudado por Andrade, 1963 e 2003, ele chamou atenção para o fato de que:

Na segunda metade do século XX observou-se o avanço da cultura da soja, vinda da Bahia, de Goiás e do Tocantins, substituindo, em grande escala, a bovinocultura, e a ampliação da cultura do arroz de sequeiro que apesar da inferior qualidade, pode disputar o mercado brasileiro, em vista dos baixos preços. Com a cultura da soja, expandiu-se a pecuária extensiva em campo aberto, florestas foram destruídas para implantação de projetos agropecuários, subsidiados pela SUDAM e pela SUDENE, e desenvolveu-se a exploração de minérios, como o de pedras preciosas [...] e calcário em Codó e no médio Parnaíba (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Ao abordar sobre o crescimento econômico e a questão da expansão do povoamento dessa área, atrelava-os ao fato de que:

[...] foram feitos com grandes danos ecológicos e sociais, como a intensificação do desmatamento, deixando os solos à mercê da ação das intempéries, e o desalojamento de populações indígenas, com massacres como em Barra do Corda, e dos caboclos que vieram do Sertão, há décadas, e que plantavam lavouras itinerantes e formavam pequenos povoados, verdadeiramente desconhecidos dos órgãos oficiais (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Outro ponto de destaque para o Meio Norte foi a abertura de estradas que encurtou as distâncias, intensificando as relações internas na área, como também dela com as regiões Sudeste e Norte. Possibilitou também, o desenvolvimento da atividade turística. Essa sub-região é detentora de um grande potencial representado pelas cidades e monumentos históricos que possui, a exemplo das cidades históricas de Parnaíba, Oeiras, Amarante do Piauí, São Luís, Alcântara, Caxias, entre outras. Além desses exemplares do patrimônio histórico e cultural, o Meio Norte é detentor de um outro potencial turístico, aquele representado pelo Parque Nacional de Sete Cidades, pela serra da Capivara, pelo delta do Parnaíba, pelos Lençóis Maranhenses e pela ilha do Maranhão.

Menção também foi feita pelo conferencista à criação da infraestrutura criada no Estado do Maranhão por onde são escoadas riquezas como o minério de ferro, granéis sólidos, a exemplo da soja e granéis líquidos, como: combustíveis e fertilizantes não só dessa unidade político-administrativa como oriundas de outros estados brasileiros.

Andrade (2003a), naquele período estudado se reportou a essa infraestrutura criada, salientando que:

O Maranhão passa por um processo intenso de modernização, com a construção da estrada de ferro que transporta o minério de ferro de Carajás a São Luís, com a implantação, na própria ilha do Maranhão, da fábrica de alumínio da Alcoa e com a implantação do porto de Itaqui (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Vimos que o conferencista ao proferir a palestra nesse encontro da SBPC em um primeiro momento trabalhou as transformações porque passou as sub-regiões nordestinas naquele intervalo de tempo de quarenta anos. Em um segundo momento, ele se dispôs a discorrer sobre “Os grandes problemas atuais do Nordeste”.

Inicialmente foi abordada a questão relativa ao crescimento e, ao desenvolvimento uma vez que se em um determinado momento, o Nordeste apresenta um percentual de crescimento econômico elevado isso não significa dizer que ele está no caminho de resolver os seus problemas para atingir o desenvolvimento. Isso porque, nem sempre o crescimento econômico está comprometido com o desenvolvimento.

Andrade (2003a) era de opinião que nesse período por ele trabalhado, na região Nordeste como um todo,

Houve uma grande transformação na forma de exploração industrial na região, destacando-se entre várias indústrias a petrolífera e a petroquímica, em torno a Salvador e ao Recôncavo baiano, a indústria têxtil e de vestuário, mesmo após a queda da produção algodoeira do Nordeste, a metal e metalúrgica, a de beneficiamento de produtos agrícolas, como as usinas de açúcar e as destilarias de álcool, a de beneficiamento de produtos de origem animal, curtumes e laticínios, etc. [...] Quanto aos serviços destacam-se aqueles ligados à saúde – o Recife é considerado o segundo pólo médico do país –, à educação e o turismo (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Assim dizia ele:

Apesar de tudo, existem no Nordeste áreas com atividades econômicas mais dinâmicas, enquanto outras estão paralisadas ou decadentes. Na Bahia, por exemplo, encontramos um certo dinamismo na área em torno de Salvador devido à produção de petróleo e à indústria petroquímica; no sub-médio São Francisco, com áreas de agricultura irrigada, Petrolina- Juazeiro; em Alagoas, nas regiões da Mata e do Agreste; no Rio Grande do Norte, com a área de Natal como grande centro turístico e no Ceará, em torno à capital, enquanto isto, observa-se uma tendência à estagnação em outras regiões, como áreas açucareiras e cacaueteira (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Ao realizar uma análise dos principais problemas encontrados na região nordestina, ele identificou serem os mesmos ligados à agricultura e à pecuária, salientando entre esses:

a concentração da propriedade da terra e a dificuldade de acesso à mesma [...]; o problema do desemprego [...]; a necessidade de fortalecimento do ensino, sobretudo fundamental [...]; a melhoria das condições de saúde [...]; o desenvolvimento de uma política ambiental em que, ao mesmo tempo que se procure incrementar a

produção se procure resguardar o meio ambiente dos impactos dessa política [...] (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Araujo, T. B. (2008) ao se reportar *A Terra e o Homem no Nordeste* e, ao Nordeste de hoje, dizia que, Manuel Correia de Andrade,

Sabia que o Nordeste descrito no clássico *A Terra e o Homem no Nordeste* mudara muito. Urbanizou-se, industrializou-se, foi cortado por modernas infra-estruturas de transportes, energia e telecomunicações. Os sertanejos deixaram de mendigar migalhas em tempos de seca porque têm agora a cobertura permanente da Previdência Rural e dos Programas de Transferência de Renda (ARAUJO, T. B., 2008, p. 159-160).

Acrescentava Tânia Bacelar de Araujo (2008),

Mas, Manuel Correia também sabia que ele, como Furtado e Guimarães Duque, haviam sido derrotados. Não viram suas teses mais caras serem aplicadas. E se foram deixando para os que ficam, a tarefa de continuar a luta por um Nordeste sem Bolsa Família mas com sertanejos que produzem flores no semi-árido, que criam ovinos e caprinos com técnicas adequadas, que exportam mel, que praticam a irrigação em suas terras, orientados por uma competente assistência técnica, que inovam permanentemente. Um Nordeste que, finalmente junte, associe reforma agrária com irrigação, que junte água com terra fértil para gerar produção eficiente com renda bem distribuída (ARAUJO, T. B., 2008, p.160).

Por sua vez, na análise dos indicadores sociais tomando como base o documento intitulado *Atlas da Exclusão Social*, 2003, Andrade (2003a) mostrou que:

A série de mapas do Atlas de Exclusão Social [...] pode indicar como existe uma inferioridade no Nordeste e no Norte do país em relação às demais regiões, como se pode ver nos referentes ao próprio Índice de Exclusão Social, de Escolaridade, Pobreza, Desigualdade Social, contrastando com os de Concentração de Jovens e de Violência (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Acrescentou, ainda, se referindo à aplicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

[...] o referido índice é mais elevado nos municípios em que se situam as capitais dos Estados e as cidades grandes, mostrando uma desigualdade expressiva de qualidade de vida – renda per capita, instrução e longevidade – entre as populações urbanas e

rurais. Isto indica ainda que as pessoas que trabalham na indústria, no comércio ou nos serviços, tem melhor qualidade de vida do que os agricultores que, sem serem médios e grandes proprietários, trabalham na agricultura (ANDRADE, 2003a, s/p.).

Finalizando essa análise do que foi a Conferência proferida por Andrade cabe dizer que esse era o Nordeste estudado por ele em 2003. Sabe-se que se trouxe para os dias atuais, muitas coisas mudaram, evoluíram, órgãos públicos foram extintos e, posteriormente recriados e reformulados, mas as questões da terra e dos indicadores sociais irão mostrar uma realidade que não está distante daquele ano que foi por ele estudado.

Para a socióloga Sandra Andrade (1995a) ao se referir á obra de Manuel Correia de Andrade, dizia que:

[...] não se pode conhecer e tentar solucionar os problemas do Nordeste, sem uma profunda análise do seu trabalho, sem mergulhar no conhecimento que acumulou, ao longo de sua vida acadêmica, dos problemas que muitas vezes vivenciou, como estudioso e como participante de vários momentos de impasse político-econômico (ANDRADE, 1995a, p. 51).

Ainda, ao se referir ao livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, Carvalho (2014) disse tratar-se de “Uma das maiores contribuições à economia política regional foi, sem dúvida, o método assumido pelo pesquisador nordestino” (CARVALHO, 2014, p. 10).

Continuando na sua linha de raciocínio, chamou atenção para a opinião expressa por Moreira, Targino e Rodrigues (2007),

Um balanço recente, escrito sobre *A Terra e o Homem no Nordeste*, depois de meio século desde seu lançamento, sintetiza a importância do livro, que, segundo os autores, deve ser destacado por várias razões: a) porque mostra a importância da interdisciplinaridade para o entendimento da realidade social nordestina; b) porque separa a tradição que fechava o método geográfico no empiricismo das ciências naturais, incorporando o método dialético à sua análise, ao estudar a formação do espaço regional a partir das relações sociais de produção; c) porque norteia toda a exposição tendo como pano de fundo o processo de desenvolvimento, chamando para primeiro plano a dinâmica das transformações sociais e do papel do Estado neste processo; e d) o autor não se esconde atrás de uma neutralidade científica; ao contrário, expõe suas posições com clareza e destemor (MOREIRA et al., 2007, p. 143 apud CARVALHO, 2014, p. 10).

Salienta-se, também que, o reconhecimento a essa sua obra pode ser aferido quando em 1999, a Câmara Brasileira do Livro indicou *A Terra e o Homem no Nordeste* (Figura 14) como um dos cem livros do século XX.

Figura 14 - *A Terra e O Homem no Nordeste*, um dos Cem Livros do Século XX.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Homenageado pela UFPE em 2000, pela indicação do livro, foi saudado pelo também geógrafo Milton Santos que afirmou em seu discurso:

[...] ter o livro duas características que o tornou famoso. [...] ele haver rompido, de uma só vez, com duas posições consagradas, com dois tabus: a idealização romântica da oligarquia canavieira, a que pertencia pelo nascimento, e os métodos, então já envelhecidos, dominantes na Geografia. A sua importância resultara, assim, de uma dupla ruptura com falsos cânones consagrados pelo tempo e ainda forte nas instituições (SANTOS, 2000, s/p.).

Carvalho (2014) fazendo uma retrospectiva sobre a atuação de Manuel Correia nessa área dos estudos regionais e, de seu interesse pelo Nordeste, se reportando à obra escrita por ele entre os anos de 1968 e 1986, chamou atenção para o fato de que:

Neste conjunto de livros, os principais temas da economia regional foram retomados e, na maioria das vezes, recebendo novo tratamento, [...] Em vários livros, os temas mais antigos como a questão da formação territorial e sua relação estreita com a estrutura agrária nordestina; o universo do setor canavieiro e sua passagem dos antigos engenhos para as modernas usinas foram retomados de forma mais vigorosa, com dados mais atualizados. E uma nova agenda foi aberta, abarcando temas correspondentes a outros fenômenos que surgiram no Nordeste pós-64, como a urbanização e o surgimento de polos modernos industriais; a integração nordestina à economia brasileira; a intervenção federal na região; e o balanço das políticas de desenvolvimento (CARVALHO, 2014, p. 12).

Acrescentava ainda o autor que “Entre a segunda metade dos anos 1960 e final dos anos 1980, esse conjunto de obras manteve os estudos de Manuel Correia no centro do que era possível de debate regional” (CARVALHO, 2014, p. 12-13).

Chamava atenção para o número de livros que surgiram nesse momento e até mesmo na década anterior, de diferentes autores, a exemplo dos escritos por Amélia Cohn, Francisco Oliveira, Marcel Bursztyn, Rosa Maria Godoy Silveira e outros que diziam respeito ao Nordeste ou mesmo à questão regional como um todo.

Seguindo a linha do tempo que traçou, anos 1980, anos 1990, Carvalho (2014) se reportou aos anos 1990 dizendo:

No começo dos anos 1990, o País entra numa conjuntura marcada pela agenda liberal (estado mínimo, privatização, financeirização da economia etc.), em que se privilegiava o debate sobre a inserção brasileira num mundo globalizado, no qual a questão regional ficava em plano secundário, retirando espaços de debate para os problemas nordestinos (CARVALHO, 2014, p. 14).

Situando no tempo, a produção científica de Manuel Correia, Carvalho (2014) emitiu opinião de que essa produção,

[...] reflete esse período. Seus livros, na década de 1990 até sua morte em 2007, não estão mais centrados na temática regional nordestina. Muitos deles são dedicados a temas históricos, voltados à biografia de personalidades (Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre) ou abordagens de caráter nacional. Livros que, pelas características não influenciam mais o debate sobre o Nordeste (CARVALHO, 2014, p. 15).

Acredito que somado ao que foi exposto por Carvalho (2014) é necessário lembrar também, a influência que teve na escolha por esses temas históricos, o fato de no período 1984 a 2003, Andrade se encontrar no CEHIBRA, unidade da Fundação Joaquim Nabuco e, no período 2003 a 2007 dirigir a Cátedra Gilberto Freyre da UFPE, passando, assim, a se dedicar, também, aos estudos históricos. Esses livros podem ser vistos no Apêndice 2 dessa Tese.

Em 23 de maio de 2002, Manuel Correia de Andrade passou a ocupar a cadeira de nº 37 na Academia Pernambucana de Letras. Nessa ocasião foi tirada uma edição especial, de poucos exemplares, de *A Terra e o Homem no Nordeste*, pela Editora Universitária da UFPE.

Relendo *A Terra e o Homem no Nordeste* com outro olhar que foi o de contribuir para a construção desse Capítulo, *A Geografia em Pernambuco*, chamou atenção o interesse que teve Andrade de ao lado daquelas preocupações com temáticas que mais chamam atenção do leitor geógrafo, economista, historiador, sociólogo e de alguma outra área das ciências sociais, inserir a questão ambiental que ele veio discorrendo sobre ela em todo o decorrer de sua obra uma vez que essa questão perpassa por toda uma análise que o pesquisador queira desenvolver sobre o espaço geográfico, face às relações que se criam entre o ser humano e seu universo de atuação.

Assim, *A Terra e o Homem no Nordeste* não se trata apenas de uma interpretação da realidade nordestina, ela vai mais além, quando salienta as formas de inserção da região no conjunto nacional e aponta soluções para os problemas regionais. Exemplo disso é quando o autor externou a necessidade imediata de uma reforma agrária, de uma política agrária que, na verdade seria para o país e, conseqüentemente, para o Nordeste, bem como de uma política ambiental a ser implementada de acordo com as especificidades encontradas.

Com isso, a decisão de se dedicar um Capítulo dessa Tese a esse tema que é tão atual e que já era preocupação de Manuel Correia desde os anos de 1950 quando trabalhou a questão da poluição hídrica na Zona da Mata provocada pelos despejos das usinas e destilarias de açúcar.

CAPÍTULO 5 - CAMINHOS PERCORRIDOS COMO PROFISSIONAL DO DIREITO E DA GEOGRAFIA

5.1 ATUAÇÃO NO DIREITO

A menção feita nesse início de Capítulo ao Direito se deve ao fato de Manuel Correia de Andrade a princípio, como Bacharel em Direito e ainda estudante de Licenciatura em Geografia e História, ter exercido as suas atividades profissionais nessas duas áreas, ao mesmo tempo. No Direito, a sua atuação e contribuição se deram durante um período de seis anos, como advogado trabalhista, em escritório próprio de Advocacia e, como advogado, em Sindicatos de Trabalhadores, a exemplo dos Ferroviários, dos Trabalhadores da Indústria de Exploração de Pedras de Jaboatão e, dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão. Em 1952, decidiu encerrar as suas atividades advocatícias, passando a se dedicar intensamente ao ensino e à pesquisa nas áreas de Geografia e História.

Contudo, já aposentado da Universidade Federal de Pernambuco foi convidado a lecionar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE), a disciplina de Direito Ambiental. Ele nunca se afastou da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nela permanecendo até junho de 2007 quando veio a falecer.

5.2 O ENSINO SECUNDÁRIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA E OS LIVROS DIDÁTICOS

No Ensino, como já se teve oportunidade de mencionar, sua experiência teve início, quando ainda estudante foi convidado a lecionar Geografia e História em colégios particulares de Recife, atividade que praticou até 1952. A exemplo do que ocorre nos dias atuais em que o aluno sem ter ainda se formado leciona em escolas, o mesmo acontecia naquela época. É e era muito comum a escola que estava precisando de um docente, através de um professor conhecido, pedir indicação de um bom aluno que ele conhecesse para suprir a falta de professores. No caso de Manuel Correia de Andrade, como ele ingressou no magistério, ainda estudante, esse fato se deu por intermédio de seus dois professores: Sylvio Rabello e Dácio Rabello. Assim, foi indicado para lecionar Geografia no Colégio Joaquim Nabuco

que depois se tornou o Arquidiocesano e, no Leão XIII; Geografia e História nos colégios Padre Félix, Vera Cruz e Americano Baptista. Outras unidades de ensino também o tiveram como professor, a exemplo do Oswaldo Cruz, Ginásio Castro Alves, Escola Técnica do Comércio, Colégio Eucarístico, conforme fossem surgindo novas oportunidades. Na escola pública exerceu a docência na Escola Normal de Pernambuco e, no Ginásio Pernambucano (Figura 15), onde foi professor Catedrático.

Figura 15 - Ginásio Pernambucano – Recife – PE.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

O Ginásio Pernambucano quando foi fundado, em 1825, recebeu o nome de Liceu Provincial de Pernambuco, após passar por várias denominações, inclusive a de Colégio Estadual de Pernambuco, voltou em 1974, a ser o Ginásio Pernambucano, “o velho Ginásio” como chamavam vários de seus professores.

O Ginásio sempre foi uma instituição de ensino de renome que atravessou séculos, tendo um corpo de professores de alto nível, muitos deles, a partir da criação da Faculdade de Filosofia se tornaram professores, também, do ensino Superior. Por sua vez, por suas salas de aula passaram figuras ilustres,

representantes da política e da cultura pernambucanas, como: Agamenon Magalhães, Amaro Quintas, Ariano Suassuna, Celso Furtado, Clarice Lispector, Eitácio Pessoa, Joaquim Francisco Cavalcanti, José Lins do Rego, Waldemar de Oliveira e, tantos outros.

Contudo, esse “Velho Ginásio”, no final dos anos de 1990 passou por um período difícil, apresentando problemas no que dizia respeito à edificação, como também, do ponto de vista pedagógico, se tornando bem diferente daquele antigo Ginásio Pernambucano. Segundo entrevista concedida por Pontes (2011), à Globo,

[...] a antiga escola foi transferida para outro endereço de Pernambuco, e desde 2004 a nova proposta de Escola de Ensino Médio Integral começou a funcionar no prédio tradicional que faz parte da história do Recife (PONTES, 2011, s/p.).

Mais adiante na entrevista, ela colocou que:

[...] Sem condições de reforma pelo estado, em 1998 ela foi transferida para outro espaço onde permanece até hoje, com outra proposta pedagógica. Diante da importância histórica do prédio do antigo Ginásio Pernambucano, a iniciativa privada custeou a reforma de todo imóvel, contando com o apoio do Governo. Junto à reforma, uma nova proposta de ensino médio foi criada, a Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano Integral que funciona na área [...] do edifício histórico (PONTES, 2011, s/p.).

Manuel Correia de Andrade ao deixar de lecionar nas escolas particulares, momento em que ingressou no ensino superior, não deixou, contudo, a escola pública, aí permanecendo até a década de 1980.

Ao lado da contribuição ao Ensino Secundário, como professor, Manuel Correia de Andrade no período 1952 a 1963 publicou uma série de livros didáticos, escritos em colaboração com o professor Hilton Sette, com quem começou a trabalhar nos anos 1940.

De acordo com Melo et al. (2006), em seu artigo *História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão*, eles fizeram uma abordagem sobre como se processava o ensino da Geografia ao longo do seu tempo histórico, salientando que:

Antes da institucionalização da Geografia como disciplina acadêmica e como ciência, com seus próprios pesquisadores (1934), quem

produzia e discutia Geografia eram os professores do Ensino Secundário. Por outro lado, foram os autores de livros didáticos, bons ou ruins, que popularizaram o Ensino da Geografia durante o século XIX e início do século XX (MELO et al., 2006, p. 2686).

Naquele momento, a Geografia tinha um cunho enciclopédico, mneumônico, o ensino que predominava era aquele que levava o aluno a decorar nomes de países com as suas respectivas capitais, nomes de rios, de serras, etc.

Melo et al (2006) afirmaram ainda que:

No século XX, manteve-se, de maneira geral, a mesma concepção quanto ao método de ensinar a Geografia. Como exemplo, temos o livro de Cláudio Thomas “Geografia: curso elementar”, editado em 1947, composto por 390 questões de perguntas e respostas “com conteúdo essencialmente decorativo” (MELO et al., 2006, p. 2686).

Costa (2010) ao falar sobre a origem do livro didático, disse:

O manual escolar, mais conhecido hoje como livro didático, apesar de ter sido vastamente utilizado durante todo o processo de educação, desde seus primórdios com os jesuítas, recebeu o seu primeiro conceito formal no Brasil, na década de 1930, através do Decreto-Lei nº 1.006 de 30/12/1938. Este Decreto, define pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático (COSTA, 2010, p. 19).

Para Gatti Jr. (2005) ao escrever um artigo sobre a história do livro didático no Brasil assinalou:

No Brasil, até a década de 1920, a maior parte dos livros didáticos era de autores estrangeiros, editados e impressos no exterior, especialmente na França e em Portugal. A escola também se configurava como um local para poucos, especialmente para os filhos das pessoas mais abastadas. A partir da década de 1930, esta situação começou a mudar, pois se tornaram mais comuns as publicações de livros didáticos de autores brasileiros (GATTI JR, 2005, p. 382).

Naqueles anos 1950, segundo Andrade (2002c), a Editora do Brasil S/A, de São Paulo, resolveu adotar uma estratégia para enfrentar, ou melhor, concorrer com a Companhia Editora Nacional “que tinha o monopólio da edição de livros didáticos” (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 102). Na verdade, naquela época eram poucas as Editoras que se dedicavam a editar livros didáticos.

Andrade (2002c) ao comentar como surgiu o seu interesse em se inserir no campo da produção de livros didáticos, chegando até à Editora do Brasil S/A, empresa responsável pela tiragem dessas publicações, salientava o interesse da editora que, naquela época era organizada pelo professor Carlos Costa em aproveitar profissionais da terra. Assim,

[...] ele achava que, para fazer livros, em São Paulo e no Rio, os melhores autores já estavam comprometidos. Então, ele resolveu vir para o norte, pegar professores na Bahia e em Pernambuco, parece-me que no Pará, que escrevessem livros didáticos competitivos. [...] Aqui, ele contratou Hilton, que era um bom professor de Geografia, competente, mas era um pouco lento. E tinha de fazer, de uma carrada, sete livros: quatro para o curso ginásial e três para o curso colegial. Hilton me convidou para me associar a ele. Então, nós fizemos esses livros, que tiveram uma aceitação boa, no Brasil inteiro (ANDRADE, 2002c apud ARAÚJO, 2002, p. 102).

O autor dizia que, apesar da aceitação que os livros tinham, eles não estavam sós no mercado dos livros didáticos, esses livros concorriam com outros manuais produzidos pela mesma editora, como os de Aroldo de Azevedo e Moises Gicovate. Dessa forma, uma das condições básicas para que se mantivessem em um bom patamar era a questão de se manterem sempre atualizados.

Os livros didáticos de Geografia contemplavam a Geografia Geral e, a Geografia do Brasil, o que se justificava pelo fato de, na década em que foram escritos, anos 1950 e 1960 e, mesmo antes, nos anos 1940, o Currículo Escolar Oficial da disciplina dava ênfase a esses dois enfoques: a Geografia Geral e a Geografia do Brasil. O mesmo acontecia com a História.

Segundo Rigotti (2015), a partir da Lei de Diretriz e Base da Educação Nacional nº 5.692/71, o chamado Ciclo Ginásial passou junto com o antigo Ensino Primário a formar o Ensino de Primeiro Grau vindo a corresponder a partir da Lei de Diretriz e Base da Educação Nacional 9.394/96, ao Ensino Fundamental.

Andrade (2002c) chamou atenção para o fato de que, no Ginásial eram oferecidos dois anos de Geografia do Brasil e, dois anos de Geografia Geral. No caso do antigo Colegial, os alunos estudavam Geografia Física, Geografia Política e Geografia Humana, cursadas a cada ano a que correspondia esse nível de ensino. Utilizando-se, novamente Rigotti (2015), o Ciclo Colegial veio a corresponder pela Lei de 1971 ao Ensino de Segundo Grau e, posteriormente, Ensino Médio, na Lei de 1996.

Esses livros escritos por Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette representavam uma grande tiragem e estavam voltados para os Cursos Ginásial, Colegial e Técnico de Comércio. Havia, também, um outro livro didático escrito por eles intitulado Geografia e História de Pernambuco destinado ao Curso Normal, ou seja, para o Curso Pedagógico, preparatório para professores que lecionavam no antigo Curso Primário.

Observa-se quando da análise da estrutura desses livros escritos nos anos 1950 que, em quase todos constavam antes do próprio índice, menção à Portaria nº 1.045 de 14/12/1951 que definia o Programa Oficial da disciplina para aquela determinada série. Por sua vez, eles apresentavam em cada Capítulo, um índice do conteúdo a ser estudado, o próprio conteúdo e, ao final, um Esquema ou Resumo do Capítulo, um Questionário com cerca de dez questões ou mais para que os alunos resolvessem e, uma Leitura relacionada ao tema que foi trabalhado, extraído de alguma Revista Científica, a exemplo da Revista Brasileira de Geografia ou mesmo escrita por algum autor relacionado à Geografia como, Pierre Deffontaines, Pierre George e tantos outros.

Nessa década de 1950, os livros didáticos (Figura 16) tinham algumas características básicas, como: conteúdos muito densos, muitas vezes com uma linguagem não apropriada para a idade e, conseqüentemente, à compreensão dos alunos; estimulavam a memorização, haja vista os Questionários contendo uma série de perguntas que continham ao final de cada Capítulo. Essa prática do Questionário fez com que muitas vezes o professor estimulasse os alunos a responderem as questões, procurando diretamente no texto sem estimular a leitura, a compreensão e a reflexão do que estavam lendo. Inclusive, ainda divulgavam que a “prova” seria realizada a partir da utilização dessas questões. Por sua vez, eles eram publicados em capas duras onde se lia os nomes dos autores e o título. A série a que se destinava e o nome da editora, nem sempre estavam presentes nas capas. Normalmente, na folha de rosto todas aquelas informações se faziam presentes, inclusive o ano da publicação. O corpo do livro, ou seja, os Capítulos eram muito ricos em figuras, representadas por gráficos, mapas, fotos e paisagens, mas todas em preto e branco. Na maioria das vezes os “mapas” possuíam a legenda, mas não continham as coordenadas geográficas nem a escala.

Figura 16 - Livros didáticos da década de 1950.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Na década de 1960, Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade escreveram uma nova série de livros para o Curso Ginásial levando em consideração as recomendações do Conselho Nacional de Educação. Esses livros foram organizados em três volumes: Iniciação à Geografia para a primeira série; Geografia do Brasil, para a segunda série; Geografia dos Continentes destinado à terceira série, sem falar em uma Geografia do Brasil - Nordeste, mais dirigida para o ensino na própria região, onde era maior a adoção dos seus livros (Figura 17). Estudando o Nordeste, o aluno da região teria uma noção do que lhe estava mais próximo, como se diz hoje em dia, seu espaço vivido, para poder compreender o que está mais distante dele. Os autores publicaram, também, uma Geografia Geral direcionada para o segundo grau. Esses livros, de imediato, apresentavam uma feição diferente daqueles da década anterior, com suas capas coloridas, portando ilustrações. No seu interior já começava a ser visto alguns tracejados a cores e a existência de algumas cores nas figuras. Eles não possuíam mais menção à Lei a qual estavam vinculados. Os conteúdos continuavam densos, mas com um número bem maior de ilustrações.

Figura 17 - Livros didáticos da década de 1960.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Sette e Andrade (1973) se reportando a esses livros afirmaram que:

A fim de facilitar a aprendizagem usamos uma linguagem simples evitando os termos técnicos, as palavras difíceis e o excesso de nomenclaturas, de vez que Geografia é descrição e interpretação de paisagens e não memorização de nomes. A fim de facilitar a compreensão dos alunos, juntamos ao texto farta documentação fotográfica, através da qual o estudante pode visualizar as paisagens descritas (SETTE; ANDRADE, 1973, p. 9).

Ainda comentando essa série publicada chamavam atenção para os exercícios colocados ao final de cada Capítulo.

Também fizemos acompanhar o texto de cada Capítulo de exercícios e questionários que esperamos sejam preenchidos pelos alunos sob a vigilância e a orientação dos professores. Nos questionários não esgotamos as perguntas que o texto sugere, a fim de que o professor, em cujas mãos está a formação do aluno, possa orientar melhor a aprendizagem dos mesmos [...] (SETTE; ANDRADE, 1973, p. 9).

Dois pontos ainda chamam atenção nessa coleção, primeiro o fato de, nos Capítulos, os assuntos abordados sempre que possível estavam relacionados com temas que já foram anteriormente trabalhados. Outro ponto foi o estímulo aos alunos para que eles trabalhassem com mapas, confeccionando-os, com o objetivo de se capacitarem na leitura dos fatos geográficos.

De acordo com Gaspar et al. (1996) “Cada um desses livros alcançou num espaço de tempo de duas décadas, ampla circulação na rede nacional de ensino médio, chegando, em alguns casos, a publicar 30 edições” (GASPAR et al., 1996, p. 26-29).

Para Oliveira (2008) reportando-se aos livros didáticos desses dois autores, salienta:

Em Vitória de Santo Antão, como em todas as áreas emersas do planeta, há rios, vales, vertentes, áreas planas e rebaixadas, rochas, solos, vegetação e gente. Esses elementos paisagísticos encontram-se numa interação dialética impressionante, que só depois, bem depois das aulas do 3 de Agosto, quando despertei para a Dialética Marxista, pude compreendê-la em sua plenitude. Os livros de M. C de Andrade faziam-me ver esses elementos paisagísticos não mais como um mero amontoado de coisas desconexas, mas como um cenário de uma grande peça, na qual todos os atores são importantes e se relacionam, em que todos têm um papel a desempenhar (OLIVEIRA, 2008, p. 112).

Em determinado momento da história dos livros didáticos desses dois autores, Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, eles desfizeram a sociedade e, este último geógrafo, em 1980 lançou uma nova coleção de livros didáticos com o título: *Geografia Geral e do Brasil* formada por três volumes direcionados para o 2º Grau e Preparação aos Vestibulares (Figura 18). Esses livros tinham uma linguagem mais simples, onde foram evitados o emprego de palavras difíceis, perderam a feição de compêndios, eram bastante ilustrados com capas que se assemelhavam a verdadeiros mosaicos de paisagens coloridas e no seu interior, cada Capítulo continha um grande número de ilustrações, representadas por mapas, gráficos, também com cores. Desapareceram os questionários sendo substituídos por exercícios de múltipla escolha que estimulavam o raciocínio do aluno.

Figura 18 - Livros didáticos da década de 1980.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Costa (2010) falando sobre a importância dos livros didáticos para as pesquisas, salientou que:

A literatura específica de estudos que usam como fonte os livros didáticos aponta que estes são importantes instrumentos históricos para o conhecimento das disciplinas escolares e de suas práticas. Entre outras significativas contribuições, envolvem a história da educação e, em especial, o ensino de uma disciplina [...] (COSTA, 2010, p. 17).

Essa ideia foi compactuada por Gatti Jr (2005) quando afirmou:

Magda Soares e os pesquisadores da História das Disciplinas Escolares demonstram compartilhar da ideia de que os livros didáticos constituem fonte importante para a investigação, descrição e compreensão da história dos processos de ensino e das práticas escolares (GATTI JR., 2005, p. 380).

Andrade chamava atenção para o fato de haver se dedicado a esses livros didáticos por várias décadas, mas que em um determinado momento um conjunto de fatores vieram a contribuir para que ele se afastasse dessa atividade: a necessidade de uma atualização quase que constante desses livros o que demandava muito tempo; o seu interesse e envolvimento na pesquisa e no ensino superior.

Apesar de haver externado esse sentimento, ele não conseguiu fazer o que imaginava, pois foi procurado por um editor, dono da Editora Grafset Ltda. do Estado da Paraíba, demonstrando interesse na execução de um Atlas de Pernambuco, a exemplo do que estava pretendendo fazer para outros estados da região Nordeste e da região Norte e que gostaria que ele coordenasse uma equipe de professores e técnicos conhecedores da realidade do Estado. Ao aceitar, ele organizou uma equipe de trabalho multidisciplinar, composta por geógrafos, professores e técnicos das UFPE e UFRPE, economista do CONDEPE, hoje Agência CONDEPE/FIDEM, e do estudante de Cartografia, da UFPE hoje, cartógrafo do INCRA. A primeira edição desse Atlas foi lançada em 1994.

Esse Atlas direcionado para o ensino e, a pesquisa teve um diferencial uma vez que ao lado de mapas sobre o Estado, ele traz todo um conjunto de Tabelas, Gráficos, Figuras, Atividades e Leituras Complementares que, em seu conjunto com os textos mostram ao professor de Geografia, ao aluno, ao pesquisador, a realidade de Pernambuco, do ponto de vista histórico e geosocioeconômico, através de uma metodologia onde o espaço geográfico é apresentado em todo o seu dinamismo, produto das mudanças e transformações que passou e que passa ao longo de toda a sua história. Assim, ele congrega textos junto com as ilustrações, em um único documento.

5.3 A ATUAÇÃO COMO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR E PESQUISADOR

A atuação de Manuel Correia de Andrade no magistério superior e, como pesquisador ocorreu em 1952, a partir da sua nomeação como professor assistente do professor Gilberto Osório de Andrade, em disciplina da área da Geografia Física, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Recife.

Na verdade, essa oportunidade que surgiu fez com que nos primeiros anos na Faculdade, ele viesse a trabalhar na mesma área em que o professor Gilberto Osório trabalhava, a Geografia Física. Contudo, a visão de geógrafo que Manuel Correia tinha e que se encontra presente em seus livros e artigos era a de que a Ciência Geográfica era uma só e, como tal não existia aquela dualidade tão discutida durante muito tempo na Geografia.

Andrade (1998b) afirmava em relação à dualidade Geografia Física e Geografia Humana:

Na verdade, esta dualidade – Geografia Física/ Geografia Humana – já se encontra ultrapassada, de vez que, em relação à produção do espaço geográfico, temos de estudar a ação do homem apropriando-se dos recursos existentes, de acordo com as estruturas econômicas, sociais e políticas como estão organizadas (ANDRADE, 1998b, p. 23).

Continuando esse raciocínio dizia ainda:

[...] Daí a influência do modo de produção e das formações econômicas e sociais dominantes no espaço e no tempo e concluirmos que existe apenas uma Geografia que é chamada de uma ou de outra maneira, conforme o enfoque que se dá à mesma nos estudos em realização Assim, quando se dá maior atenção às relações homem/meio e quando se analisa gêneros de vida faz-se Geografia Humana, mas quando se analisa a organização do espaço em função da apropriação dos recursos naturais e da transformação dos bens em mercadorias, em uma sociedade avançada, faz-se Geografia Econômica (ANDRADE, 1998b, p. 23).

Dessa maneira, permaneceu como assistente do professor Gilberto Osório, trabalhando a sua área durante vários anos. Essa visão, contudo, não anulou preferências que ele tinha em trabalhar algumas áreas dentro dessa Ciência. Isso foi visto na ocasião em que, tempos mais tarde, concedeu entrevista para os professores Zanutelli e Valverde, afirmando que: “Minha atenção maior voltava-se

para o campo da Geografia Humana, sobretudo a Econômica” (ANDRADE, 2002d, p. 13-14).

O gosto pela Geografia Econômica pode ser constatado pelo número de trabalhos escritos não só, especificamente nessa área, a exemplo da *Geografia Econômica* (1973) e da *Geografia Econômica do Nordeste – O Espaço e a Economia Nordestina* (1970), ambos publicados em várias edições, como também por outros, livros e artigos publicados que trazem nos contextos gerais das obras, o conteúdo da Geografia Econômica.

Chama-se atenção para o fato de que ao desempenhar a nova função no ensino superior, ele não abdicou de continuar lecionando no Estado, ocupando como professor interino, a Cátedra de Geografia Geral do Colégio Estadual de Pernambuco. Em 1961, se submeteu a Concurso para aquela Cátedra que vinha ocupando, momento em que após a prova escrita, a prova de títulos e defender uma tese sobre *O Vale do Siriji, um Estudo de Geografia Regional* (Figura 19) foi aprovado e ingressou no quadro de professores catedráticos daquela Instituição, onde permaneceu até o início da década de 1980.

Figura 19 - Tese apresentada em concurso para a Cátedra de Geografia Geral.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Sobre o tema escolhido para essa Tese afirmou:

Vários fatores me levaram a esta escolha: o fato de ser o mesmo muito pouco estudado, apesar de sua importância geográfica e econômica, sempre reconhecida; o desejo de salientar certas características próprias à zona da mata do Norte do Estado que a

diferenciam bem da porção da mata meridional de Pernambuco; e o desejo de, fazendo o levantamento geográfico do vale em que nasci, contribuir para a solução de alguns dos seus problemas e facilitar futuros planejamentos, para um aproveitamento econômico racional da área estudada (ANDRADE, 1958, p. 7).

É necessário mencionar o Curso de Altos Estudos Geográficos que Manuel Correia realizou na Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1956, no Rio de Janeiro, quando ainda era professor Assistente, dando continuidade a sua formação.

Em relação ao Curso afirmou em entrevista concedida à GEOSUL:

Este curso foi planejado e dirigido pelo Prof. Hilgard Stenberg, tendo como assistente a Professora Maria do Carmo Galvão e foi ministrado por sete mestres estrangeiros para quarenta estudantes brasileiros, todos professores universitários. Este curso foi ministrado pelos professores Orlando Ribeiro, da Universidade de Lisboa que deu um curso sobre a “Geografia da Expansão Portuguesa no Mundo”; por Karl Troll, da Universidade de Bonn que deu curso sobre “Biogeografia da América Latina”; por E. Rainz, que deu curso sobre Cartografia e pelos professores franceses, todos da Universidade de Paris, Pierre Monbeig com um curso de “Geografia Agrária do Mundo Tropical”, Pierre Deffontaines com “Geografia da Pecuária na América do Sul”, Pierre Birot com “Geomorfologia do Cristalino” e A. Cailleux com “Sedimentologia” (ANDRADE, 1991/1992 apud GEOSUL, 1991/1992, p. 132-133).

Chamou atenção, também, para a importância do Curso para a Geografia brasileira, dizendo:

Entre os colegas me aproximei muito de Bonifácio Fortes, de Sergipe, de Milton Santos, Dalmo Pontual, Nilda Guerra de Macedo (já falecida), e de Anna Carvalho, da Bahia, de Guiomar Goulart de Azevedo e Alisson Guimarães (já falecido), de Minas Gerais, de Araújo Filho e Blás Berlanda Martinez, de São Paulo e de Rafael Copstein e Alba Gomes, do Rio Grande do Sul. Admito que o Curso de Altos Estudos Geográficos, quer pela sua importância científica, quer pelo contato que abriu entre professores brasileiros que se iniciavam e dos mesmos com os mestres estrangeiros contribuiu enormemente para o desenvolvimento da Geografia brasileira (ANDRADE, 1991/1992 apud GEOSUL, 1991/1992, p. 132-133).

Ainda como professor Assistente teve a oportunidade de participar junto com o professor Gilberto Osório, de estudos e pesquisas de campo sobre A Serra Negra, em Pernambuco e, com o antropólogo Estevão Pinto sobre Águas Belas, também no

Estado. Pesquisa mais ampla foi realizada com o professor Gilberto Osório sobre os rios do açúcar do Nordeste Oriental, identificando a poluição dos cursos d'água do Nordeste, a exemplo do Ceará-Mirim, Mamanguape, Paraíba do Norte, São Miguel, Coruripe e Jiquiá pelo despejo da calda das usinas e as suas consequências. Esses estudos geraram livros que foram editados pela própria FUNDAJ, Instituto esse que fez a demanda da pesquisa, a exemplo de *Os Rios do Açúcar no Nordeste Oriental: o rio Mamanguape* (1957) e *Os Rios do Açúcar no Nordeste Oriental: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel* (1959).

Para Manuel Correia de Andrade, a Geografia era uma ciência que pertencia ao mesmo tempo ao grupo das Ciências Naturais como das Ciências Sociais e, dessa forma, seu objeto de estudo, o espaço geográfico deveria ser visto em seu conjunto, como um todo, mesmo que em algum momento, algum elemento da Geografia Física ou da Geografia Humana se sobressaísse aos demais. Assim, dizia ele, quando Araújo, em entrevista realizada em 2002, se reportou a respeito das pesquisas que desenvolveu com o professor Gilberto Osório serem de Geografia Física, face a sua tendência de geógrafo humano. Para ele, as pesquisas eram “um pouco em torno de uma unidade da Geografia, mas com uma motivação muito Física” (ANDRADE, 2002c apud ARAUJO, 2002, p.106).

Um outro ponto levantado nessa ocasião pela entrevistadora foi aquele concernente à aplicação prática desses resultados, ao que ele respondeu que não havia, pois nem a instituição demandante da pesquisa tinha poderes para isso, como os usineiros não estavam interessados em alterar a sua dinâmica.

Por volta de 1960, no momento em que houve a vacância da cadeira de Geografia Econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas da mesma Universidade, ele solicitou transferência para essa unidade, passando a lecionar Geografia Econômica, na condição de professor Adjunto, concorrendo, posteriormente, a Concurso Público de Cátedra com a Tese sobre *A Pecuária no Agreste Pernambucano* (Figura20), resultado da pesquisa que foi desenvolvida por conta própria. Esse Concurso contava com prova de títulos, prova escrita e defesa de Tese, após ser aprovado, foi nomeado para o cargo de professor Catedrático, permanecendo nesse Departamento durante o período 1966/1975.

Figura 20 - Tese apresentada em concurso para a Cátedra de Geografia Econômica.

Foto: ANDRADE, Thais (2018).

Salientava Manuel Correia de Andrade (2002d), ter sido um dos últimos catedráticos, pois a reforma universitária acabou com a cátedra. “Nós continuamos catedráticos por direito adquirido, mas os que vieram depois de nós entraram como professores titulares” (ANDRADE, 2002d apud ZANOTELLI; VALVERDE, 2002, p. 14).

Diferentemente do que ocorreu com a pesquisa sobre a poluição dos cursos d’água no Nordeste cujo trabalho foi solicitado pela FUNDAJ, muitas das pesquisas desenvolvidas por Manuel Correia de Andrade tinham seus temas escolhidos pelo próprio pesquisador, a exemplo de *O Vale do Siriji: um estudo de Geografia Regional*; *A Pecuária no Agreste Pernambucano* e, tantas outras, seja na Geografia ou na História e, uma vez concluídas davam origem a livros e artigos escritos por ele.

Além de se dedicar ao ensino da Geografia Econômica, às pesquisas, coordenou o Mestrado em Economia passando a lecionar, também, na Pós-Graduação. Afora esse curso, participou da criação do Mestrado em Geografia, em 1976, tendo sido o primeiro coordenador e da criação dos Mestrados em Sociologia e Desenvolvimento Urbano, na mesma Universidade.

Além da Universidade Federal de Pernambuco, ensinou e coordenou o Curso de Geografia da Universidade Católica de Pernambuco.

Como pesquisador teve a oportunidade de atuar na SUDENE, na época em que Celso Furtado foi o Superintendente e, de realizar estudos sobre Regionalização Agrária do Nordeste, trabalho esse que foi objeto de um Convênio celebrado entre

aquela Instituição, através do seu Departamento de Planejamento Sub-regional e Urbano e Universidades nordestinas, nas décadas de 1970 e 1980. Assim, com essa Regionalização feita, foram identificadas no Nordeste em função da ocupação e uso do solo agrário, diferentes áreas que foram estudadas por diversos professores e pesquisadores das Universidades do Nordeste que tiveram esses seus trabalhos publicados pela SUDENE, na série Estudos Regionais. Coube a Manuel Correia de Andrade iniciar essa série com o estudo sobre *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste* (1979, nº1), em seguida vieram *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas* (1982, nº7), *Sertão Sul* (1984, nº11) e *Área do Sistema Canavieiro* (1988, nº18).

Esses trabalhos por ele realizados, junto com outros, coordenados por também professores e pesquisadores, sobre as outras áreas em que foi regionalizado o Nordeste fizeram um verdadeiro mapeamento geosocioeconômico da região.

Sua profícua atividade intelectual levou-o a lecionar em importantes Universidades fora de Pernambuco, quando teve experiência acadêmica, como professor visitante, na Paraíba, em São Paulo, em Santa Catarina. No Exterior lecionou e desenvolveu pesquisas no Japão, em Tsukuba, em 1980 e, na Argentina.

A contribuição desse geógrafo, historiador e cientista social foi marcada, ainda, pela participação em conferências, palestras e debates no Brasil, Peru, Colômbia, México, Estados Unidos, Canadá, Cuba, França, Israel e, Japão.

Como reconhecimento ao trabalho que desenvolveu durante todos esses anos dedicados ao ensino, à pesquisa e à extensão é que Andrade foi homenageado por um número considerável de instituições de ensino superior e de fomento à pesquisa federais e estaduais.

Como destacaram Ribeiro e Soares (2009),

Pesquisador do CNPq, foi indicado Geógrafo da América Latina, pelo qual recebeu o prêmio Milton Santos, conferido por ocasião do IX Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado na USP em 2005. Antes disso, em 1989, foi contemplado com o título de professor emérito da UFPE, instituição na qual se aposentou, em 1985 e, também, de Pesquisador Emérito, pela Fundação Joaquim Nabuco, em 1989, onde também atuou. Outras premiações relevantes, além das já citadas, foram a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico, do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2003, e a Medalha Capes 50 anos, do então Ministério da Educação e Desporto, em 2001, além de outras distinções de Doutor Honoris

Causa nas seguintes Universidades Federais: de Sergipe (1996), do Rio Grande do Norte (1995), de Alagoas (1956); e da Universidade Católica de Pernambuco (1979) (RIBEIRO; SOARES, 2009, s/p.).

CAPÍTULO 6 - O ESTUDIOSO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E A APLICAÇÃO SISTEMÁTICA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO AOS ESTUDOS REGIONAIS

A importância da Geografia como uma ciência pragmática foi trabalhada por vários geógrafos, entre eles: Carvalho e Santos (1960) quando no livro *A Geografia Aplicada* trouxeram algumas preocupações sobre essa tendência da Geografia chamando atenção, inclusive, para o fato de ter havido em um determinado momento, resistências por parte de alguns geógrafos que não viam a Geografia como uma ciência que tivesse uma aplicabilidade prática.

Esses autores assinalaram naquela obra, o comportamento desses geógrafos e as razões que os levavam a assumir tais posições.

É natural que, mesmo entre os geógrafos, alguns se houvessem colocado em guarda contra a geografia aplicada; resistências, porém, que pouco a pouco, vêm sendo vencidas. Em alguns, trabalhava o receio de uma preocupação exclusiva com as realizações de ordem prática, de modo que pudéssemos chegar a uma espécie de “géographie engagée”, vivendo em função dos acenos que lhe fôssem feitos pelos administradores e homens de ação; isto poderia levá-la a uma distorção dos seus próprios fins, que terminaria por desfigurá-la (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 17).

Uma outra resistência apresentada por geógrafos à aplicação prática do conhecimento geográfico e apontada pelos autores foi a de que:

[...] o geógrafo chamado como auxiliar dos planejamentos, pudesse tomar gosto pelas tarefas de aconselhamento, a ponto de se vestir na pele de um profeta, como se fôsse capaz de prever o futuro, às custas do conhecimento da realidade atual. Outros, mais radicais, preferiram que a geografia se limitasse às clássicas tarefas da geografia moderna, não devendo o geógrafo estar preocupado com a utilização que pudessem, depois, fazer de suas pesquisas (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 17).

Manuel Correia de Andrade a exemplo de Carvalho e Santos era um defensor da Geografia Aplicada. Para ele, a Geografia era uma ciência que tinha como objetivo não apenas fornecer conhecimentos, formar o cidadão, ideia essa que dominou durante muito tempo no meio acadêmico, mas além de transmitir conhecimentos, ela possuía uma função pragmática, defendida por esses autores já mencionados. A aplicação de seus conhecimentos poderia vir a contribuir para

modificar, transformar o espaço geográfico de forma a que esse viesse a atender aos interesses do ser humano, às suas necessidades. Ele como agente produtor do espaço, de posse do conhecimento geográfico adquirido, o aplica de diversas formas trazendo a esse espaço, uma série de mudanças que tanto podem ser positivas, como negativas ao ambiente. Assim, da mesma maneira que ele constrói, ele possui capacidade de também destruí-lo.

Andrade (1998b) também salientou a respeito da resistência que existia à aplicabilidade da Geografia, chamando atenção para o fato de que:

Quando se começou a utilizar de forma sistemática o conhecimento geográfico no planejamento e a se falar em geografia aplicada, houve cientistas que reagiram, achando que esta não era a função da Geografia. Esta ideia, porém, é falsa, de vez que a Geografia vem sendo utilizada, desde os primeiros tempos, com fins pragmáticos. Assim, ela foi utilizada pelos países europeus em sua expansão colonial, quando procuravam conhecer as várias regiões que desejavam conquistar para avaliar a rentabilidade das mesmas (ANDRADE, 1998b, p. 24).

Santos (2008) ao abordar questões relativas à importância e à utilização da Geografia no processo de expansão colonial afirmou:

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão (SANTOS, 2008, p. 31).

A esse respeito, ele chamou atenção para o interesse despertado em geógrafos franceses, em criar cátedras de Geografia, já no início do século XIX e no decorrer do mesmo, não só em Paris como em outras cidades francesas. Algumas dessas cátedras eram específicas de Geografia Colonial. Entre os geógrafos que ocuparam essas cátedras estavam: Vidal de La Blache, A. Himly, M. Dubois, Charles Robequain.

Além dos professores franceses, a mesma preocupação teve os ingleses, a exemplo de Mackinder que Santos (2008) referindo-se a ele, salientava: “cabe ser considerado como o mais eficaz dos geógrafos imperialistas a serviço do imperialismo” (SANTOS, 2008, p. 32).

Freeman (1961) “considera que existe mesmo uma relação entre a expansão da geografia e a da colonização” (FREEMAN, 1961, p. 9 apud SANTOS, 2008, p. 31).

Acrescentava, ainda:

Foi sob a inspiração de um mundo tornado maior que um novo interesse pela geografia apareceu nos anos 80 do século passado [1880]. A África, o Novo Mundo, uma Ásia apenas parcialmente conhecida, sem falar das áreas polares despertaram interesse ao mesmo tempo que os países se industrializavam buscavam realizar novas conquistas econômicas, e às vezes políticas, em terras distantes (FREEMAN, 1961, p. 48 apud SANTOS, 2008, p. 31).

Para obtenção e divulgação desses conhecimentos que eram necessários a esse processo de expansão muito contribuíram, ainda, segundo Andrade (1998b), os cronistas nos séculos XVI, XVII e XVIII, as sociedades de Geografia no século XIX e, no século XX, o Estado por intermédio dos serviços de informação. O mesmo ocorreu no século XX e, hoje, no século XXI com os serviços de estatística e as novas tecnologias da informação, da comunicação, produtos do desenvolvimento técnico-científico que passou a ocorrer a partir da segunda metade do século XX e que são importantes instrumentos utilizados pela Geografia.

Ainda, quando se deseja reportar ao aspecto pragmático da Geografia é importante destacar um outro geógrafo, o Yves Lacoste.

Vesentini (2012) ao trabalhar e escrever a *Apresentação* da 19ª edição do livro de Yves Lacoste, *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* salientou a preocupação do autor com a Geografia, com a sua importância, suas finalidades, enfatizando,

A pergunta essencial, que perpassa todos os capítulos da obra e norteia seus conteúdos, é esta: para que serve a geografia? Ou, em outros termos, qual é a sua função social? Possui ela alguma outra utilidade que não seja a de dar aulas de geografia? (E, afinal, por que existem essas aulas?) Os termos usuais dessa problemática, como sabemos, costumam ser outros: o que é geografia? Ela é ou não uma ciência? [...] (VESENTINI, 2012, p. 7).

Mencionava, ainda que, na preocupação de Lacoste,

Ser ou não ser de fato uma ciência pouco importa, em última análise, argumenta o autor. O fundamental, a seu ver, é que, malgrado as

aparências mistificadoras, os conhecimentos geográficos sempre foram, e continuam a ser, um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado a práticas estatais e militares (VESENTINI, 2012, p. 8).

Essa função pragmática da Geografia foi muito trabalhada por Yves Lacoste (2012), ocasião em que chamou atenção para a existência de duas Geografias: a dos Estados-maiores, a mais antiga, um saber estratégico, utilizado ao longo dos tempos como um instrumento de poder e, a Geografia dos professores, mais recente, surgida no século XIX graças à contribuição dos mestres alemães e franceses, a Geografia como disciplina escolar e universitária.

Essa última se distinguiria da primeira por não possuir a função estratégica, se apresentava segundo Lacoste (2012),

[...] como discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico, enumeração de elementos de conhecimento mais ou menos ligados entre si pelos diversos tipos de raciocínios, que têm todos um ponto comum: mascarar sua utilidade prática na conduta da guerra ou na organização do Estado (LACOSTE, 2012, p. 32).

O autor analisou, ainda, na Geografia dos professores, uma outra característica que lhe era pertinente, a de haver se transformado em um discurso ideológico,

[...] no qual uma das funções inconscientes é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço. Não somente essa geografia dos professores é extirpada de práticas políticas e militares como de decisões econômicas (pois os professores nisso não têm participação), mas ela dissimula, aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais. Por causa disso, a minoria no poder tem consciência de sua importância, é a única a utilizá-las em função dos seus próprios interesses e esse monopólio do saber é bem mais eficaz porque a maioria não dá nenhuma atenção a uma disciplina que lhe parece tão perfeitamente “inútil” (LACOSTE, 2012, p. 31-32).

Lacoste (2012) dizia, ainda, que a distinção entre as duas geografias por ele identificadas não estava presa ao conjunto de conhecimentos que utilizavam, a Geografia dos Estados-maiores, do Estado e das grandes empresas capitalistas.

[...] recorre hoje, como outrora, aos resultados das pesquisas científicas feitas pelos universitários, quer se trate de pesquisa

“desinteressada” ou da dita “geografia aplicada”. Os oficiais enumeram os mesmos tipos de rubricas que se balbuciam nas classes: relevo – clima – vegetação – rios – população, mas com a diferença fundamental de que eles sabem muito bem para que podem servir esses elementos do conhecimento, enquanto os alunos e seus professores não fazem qualquer ideia (LACOSTE 2012, p. 33).

Não se pode deixar de destacar, também, o papel que teve um outro geógrafo, o Leo Waibel que já na década de 1940 chamava atenção para a importância da Geografia para o planejamento regional. Koblbepp (2013) em um de seus artigos sobre a importância desse geógrafo para a Geografia brasileira chamava atenção para o fato de que, como consultor científico do CNG, criado em 1937, esse em Carta para Pfeifer, de 26.12.1946, falando sobre sua atuação no referido Conselho salientava:

Minha tarefa é o exame sistemático dos “*pionner belts*” do Brasil. De certa forma, eu tenho um marco histórico a cumprir: eu devo mostrar à administração que a geografia não é somente uma disciplina acadêmica, mas que ela também possui grande significado prático para o planejamento regional, possibilidades de colonização etc (WAIBEL, 1946 apud KOBLBEPP, 2013, p. 35).

Ao se fazer uma retrospectiva histórica sobre a aplicação desses conhecimentos que, a princípio estavam dispersos em outras ciências, constatar-se-á que eles já eram conhecidos e utilizados, de forma empírica, à medida que o ser humano ampliava o seu domínio pelo espaço e tentava identificar e explicar os efeitos dos fenômenos naturais desde os povos na Antiguidade Oriental e Clássica e, como ciência a partir do Século XIX, momento em que a Geografia passou a essa condição com objeto e método próprios de análise.

Ao se abordar experiências vividas por geógrafos brasileiros e estrangeiros ao aplicarem os conhecimentos geográficos contribuindo para o entendimento de uma realidade ambiental e/ou geosocioeconômica para a valorização, o aproveitamento e revitalização de áreas, recorreu-se a Carvalho e Santos (1960) quando chamaram atenção para a importância dos estudos de Geografia Aplicada realizados nos vários países do mundo, tanto nos socialistas, como nos capitalistas. Afirmavam:

Nos países socialistas, a estrutura política e econômica torna indispensável essa atitude. Na Rússia, por exemplo, onde os planos quinquenais sempre tiveram a cooperação de geógrafos, ambos os ramos da geografia se esforçam por uma aplicabilidade sempre crescente dos respectivos estudos. O mesmo se pode dizer das democracias populares do leste europeu. Nos países capitalistas, porém, não é menor a importância que se confere a essa orientação da geografia (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 21).

Para eles, as contribuições na área da Geografia Aplicada datavam de antes dos anos 1950 e 1960, pois nas décadas de 1930 e 1940 salientaram os trabalhos desenvolvidos e cursos oferecidos pelos professores Dudley Stamp, na Inglaterra, desde 1930; J. A. Steers, também na Inglaterra, na década de 1940; Jean Tricart, Michel Rochefort, Etienne Juillard, na França, através da Universidade de Strasbourg, com seu Centro de Geografia Aplicada, criado oficialmente em 1957. Esses professores tiveram uma forte atuação, também, em países da África, o mesmo ocorrendo com outros professores, a exemplo de Jean Vogt e Sautter, também da Universidade de Strasbourg. Afora a contribuição dada por essa Universidade através de seus professores, outros pesquisadores de outras Universidades francesas também desenvolveram seus trabalhos na área da Geografia Aplicada, quer tenha sido em Paris ou em uma outra Universidade francesa, como os professores Pierre George, em Paris; Journaux, em Caen; Gourou, na França e na África e o prof. Philipponneau, em Paris.

A exemplo do que aconteceu na Europa, na África, nos Estados Unidos ocorreu também no Brasil, em certas ocasiões estimulado pela própria AGB e/ou por Institutos de Pesquisas localizados em Estados brasileiros. São trabalhos de pesquisas desenvolvidos por professores, a exemplo de Orlando Valverde, no Rio de Janeiro; Dirceu Lino de Matos, em São Paulo; Manuel Correia de Andrade, Gilberto Osório de Andrade, Rachel Caldas Lins, Mário Lacerda de Melo, em Pernambuco; Milton Santos, Tereza Cardoso da Silva e Anna Carvalho, na Bahia. Alguns desses estudos realizados no território baiano tiveram a assessoria do prof. Jean Tricart. Todas essas contribuições atestam o desenvolvimento e a importância da Geografia Aplicada no país.

Andrade (1970a) ressaltou que já em 1921 Agamenon Magalhães teve a preocupação com a possibilidade de aplicação do conhecimento geográfico. Assim, em sua Tese,

[...] salienta êle que o homem pode modificar as paisagens, as condições físicas regionais. Conclama, assim, a que, baseando-se em exemplos de outros povos, se construa açudes, barragens, canais de irrigação, se faça reflorestamento, a fim de que as sêcas não causem periodicamente sérios danos. Entusiasmado, chega a afirmar “Atendamos, portanto, ao solo e o homem prepare o habitat físico. O homem é um poderoso agente geológico: transforma os desertos em vales fertilíssimos de cultura”. E logo após afirmava “O homem vence a natureza”. Partindo desta linha, preocupava-se sobretudo com a região em que vivia e salientava a necessidade de que se aproveitasse a energia da cachoeira de Paulo Afonso para a eletrificação do Nordeste (ANDRADE, 1970a, p. 22).

Dizia, ainda, da preocupação de Agamenon ao concluir a sua Tese,

[...] chamando atenção para a necessidade de se modificar as condições dominantes nos sertões a fim de que se desenvolvesse o Nordeste, de vez que o considerava, graças a sua posição geográfica, como um ponto chave para o desenvolvimento do Brasil e a expansão do povoamento pelas áreas sub-povoadas como a Amazônia (ANDRADE, 1970a, p. 23).

É importante chamar atenção para a preocupação também despertada por Josué de Castro no que concerne à aplicação do conhecimento geográfico tendo em vista a necessidade de se transformar uma realidade.

Na década de 1950, mais precisamente, no período de 1952-1955, Castro presidiu o Conselho para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO). Sobre uma de suas atuações mencionou Fernandes e Porto Gonçalves (2007),

[....] durante os quatro anos que esteve na presidência do Conselho Executivo da FAO, Josué de Castro lutou para implantar princípios essenciais que desempenhassem os objetivos da organização. Todavia, o que verificou foi que os interesses de países ricos e de grupos econômicos impediam a proposição de políticas públicas como a reforma agrária, a criação de reservas alimentares de emergência, bem como programas de segurança alimentar (FERNANDES; PORTO GONÇALVES, 2007, p. 13).

Carvalho e Santos (1960) afirmaram ainda, em relação à Geografia Aplicada que:

Seu valor impõe-se nas obras de planejamento, para as quais os exemplos de pesquisas se sucedem em todos os ramos da ciência geográfica. Trabalhos de geomorfologia, de hidrologia, de geografia

agrária, industrial e urbana; enfim todos os setores básicos e auxiliares da geografia (cartografia, fotografias aéreas etc.) são cada vez mais largamente desenvolvidos, visando a uma aplicação racional para a melhoria das condições humanas (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 26-27).

Os anos se passaram, as décadas e, a Geografia Aplicada foi se tornando cada vez mais atuante, seja por intermédio das pesquisas acadêmicas, institucionais, seja pelos programas e projetos desenvolvidos tendo em vista a melhoria das condições geosocioeconômicas de uma determinada área. A conquista cada vez maior de novos espaços, a expansão e a reestruturação das fronteiras, as intervenções realizadas pelo ser humano na superfície da Terra, nos diferentes setores e, as suas consequências, requerem cada vez mais soluções, através de políticas de intervenção do Estado, das Instituições científicas, das Organizações Não Governamentais. Nesse momento é essencial a participação do geógrafo em uma equipe interdisciplinar em função da visão de espaço que esse profissional possui. Por sua vez, o desenvolvimento técnico-científico favorece cada vez mais a atuação do profissional geógrafo na aplicação dos conhecimentos da ciência, colocando em suas mãos, as modernas ferramentas que vieram a surgir na segunda metade do Século XX, notadamente a partir dos anos 1970, momento da Terceira Revolução Técnico-Científico-Informacional.

A Geografia Aplicada também é utilizada nas estratégias traçadas pelas grandes empresas nacionais e multinacionais que procuram se orientar previamente a respeito das melhores regiões e países aonde investir. No momento em que as vantagens nos lucros declinam, o capital produtivo e/ou o capital financeiro migra para outros locais que lhes sejam mais atrativos. Esses elementos de atratividade estão relacionados à disponibilidade de recursos naturais, de infraestrutura, mão de obra, incentivos salariais, fiscais.

Andrade (1998b) chamou atenção, ainda, para o fato de que:

As Forças Armadas dos mais diversos países têm sempre um serviço geográfico, com preocupações ligadas sobretudo à Cartografia, a informações, à geopolítica e à geoestratégia (ANDRADE, 1998b, p. 25).

6.1 O GOVERNO DE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR E O GRUPO EXECUTIVO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS – GEPA

Como já se teve oportunidade de mencionar, Manuel Correia de Andrade atuou como educador no magistério Secundário e, posteriormente, no ensino Superior formando e encaminhando gerações, na produção cultural e científica e, como geógrafo, na função de gestor, acreditando poder contribuir por intermédio da aplicação do conhecimento geográfico que tanto defendia, como sendo de grande importância, na formulação de políticas direcionadas à organização e exploração do espaço pernambucano.

Assim, dirigiu no primeiro Governo de Miguel Arraes de Alencar, no período de 1963-1964, o GEPA que tinha como objetivo maior, levar o crédito agrícola, empréstimos aos pequenos produtores rurais contribuindo para uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, da Mata e do Agreste pernambucanos. Através do GEPA, os trabalhadores dessas sub-regiões eram estimulados a desenvolver culturas de subsistência com o objetivo de melhorar o padrão alimentar e, conseqüentemente, seus níveis de vida.

Miguel Arraes eleito em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), procurou fazer sua gestão direcionada para um conjunto de políticas sociais voltadas para atender aos menos favorecidos. O campo foi uma de suas prioridades, apesar de não ter deixado de lado políticas urbanas. Assim, é que nesse pequeno período em que governou Pernambuco, de janeiro de 1963 a abril de 1964, desenvolveu ações orientadas ao atendimento de alguns pleitos dos trabalhadores do campo e, para isso teve que pressionar usineiros e senhores de engenhos que se mostraram resistentes e colocaram dificuldades às reformas que seriam implementadas.

Uma das pretensões dos trabalhadores rurais era pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural o que lhes garantiria uma série de direitos semelhantes aos que já haviam sido alcançados pelos trabalhadores urbanos. Entre essas ações estavam a obrigatoriedade para trabalhadores com mais de 14 anos, da carteira de trabalho, a fixação da jornada de trabalho de oito horas, pagamento do salário mínimo (Acordo do Campo), repouso semanal, férias remuneradas. Por sua vez, Arraes ainda deu apoio à formação de sindicatos, às associações comunitárias e às Ligas Camponesas que eram comandadas, na época, por Francisco Julião. As Ligas Camponesas foram um dos assuntos abordados por Manuel Correia de Andrade,

em *A Terra e o Homem no Nordeste* que já foi objeto de destaque em um outro Capítulo da Tese.

Em relação ao Acordo do Campo feito entre proprietários de terras e trabalhadores rurais, Miguel Arraes de Alencar em entrevista concedida à Agência Brasil, em março de 2004 dizia que esse foi:

[...] o primeiro feito no país, entre donos de terra e trabalhadores, deu bastante trabalho, mas os próprios proprietários constataram que essa era a saída que tinha que haver, porque eu disse que os trabalhadores tinham conquistado o direito de sindicalização naquela época. Os sindicatos rurais estavam organizados, quando assumi o governo de Pernambuco. Foi aí que começaram essas negociações. O pessoal da cana-de-açúcar se organizou unificadamente, havia uma unidade muito grande entre eles, portanto era uma força poderosa, disposta a negociar. Então era apenas uma questão de ajuste, porque estavam vendo que, se não negociassem, seria um desastre, porque ninguém ia botar a polícia para segurar 100 mil trabalhadores. Foi diante disso que eles (usineiros, produtores e revendedores de cana) negociaram (ALENCAR, 2004, p. 4).

Entre as políticas urbanas foi dada prioridade às questões do sistema dos transportes urbanos e da valorização e dinamização da saúde, habitação e educação.

Manuel Correia de Andrade foi um intelectual voltado para os problemas do seu país, do seu Estado, sempre preocupado com o saber e, que esse saber estivesse a serviço do povo e não das elites dominantes. Assim, ao ser convidado por “Dr. Arraes”, como ele o chamava, decidiu aceitar o convite, de imediato, como uma forma de poder participar mais de perto de um trabalho desenvolvido por um Governo que viesse a beneficiar uma população que há muito necessitava de uma política voltada para o campo. Ele sempre advogou por uma política agrária para o Brasil e, conseqüentemente, para Pernambuco, vislumbrava a necessidade de uma mudança na estrutura agrária vigente desde a Colonização. Sabia, no entanto, da impossibilidade do Governo do Estado de forma isolada realizá-la visto que essa transformação só poderia acontecer partindo do Governo Federal. Apesar de que, para ele não deveria existir uma única reforma agrária no Brasil, mas seriam necessárias mais de uma reforma agrária tendo em vista a extensão territorial do país e as diversas peculiaridades que caracterizam cada uma de suas regiões.

Andrade (2000b), em entrevista concedida a Leite chamava atenção para o fato da necessidade do Brasil já ter realizado uma série de reformas estruturais,

reformas essas que provocariam uma reestruturação nas estruturas econômica, social e política no país. Sobre elas, salientava em entrevista concedida a Leite (2000):

O Brasil deveria ter realizado uma série de reformas estruturais que já eram defendidas no século passado e que até hoje não foram concretizadas. A principal delas é a reforma agrária. Joaquim Nabuco, em 1884, defendeu a sua necessidade. Depois, o Imperador, feita a abolição, ainda quando o gabinete era chefiado por João Alfredo, propôs que se estudasse a possibilidade de desapropriação de terras situadas às margens dos rios navegáveis e das estradas de ferro, para instalação de colonos. Com a República e o crescimento da população, se fez a Marcha para o Oeste, ocupando a Amazônia. Mas se transferiu para a área as instituições fundiárias existentes no resto do país. Não houve mudança (ANDRADE, 2000b apud LEITE, 2000, s/p.).

Comparando com a expansão para o oeste que houve nos Estados Unidos, ele disse ter sido diferente da que houve no Brasil uma vez que naquele país o povoamento do oeste foi acompanhado por uma distribuição de terras.

Dessa forma, a política proposta pelo Governo de Miguel Arraes voltada para a assistência creditícia, assistência técnico-agronômica e, para a comercialização da produção do pequeno produtor iria atingir um dos gargalos da questão agrária. Andrade aceitou o desafio que lhe estava sendo entregue pelo governador e, com uma equipe de técnicos abraçou a causa.

A estratégia adotada pelo Governo para que essa política voltada para o pequeno produtor, livrando-o dos atravessadores desse certo foi desenvolver uma parceria envolvendo vários órgãos já existentes na estrutura do Estado, o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) e agências do Banco do Brasil que trabalhariam juntos com o recém criado GEPA, órgão que ele passou a dirigir como diretor superintendente. Assim, os empréstimos eram concedidos pelo Banco do Brasil, através das suas agências; a orientação ao produtor, ou seja, a assistência técnico-agronômica era realizada pela Secretaria de Agricultura, através da ANCAR-PE e a comercialização, a disponibilização dos equipamentos necessários à faina agrícola, além de sementes selecionadas pela CRC. Assim, o agricultor era assistido durante todo o processo de produção, tendo no final, garantida a colocação da sua produção no mercado.

Por que criar e como funcionava o GEPA? Segundo Andrade (2002c), quando inquirido sobre a estrutura de funcionamento dessa Instituição, em uma entrevista para Araujo (2002), revelou:

[...] Nós convocávamos bancários, contratávamos os bancários, geralmente os bancos cediam, e o Estado dava máquina de escrever, papel, o material básico necessário, veículos. Esse pessoal ia para a cidade e, ao invés de ficar na agência do banco, esperando que o agricultor viesse, ia às zonas de pequena produção e trabalhava com o pessoal. Nós fizemos um crescimento da ordem de 80% no número e no valor dos empréstimos [...]. Nesse ano de 1963, nós subimos de seis para trinta mil empréstimos. Em 1964, pouco antes do golpe, nós já estávamos com oitenta mil empréstimos. Era um crescimento. E se pensava que os pequenos produtores aproveitariam a revolução e não pagariam. Mas, ao contrário, a adimplência foi muito alta (ANDRADE, 2002c apud ARAUJO, 2002, p. 113).

Apesar dos resultados obtidos em pouco tempo de vida, a existência do GEPA foi efêmera, pois suas atividades foram encerradas com o movimento político-militar de 1964. Araujo (2004), ao escrever sobre o que foi esse movimento, na Apresentação do livro *Vencedores e Vencidos: o movimento de 1964 em Pernambuco*, disse:

Movimento político civil e militar de 1964, no Brasil: golpe militar para uns, revolução para outros, contra-revolução para mais alguns. As dificuldades e divergências em definir fato tão marcante na história recente do país – sobretudo por aqueles que o vivenciaram, seja como protagonistas, seja como espectadores; mas também para a historiografia – expressam em si mesmas as distintas e conflitantes visões e posições políticas assumidas por grupos e classes sociais diante do fenômeno acontecido há quatro décadas (ARAÚJO, 2004, p. 9).

Andrade (2004) na Introdução do livro acima citado, se reportando a esse movimento político-militar, realçou:

Muito se escreveu desde os primeiros dias sobre o desenrolar do movimento que começou com a antecedência de mais de um decênio, quando grupos que se opunham, à situação constitucional passaram a conspirar para derrubar os governos constituídos e para frear a marcha das mudanças que pareciam ir ocorrer no país (ANDRADE, 2004, p. 11).

Esse movimento que levou à queda do Governo Republicano quando depôs o presidente João Goulart fez com que o país passasse a ser administrado pelos militares e, por civis indicados pelo regime autoritário que aqui se impôs.

Ao abordar os motivos que levaram a esse movimento de 1964, Coelho (1986) declarou:

[...]. Teria sido deflagrado fosse Miguel Arraes governador ou não, tivesse Pernambuco um governo democrático e nacionalista ou não. As razões que o motivaram não eram locais e sofreram influência inquestionável de centros de decisão situados no exterior. [...] A análise dos acontecimentos ocorridos na América Latina, na década de 1960, demonstra que o processo de desestabilização de vários governos constitucionais correspondeu a uma orientação comum, variando apenas, em cada caso, de acordo com peculiaridades locais (COELHO, 1986, p. 28).

Nesse novo cenário que passou a viver o Brasil, governadores também foram depostos, a exemplo de Miguel Arraes de Alencar, Mauro Borges e Seixas Dória, e, com eles, toda a equipe que estava no comando de seus Governos. Assim, Manuel Correia de Andrade também sofreu represálias.

O fato de haver sido diretor superintendente daquela Instituição, o GEPA, aliado a outros fatores, como: as posições políticas assumidas desde o seu tempo de estudante, mostravam uma identificação dele com uma ideologia de esquerda, de luta pelas causas sociais. Outras atuações que teve e que o incriminavam para o novo regime foi ter escrito o livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, ter participado de atividades do Movimento de Cultura Popular (MCP), ter sido membro do Conselho Estadual de Educação, ter escrito para a Revista Estudos Sociais, do Partido Comunista (PC), tudo isso fez com que a ascensão e a permanência no poder de um grupo de posições ideológicas contrárias às suas, viesse a lhe causar problemas, como o da busca em sua residência por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Nessa Delegacia, ele permaneceu por alguns dias, junto com outros intelectuais, a exemplo do historiador Amaro Quintas. Ao ser liberado do DOPS, Manuel Correia ainda permaneceu por cerca de três meses preso em sua residência. Segundo ele próprio afirmava “Houve o inquérito e eu não fui indiciado, porque não tinha feito nada demais. Então, fui solto e voltei às minhas atividades” (ANDRADE, 2002c, p. 116).

Como o GEPA, o MCP também desapareceu com o novo regime. O MCP tinha sido criado por Miguel Arraes ainda quando prefeito da cidade do Recife e estava direcionado para a alfabetização do povo, adolescentes e adultos e para o incentivo e valorização da cultura popular. Na dinâmica dos trabalhos desse Movimento participavam pessoas que comungavam da sua filosofia, principalmente artistas, estudantes e intelectuais.

Andrade (1986) falando sobre o governo de Miguel Arraes e, mais especificamente, sobre o MCP salientou a sua importância e, ao mesmo tempo mostrou que:

Este movimento, ao nosso ver, caracteriza bem as distinções entre um governo popular e um governo populista. Em um governo popular a liderança está realmente comprometida com os interesses do povo e procura orientar a ação política e administrativa ao encontro destes interesses, enquanto em um governo populista um líder carismático faz um discurso popular, consegue o apoio do povo, concede algumas de suas reivindicações, mas procura manter o domínio e resguardar os interesses da classe dominante. Assim, Arraes é um político popular sem nunca ter sido um político populista. (ANDRADE, 1986, p. 33).

Andrade (1986) ainda se referindo ao MCP lembrou de ter sido ele “exemplo de forma ativa de educação com conscientização do povo para exercer profissões mais qualificadas” (ANDRADE, 1986, p. 33).

Paulo Freire (s/d) falando sobre o propósito do seu método dizia:

Nós queremos uma alfabetização que seja, em si mesmo, um ato de criação capaz de provocar outros atos de criação. Rejeitamos a alfabetização puramente mecânica, pois sempre temos pensado na alfabetização em termos de tomada de consciência (FREIRE, s/d apud COELHO, 1986, p. 23).

Coelho (1986) enfatizou o valor desse método salientando que através dele “Intentava-se não apenas alfabetizar, mas conscientizar e integrar na sociedade vastos contingentes da população, até então inteiramente marginalizados” (COELHO, 1986, p. 23).

Apesar de haver retornado às suas atividades profissionais, ao ser solto, Manuel Correia de Andrade sentiu necessidade, naquele momento, de deixar o país e, foi assim que, aceitando convite que lhe havia sido feito já a alguns anos pelo

professor Pierre Monbeig, da Sorbonne, para passar um tempo na França, após ter obtido licença para se ausentar do Brasil, viajou para aquele país. O momento político que o Brasil estava vivendo foi decisivo para que ele se ausentasse.

Assim, a sua ida para a França ocorreu em um momento muito oportuno uma vez que o afastava de toda uma movimentação política e militar que dominava o cenário de Pernambuco e do Brasil onde as pessoas não podiam manifestar as suas ideias e, muito menos discordar das que estavam sendo implantadas pelos novos detentores do poder.

6.2 OS ESTUDOS NA SORBONNE E A INFLUÊNCIA DE FRANÇOIS PERROUX E JACQUES BOUDEVILLE NA APLICAÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A estadia na França possibilitou a Andrade, envolvimento com novas atividades acadêmicas fora de seu país de origem, a possibilidade de se interessar por novas temáticas que estavam sendo discutidas e, muitas vezes implementadas na Europa, como a teoria dos polos de desenvolvimento e o aménagement du territoire que eram as grandes discussões que norteavam o meio acadêmico, naquela ocasião, na França. Esses novos assuntos despertaram nele uma nova preocupação, inclusive pensar na possibilidade de aplicar os novos conhecimentos adquiridos ou adequá-los à realidade brasileira quando de seu retorno ao país.

Como ele próprio dizia, uma vez em Paris procurou adotar uma postura diferente daquela adotada por muitos dos brasileiros que lá se refugiaram por algum tempo. Dizia que não havia saído do Brasil na condição de exilado e, dessa forma, procurava não se envolver diretamente nos problemas que estavam ocorrendo no país, na tentativa de mudar a situação que foi imposta. Para ele, muitas daquelas discussões eram infrutíferas, não dependia deles uma mudança no quadro político e militar brasileiro que aqui se impôs.

Assim, como bolsista da organização de cooperação técnica, a Association pour l'Organisation des Stages de Techniciens Étrangers voltou-se para os cursos de pós-graduação que estavam sendo ofertados e que lhe interessavam. Também, nessa oportunidade, passou a conviver com geógrafos franceses, a exemplo de Dresch, Pierre George, Jacques Boudeville, Michel Rochefort e outros que lhe abriram espaço para que se integrasse em seu novo meio acadêmico, como

estudante, pesquisador e palestrante. Esteve ligado ao Departamento de Geografia, mas conviveu com outras unidades acadêmicas, da Universidade de Paris, como: o Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine (IHEAL) fundado pelo geógrafo e professor Pierre Monbeig, em 1954, que na época em que Manuel Correia estava na França exercia a função de Diretor do Instituto. Nessa Unidade, ele teve a oportunidade de realizar o Cours d'Étude Technique du Milieu Naturel des Amériques Latines, como aluno regular, no período 1964/1965.

Segundo mencionava (1971a), naquela ocasião teve também a oportunidade de realizar um “[...] stage d’observation de la politique agricole du Gouvernement Français face aux aménagements du territoire” (ANDRADE, 1971a, p. 15), no Ministère des Finances et des Affaires Économiques da República da França.

Quando se reportava ao curso e a esse estágio salientava a importância que teve em realizá-los uma vez que se complementavam.

[...] tivemos oportunidade de realizar estudos de Geologia da América Latina com o Prof. Hoffstetter, de Hidrologia e Utilização de Barragens com os Profs. Stretta e Marcel Mary; de Pedologia com os Profs. Aubert e Segalen, de Biogeografia com o Prof. Henri Gaussen, de Problemas de Desenvolvimento Regional e de “Aménagement du Territoire” com os Profs. Gutelman, Rochefort, Monbeig e Dolffus – analisando sobretudo os problemas agrários do México e do crescimento econômico do Peru – de Utilização Geográfica de Fotografias Aéreas com os Profs. Franc, Demangeot, Lasserre e Robert, de Agronomia Tropical com o Prof. Ferrand, de Pólos de Desenvolvimento Econômico com o Prof. Jacques Boudeville (ANDRADE, 1971a, p. 15-16).

Desses Cursos, chamou muito sua atenção e lhe envolveu aquele realizado com o Prof. Jacques Raul Boudeville, discípulo do economista François Perroux com quem também teve contato, sobre a Teoria de Polos de Desenvolvimento.

Face seu interesse pelas questões regionais e de desenvolvimento acreditava que esses cursos lhe dariam subsídios para uma vez voltando para o Brasil sugerir uma política de desenvolvimento regional a partir da identificação de polos de desenvolvimento, fato que ocorreu quando aqui chegando foi convidado para coordenar um grupo que trabalharia com a questão da regionalização de Pernambuco. Sabia que esse trabalho envolveria a criação de uma nova metodologia e não poderia simplesmente trazer para o país, para Pernambuco

aquela metodologia que havia sido empregada por Perroux para o mundo desenvolvido. As realidades eram distintas.

Ainda, na França, Manuel Correia de Andrade teve a oportunidade de ir a Israel, como membro de uma Comissão do Colégio Cooperativo para participar de um Colóquio Internacional sobre “*O Cooperativismo e o Desenvolvimento Rural*”.

Afora os cursos foi convidado a proferir palestras sobre reforma agrária, assunto esse bastante trabalhado em um de seus livros, aquele que consagrou sua vida profissional, mas que naquela ocasião lhe trouxe problemas, *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963). Em *O Fio e a Trama* (2002) Manuel Correia de Andrade falou a respeito desses convites para realizar palestras em várias Universidades francesas:

Na França, tive uma série de oportunidades que nunca esperei. Fiz uma série de conferências sobre reforma agrária no Brasil, no Instituto de Ciências Políticas [...], com o professor Chevalier; em Toulouse, a convite de Jean Roche; em Bordeaux, a convite do professor Guy Lasserre; em Reims e em Rennes (ANDRADE, 2002c apud ARAUJO, 2002, p. 119).

Ele chamava atenção para o fato de que, através de seus estágios teve a oportunidade de conhecer vários dos departamentos franceses e dos organismos que atuavam nos mesmos, principalmente ligados ao Aménagement du Territoire e ao meio rural.

No setor de estágio, viajamos por quase todas as províncias francesas, observando a ação de organismos como a SAFER, a FASASA, de Sociedades locais de “Aménagement du Territoire”, do Serviço de Promoção da Agricultura, de algumas Câmaras de Agricultura, do Centro de Geografia Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade de Strasbourg e de cooperativas e de SICAS que atuam no meio rural (ANDRADE, 1971a, p. 16).

Esses eram os dispositivos criados na França, na década de 1960, com o objetivo de promover a modernização nos estabelecimentos de agricultura familiar.

Outra experiência vivida por Andrade nesse período em que esteve fora do Brasil foi sua ida à Itália para ver de perto, no sul daquele país, a atuação da Cassa per Il Mezzogiorno. A Itália apresentava sérios desníveis regionais entre o Norte e o Sul do país, quando essa última região era vista como uma área pobre, com sérios

desníveis socioeconômicos, uma área considerada como deprimida, necessitando, pois da implementação de uma política de desenvolvimento.

Essa estadia na França e as experiências vivenciadas na França, em Israel e, na Itália levou-o a escrever dois de seus livros: *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: uma introdução à economia regional* (1967) e *Geografia, Região e Desenvolvimento* (1967), livros esses que tiveram como objetivos, repassar para o público acadêmico, técnico e político, os conteúdos por ele assimilados, sobre os estudos regionais, de polarização e de uma política de Aménagement du territoire.

Em *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*, logo na Introdução ele contextualizou sobre o cenário vivido naquele momento, no mundo, segunda metade do século XX, relacionado à questão das desigualdades de desenvolvimento existentes entre os diferentes países e, internamente, nesses países, entre as várias regiões.

Era de opinião que aquele cenário possibilitou o surgimento de,

[...] grande quantidade de livros, artigos e relatórios que se vem publicando sobre Economia, Sociologia e Geografia do Desenvolvimento, assim como abalizados estudos sobre Planificação do Desenvolvimento Regional, baseados em novas disciplinas surgidas nos Estados Unidos e na Europa, que em suas nuances são chamadas de Ciência Regional, de Economia, Sociologia e Geografia Regional e, mais precisamente, ainda de Organização do Espaço, de “Town and Country Planning” e de “Aménagement du Territoire” (ANDRADE, 1970c, p. 15).

Acrescentava dizendo que:

Os estudos regionais e de polarização passaram, após 1960, a ter em todo o mundo civilizado um grande interesse científico e prático, preocupando professores, técnicos e cientistas que trabalham tanto nas universidades como nas agências de desenvolvimento. No Brasil, êsses estudos foram iniciados por mestres estrangeiros que aqui trabalharam e despertaram a preocupação dos estudiosos nacionais. Daí se realizarem cursos monográficos, em nossas universidades, sobre “Aménagement du Territoire” e sobre “Pólos de Desenvolvimento” com grande afluência de técnicos e de estudiosos assim como haverem agências de desenvolvimento adotado o critério da polarização em sua política de planificação do desenvolvimento regional (ANDRADE, 1970c, p. 16).

Situando no tempo, foi nessa época que o Governo do Estado de Pernambuco criou no CONDEPE, a unidade de estudos regionais onde Andrade

passou a coordenar uma equipe multidisciplinar e a trabalhar a teoria dos polos de desenvolvimento e, elaborar uma metodologia para aplicação no Estado. Achava ele que essa era uma técnica desenvolvimentista já adotada em países de orientação capitalista e socialista e que poderia ser implementada, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, desde que adaptada à realidade dos mesmos, como uma estratégia a ser adotada à planificação regional.

Enfatizava que a sua preocupação com a aplicação dessa teoria ao espaço nordestino seria uma forma de estar prestando “[...] um serviço à região e, indiretamente, ao país, dando uma pequena contribuição para um melhor aproveitamento do espaço de que dispomos, ajudando, portanto, [...] na luta contra o subdesenvolvimento, contra a estagnação” (ANDRADE, 1970c, p. 17).

A intenção que o autor teve ao escrever *Espaço, Polarização e Desenvolvimento* e *Geografia, Região e Desenvolvimento* foi exatamente a de que as ideias aí apresentadas servissem como estratégia de políticas para o desenvolvimento dos vários espaços por elas alcançados. Assim, as questões relacionadas à aplicação da Teoria de Polos de Desenvolvimento e a política de “Aménagement du Territoire” foram os pontos de destaque observados nessas duas obras.

Para ele, o Aménagement du Territoire deveria ser uma disciplina,

[...] de utilização indispensável ao diagnóstico da realidade de um país como o Brasil que se caracteriza por sua superfície quase continental e por apresentar uma grande variação de paisagens e, conseqüentemente, de problemas (ANDRADE, 1971a, p. 17-18).

Chamava atenção para o Aménagement du Territoire, como:

[...] aquele tipo de estudo, aquela disciplina que é utilizada na formulação do diagnóstico de um país, para estabelecer as diferenças existentes entre o desenvolvimento das diversas áreas, pesquisar as causas da diferença desse desenvolvimento e procurar indicar aos administradores e aos programadores quais os caminhos que devem ser seguidos para fazer com que as regiões mais atrasadas alcancem os níveis de desenvolvimento das regiões mais adiantadas; é, assim, uma arma extraordinária da planificação regional e da prospectiva (ANDRADE, 1971a, p. 34).

Ele considerava, ainda, em seu livro *Geografia, Região e Desenvolvimento* que a política de Aménagement du Territoire além de possibilitar conhecer a realidade de uma determinada área através de um diagnóstico,

[...] se constitui como uma arma que, fazendo a análise das condições naturais, da distribuição da população, da importância da rede urbana e das estruturas existentes, aponta os aspectos quantitativos e qualitativos que provocam a existência de diversos níveis de desenvolvimento das regiões brasileiras e os caminhos que devem ser trilhados para que estas regiões retardadas acelerem o seu desenvolvimento e atinjam os níveis alcançados pela Região Sudeste. Além disso, é o “aménagement du territoire” a arma utilizada para fazer a prospectiva, indicando quais os caminhos que devem ser trilhados para atingir em uma data não muito próxima as metas que desejamos e podemos alcançar (ANDRADE, 1971a, p. 18).

Para desenvolvimento dessa política, segundo Andrade (1971a) “se procura estudar o problema das diferenças de desenvolvimento regional encarando-o de forma globalizada, caracterizando os seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos” (ANDRADE, 1971a, p. 35).

Ao fazer uma retrospectiva histórica acerca do momento em que essa política de aménagement passa a ser uma preocupação dos franceses, o autor apontava ter sido essa política,

[...] consequência do desenvolvimento das ideias surgidas a partir de 1945 e muito discutidas desde então, quando, terminada a guerra de 1939-1945, os franceses compreenderam ser necessário reconstruir o país. Mas, reconstruir de uma forma racional, de modo a haver equilíbrio entre as várias regiões. Em 1963, quando o Primeiro Ministro da República Francesa abriu os debates anuais do Parlamento, dedicou grande parte do seu discurso ao problema do “aménagement du territoire”; era a oficialização dessa política. Tornara-se necessário basear-se em perspectivas feitas, a fim de saber quais seriam as necessidades francesas no ano tomado como base, o ano de 1985, a observar que a mesma indicava um grande crescimento populacional, em escala europeia [...] (ANDRADE, 1971a, p. 61).

Essas necessidades diziam respeito à criação de empregos que fossem capazes de absorver a população existente naquele momento e que estivesse voltada para o mercado de trabalho e ao desenvolvimento de atividades econômicas

e sociais que fossem capazes de alavancar o crescimento do país, garantindo elevadas condições de vida para a sua população.

Sobre essa visão prospectiva, Andrade (1971a) citou Massé (1964) que ao se referir à mesma, afirmou que o “aménagement du territoire” é como que uma combinação entre um artigo de fé e um risco calculado, permitindo fazer “a projeção geográfica da sociedade do futuro” (MASSÉ, 1964, p. 5 apud ANDRADE, 1971a, p. 36).

Ao se falar em aménagement du territoire não se está aludindo à planificação regional como se fossem a mesma coisa. Eles são distintos uma vez que o primeiro se refere a uma política cujas metas estabelecidas deverão ser atingidas a longo prazo, além de possuir objetivos gerais, enquanto que a planificação regional é estabelecida para um curto prazo que pode ser traduzido por um horizonte temporal de alguns anos e com objetivos específicos.

Para Andrade (1971a) “[...] o aménagement du territoire visa um espaço de tempo mais longo dentro do qual serão feitos vários planos de desenvolvimento a curto prazo que obedecerão à hierarquia por êle indicada” (ANDRADE, 1971a, p. 37).

Essa hierarquia diz respeito às urgências que se fazem necessário atender mais de imediato.

Para Viau (s/d) [...] “o ‘aménagement du territoire’ não se propõe a substituir a planificação, ao contrário, se propõe a fazer a projeção geográfica da mesma” (VIAU, s/d, p. 159 apud ANDRADE, 1971a, p. 36).

Barros (1995) cita Andrade quando esse ao se referir ao aménagement du territoire e à planificação regional mostrava que:

O “aménagement du territoire”, ao contrário da planificação, não olha o homem como um produtor, mas como um habitante; o homem-habitante é uma escala mais ampla do que o homem-produtor, êste é apenas um aspecto do homem-habitante. Assim, interessa ao “aménagement du territoire” os problemas do habitat, os problemas políticos, sociais, ao lado dos problemas econômicos que são específicos da planificação regional (ANDRADE, 1971a, p. 39 apud BARROS, 1995, p. 114).

Andrade (1971a) dizia, ainda, que na política de aménagement du territoire,

êles levam em consideração certos elementos básicos, como a população das cidades e a possível organização daquilo que chamam de armatura urbana; preocupam-se também com o desenvolvimento e melhor distribuição da indústria, da agricultura e pecuária, com o problema dos transportes, do ensino, da pesquisa científica e do turismo (ANDRADE, 1971a, p. 63-64).

Chamava atenção, ainda, para o fato de ser o aménagement du territoire geográfico e econômico. Geográfico por ser essencialmente espacial e econômico porque se propõe a elevar os níveis de vida da população “[...] visa orientar a dinâmica do desenvolvimento a fim de alcançar um equilíbrio entre as várias regiões de um país” (ANDRADE, 1971a, p. 47-48).

Dizia ser necessário nessa política,

[...] não encarar os problemas do ponto de vista estático, encará-los sempre através de um conceito dinâmico, por isto dizemos que o programa de “aménagement du territoire” deve procurar desenvolver não só as áreas que estão retardadas, como preocupar-se com a dinâmica do desenvolvimento das áreas atualmente desenvolvidas para que elas não estacionem, não retrocedam ou não caiam em um ritmo de crescimento muito lento (ANDRADE, 1971a, p. 51).

Para ele, uma política desse porte deveria ser feita levando em consideração o país como um todo, não deveriam existir programas regionais de forma independentes, mas esses consistiriam na aplicação do plano nacional aos seus espaços regionais e, os programas para as regiões deveriam estar voltados para a aplicação desse plano nacional aos seus espaços.

Considerava:

não ser [...] justo que se faça um plano para cada região do país sem se consultar as inter-relações existentes entre as várias regiões, aquilo que há de comum ao todo. Desde que se estabelece as fronteiras de um país, a soberania do mesmo sobre um território, é natural que se deva sempre encarar essas políticas de modernização, de desenvolvimento, em função do todo nacional e não formular para cada região um programa próprio ignorando os problemas e os programas de desenvolvimento das regiões vizinhas (ANDRADE, 1971a, p. 39).

Sabe-se, que hoje, na era da globalização, os desníveis de desenvolvimento entre países, entre regiões dentro das fronteiras de um mesmo país continuam a

existir e, muitas vezes de forma acentuada necessitando, assim, de soluções dentro da realidade de cada um, sem a importação de modelos já prontos.

Andrade (1971a), em uma retrospectiva feita naquele seu livro citado, sobre as experiências que viveu fora de seu país, as viagens de estudo que realizou, os contatos com professores, alunos, administradores e técnicos possibilitando a troca de conhecimentos e de experiências, os textos científicos a que teve acesso, assinalava:

[...] tivemos a oportunidade de compreender os problemas que afligem populações as mais diversas e a luta com que Governos e povos de orientação política, de formação étnica e nível cultural os mais diversos tentam solucionar os graves problemas que afligem as regiões que não se desenvolveram ou que se estagnaram no decorrer do seu desenvolvimento. Achávamos que estas experiências, apesar de não poderem ser simplesmente transferidas para o nosso país, eram experiências que, pela sua variedade e pela elasticidade que apresentavam, deveriam ser conhecidas, deveriam ser divulgadas e analisadas no Brasil, sobretudo em sua região problema, em sua região subdesenvolvida e relativamente superpovoada que é o Nordeste (ANDRADE, 1971a, p. 16-17).

Afirmava ainda, sobre o significado que teve aquela sua experiência, “Experiência, portanto, excelente para quem dedicou tãda a vida ao estudo, ao ensino e à pesquisa sôbre os problemas e os aspectos geoeconômicos do Brasil” (ANDRADE, 1971a, p. 16-17).

6.2.1 A aplicação da Teoria dos Polos em Pernambuco: a passagem de Manuel Correia de Andrade pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE

A partir da quarta década do século XX, os estudos regionais e com eles as propostas de regionalização para o espaço pernambucano ganharam importância tendo em vista a necessidade de se conhecer o espaço e, a partir desse conhecimento poder se propor políticas de desenvolvimento com vista a minimizar os desequilíbrios e as desigualdades existentes.

Alguns desses estudos foram elaborados por professores e pesquisadores pernambucanos, a exemplo do geógrafo Hilton Sette que em 1946, elaborou seu trabalho de Tese, *Contribuição ao Estudo das Regiões Naturais do Estado de*

Pernambuco com o qual concorreu à vaga para a Cátedra de Geografia do Brasil, em Concurso Público para o Ginásio Pernambucano, dividindo o espaço estadual em três regiões naturais: Litoral-Mata, Agreste e Sertão (Mapa 2). A identificação dessas regiões teve como base, os aspectos físicos dominantes em cada uma delas. Ele ao fazer essa divisão foi bastante influenciado pelas ideias de Ricchieri (1920) que admitia a presença de três tipos de regiões: a elementar; a geográfica complexa e a integral e, por Fábio de Macedo Soares Guimarães (1941), responsável pela primeira proposta de divisão do Brasil em regiões naturais: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Mapa 2 - Divisão do Espaço Pernambucano em Regiões Naturais.

Fonte: IBGE (2000).

Cart.: Fernando J. C. C. Lins (2009).

Uma outra divisão regional de Pernambuco também realizada na década de 1940 foi a do ecólogo e botânico Vasconcelos Sobrinho, autor do livro escrito em 1949, *As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização* onde constava uma proposta para dividir o Estado em Regiões Fitogeográficas. Segundo Vasconcelos Sobrinho (1949) existiam no Estado, duas zonas: a da Mata e a das Caatingas. Cada uma dessas zonas foi por ele divididas em sub-zonas e, essas por sua vez, em regiões. O critério adotado pelo estudioso foi essencialmente o botânico. (Mapa 3).

Mapa 3 - As Regiões Fitogeográficas de Pernambuco.

Fonte: IBGE (2000).

Cart.: Fernando J. C. C. Lins (2009).

Coube ao IBGE, órgão oficial de estatística e de estudos regionais do país, em 1955, realizar uma regionalização para o Brasil e, conseqüentemente, contemplando Pernambuco, as chamadas Zonas Fisiográficas (Mapa 4). Essas zonas foram identificadas a partir das questões naturais, da posição geográfica, mas também, de um entendimento de que o ser humano tinha papel importante a desempenhar na organização do espaço uma vez que, dotado de raciocínio vinha a contribuir em função do seu interesse, para uma mais eficiente apropriação dos recursos, tanto os renováveis como os não renováveis. Essa regionalização foi utilizada para fins de pesquisa e divulgação de informações pelos órgãos oficiais federais e estaduais de estatística, até 1968, tendo sido substituída posteriormente pelas microrregiões homogêneas.

Mapa 4 - Zonas Fisiográficas de Pernambuco.

Fonte: IBGE (2000).

Cart.: Fernando J. C. C. Lins (2009).

De acordo com a Resolução de nº 461 de 07 de julho de 1956 do IBGE, que trata das Zonas Fisiográficas, no caso de Pernambuco foi mantida a unidade do Litoral-Mata e do Agreste, subdividindo o Sertão em Sertão do Moxotó, Sertão do Alto Moxotó, Sertão do Alto Pajeú, Triunfo, Sertão Central, Sertão do São Francisco e Araripe.

Em 1968, o IBGE fez uma nova regionalização do espaço brasileiro, em Microrregiões Homogêneas, ocasião em que esta veio a substituir a função que era desempenhada pelas Zonas Fisiográficas.

Essa regionalização em Microrregiões Homogêneas durante mais de uma década serviu como base territorial para que o Instituto realizasse e divulgasse suas pesquisas, bem como fizesse a divulgação dos dados estatísticos ambientais, de natureza geo-socioeconômica e político-administrativos por ele levantados para todas as unidades da Federação, uma vez que o universo maior trabalhado para aqueles fins no país, é o estabelecido pelo IBGE. O mesmo era feito para todas as unidades de estudos e planejamento federais, estaduais e municipais mesmo que, em algum momento, elas criassem uma regionalização própria para atuação que, muitas vezes era uma adaptação daquela oficial estabelecida pelo IBGE, diferenciadas apenas pela inclusão ou exclusão de municípios em uma ou outra nova microrregião. A finalidade dessas regionalizações era servir de base para algum estudo que fosse necessário realizar, execução de programas e/ou projetos de âmbito mais específicos. Nem sempre aquela regionalização mais ampla estabelecida pelo IBGE contemplava os objetivos que eram pretendidos pelas agências de planejamento estaduais e municipais para o seu universo trabalhado.

A regionalização em Microrregiões Homogêneas apresentava um diferencial da divisão anteriormente adotada uma vez que, os indicadores que lhe serviram de base foram as condições climáticas, mas também, o processo de ocupação e uso do solo e, o grau de urbanização tendo em vista a presença da metrópole representada pela cidade do Recife e por seis municípios: Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão, Moreno, Paulista, São Lourenço da Mata e Olinda localizados em seu entorno, diretamente em sua área de influência formando a microrregião homogênea do Grande Recife.

De acordo com o IBGE (1968), o Estado de Pernambuco foi dividido em 12 unidades. Na Mata, além do Grande Recife estavam localizadas a Mata Seca e a Mata Úmida situadas, respectivamente, ao norte e ao sul da primeira microrregião. O

Agreste compreendia o Agreste Setentrional, o Vale do Ipojuca e o Agreste Meridional e o Sertão foi dividido em seis unidades que compreendiam Arcoverde, Sertão do Moxotó, Sertão do Alto Pajeú, Salgueiro, Araripina e Sertão do São Francisco. (Mapa 5).

Mapa 5 - As Microrregiões Homogêneas.

Fonte: IBGE (2000).

Cart.: Fernando J. C. C. Lins (2009).

Em Pernambuco, essa nova regionalização do Estado veio a despertar um interesse maior pelos estudos regionais contribuindo para que o então CONDEPE criasse uma unidade de estudos sobre Organização do Espaço.

Esse grupo composto por técnicos de diversas formações profissionais: geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas, estatísticos ao fazer uma análise da divisão regional feita pelo IBGE em microrregiões homogêneas apontou alguns problemas nessa divisão, algumas falhas que iam de encontro às características próprias que individualizavam algumas daquelas unidades espaciais de Pernambuco.

Essa regionalização foi substituída, em 1989, pelas Mesorregiões e Microrregiões Geográficas demarcadas pelo IBGE tornando-se a divisão oficial do país.

Em 2017, o IBGE publica documento que contém uma nova proposta de divisão regional para o país intitulado *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*.

Na opinião daquele órgão de estatística e de estudos regionais,

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 resgata também o contexto político-institucional das regionalizações feitas pelo IBGE no século XX, a concepção metodológica que baseou cada uma delas bem como artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia (IBGE, 2017, s/p.).

A respeito da metodologia que foi adotada para essa classificação regional, a Instituição observou que ela incorporava “[...] as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas décadas” (IBGE, 2017, s/p.)

Segundo aquela Instituição,

O recurso metodológico utilizado na elaboração da [...] Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante. A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017, s/p.).

Outras propostas de regionalização foram realizadas pelo IBGE e, pelo CONDEPE, órgão de estatística e de estudos e pesquisas do Estado.

Ainda em 1969, coube à equipe de Organização do Espaço do CONDEPE tendo à frente Manuel Correia de Andrade que naquela ocasião havia recebido convite do então governador de Pernambuco, Nilo Coelho, para que viesse a Coordenar o Grupo, dar início a uma série de estudos de regionalização para o Estado, a exemplo da elaboração de uma proposta para divisão de Pernambuco em Regiões Administrativas e de uma Metodologia para identificação de polos e de regiões polarizadas, a partir da adaptação ao Estado, da Teoria de François Perroux, a Teoria dos Polos de Desenvolvimento.

Face seu interesse pelas questões regionais e de desenvolvimento ele sempre acreditou que os cursos que fez na França com Jacques Boudeville e François Perroux lhe dariam subsídios para uma vez no Brasil sugerir uma política de desenvolvimento regional a partir da identificação de regiões para intervenção e da indicação de polos.

A ideia de identificar no Estado regiões administrativas com o objetivo do Governo regionalizar as atividades administrativas e de planejamento foi a primeira

proposta realizada pela equipe. Contudo, mesmo delimitadas, a implementação das mesmas não foi possível de ser feita tendo em vista as pressões políticas que começaram a surgir em favor de alguns municípios em detrimento de outros. Naquela época, 1969, Pernambuco foi dividido em oito regiões administrativas, regiões essas compostas por vários municípios e, em cada uma delas uma cidade era considerada a sede da região. Nesse momento foi que a variável política pesou, pois muitos dos representantes desses municípios desejavam que a “sua” cidade fosse aquela a ser designada como sede, tendo ou não condições; a variável técnica que levou a essa identificação não seria levada em consideração.

A regionalização administrativa evita duplicidade de ações em municípios próximos contribuindo para redução dos custos de investimentos, a subutilização dos serviços e, conseqüentemente, para uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população.

Essa questão da duplicidade de ações em municípios próximos foi um dos pontos abordados por Manuel Correia de Andrade ao explanar sobre a política de aménagement du territoire na França. Disse que através dela se torna possível:

[...] distribuir as várias funções entre as diversas unidades administrativas de forma que elas não exerçam competição entre si, na organização dos serviços, mas que êstes se distribuam entre as mesmas de forma racional. É comum, por exemplo, duas cidades vizinhas e da mesma importância competirem entre si desejando ter certos serviços que a outra possui, quando êstes podem atender às necessidades das duas comunas (municípios). A sua multiplicação, porém, acarretaria a elevação de despesas e a subutilização dos serviços, o que seria economicamente prejudicial. Através dessa política de “aménagement du territoire”, êles evitam que isso aconteça [...] (ANDRADE, 1971a, p. 64- 65).

Uma regionalização administrativa veio a ser realizada e implementada em Pernambuco como estratégia de planejamento e de gerenciamento de maneira descentralizada, muitos anos depois, no Governo Eduardo Campos (1999). Naquela ocasião foram delimitadas em Pernambuco, dez Regiões de Desenvolvimento, oficializadas através da Lei Estadual nº 11.725, de 23 de dezembro de 1999. A necessidade da Regionalização Administrativa adveio como estratégia de atuação por parte do Governo do Estado no momento em que foi criado, nesse mesmo ano, o Programa Governo nos Municípios.

Perroux (1964) na sua visão de economista partia do princípio de que o espaço deveria ser visto do ponto de vista econômico, identificando a partir daí diferentes tipos de regiões. Para ele, esse espaço poderia ser analisado como um campo de forças, de atração entre as partes; como um conjunto homogêneo e, como objeto de um plano, de uma área que pudesse vir a ser produto para o desenvolvimento de políticas desenvolvimentistas. Com isso, ele passou a identificar três tipos de regiões distintas: as polarizadas, as homogêneas e, as regiões plano, respectivamente.

Como já se mencionou foi a identificação de polos e de regiões polarizadas que em 1969 passaram a ser objeto de interesse por parte do Governo do Estado, através de seu órgão de planejamento, o CONDEPE.

Na opinião de Andrade (1970c), Perroux considerava que:

[...] o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, a que [...] o economista chama de pólos de crescimento, com intensidades variáveis, daí se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia (ANDRADE, 1970c, p. 60).

Ainda, segundo o autor, se reportando às ideias de Perroux, dizia que para ele,

[...] o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país, ou de um continente, o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo (ANDRADE, 1977a, p. 60).

Naquele momento, os órgãos de planejamento sequiosos por uma política de crescimento econômico para os estados viram nessa Teoria e, em sua aplicação a saída para a dinamização de polos espontâneos já existentes e, para a criação de novos a partir do potencial apresentado pelos mesmos.

De acordo com Perroux (1964):

O crescimento e o desenvolvimento, nem nos velhos países, e menos ainda nos países ditos subdesenvolvidos, são uniformemente repartidos, eles se manifestam em pontos determinados de onde se

podem propagar os efeitos de aceleração ou os efeitos de freiação (PERROUX, 1964, p. 167 apud ANDRADE, 1970b, p. 5).

Comentando essa citação de Perroux, Andrade (1970c) lembra que esses pontos mencionados pelo economista correspondiam aos polos de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Ele salientou que para Perroux,

[...] o crescimento econômico é próprio de áreas favorecidas por variadas circunstâncias, onde surge uma indústria motriz e, como consequência, como reflexo da ação desta indústria o crescimento se propaga, se expande, beneficiando as regiões que a cercam, que são para ela polarizadas (ANDRADE, 1970c, p. 60).

Andrade (1970b) chamou atenção para a formação das regiões polarizadas a partir desses polos, salientando,

Na realidade, estes centros polarizadores nem sempre promovem o desenvolvimento da região para eles centralizada, de vez que em alguns casos, nos dos polos de desenvolvimento, eles drenam e irrigam a área, isto é, eles criam fluxos da região para o polo e refluxos do polo para a região, enquanto nos polos de crescimento eles apenas drenam, sem irrigar, isto é, eles estimulam os fluxos da região para o polo e não compensam a região com os refluxos (ANDRADE, 1970b, p. 5).

Assim, Andrade (1977a) procurando caracterizar esses dois tipos de polos, disse que esses:

[...] podem ser chamados de crescimento quando eles provocam o crescimento do produto e da renda per capita sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais, e se devem chamar de desenvolvimento, quando ao lado do crescimento do produto provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada. Assim, o polo de desenvolvimento é, às vezes, espontâneo, mas quase sempre é planejado pelo homem (ANDRADE, 1977a, p. 60-61).

Esses polos de crescimento, correspondem ao que Yves Lacoste (1964) chamou de polos de subdesenvolvimento. São assim chamados por não promoverem o crescimento da região que está sob sua influência, nesse caso, apenas o centro é quem cresce, ao contrário do que ocorre com os polos de

desenvolvimento quando o centro cresce e beneficia a região que está sob sua influência.

Reforçava Andrade (1977a) que, embora Perroux,

Tenha desenvolvido a sua teoria de polarização em função da indústria, o que é uma decorrência do fato de ser a economia moderna comandada pela atividade industrial e do fato de viver e de realizar os seus estudos em um país industrializado - a França - utilizando sempre como exemplo indústrias pesadas - a metalurgia, a siderurgia, as indústrias ferroviária e automobilística - ele admite também estender a função motriz a atividades primárias (ANDRADE, 1977a, p. 61).

Essas atividades primárias estariam representadas por grandes explorações minerais e por complexos agropecuários. Alguns geógrafos, contudo, a exemplo de Bernard Kayser só admitiam a existência de um polo quando se refere a uma cidade. Não existiriam, assim, polos agrícolas, mas zonas de desenvolvimento agrícola.

Assim, face ao seu entendimento do que de fato seria um polo, Kayser (1964) enfatizava: “[...] A cidade comanda, por mecanismos bem conhecidos, o espaço que a cerca, armando como uma teia de aranha as relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas, políticas, onde ocupa o centro” (KAYSER, 1964, p. 306 apud ANDRADE, 1970c, p. 47).

Após a leitura e discussão da bibliografia concernente às questões da teoria dos polos de desenvolvimento, do aménagement du territoire como subsídios ao trabalho que seria desenvolvido, a equipe de Organização do Espaço do CONDEPE encarregada da elaboração desse trabalho de identificação de polos no espaço pernambucano e das regiões por ele polarizadas sabia que o mesmo envolveria a criação de uma nova metodologia para identificação dos mesmos uma vez que não poderia simplesmente trazer para o país, para Pernambuco, aquela metodologia que havia sido empregada por Perroux para o mundo desenvolvido. As realidades eram distintas, era uma realidade de país, de Estado subdesenvolvido.

Andrade (1970c) achava que para se estabelecer uma metodologia para a aplicação da Teoria de Polos, era necessário:

[...] combinar, ao estabelecer uma metodologia, os princípios empregados pelos franceses J. R. Boudeville, M. Rochefort, pelo norte-americano Kempton Webb e pelo polonês L. Leszczycki

através dos quais se identifique, para cada polo: 1) a sua população; 2) a importância de seus equipamentos industriais; 3) a importância de seus equipamentos terciários; 4) a importância dos fluxos de gêneros alimentícios para o polo (ANDRADE, 1970c, p. 127).

Assim, após a identificação e a hierarquização dos polos em uma determinada área dever-se-ia proceder ao estudo de cada um deles abordando os aspectos da população, rede de transportes e comunicações que os atende, a área de influência de suas unidades industriais, do comércio e, dos serviços identificando as suas características e importâncias para as regiões por eles polarizadas.

Dizia o autor dessa metodologia que “[...] Outros fluxos podem ser acrescentados a êstes a fim de se medir não só a importância quantitativa como também a qualitativa de cada polo, levando-se em conta a especialização dos mesmos” (ANDRADE, 1970b, p.15).

Andrade (1970b) ao falar sobre a aplicação da teoria de polarização lembrava que o seu objetivo não era aplicar ao espaço de Pernambuco a metodologia que havia sido aplicada por Perroux, no mundo desenvolvido e que, em função disso dizia:

[...] não estamos obrigados a considerar como polos apenas aquelas cidades que apresentam uma indústria geradora e uma área para ela polarizada em função desta indústria, mas todas as cidades que têm poder de centralidade, isto é, todos os centros regionais e sub-regionais (ANDRADE, 1970b, p. 10).

A metodologia aplicada ao Estado foi concebida em duas etapas. A primeira consistiu, inicialmente, no levantamento de todas as cidades de Pernambuco com as suas respectivas populações urbana verificando a sua representatividade no contingente da população total do município para que, em seguida, fosse realizado um levantamento dos equipamentos secundários e terciários existentes nas mesmas. Sabia a equipe da forte relação que existia entre ser o centro urbano mais populoso ou não e a quantidade dos equipamentos que possuíam. Esses equipamentos nessa etapa foram vistos no sentido da existência ou não dos mesmos e, posteriormente, do quantitativo existente.

A partir desse levantamento se pode realizar uma classificação dessas cidades uma vez que apenas essas unidades urbanas tomadas por base, aquelas de mais de 10.000 habitantes, segundo critério do IBGE é que foram investigadas.

As cidades detentoras de um maior número de equipamentos foram consideradas como centros regionais ou sub-regionais. Chama-se atenção para o fato de que nessa identificação se levou em consideração o critério quantitativo, a existência dos mesmos e, não o qualitativo, ou seja, a capacidade que tinham esses equipamentos de oferecerem à população maior ou menor condição de serviços de atendimento às suas necessidades.

De acordo com Andrade (1970b), em 1969 existiam em Pernambuco 164 cidades que, após ter sido analisada a população urbana e a distribuição dos equipamentos em cada uma delas, passou-se para um outro momento que foi o da classificação em função da existência da maior ou menor disponibilidade daqueles itens. De acordo com a quantidade de itens que foram observados segundo as cidades, procedeu-se ao somatório daquelas frequências que foram obtidas. Andrade identificou como polo regional, as unidades que possuíam pelo menos 20 itens daqueles que haviam sido elencados; polo subregional razoavelmente equipado, pelo menos 10 itens e, polo subregional sub-equipado, as cidades que continham pelo menos 5 itens. A cada ocorrência de um item elencado, correspondia um ponto, assim esses pontos se ampliavam à medida que a presença dos mesmos ocorria. Das 164 cidades pernambucanas, 96 cidades do Estado não conseguiram passar para essa fase e, com isso, não se classificaram dentro daquela nomenclatura estabelecida por Andrade. Isso demonstrou a frágil importância da urbanização no Estado ou a pouca importância da adoção do critério político-administrativo adotado no país.

Andrade (1970b) referindo-se à primeira etapa realizada do trabalho, afirmou:

Após obter esta classificação horizontal, fizemos um estudo da posição geográfica de cada cidade e da distância dos outros centros bem equipados. Escolhidos [...] os polos dos três tipos (regionais, sub-regionais razoavelmente equipados e sub-regionais subequipados), passamos a fazer o estudo vertical, comparando quantitativamente os seus equipamentos, para que se possa aquilatar a importância e o poder polarizador de cada um deles, sem se esquecer das particularidades que os caracterizam (ANDRADE, 1970b, p. 16).

De acordo com a pesquisa realizada, levando em conta as pontuações horizontal e vertical, alguns resultados foram obtidos, como a identificação das

idades de Recife, Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Arcoverde como polos regionais; Jaboatão, Vitória de Santo Antão, Limoeiro, Olinda, Goiana, Paulista, São Lourenço da Mata, Cabo de Santo Agostinho, Timbaúba, Palmares e Pesqueira como polos sub-regionais melhor equipados. Entre os polos considerados como de equipamentos inferior estavam: Belo Jardim, Serra Talhada, Surubim, Barreiros, Araripina, Escada, Gravatá, Salgueiro, Moreno, Igarassu, São José do Egito. Nessa hierarquização feita Manuel Correia de Andrade chamou atenção para o desempenho que teve a cidade do Recife, com pontuação bastante superiores àquelas cidades classificadas como polos regionais. Para ele, o Recife é na verdade, um polo macrorregional.

Segundo Andrade (1970b), nessa hierarquização que foi feita, os polos identificados muitas vezes estavam em uma mesma classificação: regional, sub-regional razoavelmente equipado ou sub-regional subequipado, mas se for levada em consideração a sua importância existia uma certa distância entre eles, ditada pela quantificação da importância de cada item, a pontuação vertical. Por sua vez, um grande número de cidades não foi classificado em nenhum dos três grupos em função do pequeno desempenho que apresentaram quando da análise dos itens tomados como referência: população urbana, equipamentos secundários e terciários. (APÊNDICE 1).

Falando sobre a identificação de polos em uma determinada área, afirmou:

Identificados os polos, qualquer que seja o seu nível hierárquico macro-regional, regional, sub-regional ou local – deve-se fazer o estudo de suas características demográficas, da importância das redes de transportes que os servem, dos seus equipamentos industriais e dos seus equipamentos de serviços (ANDRADE, 1970c, p. 126).

Assim, no nível hierárquico de polo macrorregional em Pernambuco situou-se apenas Recife. Apesar de Andrade (1970c) ter se referido nessa citação ao polo local, ele não os identificou nesse estudo. Contudo, acredita-se que esse grupo deva ser formado por aquelas cidades que não obtiveram a pontuação mínima quando da classificação horizontal das cidades, ou seja, que essa tenha sido inferior a 5 pontos.

Andrade (1977a) ressaltava, ainda que:

Esta hierarquia demonstra que os polos não são unidades isoladas, dominando posições bem delimitadas no espaço, ao contrário, como ocorre no universo com os astros, os polos se organizam girando uns em torno dos outros, atraindo e sendo atraídos. Cada um tem em torno de si uma área de influência cujos limites estão ligados ao traçado das vias de transportes e de comunicações exercendo maior força de atração nas áreas que lhes são próximas do que nas mais afastadas (ANDRADE, 1977a, p. 71-72).

Por sua vez, a capacidade de influência exercida por um polo de maior grau de hierarquia se faz sentir em sua região polarizada não só de forma direta, mas também por intermédio dos seus polos satélites.

Os resultados obtidos com a realização dessa primeira etapa da metodologia empregada ao espaço pernambucano deram origem a um trabalho publicado por Manuel Correia de Andrade intitulado *Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do terceiro mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil* editado em 1970, na Revista Mexicana de Sociologia.

A segunda etapa da metodologia não foi aplicada ao espaço pernambucano. Ela corresponderia à identificação da direção e da intensidade dos fluxos e dos refluxos que se formavam entre aquelas cidades estudadas durante a primeira etapa e a área do seu entorno, o que definiria a área de Influência das mesmas, ou seja, as regiões por elas polarizadas.

Sobre a origem de um polo estar relacionada à presença de uma indústria e a importância dos serviços contribuir para medir a área de influência do mesmo, Andrade (1970c) afirmava:

[...] embora a maioria dos cientistas esteja de acordo com o ponto de vista de que é geralmente a indústria que determina o surgimento da maioria dos polos, como elemento motor, outros concordam que a mensuração da intensidade da força centrípeta e da área de influência do pólo se mede através da expansão dos seus serviços, como meios de comunicações, influência do comércio, da rede bancária, dos serviços de saúde [...] culturais, etc (ANDRADE, 1970c, p. 132).

Na opinião de Andrade (1977a) não se poderia deixar de reconhecer a presença, também, dos polos agrícolas, polos esses que foram mencionados anteriormente nesse subcapítulo. Para ele seriam diferentes dos polos industriais, urbanos. Dizia:

Assim, o polo agrícola é geralmente representado por uma zona onde se localizam vários núcleos urbanos [...] e onde se desenvolvem, graças a condições naturais ou à conjuntura histórica, condições altamente favoráveis aos sistemas agrícolas ou de criação de gado aí existentes. Claro que a sua ação dinamizadora se faz sentir com menos intensidade e mais lentamente que a industrial e que ao se desenvolver provoca o surgimento de indústrias que beneficiam a sua própria produção (ANDRADE, 1977a, p. 126).

Andrade (1977a) naquele momento dá exemplos de polos agrícolas no Nordeste, salientando, em Pernambuco, o da “cultura irrigada de cebola no médio São Francisco” (ANDRADE, 1977a, p. 126).

Hoje, essa área de agricultura irrigada onde está situado o polo de fruticultura é responsável pelo grande dinamismo econômico do Vale do São Francisco, palco de grandes investimentos, de pesquisas e do emprego de elevada tecnologia. Salientam-se, entre as culturas irrigadas, principalmente, a uva e a manga. A cultura da uva está voltada tanto para o consumo “in natura”, a uva de “mesa”, quanto para alimentar a atividade da vitivinicultura que se sobressai no Vale. Outras culturas se destacam, a exemplo da goiaba, do melão, da banana, da melancia, do tomate para processamento industrial e da cebola. Essa produção está voltada principalmente, para exportação, atendendo demandas de países da Europa e dos Estados Unidos e, outra parte para o mercado interno sendo vendidas pelas redes de supermercados do país.

Sabe-se que, dada à dinamicidade que caracteriza o espaço geográfico, hoje, se for feito um estudo como aquele realizado em 1969, o cenário a ser encontrado em 2018 será outro tanto em relação ao grau de urbanização das unidades estaduais existentes como à quantidade e especificações dos equipamentos secundários e terciários presentes no Estado.

6.3 A PASSAGEM PELA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO: O CEHIBRA

Ao aceitar o convite feito por Gilberto Freyre para dirigir o CEHIBRA, Manuel Correia de Andrade se aposentou da UFPE, em 1984, e passou a desenvolver as suas atividades naquela unidade da Fundação Joaquim Nabuco. Naquele momento, houve quem pensasse e lhe dissesse que ele estaria deixando a Geografia pela História, mas ele comungava das ideias de Élisée Réclus, geógrafo do século XIX,

que como ele próprio dizia, teve grande influência na sua formação, de que a Geografia era a História no espaço e a História era a Geografia no tempo. Manuel Correia de Andrade acreditava que isso não iria acontecer, como de fato não aconteceu.

Zanotelli e Valverde (2002), ao realizar entrevista com o professor no XIII Encontro Nacional de Geografia fizeram uma de suas perguntas como uma afirmativa, mencionando que:

Professor, o senhor faz uma relação muito forte com a História. A gente percebe nas suas publicações o viés do resgate histórico que é importante para compreender o espaço, pois sem a História você não o compreende (ZANOTELLI; VALVERDE, 2002, p. 15-16).

A esse respeito, ele lembrou de um momento em que estava no engenho Jundiá com o professor Milton Santos e, em conversa sobre essa questão da relação entre Geografia e História, de tempo e de espaço, ele disse:

[...] Você está vendo aqui a Casa Grande [...] século XIX e o engenho construído no século XVIII. Essa paisagem que nós temos do canavial, com essas casas que hoje querem usar para ecoturismo, só existe em função da História. Isso foi construído através do tempo. E essa construção foi feita gradativamente, e as modificações que se deram foram realizadas no espaço, no território (ANDRADE, 2002d apud ZANOTELLI; VALVERDE, 2002, p. 16).

Na verdade, observa-se em seus livros e artigos que a História e a Geografia sempre estão presentes. Ao explicar um fato geográfico sempre lançou mão da explicação histórica, sempre procurando situá-lo no tempo. Por sua vez, se referindo a limites entre as ciências, onde começa e onde termina a Geografia e a História, dizia que: “por ter uma formação dialética, a gente tem uma não delimitação de fronteira rígida” (ANDRADE, 2002c apud ARAUJO, 2002, p. 146). O espaço e o tempo foram trabalhados pelo geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade quando das suas preocupações com as questões econômicas, políticas e sociais.

Assim, como geógrafo e historiador foi um profissional sempre preocupado com as questões econômicas, ambientais, políticas e sociais do seu Estado, do Nordeste, do Brasil e, do mundo. Haja visto que, em suas pesquisas, em seus livros, todos esses foram universos por ele explorados.

A sua atuação no CEHIBRA se deu através do desenvolvimento de pesquisas, da organização de seminários nacionais e internacionais, a exemplo daquele sobre *A Revolução Francesa no Brasil* onde proferiu a palestra sobre *As ideias republicanas no Nordeste no início do século XIX – 1817/1824; Gilberto Freyre: pensamento e ação* onde participaram estudiosos que analisaram a obra do sociólogo abordando a contribuição dada por ele, à antropologia, à ciência política, à ecologia, à geografia, à história, à sociologia, enfim às ciências sociais. Outra abordagem feita durante esse Seminário foi sobre a atuação política de Gilberto Freyre no Governo de Estácio Coimbra, o seu papel junto à Geração de 45, sua posição diante do Estado Novo e a campanha de redemocratização do país.

Esses aspectos do Gilberto Freyre político foram destacados por Andrade (1995b), na Apresentação desse Seminário quando fez alusão ao fato de que:

[...] ele foi também o político, o homem que procurou pôr as suas ideias em ação, quer na juventude, quando participou do Governo Estácio Coimbra, dando tons modernizadores a um governo oligárquico, quer na maturidade, conduzindo a chamada geração de 45 na luta contra o fascismo e o Estado Novo; quer na idade provecta, ao estruturar e inspirar os caminhos a serem trilhados pela Fundação Joaquim Nabuco, sendo [...] um dos primeiros a sugerir, na década de Oitenta, o nome de Tancredo Neves como ideal para conduzir o Brasil à redemocratização (ANDRADE, 1995b, p. 10-11).

O Seminário Internacional *Tempo dos Flamengos e Outros Tempos – Brasil Século XVII* realizado em outubro de 1998 foi um evento internacional promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, através do CEHIBRA. Freyre (1999) falando sobre a importância do Seminário e sobre outros que iriam acontecer até o ano 2000, disse:

Este Seminário [...] é parte do projeto integrativo 500 anos dos Descobrimentos: Passagem para o século XXI, com que esta Casa assinala data de tão grande importância para o Brasil (FREYRE, 1999, p. 17).

Andrade (1999d) chamava atenção para o significado que tinha esse projeto que iria se delongar até o ano de 2000, iniciado com o Seminário *O Mundo que o Português Criou*, em outubro de 1997; *Tempo dos Flamengos e Outros Tempos – Brasil – Século XVII*, outubro de 1998; *Formação Histórica da Nacionalidade*

Brasileira, outubro de 1999 e, por último, *Além do Apenas Moderno: Brasil séculos XIX e XX*, o último do milênio, em outubro de 2000.

Cada Seminário dá especial atenção a um século da história; o primeiro se referia ao século XVI, estando voltado para o período de ocupação do espaço e de análise da produção do território (século XVI); o segundo enfocou o período de consolidação do território e da disputa do mesmo, com outros países europeus (século XVII); no terceiro se pretende focar os primeiros anos de formação da nação (século XVIII) e, finalmente, no quarto, a vida independente e as opções que o Brasil enfrenta nestes dois últimos séculos (XIX e XX) (ANDRADE, 1999d, p. 11).

Essa série de Seminários, na verdade não se propunha a apresentar ainda, segundo Andrade (1999d),

[...] uma análise economiástica do processo de conquista, ocupação e formação do território, mas ao contrário, é uma análise crítica deste processo, deixando claro que o estado brasileiro é o produto de uma convergência de culturas – européia, africana e indígena – e que o Brasil é um país de culturas múltiplas, sendo, a um só tempo, europeu, africano e indígena. A estas culturas vieram se agregar ainda outras oriundas do Extremo Oriente – japonesa, chinesa, coreana, etc (ANDRADE, 1999d, p. 11).

Esses Eventos envolveram profissionais de diferentes áreas do conhecimento, bem como de diferentes países do mundo. Assim, os eventos reuniram como expositores ou mesmo como ouvintes, brasileiros, portugueses, espanhóis e franceses de diversas formações científico-profissionais: geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, arquitetos, cientistas políticos e outros.

Com esta série de Seminários Internacionais, [...] a Fundação Joaquim Nabuco vem procurando estudar e aprofundar aspectos da História Brasileira, nacional e regionalmente considerada, o que constitui, talvez, observados os seus propósitos e objetivos, a melhor maneira de refletirmos, nesta época de globalização, sobre as nossas origens e a nossa consolidação como Estado e como Nação (FREYRE, 1999, p. 17).

Muitos desses seminários tiveram os textos que foram apresentados durante os eventos, publicados. Em entrevista concedida a Araujo (2002), Andrade mencionou poder ter realizado durante o período em que esteve à frente do

CEHIBRA, esses seminários, ter feito uma releitura da obra de Gilberto Freyre que gerou um de seus livros intitulado *Gilberto Freyre e os Desafios do Século XX* e, desenvolvido suas pesquisas que também lhes proporcionaram as publicações dos resultados em artigos e livros.

Ele teve a oportunidade, também, de participar junto com outros pesquisadores e técnicos da Instituição, de um projeto de pesquisa documental que se perpetuou por mais de uma década, sobre *O Movimento Político de 1964*. Araujo (2004) falando sobre esse projeto disse que o mesmo era “baseado na técnica da história oral e utilizando a história de vida como método” (ARAUJO, 2004, p. 9). Mais adiante, na sua fala, mencionou:

[...] A composição do acervo documental, constante atualmente de cem entrevistas, cuja relação encontra-se em *O movimento político militar de 1964 no Nordeste: catálogo de história oral*, revela o cuidado dos pesquisadores em obter registros que dessem conta da multiplicidade de opiniões, ideologias e posições assumidas em relação àquele momento histórico, sempre tendo por delimitação espaço-territorial a atual região Nordeste do Brasil (ARAÚJO, 2004, p. 9).

Durante o período em que esteve na direção do CEHIBRA, 1984 a 2003, à função de gestor, somou outras atividades, como a de proferir palestras, desenvolver pesquisas, escrever artigos científicos e, alguns de seus livros, a exemplo das publicações editadas por editoras do Recife e de fora do Estado que tiveram as suas primeiras edições publicadas ao longo do tempo que aí permaneceu.

6.4 A VOLTA À UFPE E À CÁTEDRA GILBERTO FREYRE

A Cátedra Gilberto Freyre é um espaço de estudo e discussão sobre a obra do antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre e, de temas que foram interesse de estudo pelo patrono, a exemplo dos relacionados ao mundo tropical, às questões do meio ambiente, às questões raciais, da sexualidade e da religiosidade, à cristianização dos indígenas e dos negros, ao regionalismo, à civilização do açúcar e à formação da sociedade patriarcal e, tantos outros que foram objeto de suas preocupações e que estão contidos no legado de suas obras.

Andrade (1995b), em *Gilberto Freyre: pensamento e ação*, salientando a visão que tinha Freyre da sociedade que se formou no Brasil chamou atenção para o fato de que:

Tendo uma visão dialética, embora não hegeliano-marxista, como já salientaram Darcy Ribeiro e Potyguar Matos, Gilberto não procurou uma visão europeizante de nossa formação e da nossa cultura, mas uma visão de totalidade em que se integraram valores europeus, mouros, indígenas e negros africanos (ANDRADE, 1995b, p. 9).

Criada na UFPE, pela Resolução nº 03/98 do Conselho Universitário daquela Universidade e, aprovada pelo mesmo Conselho, em 02/12/98, desde aquele momento esteve vinculada ao Departamento de Ciências Sociais que pertence ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). A importância da sua criação se prendeu à relevância assumida pela obra de Gilberto Freyre, nos campos da Antropologia, da Sociologia, da Política, das Artes, da Gastronomia, da Geografia. Essa obra de destaque nacional e internacional e que tem marcada, em suas páginas, a preocupação do autor com a interdisciplinaridade, fazendo com que seus livros, seus escritos perpassem os limites da Antropologia e da Sociologia.

Consta na Resolução 03/98 de criação da Cátedra que ela tem como principal objetivo,

[...] a promoção de conferências, cursos, seminários e pesquisas, relativas aos grandes temas que preocuparam o seu patrono, em especial os relacionados com a realidade e os problemas sociais do Nordeste brasileiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1998).

Para coordenar esse espaço foram indicados professores do Departamento de Ciências Sociais, a exemplo de Heraldo Pessoa Souto Maior e Fernando da Mota Lima e, da Geografia, Manuel Correia de Andrade que a conduziu no período 2004/2007.

Ao assumir a Cátedra, ocasião em que deixava a FUNDAJ, mais especificamente, o CEHIBRA, Manuel Correia de Andrade procurou dar uma nova dinâmica à mesma, estruturando-a de forma a lhe permitir dar continuidade às pesquisas que vinha desenvolvendo quando esteve à frente do CEHIBRA, inclusive as vinculadas ao CNPq, onde era pesquisador Adoc, desde 1980. Formou uma equipe representada por alunos bolsistas e voluntários de diferentes áreas das

Ciências Sociais, como uma forma de poder orientar e obter contribuições distintas emanadas dessas diferentes visões. A interdisciplinaridade era uma característica sua e estava presente nos seus trabalhos, discussões e até nos eventos que realizava.

A respeito da preocupação com a orientação de seus alunos, Guimarães e Lirbório (2007) em *Manuel Correia de Andrade e a Cátedra Gilberto Freyre* afirmaram que ele:

[...] Preocupou-se com a formação de seus orientandos no sentido de despertar, incentivar e orientá-los, através de discussões e seminários internos e externos, estes últimos de cunho nacional (GUIMARÃES; LIRBÓRIO, 2007, p. 16).

As autoras de *Manuel Correia de Andrade e a Cátedra Gilberto Freyre* endossaram aquela afirmativa que registraram acima mostrando nesse documento, um relato dado por ele, onde falava:

[...] Quero neste momento de minha vida contribuir de forma direta na formação de futuros geógrafos, incentivando e orientando 'meus alunos' em novas pesquisa geográficas (ANDRADE, s/d apud GUIMARÃES; LIRBÓRIO, 2007, p. 16).

A equipe tinha o propósito de realizar leituras de textos que lhes eram entregues com uma certa antecedência para poder discuti-los sob sua orientação, em reuniões organizadas semanalmente. Esses textos ora eram indicados pelo coordenador ora eram sugeridos pelos próprios alunos. Dentre os textos lidos estavam *Nordeste e Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior; *Geografia da Fome, Fatores de Localização da Cidade do Recife*, de Josué de Castro; *A Terra e o Homem no Nordeste, Espaço Polarização e Desenvolvimento, Geografia, Ciência da Sociedade*, de Manuel Correia de Andrade; *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, de Milton Santos e, tantos outros títulos e autores.

Desses alunos, muitos concluíram seus trabalhos de término de Curso de Graduação sob sua orientação, participaram de seleções para as Pós-Graduações existentes na Universidade ou fora dela e, hoje são Mestres, Doutores e Profissionais atuando no mercado de trabalho.

Além das leituras e discussões, o grupo Cátedra organizava cursos de pequena duração e seminários, a exemplo do *Redescobrimdo o Brasil* que acontecia a cada ano, tendo sido realizados o *Redescobrimdo o Brasil I, II e III*, além de dois seminários sobre a questão agrária: *A Questão Agrária no Brasil, Hoje* (2004) e *A Questão Agrária no Nordeste* (2006). Esses eventos reuniam especialistas das várias áreas do conhecimento, pertencentes a instituições de ensino superior e órgãos públicos estaduais e federais de Pernambuco e de fora do Estado, estudantes, professores, representantes de movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e de Organizações Não Governamentais (ONG's), políticos, trabalhadores rurais e o público em geral, interessado nas temáticas que seriam apresentadas e discutidas.

Nas diferentes mesas redondas que compunham esses Seminários eram debatidas por especialistas, questões geosocioeconômicas nacionais e da região Nordeste e o pensamento e as obras escritas por pensadores, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Ignácio Rangel, Joaquim Nabuco, Josué de Castro, Milton Santos, Nelson Werneck Sodré, Octávio Ianni, Oliveira Viana, Orlando Valverde, Vasconcelos Sobrinho e tantos outros.

Segundo dizia o coordenador dessa Cátedra (2006) era importante a análise das contribuições dadas por esses cientistas sociais que,

[...] estudaram o Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e enfocar como eles esperavam ser o Brasil no porvir – século XXI –, certamente face ao testemunho do passado brasileiro (ANDRADE, 2006, p. 5).

No Seminário que ocorreu em 2004 e teve as contribuições dos conferencistas publicada em um documento intitulado *Seminário Nacional “Redescobrimdo o Brasil” Cátedra Gilberto Freyre*, em 2006 além das mesas redondas foram realizadas exposições sobre o pensamento de Gilberto Freyre, organizado pela Fundação Gilberto Freyre e, sobre a vida e a obra de Caio Prado Júnior, organizada pelo IEB, da USP.

Após junho de 2007, outros professores foram indicados para coordenar a Cátedra e essa continua com um grupo de alunos junto com o coordenador

realizando debates, organizando eventos científicos sobre temáticas atuais, das Ciências Sociais, Ambientais e Regionais e, cursos para a comunidade acadêmica e de fora da Academia.

CAPÍTULO 7 - A QUESTÃO AMBIENTAL VISTA NA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

No Capítulo 4 sobre A Geografia Pernambucana ficou salientado o porquê do interesse em trabalhar a questão ambiental como uma contribuição de Manuel Correia de Andrade à Geografia.

Assim, contextualizar um pouco sobre a sua contribuição ao pensamento ecológico e sua preocupação com a defesa do meio ambiente e da preservação dos recursos naturais é interesse desta Tese. Para isso foi necessário realizar a pesquisa a partir da releitura de alguns de seus livros procurando identificar como a questão ambiental se encontra inserida em sua obra. Ao mesmo tempo em que se realizou essa análise procurou-se trazer aquelas questões trabalhadas por Manuel Correia de Andrade, naquele momento, à realidade de hoje procurando se certificar que muitos daqueles problemas estudados por ele são problemas atuais e que muitas vezes foram agravados com o tempo.

O interesse pelo meio ambiente não é uma questão de modismo, é também de sobrevivência da própria humanidade. Apesar do ser humano vir atuando e transformando a natureza desde os primórdios da sua história, no início essas mudanças não causavam impactos significativos na natureza, visto o número de pessoas até então existente ser pequeno e, o fato delas não disporem de técnicas que lhes possibilitassem maiores intervenções sobre o meio ambiente.

O avanço de técnicas de transformação da natureza e o crescimento demográfico se deram de maneira lenta, ao longo de vários séculos. A Revolução Agrícola, o surgimento de cidades, o próprio crescimento da população contribuíram para que os problemas ambientais fossem se ampliando, mas até então, eles ocorriam em uma escala mais local.

A partir dos séculos XVIII e XIX com o advento da Revolução Industrial é que o ser humano passou a dispor de maior capacidade técnica de intervenção na natureza explorando cada vez mais os recursos e, em consequência, a gerar impactos ambientais cada vez mais crescentes.

Para Santos (1994),

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera

quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A Natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da Natureza. Agora, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1994, p. 5).

De acordo com Mendonça (2005),

Nestes aproximadamente duzentos anos de industrialização do planeta, a produtividade de bens materiais e seu consumo se deu de forma bastante acelerada. Como esse processo de industrialização desrespeitou a dinâmica dos elementos componentes da natureza, ocorreu uma considerável degradação do meio ambiente (MENDONÇA, 2005, p. 10).

O processo de industrialização acelerado que ocorreu naquele período citado somado à grande expansão econômica que teve início no pós segunda guerra mundial, consolidando o padrão de industrialização e consumo, hoje existente, é o grande responsável pela crise ecológica que se evidencia.

Naquela ocasião, o grande jargão era crescimento e progresso, o que se traduzia em grandes investimentos em tecnologia, atrelados a uma exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais. Não havia, naquele momento, uma preocupação maior com a possibilidade de esgotamento desses recursos, nem tão pouco com a forma e as consequências da exploração dos mesmos. A ordem era produzir cada vez mais para obtenção de maiores lucros, direcionando essa produção para um grupo de pessoas que estava pronto a consumir.

As preocupações com a possibilidade de exaustão dos recursos e com as consequências das agressões ao meio ambiente tornaram-se públicas, marcando toda uma discussão por parte dos vários segmentos da sociedade e uma movimentação social, nas décadas de 1960 e 1970, estendendo-se até os dias atuais.

Para Andrade (2008),

A partir da segunda metade da década de 70, os geógrafos passaram a ter preocupação maior com a problemática social, de vez que o desenvolvimento industrial passou a exercer grande impacto sobre a natureza e a sociedade, degradando e dilapidando os recursos naturais (ANDRADE, 2008, p. 187).

Assim, a questão ecológica e a crise ambiental percebidas no século passado, vêm se agravando ao longo das últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, quando se tornaram questionamento de todos: academia, instituições governamentais e sociedade em geral.

Na opinião de Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. (2001),

[...] A ação do homem, criando impactos sobre a natureza, traz uma série de consequências: levado por interesses imediatos, ele a destrói, a modifica sem a menor preocupação com o que isto possa acarretar ao meio ambiente, originando problemas que o atingirão no futuro. A natureza quando atacada, destruída, reage, transforma-se e às vezes, pode até se reconstituir, mas nunca será uma reconstituição idêntica à natureza primitiva que foi violada pelo homem (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 17-18).

Assim, quando se fala em problemas ambientais, a preocupação não deve ser apenas com a possibilidade de exaustão dos recursos naturais e com os impactos causados por sua exploração no meio ambiente, mas também com a própria humanidade, agente produtor e consumidor desse meio.

Hoje, o risco ecológico atinge esse ator social não apenas com relação a sua existência no planeta, mas também nas condições que lhes são dadas para a sobrevivência.

A cada dia novos problemas surgem, aglutinando-se àqueles já existentes, como: mudanças climáticas, efeito estufa, alterações na camada de ozônio, extinção de exemplares da fauna e da flora, uso indiscriminado de defensivos agrícolas, desertificação, agressões aos rios, a exemplo do São Francisco, ampliação no número de refugiados ambientais e de excluídos, com o agravamento da fome e da miséria, bem como dos conflitos ambientais, dentre tantos outros.

Segundo Andrade (2008),

Todos estes problemas vêm alertando a humanidade para o risco de que ela corre com programas de desenvolvimento com fins eminentemente econômicos, que visem dar maior poder às grandes potências e maior riqueza às multinacionais, com completo desprezo pelas condições de vida da população (ANDRADE, 2008, p. 188).

Muitas vezes, soluções para essas questões existem, por vezes já implementadas ou em implementação, nos vários segmentos que compõem as estruturas econômico-sociais vigentes, mas os problemas estruturais, responsáveis

pelos mesmos, ainda permanecem intocados, muitas vezes por falta de vontade política.

Na opinião de Andrade (2008), a percepção da crise ambiental pondo em risco a própria sobrevivência das pessoas no planeta Terra contribuiu para,

[...] o surgimento de movimentos com participação popular e de especialistas nos vários ramos do saber que defendem uma política mais humana e mais ecológica que procure sustar o desenvolvimento desenfreado, tornando-o mais lento e mais racional (ANDRADE, 2008, p. 189).

Contudo, é necessário chamar atenção para o fato de que, antes mesmo de toda uma discussão e de uma movimentação social acerca dos problemas ambientais existentes, vários estudiosos já abordavam em seus trabalhos questões sobre o meio ambiente.

Exemplo disso é visto no livro *Nordeste*, de Gilberto Freyre (1951 [1937]), onde se faz presente a preocupação com a ecologia. No livro, o autor trabalhou a paisagem e a vida do Nordeste Açucareiro, quando do processo de conquista e de ocupação do território. Freyre mostrou em cada um dos Capítulos que compõe a obra, a relação que existia entre a cana-de-açúcar e a mata; a terra; a água; a vegetação; os animais e as pessoas; assim como, os impactos ambientais gerados nessa relação.

Carvalho (2014) se referindo à análise de *Nordeste* feita por Gilberto Freyre, dizia:

Na década de 1920, as antigas concepções baseadas no determinismo naturalista vão sendo substituídas pelas análises da sociologia culturalista, cujo principal pensador é Gilberto Freyre. A região passa então a ser objeto de nova definição espacial, social e cultural, centrada no Nordeste Açucareiro, que se estende de Alagoas ao Rio Grande do Norte, desenhada como a área de formação do Brasil (CARVALHO, 2014, p. 7).

Essa preocupação com os impactos causados pela cana-de-açúcar ao meio natural contribuiu para que mais tarde, já nos anos 1950, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais por ele criado e dirigido, viesse segundo Andrade (2002a),

[...] a realizar pesquisas sobre habitações populares, degradação dos rios onde são despejados resíduos industriais e esgotos domésticos,

sobre a destruição da floresta com seus animais e plantas ou, como dizemos hoje, com a biodiversidade (ANDRADE, 2002a, p. 13).

A socióloga Sandra Andrade (1995b), também procurou salientar a preocupação que teve Gilberto Freyre com a questão ambiental, afirmando:

[...] considerava o autor como impossível afastar de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário, o problema da monocultura. Esta, ao lado da escravidão e do latifúndio, caracterizou a paisagem e o caráter da gente da região, enobrecida pelos aspectos positivos a ela inerentes, mas deformada, ao mesmo tempo, pelos mesmos aspectos, esterilizada em algumas fontes de vida e de alimentação, devastada em suas matas, degradada em suas águas, dentro de uma dinâmica de negação do seu próprio processo de estruturação social. (ANDRADE, S. M. C., 1995b, p. 143 apud ANDRADE, M. C., 1995b, p. 143).

Outro estudioso também preocupado com os problemas ambientais, já na década de 1930, foi Josué de Castro. Segundo Andrade (2006),

Seus livros, [...] são reconhecidos como uma das mais importantes contribuições para o estudo das relações e inter-relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, derivadas do fenômeno da fome (ANDRADE, 2006, p. 210).

Duas décadas depois, outro estudioso, Manuel Correia de Andrade, deu início aos seus escritos com uma abordagem bastante diversificada e, entre essas temáticas estava o meio ambiente, a questão ambiental nas diferentes escalas: local, regional, nacional e de mundo.

Para ele, o meio ambiente não podia ser visto apenas do ponto de vista natural, dos seus aspectos físicos, mas como um conjunto onde ao natural, somavam-se o histórico, o econômico, o social, o cultural.

Na verdade, o meio ambiente corresponde ao espaço geográfico estudado por Manuel Correia de Andrade que o definia como sendo “[...] espaço produzido pelo homem ao intervir no meio natural, adaptando-o a sua exploração, à utilização dos seus recursos, segundo as formas institucionais e as disponibilidades culturais, técnicas e econômicas de que dispõe” (ANDRADE, 1998b [1973], p. 18). Esse espaço está em constante mudança, em constante transformação. Para ele,

O homem, à proporção que aperfeiçoa seus conhecimentos técnicos e que dispõe de capital, procura transformar a natureza, a fim de produzir o tipo de espaço que deseja ou que, dentro dos seus paradigmas, procura atingir. A participação dos fatores naturais é tão relativa quanto a dos fatores institucionais e pode, por estes, ser substancialmente modificada (ANDRADE, 1998b [1973], p. 18).

Dizia, ainda, Andrade (1998b):

Da mesma forma que as estruturas econômico-sociais são o resultado de uma evolução, da ação do homem, as estruturas do meio natural, sobretudo nas sociedades industriais, são também resultado desta ação, visando à produção ou à apropriação dos recursos naturais (ANDRADE, 1998b, p. 18).

Santos (1991) chamou atenção para a noção de espaço afirmando que:

Na verdade, o espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista (SANTOS, 1991, p. 62).

Uma das características do espaço geográfico é a dinamicidade levando-o a ser modificado em função da influência das transformações econômicas e sociais que lhes são impostas.

O envolvimento de Andrade, como estudioso, com o meio ambiente, com os problemas ambientais, a defesa e a preservação dos recursos naturais é uma característica que está presente em sua obra.

Temas como: a poluição dos cursos d'água, as diferentes formas de uso da água do rio São Francisco, o desmatamento, a necessidade de conservação da natureza, a questão agrária, a desertificação, as condições de vida das pessoas do campo e da cidade foram questões que já inquietavam o geógrafo e historiador pernambucano desde a primeira metade do século XX.

Em 1957, como já se mencionou, Andrade desenvolveu estudos e pesquisas sobre a poluição dos cursos d'água no Nordeste. Essas pesquisas que tiveram como objeto de estudo, inicialmente, o Vale do rio Ceará-Mirim, posteriormente, foram estendidas para outros rios do açúcar, a exemplo dos vales do Mamanguape, Paraíba do Norte, São Miguel, Coruripe e Jiquiá.

Outro trabalho do Autor, também publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1966, foi um estudo sobre *A Poluição dos Cursos d'Água da Região da Mata de Pernambuco, pelo Despejo de Resíduos e Águas Servidas pelas Indústrias*.

Nesse estudo, ele chamou atenção para a poluição causada pelos detritos e águas servidas lançados todos os anos pelas inúmeras usinas de açúcar, destilarias e fábricas existentes nas bacias dos rios pernambucanos: Goiana (Capibaribe - Mirim e Tracunhaém), Botafogo, Capibaribe, Jaboatão, Ipojuca, Una, Pirapama e Sirinhaém, afora os pequenos cursos d'água que vêm a formar as chamadas bacias secundárias.

Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. (2001), reportando-se à indústria canavieira na Mata Pernambucana, diziam que:

A história da indústria canavieira se desenvolveu sem a menor preocupação ecológica, sendo conhecido o hábito do lançamento do vinhoto das destilarias e das águas de lavagem da indústria nos rios da região, rios que têm pequeno volume d'água e que, na época da moagem, estão com a descarga mais baixa do ano (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 75).

Esse fato já havia sido abordado por Manuel Correia na pesquisa que desenvolveu em 1966 para o IJNPS.

Naquele período estudado: 1950/1966, a região da Mata possuía cerca de quarenta usinas de açúcar e vinte e quatro destilarias, afora um significativo número de fábricas.

Ele se remeteu à composição do material lançado nesses corpos d'água por essas unidades industriais.

Isso se falarmos só nas caldas, pois ao lado deste resíduo rico em matéria orgânica, cálcio, potássio, nitrogênio, fósforo e magnésio, as usinas lançaram as águas utilizadas na lavagem de suas máquinas, feita em geral uma vez por semana, as quais contêm resíduos de açúcar, matéria orgânica (ANDRADE, 1966, p. 72).

Continuando com a análise desses impactos dizia:

Mais perniciosas, porém são as águas usadas na refrigeração e na condensação das colunas barométricas e que são, também, lançadas aos rios, apesar de conterem os sais amoniacais

desprendidos do caldo da cana nos evaporadores (ANDRADE, 1966, p. 72).

Na pesquisa realizada por Manuel Correia de Andrade junto com Sandra Andrade, em 2001, aprovada pelo CNPq abordaram esse problema do despejo realizado por usinas e destilarias nos rios e suas consequências.

Muitas vezes o lançamento do vinhoto, chamado localmente de calda, era feito em tais proporções que o rio se transformava em um autêntico canal de escoamento de resíduos e águas servidas da indústria. E o impacto deste lançamento provocava a mortandade dos peixes, crustáceos e moluscos, o apodrecimento das águas, que não podiam ser utilizadas nem para o uso doméstico nem o industrial, além da incidência de moléstias endêmicas na região (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 75).

Afora essas usinas e destilarias existiam nas bacias, ainda, outras unidades industriais representadas por inúmeras fábricas que também se utilizavam do rio como local dos seus despejos. O que variava eram os tipos de resíduos das indústrias existentes em função do produto que fabricavam.

O que isso significava para o meio ambiente, para a vida dos rios e que influência tinha para as populações? Os danos em relação aos rios eram semelhantes, transformados em depósitos de resíduos, culminavam com a morte dos mesmos, que se viam destituídos das espécies de vida que neles existiam e, para a população que residia às suas margens, além de não poderem mais contar com o pescado para a sua alimentação e com uma água de qualidade para utilização no seu dia a dia, na alimentação e na higiene, ainda passava a lidar com doenças, como as do aparelho respiratório em função da poluição atmosférica causada pelas indústrias instaladas na área.

Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. (2001) se reportaram a esses problemas da poluição dos cursos d'água enfatizando que:

A luta contra o uso dos rios como canais de despejo iniciou-se nos primeiros anos do século XX e dela participaram vários estudiosos, como Gilberto Freyre, Bezerra Coutinho, Oswaldo Lima e outros (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 75).

Diziam, ainda, em 2001, aqueles dois autores:

Só agora é que os empresários compreenderam que o vinhoto tem valor econômico, tanto para irrigação das áreas cultivadas, como para a produção de levedura, de uso nas destilarias e na alimentação do gado [...]. Além disso, o bagaço de cana pode ser usado na produção de celulose, de compensados e até para a produção de energia, sendo utilizado pelas próprias usinas como combustível (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 75).

Os autores citando Castanha (1993) salientaram:

O bagaço e a palha da cana, hidrolizados, servem de alimento para o gado, ao qual, para se elevar o valor protéico, deve ser adicionado o melaço e a levedura (CASTANHA, 1993, s/p. apud ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 75).

A redução no número de usinas e destilarias no Estado, nas últimas décadas do Século XX e no Século XXI é um fato. Muitas delas já não funcionam mais, umas porque encerraram as suas atividades, outras porque se transferiram para outros Estados brasileiros do Nordeste, a exemplo de Alagoas; do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro ou mesmo para o Centro-Oeste e, outras ainda para não fecharem as suas portas passaram por um processo de fusão entre unidades. Essa temática também foi estudada por Manuel Correia de Andrade em *História das Usinas de Pernambuco* (1989) e, em *A Cana-de-Açúcar na Região da Mata Pernambucana Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental, Sócio-Econômico e Político* (2001), em colaboração com a socióloga Sandra Maria Correia de Andrade.

Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. chamaram atenção, em 2001, para a concorrência que passou a existir de novos estados produtores, notadamente, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo “frente às velhas agroindústrias açucareiras nordestina e fluminense [...]” (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p.69).

Em 2013, de acordo com dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool existiam em Pernambuco, cerca de dezesseis usinas com destilarias anexas em funcionamento, produzindo açúcar, álcool e melaço; três destilarias autônomas cuja linha de produção era apenas o álcool e, quatro usinas produzindo açúcar e melaço. Na safra 2017/2018, os dados divulgados pelo Sindicato revelavam a existência, no Estado, de treze unidades produzindo açúcar e etanol anidro ou hidratado. O melaço é produzido por todas, uma vez que esse subproduto da cana é

consequência do processo de fabrico do açúcar. Desse total de unidades industriais, três delas haviam encerrado as suas atividades, mas por iniciativa do Governo do Estado e dos gestores da agroindústria do açúcar foram reativadas, em 2015. Tal iniciativa contribuiu não apenas para a criação de empregos, como também para o aumento da produção estadual daqueles produtos que as unidades eram responsáveis por produzir.

A fiscalização por parte de órgãos como a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) que atua na área ambiental no Estado de Pernambuco reduziu o lançamento dos resíduos oriundos do processo de produção das usinas e das destilarias, ou seja, do chamado vinhoto e do bagaço da cana, nos rios e, por sua vez, a possibilidade de utilização do vinhoto e do bagaço, no processo produtivo, pelas usinas e destilarias, contribuíram para uma redução drástica no lançamento desses subprodutos da cana-de-açúcar.

Contudo, isso não significa dizer que esses rios estejam despoluídos, pois mesmo com a fiscalização, indústrias fazem despejos nos cursos d'água. Por outro lado, o crescimento das cidades e o não acompanhamento desse crescimento, nas mesmas proporções por obras de infraestrutura do saneamento ambiental, tanto nos centros urbanos como na área rural fazem com que os cursos d'água pernambucanos se transformem em verdadeiros canais de esgoto e lixo.

Esse mesmo problema é visto em outros rios brasileiros uma vez que as questões referentes ao saneamento ambiental nem sempre são vistas como prioridade por parte das políticas públicas.

Sobre esse assunto, Andrade (1994b) afirmou:

Os rios, no Brasil, nunca foram objeto de uma preocupação maior, embora fossem essenciais ao abastecimento e à navegação, assim como ao desenvolvimento da agricultura, nunca houve uma política de preservação dos mesmos (ANDRADE, 1994b, p. 40).

Segundo Ribeiro (2013),

Além do uso para abastecimento humano e produção agrícola e industrial, a água tem outros destinos, como a geração de energia e o transporte, que acabam muitas vezes tornando-se o principal foco de tensão pela água entre países na América Latina (RIBEIRO, 2013, s/p.).

Em seu artigo sobre *Cooperação e Conflito por Águas Transfronteiras na América Latina*, Ribeiro (2013) salientou a questão dos conflitos, chamando atenção para o fato de que:

Na América Latina, os conflitos entre países não ocorrem pela falta de água. Eles surgem pelo uso da água, que muitas vezes não atende interesses locais. O caso do SAG pode ser um caminho a ser empregado nas demais faixas de fronteiras latino-americanas em relação ao acesso e uso de água. É melhor prevenir conflitos e criar normas de convivência do que ter que resolvê-los depois que estão em curso. Apesar de existirem órgãos multilaterais regionais, eles possuem pequena institucionalização e não conseguem absorver as discussões. Fortalecer tais instrumentos é outra medida necessária (RIBEIRO, 2013, s/p.).

Ribeiro (2013) destacou o fato da América Latina possuir reservas de água, salientando a existência, nessa porção continental de:

Faixas fronteiriças que envolvem México e os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai, os países amazônicos, os que estão na Bacia do Prata e sobre o Sistema Aquífero Guarani – SAG – são muito relevantes por abrigarem importantes reservas hídricas que, em um cenário de escassez relativa, tornam a água um recurso estratégico (RIBEIRO, 2013, s/p.).

Assim, para ele, em função das reservas existentes, os conflitos podem ocorrer não pela falta do recurso, mas pela forma de uso do mesmo.

Contudo, em termos de Mundo, sabe-se que os conflitos ocorrem principalmente, no caso de países que possuem uma mesma bacia hidrográfica em seus espaços.

Manuel Correia de Andrade nos estudos que realizou sobre a questão ambiental deu destaque não apenas à poluição dos corpos d'água, mas à degradação ambiental como um todo, salientando os problemas advindos do desmatamento, da destruição dos solos, da degradação do próprio ser humano. Não menos importante foi o enfoque dado à questão geopolítica e à ecologia quando da formação territorial do Brasil.

A questão ambiental voltou a ser estudada por Andrade, em 1963, conforme já salientado, no livro *A Terra e o Homem no Nordeste*. Apesar da ênfase dada ao problema da estrutura fundiária e, à questão agrária como um todo, percebe-se que em sua análise ele não deixou de contemplar a questão econômica, social, política e

ambiental desse espaço regional brasileiro. Trata-se de uma região bastante individualizada pelas características próprias que apresenta, diferente dos demais espaços regionais em que se divide o Brasil, mas apesar de suas características próprias ao se passar a trabalhar com as suas sub-regiões, verifica-se todo um conjunto de diversidades existentes dentro desse espaço maior. De acordo com Andrade (2011) “[...] as diversificações regionais têm grande influência nas formas de exploração da terra e, conseqüentemente, no modelamento da paisagem cultural” (ANDRADE, 2011, p. 32).

O autor procurou caracterizar cada uma dessas sub-regiões e, no que concerne à questão ambiental, identificou problemas relativos à queimada e ao desmatamento das áreas de florestas, degradação da caatinga, dos cerrados, das restingas e dos mangues; degradação dos solos; poluição; desigualdades sociais; as precárias condições de vida de grande parte da população regional e a relação que existia entre essas questões e a forma como se deu a conquista, a ocupação e a exploração dos recursos regionais, sem perder de vista a escala temporal.

Essas questões eram sempre revistas por Andrade de modo a acompanhar todo o processo de mudança, de transformações econômicas, sociais e ambientais que ocorrem no processo de territorialização e reterritorialização espacial, produto do chamado processo de modernização.

Para Andrade e Cavalcante (2008),

A Terra e o Homem no Nordeste pode e deve conviver de forma articulada e bem integrada dentro dos princípios da responsabilidade ambiental, da Justiça Social e da solidariedade entre todas as gerações e, particularmente, da responsabilidade solidária da geração presente com a futura (ANDRADE; CAVALCANTE, 2008, p. 22-23).

Além de Manuel Correia de Andrade ter trabalhado em diversas ocasiões nos seus livros, a escala regional, o Nordeste, a escala local, o Estado de Pernambuco, ele em 1968, em *Paisagens e Problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*, acrescentou à abordagem sobre os problemas ecológicos já explicitados, aqueles relativos à lixiviação e esgotamento dos solos; aos diferentes tipos de poluição; às relações de trabalho existentes no meio rural e as condições de vida dos trabalhadores; aos prejuízos trazidos ao ambiente pela atividade mineradora; ao uso indiscriminado de

inseticidas e agrotóxicos; ao crescimento desordenado dos centros urbanos; ao lançamentos a céu aberto de resíduos, entre outros.

Naquele momento, ele já alertava para o comprometimento da vida do rio São Francisco, face às diferentes formas de utilização que estavam sendo dadas às suas águas, fato que se agravava em função do intenso desmatamento que se processava nas suas margens, em todo o seu curso. Chamava atenção, também, para a perda de volume da água do rio, provocada tanto por esse desmatamento, como pela intensa evaporação da água represada nos grandes lagos das usinas hidrelétricas que foram sendo construídas ao longo do tempo, em sua bacia. Em *Tradição e Mudança* (1983), ele fez um estudo sobre a organização do espaço rural e urbano da área de irrigação do submédio São Francisco.

Por motivos como esses, acrescidos por outros que foram identificados por ele é que em 2000, ao ser indagado por Leite, em entrevista concedida para a Revista Teoria e Debate sobre a sua posição sobre o projeto de Transposição das Águas do São Francisco para integração com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional: Paraíba, Apodi, Piranhas-Açu e Jaguaribe salientou:

[...] A transposição do São Francisco tem dois problemas sérios: primeiro, a sua água não é sequer suficiente para irrigar a área próxima a ele na Bahia e, em Pernambuco. E ela tem de ser usada em irrigação e, em produção de energia. Em segundo lugar, a construção de um canal de transposição seria caríssima num país onde há poucos recursos. Além disso, não sabemos os impactos ecológicos que ocorreriam com a construção desses canais (ANDRADE, 2000b apud LEITE, 2000, s/p.).

A ideia da Transposição das Águas do São Francisco não é nova uma vez que, já no século XIX, ela existia como uma proposta do Imperador D. Pedro II para acabar com a seca no Nordeste e melhorar as condições de vida do sertanejo. Essa ideia veio caminhando no tempo, sendo lembrada em algumas ocasiões por representantes do Governo Federal até sair do papel no ano de 2007.

Quase dez anos do início das obras, em 2016, o que se via? Um rio que apesar de vir sendo objeto de um Projeto de Revitalização, tendo como carro chefe, o Governo Federal, tinha em curso, também, no mesmo, um Projeto de Transposição das suas águas, obra que apesar de ter provocado e ainda provoca uma grande polêmica e uma série de discussões e reflexões por parte de representantes da sociedade, entre eles: pesquisadores de diferentes áreas,

artistas, políticos, organizações sociais e até mesmo de representante da Igreja Católica, o Bispo da Diocese de Barra, Dom Frei Luiz Flávio Cappio.

Na opinião de Ab'Saber (2006), em seu artigo sobre *A Transposição de Águas do São Francisco: análise crítica*,

Ao se iniciar a ideia da transposição de águas do São Francisco para o Ceará e Rio Grande do Norte, ninguém se preocupou com os problemas da própria região de onde saíam as águas. Era uma ideia fixa por transpor, apesar das observações corretas feitas pelo então bispo de Barra [...]. Caberia ao sucessor de Dom Itamar Vian – Luiz Flávio Cappio – a tarefa histórica de um protesto contra o simplismo e a desatenção dos responsáveis pelo projeto em relação aos próprios problemas do setor semi-árido do São Francisco (AB' SABER, 2006, p. 10).

Nesse artigo, Ab'Sáber (2006) se reportando à posição adotada por Dom Cappio, lembrou:

Seu principal argumento era que a faixa de utilização agrária, no setor sertanejo do São Francisco, era muito restrita. Nesse sentido, tinha bastante razão; mesmo porque, comparado com os sertões do Ceará, onde existia gente por toda a parte, as beiradas do “Velho Chico” eram mais rústicas e pobres do que as colinas sertanejas de além-Araripe (AB'SABER, 2006, p. 10).

Mesmo com todas as críticas, o projeto começou a ser implementado em 2007 como sendo, segundo discurso político na época, a solução para o semiárido nordestino.

Trata-se de um projeto grandioso e que vem depois de nove anos do início de suas obras, apresentando uma série de problemas, até mesmo de ordem da engenharia, provocando adiamento no prazo de sua conclusão.

Em 2017, enquanto o Governo Federal anunciava a chegada da água proveniente da transposição do rio São Francisco em algumas cidades nordestinas,

[...] hidrólogos, estudiosos do semiárido nordestino e produtores da região apontam quatro entraves principais para que a transposição funcione: a debilidade atual do rio São Francisco para suprir a nova demanda; a ausência ou precariedade de obras complementares para fazer a água dos canais chegar às torneiras; a prioridade ao agronegócio, em detrimento do abastecimento humano; e o temor quanto ao furto de água dos canais, algo recorrente em projetos na região (VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

Suassuna (2017), engenheiro agrônomo, especialista em semiárido, da Fundação Joaquim Nabuco, afirmou que apesar do Governo Federal indicar que essa retirada da água não afetaria o manancial, ressaltou a situação do rio.

O São Francisco tem problemas hidrológicos sérios e não tem volume para abastecer a transposição. É um rio de múltiplos usos, responsável por 95% da energia gerada no Nordeste, irriga uma área de 340 mil hectares (SUASSUNA, 2017 apud VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

Segundo ele,

A fronteira agrícola de Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) é outra ameaça ao rio. Os produtores de soja estão exaurindo as águas de subsolo dessa região, do aquífero Urucuia, o que já está interferindo nas vazões de base do São Francisco, que alimentam o leito do rio (SUASSUNA, 2017 apud VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

A região de Mapitoba também conhecida como Matopiba representa uma área de fronteira agrícola do país, situada naqueles estados cujas iniciais lhes emprestaram suas primeiras sílabas para formação do seu nome, onde desde os anos 1980 vem ocorrendo grande expansão da atividade do agronegócio representada pelas culturas de grãos, principalmente da soja.

Segundo o Ministério da Agricultura, em 2012, os produtores rurais do Mapitoba produziram 15 milhões de toneladas de grãos. Projeções indicam que em 2022 a produção vai pular para mais de 18 milhões de toneladas. Enquanto a média de crescimento da produção de grãos do país é de 5%, no Mapitoba esse número atinge 20% ao ano.

Segundo a Embrapa, em 2018, a soja produzida nessa área de Matopiba corresponde a 11% da produção nacional. Diz ainda, essa Instituição que segundo estudo realizado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE), da própria empresa,

São cerca de 73 milhões de hectares distribuídos em 31 microrregiões e 337 municípios. Há cerca de 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, num total de cerca de 14 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas, além de áreas de conservação ainda em regularização (EMBRAPA, 2018).

Sobre Matopiba, a Embrapa acrescenta ainda,

[...] apesar da delimitação territorial ser recente, pesquisadores já estudam a região há algum tempo para encontrar as melhores alternativas sustentáveis. Na Embrapa está em andamento um arranjo de projetos, liderado pela Embrapa Pesca e Aquicultura, localizada em Palmas (TO). O objetivo é traçar estratégias para o aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade de sistemas de produção agropecuária do Matopiba (EMBRAPA, 2018).

Victor e Knapp (2017b) ao se reportarem à ideia de Suassuna e de Abner que acreditam ser a prioridade de destinação dessa água do projeto de transposição, o agronegócio e não o abastecimento da população como disse o Governo, salientaram que, para Abner,

Os canais foram dimensionados para uma vazão quatro vezes maior do que a outorgada. E a expectativa de desenvolvimento pregada largamente por todos os políticos vai pressionar sempre por aumento de vazão para atender o agronegócio. Os Estados da região estão com grandes projetos em andamento baseados na vazão máxima. Esse é o maior conflito do projeto (ABNER, 2017 apud VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

Algumas obras desse conjunto maior já foram construídas, a exemplo de parte do eixo Leste que tem início no município de Floresta (PE), o que permitiu a chegada de água em algumas cidades nordestinas, entretanto outras obras como o eixo Norte que tem como ponto de partida, o município de Cabrobó (PE) não se encontra nas mesmas condições, bem como a infraestrutura necessária para a captação da água até as torneiras das residências.

Segundo Souza (2017) “A água da transposição enche os reservatórios, mas a companhia de saneamento precisa distribuir essa água [...]” (SOUZA, 2017, apud VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

Ainda, de acordo com Victor e Knapp (2017a), sobre o custo dessa Transposição e a existência de alternativas,

Especialistas defendem que o gasto com a transposição, R\$ 9,6 bilhões até agora, é excessivo, e que obras menores e mais baratas, como adutoras captando água direto do rio até barragens pelo sertão, cumpririam função mais eficaz (VICTOR; KNAPP, 2017a, s/p.).

Para Suassuna (2017) “Fizeram esses canais faraônicos, fica claro que é para abastecer o grande capital, criadores de camarão, agronegócio, grandes indústrias. Não vai chegar uma gota para atender a população difusa [mais afastada da bacia do rio e das barragens]” (SUASSUNA, 2017 apud VICTOR; KNAPP, 2017b, s/p.).

Ab’Saber (2006) em seu artigo sobre a *Transposição do São Francisco*, afirmou:

Ninguém seria contra a transposição de águas do São Francisco se houvesse projetos paralelos simples e bem distribuídos por todos os sertões a fim de fazer ascender socioeconômica e socioculturalmente os mais pobres e desventurados habitantes do interior brasileiro (AB’ SABER, 2006, p. 13).

Uma vez concluídas as obras, será necessária uma grande articulação entre os Governos Federal e, dos Estados envolvidos para uma gestão compartilhada de uso dessas águas no sentido de se evitar possíveis conflitos.

Chama-se atenção para o fato de que já existem segundo a própria EMBRAPA em uma das áreas próxima ao projeto de transposição, diferentes formas de ocupação com objetivos muito distintos uns dos outros. Como se dará então esse convívio compartilhado?

Na opinião do Presidente da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPORT), José Gualberto (2017), referindo-se à questão da gestão dos canais e da água da transposição: “Se você examinar transposições que já existem, como o projeto Nilo Coelho, verá que há muito roubo de água, falta de controle e falta de gestão” (GUALBERTO, 2017 apud VICTOR e KNAPP, 2017b, s/p.).

Essa preocupação com o São Francisco e com o aproveitamento das suas águas para os diferentes fins produtivos, como já se mencionou nesse Capítulo, sempre esteve presente como uma das questões de indagação de Andrade. Essa preocupação existiu antes mesmo do projeto da transposição se tornar realidade, mas já se encontrar mencionado como um dos projetos para o rio.

Um desses momentos ficou registrado por Andrade (2000), na ocasião em que prefaciou o livro organizado por Araújo, Caldas Neto e Lima intitulado *Sonhos Submersos ou Desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica (2000)*,

quando ao realizar uma análise sobre a importância histórica e geográfica desse rio, disse:

Com a Independência, ele se transformou em palco de estudos e sonhos. Exploradores, como Halfeld e Teodoro Sampaio, percorreram as terras por ele drenadas na ânsia de estabelecer comunicações, utilizando as suas águas e ocupando terras, procurando soluções para os problemas levantados nos territórios por eles desbravados. Houve sonhos, desde os primeiros tempos, de se estabelecer ligações, através de canais, entre as suas nascentes e a dos rios Tocantins e Parnaíba, a fim de que se integrassem as três grandes bacias brasileiras – a Amazônica, a Platina e a São-Franciscana – e sonhos mais afoitos de se construir canais que levassem as águas do grande rio até as nascentes de rios temporários do Ceará e do Rio Grande do Norte. Admitia-se que o São Francisco disporia de água suficiente para irrigar os pediplanos secos no Nordeste Oriental (ANDRADE, 2000, p. 9 apud ARAÚJO; CALDAS NETO; LIMA, 2000, p. 9).

Mais adiante, em sua colocação, mencionou:

Os sonhos passaram, as soluções sugeridas envelheceram até que, após a Segunda Guerra Mundial, com os dispositivos da Constituição de 1946, passou-se a desenvolver uma visão globalizada e globalizante da bacia fluvial e a se iniciar uma política planejada de desenvolvimento [...]. Os estudos e projetos vêm se sucedendo desde os meados do século, tendo a produção de energia sido ativada e desenvolvida com a construção de grandes barragens, [...] e, com a construção de barragens, vem a implantação de projetos de irrigação que se distribuem desde o norte de Minas, no médio curso, até o litoral sergipano, no baixo curso do grande rio. E, entre esses grandes projetos também se inclui a transposição de suas águas para as porções setentrionais do Nordeste, sobretudo para os vales do Jaguaribe e do Açu (ANDRADE, 2000, p. 9 apud ARAÚJO; CALDAS NETO; LIMA, 2000, p. 9).

Contudo, ele não deixou de lembrar os danos ecológicos causados com esses projetos. A construção de grandes represas para a produção de energia requer a inundação de grandes áreas nos espaços onde serão construídas, inundando as áreas de várzeas e de ilhas fluviais onde se concentra a população que muitas vezes aí mora e vive de uma agricultura de vazante.

Mencionava Andrade (2008):

Não se pode justificar a construção de barragens monumentais para produzir e vender energia, por baixo preço, a empresas multinacionais que contribuem para esgotar as reservas disponíveis,

deixando no país apenas os sinais da exploração, os salários pagos a trabalhadores e uns poucos impostos (ANDRADE, 2008, p. 189).

Por sua vez, cidades muitas vezes são destruídas ou mesmo ficam submersas quando situadas próximas às áreas que estão ou serão alagadas, sendo os seus habitantes indenizados e remanejados para outros locais que muitas vezes não lhes possibilitam ter condições de levarem uma vida digna.

Isso acontece sem que se leve em conta que essa população está deixando, para trás, toda uma história de vida. A flora e a fauna dessas regiões também são sacrificadas, mesmo que o órgão público responsável por essa política de construção desses reservatórios adote a estratégia antecipada de recolhimento de exemplares da flora e da fauna existentes, mas assim mesmo, isso poderá levar à extinção de algumas espécies.

Sobre o uso, também, da água armazenada nessas barragens para aproveitamento com irrigação, dizia Andrade (2000):

A expansão da área cultivada com irrigação, por processos modernos e dinâmicos, traz, naturalmente, problemas ecológicos à área irrigada; ela, além de expulsar para áreas distantes os agricultores tradicionais, estes, por não terem o domínio da terra, mas apenas a posse, são indenizados apenas com o valor das benfeitorias, sempre muito baixo. Desse modo, o custo do progresso, melhor se diria, da modernização, é muito alto do ponto de vista social e ecológico (ANDRADE, 2000, p. 9 apud ARAÚJO; CALDAS NETO; LIMA, 2000, p. 9).

Ainda, segundo ele,

Não se justifica a implantação de gigantescos programas de irrigação visando apenas dar trabalho e lucro às grandes empresas construtoras e oportunidade de emprego de capital a grandes empresas agro-industriais, em detrimento dos interesses da população local, constituída de pequenos produtores. Estes programas devem ser estimulados quando visam também ao benefício das populações radicadas nas áreas a serem por ela atingidas, ao benefício do país e da região, operando em escala que atenda a estes objetivos e não apenas para alimentar os negócios de grandes empresas (ANDRADE, 2008, p. 189-190).

Andrade (1994) chamou atenção também para outro grande perigo ambiental, aquele que representava a desertificação, processo que vinha se expandindo no Mundo, levando a um aumento, a cada ano, das áreas atingidas pelo

mesmo. Atrélava a existência do processo de desertificação, dentre outras causas, além das naturais, à procura por novos espaços, às diferentes formas de uso e ocupação das terras realizadas de forma irregulares, ao desmatamento. A causa maior, na verdade, residia na forma de apropriação e uso dos recursos. Dentre as suas consequências apontava não apenas aquelas de ordem econômica, mas as sociais, como a expulsão das pessoas do seu local de origem e, as ambientais.

A desertificação está presente em diferentes partes do Mundo: na África, tida como o continente mais afetado, no Oeste da América do Sul, no Oriente Médio, na Ásia Central, no noroeste da China, na Austrália, no Sudoeste dos Estados Unidos e no Brasil. Dourado (2017) em sua tese de doutorado intitulada *Áreas De Risco De Desertificação: Cenários Atuais e Futuros Frente às Mudanças Climáticas* citou Barros et al (2008) que afirmavam: “Estas Áreas ocupam mais de 30% da superfície terrestre, abrangendo 100 países, e nelas habitam mais de 1 bilhão de pessoas” (BARROS et al, 2008, apud DOURADO, 2017, p. 24).

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) criada em 1994, com o objetivo de identificar medidas de controle e de combate ao fenômeno, teve, em 2014, a adesão de cerca de 196 países. Segundo essa Convenção que foi validada no Brasil, em 1997, a desertificação “é a degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas a secas, resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”.

Em 2016, segundo a ONU, cerca de cem nações possuíam seus territórios com processo de desertificação em andamento. Por sua vez, aquele organismo declarou a década de 2010/2020 como sendo a “década das Nações Unidas para os desertos e a luta contra a desertificação”.

Em 2018, a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Audrey Azoulay, quando da sua mensagem para o dia Mundial de Combate à Desertificação, em matéria realizada por Silva (2018), em A Tarde SP - Notícias, Mundo alerta a população “ao afirmar que 120 mil quilômetros quadrados de terra se tornam inférteis anualmente em decorrência da desertificação” (SILVA, 2018).

Nesse mesmo ano de 2018, a UNESCO “adverte para risco de aumento dos refugiados ambientais devido à desertificação”.

Segundo Silva (2018), no texto de A Tarde SP – Notícias, Mundo, de acordo com informações do Secretariado da UNCCD, até 2030 será provável que 135

milhões de pessoas migrem em todo o mundo, devido à deterioração da terra onde vivem. Nessa mesma matéria realizada, ela ressalta a afirmativa feita por Audrey Azoulay de que “A desertificação tem consequências drásticas para a natureza e para as pessoas que dependem dela: a destruição de ecossistemas inteiros, a aceleração da mudança climática, barreiras ao desenvolvimento e o aumento da pobreza” (SILVA, 2018).

Esse fato da migração vem a se constituir um grande problema ambiental, político, econômico, social e cultural tanto para as áreas de expulsão das pessoas como para aquelas de recepção dos migrantes.

No Brasil, dados fornecidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) (2017), apontavam que na região Nordeste brasileira cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados de sua superfície, compreendendo a área do então Polígono das Secas (o semiárido nordestino, acrescido da porção setentrional do Estado de Minas Gerais), está vulnerável ao processo de desertificação. Em alguns pontos essa situação é apontada como estando em um estágio muito grave, a exemplo de Gilbués (PI); Irauçuba (CE); Seridó (PB/RN) e, Cabrobó (PE). O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) identifica além daquelas áreas, os núcleos de Inhamus e Jaguaribe, também no Ceará.

Em 2017, a FAO junto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançaram o Projeto Redeser que, de acordo com aquela Organização e o Ministério tinha como preocupação “Reverter o processo de desertificação por meio de ações que enfrentem a degradação do solo, da água e a perda de biodiversidade nos ecossistemas da Caatinga”.

A abrangência desse Projeto extrapola aqueles municípios nordestinos citados anteriormente, incluindo, também, unidades político-administrativas do Maranhão, Alagoas e Bahia.

Segundo a FAO e o MMA, entre as ações do Redeser estão o manejo florestal de uso múltiplo, a promoção da gestão integrada dos recursos naturais em paisagens produtivas, a restauração de florestas e paisagens e a gestão de conhecimento, além de capacitação e sensibilização.

Alan Bojanic (2017), representante da FAO no Brasil, afirmou: “É essencial recuperar e manter a Terra hoje, para garantir comida para o futuro”.

O MMA através de Letícia Verdi destacou, em 2017, a fala de Juliana Simões, secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA

que afirmou: "No Brasil, 16% do território (1,34 milhão de km²) está suscetível à desertificação. Essa área atinge 1.490 municípios e 34,8 milhões de pessoas".

Durante a Segunda Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID + 18) realizada em agosto de 2010, Dalvino Troccoli Franca (2014), naquela ocasião, Diretor da ANA afirmou:

O compromisso da Agência Nacional de Águas (ANA) com a questão da desertificação e do desenvolvimento humano no Semiárido é promover com parceiros nacionais e internacionais a implantação do Plano Nacional de Combate à Desertificação a partir de realidades locais, formadores de opinião e governos locais (FRANCA, 2014, s/p.).

Em outro momento ao fazer a avaliação daquele Evento ele chamou atenção para o fato de que:

[...] a ICID + 18 teve o mérito de firmar um diálogo entre as nações e chamar a atenção para a necessidade de uma ação das Nações Unidas para o combate à desertificação. Entendo que essa questão ainda não está suficientemente inserida nas prioridades estratégicas da ONU. Ainda há fragilidade institucional e de apoio financeiro (FRANCA, 2014, s/p.).

A questão do desmatamento, um dos sérios problemas ecológicos e que também surge como causa da desertificação foi objeto de estudo por parte de Andrade e registrado em seus livros. Exemplo disso é quando em *O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade* (1994b), no Capítulo sobre *A Agricultura Nordeste: o social e o ecológico*, ele se referiu à destruição que houve da Mata Atlântica e da caatinga, bem como na porção ocidental do Maranhão da floresta Amazônica quando da ocupação e exploração das terras antes cobertas por essas formações vegetais. O mesmo se vê em *Paisagens e Problemas do Brasil* (1977) quando se ocupou em estudar as demais regiões brasileiras, destacando, também, o processo de destruição que houve com a floresta Amazônica, com os cerrados, com os campos e com a Mata de Araucária. Sabe-se que esse processo se tornou cada vez mais intenso à medida em que a necessidade por novos espaços para ocupação e exploração de terras ia ocorrendo. Por sua vez, é importante deixar o registro de que, uma vez destruídas, aquelas formações vegetais não se recuperam até por conta da ocupação com atividades econômicas que se efetivarão em seus espaços

e, nos espaços que por qualquer razão não forem ocupados elas se reconstituirão, mas sem a presença de algumas espécies que lhes eram típicas, surgindo muitas vezes outras espécies caracterizando uma mata secundária, são as chamadas Matas de Capoeira.

O desmatamento é quase sempre realizado através da coivara, prática responsável por sérios problemas causados à flora, à fauna levando a uma perda da biodiversidade e aos solos. Sem falar nas questões relativas à emissão de gases do efeito estufa e do aquecimento global. Esse problema ecológico do desmatamento, suas causas e consequências foram trabalhados por Andrade em seus livros e artigos.

Outra questão que inquietava Andrade era a do crescimento urbano desordenado, sério problema ambiental, presente nos países emergentes e nos periféricos. Ele acarreta uma série de situações que implicam na qualidade de vida da população. A falta de um planejamento urbano que proporcione a implementação de ações na infraestrutura urbana, ou mesmo de políticas urbanas que ocorram em um ritmo menos acelerado do que a urbanização leva a população a enfrentar uma série de problemas que tem uma relação direta com as condições de saúde.

Em 2016, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) em seu Relatório “Cidades do Mundo” concluiu que: “O atual modelo de urbanização global é insustentável, sendo necessário criar novos padrões para responder a desafios como desigualdades sociais e a proliferação de favelas, especialmente nos países em desenvolvimento” (ONU-Habitat, 2016).

Segundo o referido Relatório, cerca de 54% da população mundial vivia na área urbana. Esse quadro, segundo a ONU é uma tendência que vem ocorrendo desde 2008. De acordo com projeções das Nações Unidas, a expectativa é que esse percentual de 54% em meados do século XXI seja ampliado para 66%.

O Relatório assinalou, também, que, “Muitas cidades do mundo não conseguiram resolver o problema das favelas e das moradias precárias, um problema já presente há 20 anos, particularmente nos países em desenvolvimento” (ONU-Habitat, 2016).

Dizia ainda, o documento: “Sem uma ação séria e concentrada por parte das autoridades municipais, nacionais e atores da sociedade civil e da comunidade internacional, o número de favelas deve crescer na maior parte dos países em desenvolvimento” (ONU-Habitat, 2016).

A pesquisa realizada que culminou no Relatório identificou que:

Apesar de o problema persistir, houve uma queda da proporção da população dos países em desenvolvimento vivendo em favelas nos últimos 20 anos. Esse percentual caiu de 46,2% em 1990 para 29,7% em 2014, disse a ONU- Habitat. No entanto, o número absoluto subiu no mesmo período, de 689 milhões em 1990 para 880 milhões em 2014 (ONU-Habitat, 2016).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Sustentável (Habitat III) realizada em outubro de 2016, em Quito, foi aprovada a “Nova Agenda Urbana, documento intergovernamental que deverá guiar políticas de desenvolvimento urbano nos próximos 20 anos” (ONU-Habitat, 2016).

No Brasil, o IBGE identificou em 2017, de acordo com “uma nova proposta para uniformizar a classificação de áreas urbanas e rurais, retratada na publicação *Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil – uma primeira aproximação*”, que cerca de 84,4% da população moravam na cidade.

Manuel Correia (2003a) afirmava que:

[...] o crescimento urbano desenfreado acarretou uma série de consequências que pioraram a qualidade de vida da população, em face da aglomeração, de uma população sem qualificação profissional para os setores secundário e terciário, além da ocupação das colinas terciárias, os chamados morros, por favelas de difícil acesso e que, na estação de chuva – de maio a agosto, estão sujeitas a deslizamentos e ao soterramento das populações que vivem nas encostas (ANDRADE, 2003a, p. 195).

Sobre essas condições de moradia, o Relatório “Cidades do Mundo”, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos assinalou: “Isso significa que ainda há um longo caminho a percorrer em muitos países para reduzir a grande lacuna entre os moradores de favelas e o restante da população urbana vivendo em habitações adequadas com acesso a serviços básicos” (ONU-Habitat, 2016).

Além das ocupações nas colinas existem, também, aquelas que são construídas ao longo do leito dos rios, feitas com madeiras, papelão, material de livre acesso pelos moradores, estando, por conseguinte, sujeitas a inundações periódicas.

Normalmente, essas pessoas quando o perigo imediato desaparece voltam a ocupar outras áreas em condições semelhantes às anteriores.

Aplicando-se as concepções de risco, vulnerabilidade e catástrofe trabalhadas por Yvette Veyret e Nancy de Richemond no livro, *O Risco, os Riscos* (2007) para a realidade acima citada, são populações que habitam áreas de risco e, por conseguinte, vulneráveis aos deslizamentos e às inundações que levam às catástrofes que normalmente acontecem todos os anos, no período das chuvas.

Como destacaram Zanirato et al. (2008), em trabalho realizado sobre *Sentidos do Risco: interpretações teóricas*, para Calvo Garcia-Tornel (2001),

os acontecimentos naturais não podem ser considerados excepcionais, pois são coerentes com a dinâmica do planeta. Por outro lado, a permanente expansão da ocupação humana seguida de instalações materiais tem aumentado continuamente os espaços de riscos. Assim, a abordagem dessa questão deve ser pensada considerando a capacidade da atividade humana e suas escolhas na ocupação do território; lembrando, ainda, que a ocupação diferenciada desse território implica na exposição também diferenciada de grupos humanos à situação de vulnerabilidade (CALVO GARCIA-TORNEL, 2001 apud ZANIRATO et al., 2008, s/p.).

Da mesma forma como foi mencionado pelas autoras, no livro, a respeito da necessidade de uma política de conscientização das populações e de alerta, no momento do risco, essa ação também é desenvolvida pelos órgãos de defesa civil.

Para Ribeiro (2010), segundo afirmou Beck (2006),

[...] a sociedade contemporânea cria riscos e parece acostumar-se a eles. A naturalização dos riscos deve ser combatida. Do mesmo modo que a transformação do risco em uma mercadoria, como o fazem as companhias de seguro. Assumir essas visões representa, ao mesmo tempo, adotar o risco como algo inevitável e natural, quando na verdade os riscos são criados socialmente nas áreas urbanas e, principalmente, que a garantia de estar “livre” deles ocorre na esfera privada e apenas a quem pode pagar pela “proteção”. Essa visão mercantil dos riscos tem que ser alterada (BECK, 2006 apud RIBEIRO, 2010, s/p.).

Assim, Zanirato et al. (2008), referindo-se à ideia de Beck (2006) sobre a relação entre os riscos e a sociedade de classe afirmaram que, segundo ele,

[...] os riscos parecem fortalecer a sociedade de classes, pois os ricos podem tentar evitar os riscos mediante a escolha de um lugar

onde morar, um meio de se alimentar e de obter mais rapidamente a informação, podem também comprar a segurança e a liberdade. Já as classes populares, com pouco poder aquisitivo, têm menos possibilidades de escolhas e sujeitam-se a morar perto das zonas de perigo, como as áreas industriais e, com isso, ficam mais expostas às substâncias nocivas do ar, da água, do solo. Além disso, são justamente essas classes que têm maiores dificuldades de acesso à informação (BECK, 2006 apud ZANIRATO et al., 2008, s/p.).

De acordo com os autores, Beck (2006) concluiu seu pensamento externando sua opinião:

[...] se a miséria é hierárquica, a poluição é democrática, o que faz a sociedade de riscos ser diferente da sociedade de classes, uma vez que seus perigos se distribuem em todas as direções e não respeitam as fronteiras dos estados, ainda que afetem de modo distinto as classes sociais (BECK, 2006 apud ZANIRATO et al., 2008, s/p.).

Esse problema da “degradação humana”, como assim o caracterizou, inquietava Manuel Correia fato que está retratado em várias de suas obras. Em 1991, em Conferência na Semana do Meio Ambiente, em Pernambuco, momento em que recebeu o Prêmio Vasconcelos Sobrinho, veio a afirmar que “o crescimento com miséria é uma agressão ao homem e à natureza” (ANDRADE, 1991, p. 6). Disse também que, no Congresso de Estocolmo (1972), o então Ministro Costa Cavalcanti afirmou que: “a maior poluição é a miséria” (ANDRADE, 1991, p. 6).

Nessa Conferência, ele fez alusão ao fato de que:

Não se pode falar em desenvolvimento sem se ter uma forte preocupação ecológica; se, em nome do desenvolvimento programamos o simples crescimento econômico, ignorando que muitas vezes ele é feito a custos sociais elevados, com a espoliação dos recursos disponíveis e a degradação do meio ambiente, estamos diante de um processo de modernização, pura e simples, que é a mais autêntica negação do desenvolvimento (ANDRADE, 1991, p. 5-6).

Andrade, B. X. e Cavalcante (2008) ao se referirem à distinção que Manuel Correia fazia entre desenvolvimento e crescimento econômico enfatizaram:

Este é um aspecto importante, cria empregos, produtos e serviços, mas não é tudo. Precisa-se preservar o meio ambiente, preservar a cultura local e regional e promovê-la. Agir com ética e dignidade.

Precisa-se ser responsável com os recursos naturais e públicos e ser solidário com as gerações que estão por vir. Só assim é que o desenvolvimento é sustentável com maior qualidade de vida, com melhores indicadores sociais e ambientais (ANDRADE, B. X.; CAVALCANTE, 2008, p. 24).

Para Ribeiro (2005) “[...] Ainda que os impactos ambientais sejam reduzidos, o Capitalismo e o crescimento acelerado são os responsáveis pela segregação dos habitantes da Terra nos sentidos econômico, social e ambiental” (RIBEIRO, 2005, p. 395-417).

Manuel Correia comungava das ideias do médico e geógrafo Josué de Castro, não admitindo a existência de um desenvolvimento sem que nesse processo o homem estivesse inserido.

Para Castro (1996), só havia um tipo de desenvolvimento, o do homem. Ao realizar uma pesquisa sobre *As Classes Operárias do Recife* (1932), o autor ficou estarecido com as condições de vida, de moradia de parte significativa da população da cidade, centro que possuía, naquela época, cerca de 350.000 habitantes, dos quais 43% residiam no que chamavam de mocambos. Casas construídas sobre palafitas, nas margens dos rios Capibaribe e Beberibe e varridas pelas suas águas nas marés altas. As condições de insalubridade eram tão grandes que Josué caracterizou como muito sério, o quadro habitacional daquelas pessoas. Já naquela época, anos 1930, chamava atenção para a necessidade de implementação de uma política de construção de habitações adequadas às condições ecológicas do meio. Assim, naquela ocasião, apesar do fenômeno da fome ter sido sua grande preocupação, questões como o problema habitacional passaram a inquietá-lo. Aquela população morava mal e, somando-se a isso tinha deficiente padrão alimentar.

Essas questões eram no seu conjunto problemas de natureza ambiental que despertaram nos dois pesquisadores acima, certa inquietude com as relações entre o homem e a natureza.

Andrade (1991) dizia que, da mesma maneira, François Perroux, economista da Universidade de Paris, ensinava que,

[...] não podia haver desenvolvimento sem redistribuição dos produtos do crescimento econômico, em favor da maioria da população, e sem mudanças fundamentais na forma de pensar e de

agir dos que se beneficiam dessas modificações (ANDRADE, 1991, p. 6).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a também chamada, Rio - 92, os representantes dos países que se fizeram presentes, admitiram a necessidade de conciliar as variáveis econômica, social e ambiental para se alcançar o desenvolvimento. Naquela ocasião foi lançado o conceito de desenvolvimento sustentável, que se alicerçava no tripé: crescimento econômico ordenado, equilíbrio ecológico e equidade social.

Assim, o movimento em defesa da natureza, baseado não apenas no conservacionismo, mas, na necessidade de um projeto maior, de mudança, de transformação econômica, política e social, o chamado desenvolvimento sustentável vem sendo cada vez mais discutido e empoderado por empresas e pelos governos como caracterizando várias das atividades econômicas que desenvolvem.

Contudo, é necessário que se reflita, até que ponto as atividades que se dizem sustentáveis verdadeiramente as são?

Na opinião de Milanez (1998),

[...] a expressão desenvolvimento sustentável (DS) significa uma nova forma de ver o desenvolvimento. A sociedade busca nesta nova forma de desenvolvimento, o equilíbrio em satisfazer as necessidades e as aspirações humanas com o foco na qualidade de vida, respeitando o meio ambiente sensível às mudanças (MILANEZ, 1998, p. 76).

Andrade, B. X. e Cavalcante (2008) referindo-se às lições de vida acadêmica e profissional, ensinadas por Manuel Correia mencionaram aquela relativa ao desenvolvimento sustentável, quando esse salientava que, para ser alcançado eram necessários três tipos de responsabilidades: social, econômica e ambiental. Afirmavam ainda esses autores que, segundo Manuel Correia,

[...] quando se vive de forma responsável perante a natureza, a sociedade e especialmente, o Estado (responsável perante a *res pública*), pratica-se, cotidianamente, a responsabilidade ética. Hoje, mais do que nunca, é necessário a consciência, a vivência da moralidade pública, otimizando os recursos públicos, utilizando-os de forma a reduzir desperdício, maximizar sua eficácia. Nesse contexto, as coisas do Estado e da natureza necessitam ser melhor consideradas (ANDRADE, B. X.; CAVALCANTE, 2008, p. 25).

Os referidos autores destacaram, ainda que, Andrade,

Propõe uma gestão sustentável dos recursos naturais, econômicos, sociais e institucionais, baseados numa utilização racional, sem desperdícios e repartidos, eqüitativamente, entre todos os envolvidos, dentro de uma gestão participativa (ANDRADE, B. X.; CAVALCANTE, 2008, p. 23).

De acordo com Sachs (2007), “Depois da Conferência Mundial de 1992, o adjetivo ‘sustentável’ tornou-se imperativo na retórica política nacional e internacional, tanto no Sul quanto no Norte” (SACHS, 2007, p. 285).

Em *Rumo à Ecosocioeconomia* (2007), Sachs abordou o que ele chamou de desenvolvimento integral, pois segundo o economista, vários adjetivos surgiram para acompanhar a palavra desenvolvimento. Afirmava:

[...] Minha preferência por “integral” baseia-se nos seguintes argumentos: “integral” denota não só as múltiplas facetas do desenvolvimento, mas sugere também que todas aquelas consideradas pertinentes são levadas em consideração; [...] evoca o conceito cibernético de “totalidade” e as abordagens holísticas (sistêmicas); [...] faz referência à preocupação de François Perroux com o desenvolvimento do homem integral e de todos os homens (SACHS, 2007, p. 292).

Ainda sobre esse desenvolvimento integral, mencionou ser ele “[...] incompatível com o crescimento econômico alcançado mediante a desigualdade social crescente e/ou a violação da democracia, mesmo que seus impactos ambientais sejam mantidos sob controle” (SACHS, 2007, p. 299).

Essa linha de pensamento sobre crescimento econômico e desenvolvimento foi trabalhada por Manuel Correia, também, em alguns de seus livros, a exemplo de: *Espaço, Polarização e Desenvolvimento* (1967) e *Geografia, Região e Desenvolvimento* (1967).

Na opinião de Andrade (1994a), “[...] qualquer Programa de melhoramento da qualidade de vida no país e de procura de uma modernidade sincera deveria iniciar-se por uma política de distribuição de renda e de atendimento social à população” (ANDRADE, 1994a, p. 43).

Apesar dos programas sociais implementados pelo Governo Federal que vêm beneficiando uma parcela da população brasileira de renda mais baixa, esta ainda enfrenta sérios problemas ligados à qualidade de vida.

Dizia Andrade (1991), “Não somos daqueles que têm uma atitude romântica diante do relacionamento entre o homem e a natureza, nem atitudes poéticas de querer transformar a natureza em santuário que deve permanecer intocado” (ANDRADE, 1991, p. 6).

Ele tinha uma visão da natureza não como algo intocável, mas realista, admitia que os recursos naturais existiam para serem utilizados pela humanidade, de forma racional e mais igualitária, afim de propiciar condições de vida favoráveis a toda a população.

Salientava a importância e a necessidade de uma política ecológica para o Brasil,

[...] para isto, torna-se necessário, sobretudo em um país como o Brasil, onde a consciência da importância do interesse público é muito fraca e onde o individualismo é exacerbado, que se faça uma verdadeira revolução mental e se conscientize de que esses recursos não podem ser utilizados ao bel-prazer de um pequeno grupo que concentra em suas mãos os resultados favoráveis, enquanto socializa os prejuízos (ANDRADE, 1991, p. 7).

A necessidade de uma reflexão sobre a questão ambiental no Brasil para ele era importante para servir de embasamento a propostas para “[...] uma política de proteção ao meio ambiente e que, indiretamente, dê proteção ao homem, de vez que já se disse que a pior forma de poluição é a miséria” (Andrade, 1994a, p. 36).

A respeito da necessidade de uma política ambiental é importante reportar-se ainda, a uma afirmativa feita por Andrade, M. C. e Andrade, S. M. C. (2001) ao realizarem uma pesquisa na mesorregião da Mata Pernambucana uma vez que a orientação dada pelos autores não se adequa apenas àquela realidade.

Uma política de conscientização da necessidade de defesa do meio ambiente é fundamental para um trabalho de recuperação da mesorregião e de modernização do sistema de exploração dos recursos naturais, a fim de impedir a degradação da natureza e de preservar os recursos naturais renováveis (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C., 2001, p. 27).

Para Ribeiro (2002),

Na perspectiva da manutenção das condições de habitabilidade humana na Terra é preciso ponderar quais modelos de reprodução da existência humana se pretende manter. Apesar de pouco

divulgado, vivemos em um regime de escassez de recursos naturais. Cada vez mais se utilizam recursos não renováveis do planeta. O consumo de energia também não diminui, mesmo com as dificuldades em gerá-la. A degradação ambiental gerada por um modelo baseado no consumismo e na realização da mercadoria não impõe limites para a acumulação de capital (RIBEIRO, 2002, p. 80).

Em Relação Espaço/Tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana, o autor salientou que: “A tensão entre o tempo da natureza e o tempo social é cada vez maior” (RIBEIRO, 1988). Não é possível aceitar que a reprodução da base material da manifestação da vida humana ocorra de maneira ininterrupta como considera o atual padrão técnico e de acumulação de capital. “Alterá-lo pode ser uma boa perspectiva, mas que ainda não alcançou dimensão planetária” (RIBEIRO, 2002, p. 80).

Na opinião de Andrade (1975),

[...] a sociedade de consumo levou o mundo a gastar desbragadamente, sem freios, os recursos naturais de que dispõe e que, por natureza, são esgotáveis. E na ânsia de obter lucros, de enriquecimento rápido, indivíduos e grupos passaram a pensar apenas a curto prazo, esquecendo que os lucros fáceis, hoje obtidos, constituem um impasse a médio e a longo prazos para os que continuarão a obra civilizadora para os seus descendentes. Por isso achamos que o desenvolvimento tem sido quase sempre acompanhado do desperdício, quando não precedido de um planejamento racional (ANDRADE, 1975, p. 9).

A Constituição Brasileira promulgada em 1988, em vários de seus Capítulos, Artigos e Parágrafos revela preocupação com o meio ambiente. No art. 23 ela considera como de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”, assim como “preservar as florestas, a fauna e a flora”. No Capítulo VI estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Uma política ambiental deveria se embasar no cumprimento do que determina a Constituição Brasileira.

Chama-se atenção para o fato de que, vários dos temas e das preocupações com o meio ambiente que foram trabalhados por Manuel Correia durante uma parte

de sua trajetória de vida, a exemplo da degradação dos cursos d'água, da destruição da cobertura vegetal, da poluição, da degradação dos solos e, da degradação do ser humano estão sendo nos últimos anos, objeto de preocupação quando as questões sobre Mudanças Climáticas passaram a ser uma preocupação da academia, da mídia, de setores da sociedade e, até mesmo da Igreja, vez que, a temática ambiental foi tema central da Carta Encíclica Lumen Fidei ou Luz da Fé, lançada em maio de 2015, pelo Sumo Pontífice Francisco.

Nos últimos trinta anos, toda uma discussão a respeito das mudanças climáticas vem ocorrendo e, a partir de um determinado momento, identifica-se o papel que tem o ser humano nessas alterações.

Sobre esse assunto, Ribeiro (2002) enfatizou:

Para muitos pesquisadores estamos diante de um ciclo longo da variação da temperatura do planeta, sendo o aquecimento inevitável e gerado apenas por processos naturais. Outros estudiosos afirmam que apesar de haver um aquecimento em um ciclo longo, ele nunca teve a intensidade verificada nas últimas décadas, indicando que a participação humana lançando os gases-estufa pode ter agravado a situação. Por fim, existem os que indicam a civilização do combustível fóssil como culpada. Para este grupo de pesquisadores a Revolução Industrial é um marco fundamental na história da Humanidade. A partir dela, passou-se a consumir inicialmente carvão mineral e depois petróleo em larga escala a ponto de afetar a dinâmica climática do planeta (RIBEIRO, 2002, p. 77).

Entretanto, como afirmou Ribeiro: “Este debate ainda não possui uma posição vencedora, mas é cada vez maior a lista dos adeptos de que a participação humana é relevante” (RIBEIRO, 2002, p. 77).

Essas alterações no clima que, a princípio, final dos anos 1980 e início dos anos 1990 eram vistas como um problema ligado às ciências naturais, passa, em seguida, para as ciências econômicas (SANZ-CABALLERO, 2013).

Contudo, ela afirmou: “[...] muito tempo depois descobrimos que é também uma questão política e uma ameaça à paz e à segurança internacionais, percebendo que é tido como um impacto irreversível e negativo sobre os direitos humanos” (SANZ- CABALLERO, 2013, p.1).

Chamou atenção para o fato de que os grupos sociais mais vulneráveis às mudanças climáticas eram as crianças, as pessoas que viviam na pobreza, bem

como, os indígenas que viviam diretamente em contato com a natureza (SANZ-CABALLERO, 2013).

A autora dizia ainda:

[...] os impactos climáticos alteram o direito das crianças à vida, saúde, alimentação ou habitação, mas também têm consequências menos visíveis [...] tais como os derivados de morte ou abandono dos pais na sequência de acontecimentos climáticos extremos (SANZ-CABALLERO, 2013, p. 2).

Essas mudanças climáticas se expressam através de alterações nas temperaturas e nas precipitações. Suas consequências são capazes de alterar a vida na superfície do Planeta.

Para Ribeiro (2010), de acordo com Calvo Garcia-Tornel (2001),

os estudos sobre as mudanças climáticas globais, por exemplo, têm contribuído para o nascimento de uma nova “consciência ambiental” que poderá iniciar um movimento em torno de uma nova ética, pois a realidade socioambiental demanda muito mais do que a gestão dos recursos naturais. A reflexividade que a sociedade de risco permite criar aponta para uma necessária revisão do padrão de consumo e apropriação dos recursos naturais (CALVO GARCIA-TORNEL, 2001 apud RIBEIRO, 2010, s/n).

Em Zanirato et al. (2008), Calvo Garcia-Tornel (2001) enfatizou que:

postula-se o nascimento de uma ética da Terra, que impeça a espécie humana de comportar-se como uma praga e inclusive que se concedam direitos à natureza ou ao menos, mais modestamente, que se inclua o direito a um meio ambiente não deteriorado entre os direitos humanos (CALVO GARCIA-TORNEL, 2001, p. 16 apud ZANIRATO et al. 2008, s/p.).

Em maio de 2015, o Sumo Pontífice Francisco lançou a sua primeira Encíclica, *Lumen Fidei* ou *Luz da Fé* onde a preocupação ambiental se fez presente. Nessa Carta Encíclica, o Pontífice chamou atenção para a degradação do Planeta, afirmando que:

[...] falar de poluição e mudança climática, ou de perda da biodiversidade, significa não só focalizar os abusos cometidos contra a natureza, mas refletir sobre a cultura do descarte ou evidenciar que as primeiras vítimas desses fenômenos são os pobres (Carta Encíclica, 2015, p. 22-23).

Ao se referir à questão da água disponível no Planeta, lembrou que: “[...] o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas” (Carta Encíclica, 2015, p. 26).

Percebe-se, a necessidade de uma tomada de posição efetiva, pois segundo Biermann (2012), as atividades humanas ocorriam em um ritmo mais acelerado nos vários ecossistemas terrestres do que o tempo em que as variações naturais ocorriam.

De acordo com Boff (2014),

Não se pode negar que em algumas regiões se logrou implantar uma lógica sustentável nos processos de produção, na agroecologia, na geração de energias alternativas, no reflorestamento, no tratamento de material reciclável e nos sumidouros de dejetos, na forma de morar e de organizar os transportes. São experimentos regionais de valor, mas essa não é a dinâmica global necessária, face à geral degradação do planeta, da natureza e da escassez de recursos. São ilhas no meio de um mar encapelado pelas muitas crises (BOFF, 2014, p. 9).

Era necessário houvesse uma mudança estrutural nos atores da governança global e essa mudança deveria ocorrer não apenas nos organismos das Nações Unidas, envolvendo, também, os agentes públicos e, os agentes privados (BIERMANN, 2012).

Hoje, o risco ecológico atinge o ser humano não apenas na sua existência no Planeta, mas nas condições que lhes são dadas para a sobrevivência. De acordo com Boff (2014) “[...] praticamente a maioria dos itens importantes para a vida (água, ar, solo, biodiversidade, florestas, energia, etc.) está em acelerado processo de degradação[...]” (BOFF, 2014, p. 10).

Não se pode deixar de atrelar a relação existente entre equilíbrio ecológico e qualidade de vida para as sociedades humanas. Pobreza e degradação ambiental são, portanto, inseparáveis e não excludentes. O agravamento de uma acelera o problema da outra. Atrelada à questão ambiental estão também, a questão agrária e da Geopolítica.

Para Sachs (1975) “[...] a proteção do meio-ambiente não pode ser dissociada da luta contra a pobreza e, portanto, do desenvolvimento econômico, orientado para a satisfação dos objetivos sociais” (SACHS, 1975, p. 48).

Em um determinado trecho do documento Carta da Terra, ratificada em 2000, consta a seguinte afirmativa: “Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer, outrossim, um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal” [...] (CARTA DA TERRA, 2000, p. 14).

Resgatar o pensamento de Manuel Correia é um compromisso daqueles que trabalham o meio ambiente e estão preocupados com o amanhã, com o futuro das próximas gerações, face à dimensão que assume, nos dias atuais, a crise ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, investigando a vida de Manuel Correia de Andrade estranhou-se nos caminhos percorridos por ele, o fato de, apesar de ter o estudioso as suas raízes ligadas à grande propriedade da terra, ao latifúndio, à monocultura canavieira, a uma sociedade patriarcal bastante hierarquizada, tenha tido sensibilidade de perceber, logo cedo, as diferenças existentes entre as pessoas daquele mundo do qual ele fazia parte, com quem convivia, a exemplo dos meninos, filhos de trabalhadores rurais que estavam a sua volta e não gozavam das mesmas regalias que ele.

Essa sensibilidade levou-o a trilhar outros caminhos, caminhos esses distintos daquele das suas origens, e que, como já se teve oportunidade de registrar, durante o desenvolver da Tese, levou-o em certa ocasião até mesmo à necessidade de romper algumas barreiras e seguir em frente, no alcance de seus objetivos que estariam relacionados a uma melhor qualidade de vida para a população. Essa melhoria seria alcançada, como ele próprio deixava explicitado em suas falas, em seus livros, entre outras coisas, através de uma melhor distribuição da terra e da renda.

Ressalta-se, que uma das grandes contribuições dadas por Manuel Correia de Andrade à Geografia foi tornar possível o conhecimento sobre a região Nordeste. Na verdade, essa foi a região brasileira que ele mais pesquisou não só pelo fato de ser natural da mesma, mas também pela sua característica de pesquisador investigativo procurando conhecer a área que era tão comentada, mas que era pouco estudada. Esse conhecimento foi transmitido por ele em seus livros, palestras, pesquisas e aulas sobre o Nordeste para várias gerações de estudiosos sobre a região.

O Nordeste que muitas vezes era visto de maneira estereotipada, como sendo uma área de seca, de pobreza e de miséria, ou seja, como uma área problema, passou a ser vista através de suas colocações como uma região viável, capaz de se desenvolver como qualquer outra, desde que houvesse interesse político que no conjunto de políticas públicas a serem implementadas fossem consideradas as suas peculiaridades.

A ausência desse interesse é que levava o Nordeste a ser visto daquela maneira. As secas eram e são uma de suas características natural atingindo sempre

uma vasta área até porque o semiárido ocupa um amplo espaço dessa unidade regional. Assim, ela não se constituiria como um problema, a questão estaria assentada na necessidade de se trabalhar com ela, através de uma convivência com a mesma.

Como estava sempre afirmando, o problema da região não deveria ser visto sob o enfoque das condições naturais reinantes, mas do ponto de vista econômico, social e político.

Como enfatizado em diversas ocasiões por profissionais das Ciências Sociais, Andrade via o Nordeste como um todo, sem desprezar, no entanto, as particularidades que existiam internamente, dentro de cada uma de suas sub-regiões. Um ponto de destaque em como ele trabalhou essa região se baseia na capacidade que teve de ver o Nordeste sob as várias vertentes: natural, geosocioeconômica, política, regional e ambiental e não de forma isolada como tópicos, mas de maneira integrada, identificando as relações e inter-relações existentes entre os seus elementos formadores.

Uma das grandes preocupações de Andrade foi também, com os desníveis de desenvolvimento existentes entre países e, dentro desses, aqueles que se registravam entre as suas regiões. Dizia que essas disparidades estavam presentes tanto em países ricos, os desenvolvidos, como nos países pobres, os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos.

Outros destaques na obra de Manuel Correia foram dirigidos aos esforços no sentido de implementação de ações por parte do poder público e da própria sociedade com vistas a minimizar a degradação do meio ambiente, as disparidades regionais de níveis de renda e de qualidade de vida em nosso país, na região Nordeste e, em nosso Estado.

Apesar dessas preocupações que ele tinha já a algum tempo, ainda se vivencia, naqueles três universos trabalhados pelo pesquisador, um cenário que apresenta indicadores econômicos e sociais desfavoráveis, principalmente, quando se referem ao Nordeste e, ao Estado e, quando comparados às médias do país e, em relação aos seus principais centros. Muitos dos programas e projetos sociais implementados contribuíram para mudanças, mas que muitas vezes tiveram apenas um caráter emergencial e pontual. Os programas de Transferência de Renda são alternativas para um curto prazo, fundamentais para que as famílias possam

sobreviver, hoje, mas para que elas tenham qualidade de vida e, não dependam dessas ações paternalistas, são necessárias ações de médio e de longo prazos.

Porém, as mudanças estruturais na economia que possibilitem ganhos à sociedade como um todo ou são frágeis ou estão ainda por acontecer.

O combate à pobreza e à fome ainda são grandes desafios no Brasil e no Mundo. Assim, segundo os ensinamentos de Manuel Correia de Andrade entende-se que a superação das graves desigualdades de níveis de desenvolvimento, a erradicação da fome e, a garantia de uma política ambiental com sustentabilidade, necessitam, pois de vontade e de decisão política.

Por sua vez, chama-se atenção para o fato de que aqueles problemas ambientais que foram tratados em um dos Capítulos da Tese, representados pela degradação dos cursos d'água, pela destruição da cobertura vegetal, pela poluição, pela degradação dos solos, pela degradação do homem e, tantos outros que foram trabalhados por Manuel Correia estão sendo nos últimos anos, objetos de atenção quando as questões sobre Mudanças Climáticas passaram a ser uma preocupação da academia, da mídia, de setores da sociedade e, até mesmo da Igreja.

Hoje, o risco ecológico atinge o ser humano não apenas na sua existência no Planeta, mas nas condições que lhe são dadas para a sobrevivência. Não se pode deixar de atrelar a relação existente entre equilíbrio ecológico e qualidade de vida para as sociedades humanas. Pobreza e degradação ambiental são, portanto, inseparáveis e não excludentes. O agravamento de uma acelera o problema da outra.

Percebeu-se durante o desenvolvimento do trabalho que Manuel Correia tinha preocupação com a identificação e o estudo de diferentes temas por ele abordados que, somava-se a de indicar soluções para os problemas investigados. Contudo, ele alertava sempre que todo um conjunto de soluções que fossem dadas para uma determinada realidade deveriam partir do conhecimento por parte de quem as está implementando. Assim, não se pode fazer transferência de soluções que foram viáveis em um local, só pelo fato delas terem dado certo, para outro, pois muitas vezes se está diante de diferentes realidades.

Trabalhar o seu legado é uma oportunidade de reler seus livros e artigos específicos sobre temáticas que ainda hoje inquietam a todos, constatando-se a atualidade das suas preocupações.

Andrade foi um professor, um pesquisador e um escritor que sempre esteve voltado não apenas para o seu tempo, mas que tinha uma visão de futuro sempre preocupado com o destino do país, do Nordeste e de Pernambuco, sensibilizando-se para com as condições de vida do ser humano que aí vive.

Dessa forma, espera-se que essa Tese possa ter contribuído para que as gerações atuais e, as futuras gerações venham a ter conhecimento de todo um trabalho desenvolvido por aquele estudioso e das contribuições por ele dadas à ciência geográfica.

Pelo exposto, os objetivos propostos para essa Tese no sentido de identificar as contribuições de Manuel Correia de Andrade para a Geografia, principalmente para as áreas ambiental e regional foram atingidos, bem como o resgate de sua vida como professor, estudioso, pesquisador e gestor.

REFERÊNCIAS

- ABNER, João. **Saúde do São Francisco e falta de Obras Adicionais são Entraves à Transposição**. Entrevista concedida a Fábio Victor e Eduardo Knapp. 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867802-saude-do-sao-francisco-e-falta-de-obras-adicionais-sao-entraves-a-transposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- ABREU, Maurício de Almeida. **O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro**. In: Revista Brasileira de Geografia/ IBGE. Rio de Janeiro, v.56, nº ¼, 21-122, jan./dez., 1994. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- _____. **Pierre Monbeig e os Primórdios da Geografia Urbana no Brasil**. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006, p. 129-158.
- AB'SÁBER, Aziz. **A Transposição de Águas do São Francisco: análise crítica**. São Paulo: Revista USP, nº 70, junho/agosto 2006.
- AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em mapas**. Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife, 2011.
- ALENCAR, Miguel Arraes de. **Depoimento**. In: PINHEIRO, Andrea; AMARAL, Tercio. **Os últimos atos de Miguel Arraes antes da deposição**. 2004. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/1964/ha50anos.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- ALVES, Cleide. **Engenho Jundiá: um mergulho no passado**. Jornal do Commercio, 29 mar. 2014. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/29/engenho-jundia-um-mergulho-no-passado-123112.php>>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- ALVES FELIPE, J. L. **Discurso**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.
- AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. **Reflexões sobre as Tendências Teórico-Metodológicas da Geografia**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, nº 2, 1985. Número Especial.
- AMOROSO, Marta; IUMATTI, Paulo Teixeira. **A Construção de uma Biblioteca na Trajetória de Manuel Correia de Andrade**. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 60, abr. de 2015.
- ANA - Agência Nacional das Águas. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2018.

ANDRADE, Antônio Correia de. **Conferência**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

ANDRADE, Bonifácio X.; CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Lições aprendidas sobre Nordeste, Mundo e Meio Ambiente**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade**. Manuel Correia de Andrade (Coordenador). João Pessoa, PB: Editora GRAFSET. 2009. Participantes: Fernando José Câmara Caldas Lins; Flávio Antônio Cabral Sampaio; Lucivânio Jatobá; Manuel Correia de Andrade e Thais de Lourdes Correia de Andrade.

_____. **Geografia Ciência da Sociedade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

_____. **A Geografia no Contexto das Ciências Sociais em Pernambuco**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22, nº 65, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a02v2265.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018 e 06 abr. 2018.

_____.; CYSNEIROS, Maria Cecília (orgs.). **“Redescobrimo o Brasil”**: Seminário Nacional. Recife: M.C. de Andrade, 2006.

_____. Prefácio da Reedição. In: SOBRINHO, Vasconcelos. **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: CONDEPE, 2005.

_____. **O Golpe de 64 e a Trajetória Política de Arraes**. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Série História do Nordeste, nº 22, 2004a.

_____. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. João Pessoa, PB: Editora GRAFSET, 2004b.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste, Hoje**. (Conferência proferida por ocasião da 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Recife, 2003a.

_____. et al. **Uma Releitura Crítica da Obra de Josué de Castro**. In: Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b. (Coleção Pensamento Radical).

_____. **Gilberto Freyre e os Grandes Desafios do Século XX**. São Paulo: Editora Vozes, 2002a.

_____. **Globalização e Identidade Nacional**. Recife: Edições Bagaço, 2002b.

_____. **O Fio e a Trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade.** Depoimento a Rita de Cássia Barbosa de Araujo (Organizadora). Participantes: Denis Bernardes, Eliane Moury Fernandes e Rita de Cássia Araujo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002c.

_____. **Entrevista Manuel Correia de Andrade.** Depoimento a Cláudio Luiz Zanotelli e Arthur Tavares Valverde. Geografares - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, nº 3, jun. 2002d.

_____. **Geopolítica do Brasil.** São Paulo: Editora Papirus, 2001.

_____.; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A Cana de Açúcar na Região da Mata Pernambucana - reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: impacto ambiental, socioeconômico e político.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

_____. **A Trajetória do Brasil (de 1500 a 2000) A Produção do Território; Definição de Fronteiras; Região, Nação, Integração Regional.** São Paulo: Contexto, 2000a. Repensando a História do Brasil.

_____. **Memória: o homem do Nordeste – Entrevista com Manuel Correia de Andrade.** Entrevista a José Correia Leite. Revista Teoria e Debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 45, julho/agosto/setembro de 2000b. Publicado em 20/04/2006. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-o-homem-do-nordeste-entrevista-com->>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **A Construção da Geografia Brasileira.** Lisboa: Finis terra, XXXIV, 1999a.

_____. **A Problemática da Seca.** Recife: Liber Gráfica e Editora, 1999b.

_____. **Itamaracá , uma Capitania Frustrada.** Recife: FIDEM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal – CEHM, 1999c.

_____. **Introdução.** In: Seminário Internacional: Tempo dos Flamengos e outros tempos: Brasil século XVII (1998: Recife) [Anais]. Manuel Correia de Andrade, Eliane Moury Fernandes, Sandra Melo Cavalcanti (Organizadores) - Brasília: CNPq. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1999d. Série Descobrimientos, 12.

_____. **A Economia Pernambucana no Século XVI.** 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998a.

_____. **Geografia Econômica.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998b.

_____. **Geografia e Globalização.** Recife: Editora da UFPE, 1996.

_____. **Formação Territorial do Brasil.** In: BECKER, B. K. et al., Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Rio de Janeiro / São Paulo: HUCITEC/UGI, 1995a.

_____. **Gilberto Freyre Pensamento e Ação**. Organização e Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, FUNDAJ: Editora Massangana, 1995b.

_____. **O Nordeste de Ontem e de Hoje: continuidade e rupturas**. In: ALVES FELIPE, José Lacerda (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995c.

_____. **Modernização e Pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Unesp, 1994a.

_____. **O Desafio Ecológico: utopia e realidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Pierre Monbeig e o Pensamento Geográfico no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia., nº 72, São Paulo, 1994c, p. 63-82.

_____. **O Nordeste e a Questão Regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Uma Geografia para o Século XXI**. Recife: CEPE, 1993.

_____. **O Desafio Ecológico – utopia e realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Entrevista**. Depoimento a GEOSUL. Revista do Departamento de Geociências – CCH. Universidade Federal de Santa Catarina. n. 12/13. Ano VI. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991/1992.

_____. **O Crescimento com Miséria é uma Agressão ao Homem e à Natureza**. Recife: CPRH, 1991.

_____. **Geografia Econômica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **1964 e o Nordeste. Golpe, Revolução ou Contra-revolução** ? São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A Geografia e o Problema da Interdisciplinaridade entre as Ciências**. In: **Caminhos e Descaminhos da Geografia**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. **História das Usinas de Pernambuco**. Recife: ed. Massangana, 1989.

_____. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

_____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Perspectivas do papel do geógrafo como profissional, no Brasil**. In: Boletim de Geografia Teórica, AGETEO, Rio Claro, vol. 1-17, nºs 31, 34, 1986 – 1987, Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 142 – 152. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/tegal1/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/PERSPECTIVASDOPAPELDOGEOGRAFO.pdf>>. Consultado em: 02 mar. 2018

_____. **Porque Votar em Miguel Arraes.** In: *Porque Arraes*. Edições Pirata Geração 65. Recife, 1986.

_____; BONALD NETO, Olímpio; JORGE NETO, Nagib; COELHO, Fernando; GONÇALVES, Fernando; HOLANDA, Celina; SUASSUNA, Ariano. **Porque Arraes.** Edições Pirata Geração 65. Recife, 1986.

_____. **Atualidade do Pensamento de Élisée Reclus.** In: *Élisée Reclus - Geografia*. ANDRADE, M. C. de. (Organizador); Fernandes, Florestan (Coordenador). São Paulo: Editora Ática, 1985. Coleção Grandes Cientistas Sociais – 49.

_____. **A Construção de Grandes Represas e os Impactos Ecológicos e Sociais Provocados.** Aracaju: Revista GeoNordeste Ano 1, nº1, 1984.

_____. **Produção de Energia e Modernização do Vale do São Francisco.** São Paulo. Revista de Economia Política, 1984.

_____. **Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 1983. Coleção Agricultura e Sociedade.

_____. **O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira.** In: SANTOS, M. (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste.** 2. ed. Recife: Sudene, 1979.

_____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento** (A Teoria dos Polos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina). 4. ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

_____. **Paisagens e Problemas do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Povoamento e Degradação do Meio Natural: desenvolvimento ou desperdício.** In: ANDRADE, Manuel Correia de; LESER, Walter; SACHS, Ignacy; FURTADO, Celso; KERR, Warwick Estevam. **Meio-Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** São Paulo: HUCITEC, 1975.

_____. **Jundiá, Um Engenho de Açúcar no Vale do Siriji.** Separata da Revista de História, Nº 100. São Paulo – Brasil, 1974.

_____; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil: Nordeste.** São Paulo: Editora do Brasil S.A, 1973.

_____. **Geografia, Região e Desenvolvimento.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971a.

_____. **O Vale do Siriji**. Separata da Revista do Museu do Açúcar. Ano IV, Vol. 1, nº 6, Recife, 1971b.

_____. **Agamenon Magalhães, O Colégio Estadual de Pernambuco e o Desenvolvimento da Geografia Brasileira**. In: MAGALHÃES, Agamenon. O Nordeste Brasileiro. Recife: Governo de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1970a.

_____. **Considerações sobre a Metodologia para a Aplicação da Teoria dos Polos de Desenvolvimento aos Países do Terceiro Mundo**: - uma experiência no Nordeste do Brasil. Sobreiro de la Revista Mexicana de Sociologia. Año XXXII, Vol. XXXII, Núm. 1 Enero-Febrero, 1970b.

_____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento** (A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina). 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970c.

_____. **Paisagens e Problemas do Brasil**: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico do Nordeste e Identificação dos Polos de Desenvolvimento**. Recife: CRAM, 1967a.

_____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento** (A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina). Recife: CRAM, 1967b.

_____. **A Poluição dos Cursos D'Água da Região da Mata de Pernambuco, pelo Despejo de Resíduos e Águas Servidas pelas Indústrias**. In: Separata do Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nº 15 Recife, 1966.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **A Pecuária no Agreste Pernambucano**. Tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica. Recife: Universidade do Recife, 1961.

_____. **Os Rios do Açúcar no Nordeste Oriental**: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

_____. **O Vale do Siriji (Um estudo de Geografia Regional)**. Recife: trabalho mimeográfico de Fernando Figueirêdo, 1958.

_____. **Os Rios do Açúcar no Nordeste Oriental**: o rio Mamanguape. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A “Sociologia do Açúcar” na Ótica de Manuel Correia de Andrade**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995a.

_____. **Gilberto Freyre e a Sociedade Açucareira**. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Gilberto Freyre Pensamento e Ação**. Organização e Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife FUNDAJ, Editora Massangana, 1995b.

ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. **Josué de Castro e o Problema da Fome no Brasil**. In: ANDRADE et al. “Redescobrimo o Brasil”: seminário nacional. Manuel Correia de Andrade e Maria Cecília Cysneiros (Organizadores). Olinda, 2006.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (orgs.). **Sonhos Submersos ou Desenvolvimento?**; impactos sociais da Barragem de Itaparica. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. 222p. (Estudos e pesquisas, 110).

ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. **O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade**. Rita de Cássia Barbosa de Araujo (Organizadora). Participantes: Denis Bernardes, Eliane Moury Fernandes e Rita de Cássia Araujo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____. **Apresentação** In: GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. Mário Melo, 1884 – 1959: uma bibliografia. Colaboração de: Fernanda Ivo, Henrique Cruz, Dirceu Marroquim e Karla Patrícia Lima. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=395>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Um Intérprete do Nordeste**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ÁVILA MARTINS, César Augusto. **Geografia, Economia e Planejamento na Obra de Manuel Correia de Andrade**. Florianópolis: Geosul, v. 26 nº 51, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/2177-5230.2011v26n51p9/21836>>. Acesso em: 15 jul. 2018

AZEVEDO, Aroldo de. **A Obra de Gilberto Freyre Examinada à Luz da Geografia**. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 36. Outubro de 1960.

BARROS, Dacier. **O Cientista por Vocação**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

BARROS, K. O.; FARIA, M. M.; ALMEIDA, C. C.; PEREIRA, T. T. C. A pesquisa em desertificação no Brasil: Cenários e Perspectivas. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 12, n. 2, p. 46-52, dez., 2008.

BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1986 (2006).

BELFORT, Angela Fernanda. **Seca altera paisagem na Mata Norte**. Jornal do Commercio, 19/03/2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2017/03/19/sec-a-altera-paisagem-na-mata-norte-274761.php>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BIERMANN, F. et. al. **Navigating the Anthropocene: improving earth system governance**. 2012. Disponível em: <<http://mahb.stanford.edu/wp-content/uploads/2012/04/rSUS-GOV-IMPROVINGEarthSystemgovernanceScience-2012-Biermann-1306-7.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2017.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade - O que é – o que não é**. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BOJANIC, Alan. **Parceria com a FAO levará ações ao semiárido**. Entrevista. 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2771>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BOSI, Alfredo. **Uma História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Carta da Terra**, 2000. Disponível em: <www.mma.gov.br/agenda21/arquivos>. Acesso em: abr. 2015.

BRAY, Sílvia C. **Da Técnica das Palavras Chaves à História do Pensamento Geográfico**. I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (Mesas Redondas). Rio Claro, vol. I, p. 3-16, 1999.

CALVO GARCIA-TORNEL, Francisco. **Sociedades y Territorios en Riesgo**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

CAMARGO, José Carlos Godoy. **A Contribuição dos Cronistas Coloniais e Missionários para o Conhecimento do Território Brasileiro**. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 1, número 02, p. 79- 90, 2002.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Una Introducción a la Geografía (Nova edição ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.

CARDOZO, Fernando Henrique. **Apresentação**. In: FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 48. ed., 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise e Superação no Âmbito da Geografia Crítica**: construindo a Metageografia. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, nº 30, p. 14 -28, 2011.

_____. **A Geografia Crítica e a Crítica da Geografia**. Barcelona: Scripta Nova, v.XI, 2002.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. **A Geografia Aplicada**. Publicações da Universidade da Bahia, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1960.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles. **O Pão Nosso de Cada Dia Nos dai Hoje...Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CARVALHO, Cícero Pérciles de Oliveira. **Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste. v. 45, nº2, p. 6-16, abril/jun., 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1429>. Acesso em: 10 set. 2018.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico**: introdução aos estudos de geografia moderna. Petrópolis: Vozes, 1925.

_____. **Uma Concepção Fundamental da Geografia Moderna**: a “região natural”. In: Geografia e Geopolítica – A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro – Documentos para disseminação – Memória Institucional 16. IBGE, 1924.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Temas sobre a Organização dos Intelectuais no Brasil**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.22, Nº65, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a03v2265.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018 e 06 abr. 2018.

CASTANHA, Cláudio. **Zona da Mata Nua e Crua**. Recife: Jornal do Comércio, 09/12/1993.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Geografia da Fome**. Apresentação Milton Santos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Fome, um Tema Proibido**: os últimos escritos de Josué de Castro. Organização de Anna Maria de Castro. 3. ed. Recife: instituto de Planejamento de Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 1996.

_____. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968, 2v. (rev./aum.).

_____. **Condições de vida das classes operárias do Recife.** Recife: Imprensa Industrial, 1932.

CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Lêda (Organizadores). **Manuel Correia de Andrade: um homem chamado Nordeste.** Recife: Bagaço, 2008.

CAZELLA, Ademir Antônio; RÉMY, Jacques; SENCÉBÉ, Yannick. **Transformações no Modelo Francês de Agricultura familiar:** lições para o caso brasileiro? Novos Cadernos NAEA. v.18, n.1, jan-jun. 2015.

CHENKMAN, Ian. **Príncipe Kropótkin, o mais importante Anarquista Russo.** In: História. 13 de janeiro de 2014. Gazeta Russa. Disponível em: <https://br.rbth.com/arte/2014/01/13/principe_kropotkin_o_mais_importante_anarquista_russo_23639>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CHISHOLM, Michael. **Geografia humana:** evolução ou revolução. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

_____. **Human Geography, Evolution or Revolution?.** London/New York, Penguin Books, 1975.

CHOLLEY, A. **La Géographie.** Guide de L'Etudiant. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

COELHO, Fernando. **O Governo de Miguel Arraes.** In: Porque Arraes. Edições Pirata Geração 65. Recife, 1986.

CORREIA, Alexandre Fernandes. **As Relações entre a Etnologia e a Geografia Humana em Raimundo Lopes.** Cadernos de Pesquisa. São Luís, v. 14, n.1, p. 88-103, jan./jun. 2003.

CORREIA, Cícero Gomes. **A Questão Agrária em Manuel Correia de Andrade.** In: ALVES FELIPE, J. L. (org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão.** Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

COSTA, Francisco Pereira da Costa. **Anais Pernambucanos.** Volumes I, IV, V e VI. Recife: Arquivo Público Estadual. 1951/2/3/4. vol.III da Biblioteca Pública do Estado de PERNAMBUCO. Recife.

_____, Francisco Augusto Pereira da. **1851 – 1923, Anais Pernambucanos 1701 – 1739.** Prefácio, aditamentos e correções por José Antônio Gonçalves de Mello 2. ed. Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. V. 5 il. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 6). Fac-simile da edição de 1953 do Arquivo Público Estadual.

COSTA, Leila Barbosa. **Os Manuais Escolares como Documentos Históricos.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/303739116/artigo39-pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Uma Leitura sobre a Geografia Escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.** (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, dezembro de 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7530/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

COSTA PEREIRA, José Veríssimo. **A Geografia no Brasil** (s/d), In: AZEVEDO, F. (Organizador). *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, vol. I, cap. VII. Edições Melhoramentos, p. 315-412, 1994.

DANTAS, Aldo. Monbeig e a Noção de Complexo Geográfico. *Revista Franco Brasileira de Geografia*. 7/2009. Número 7 Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/6091?lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

DE CARLI, Gileno. **O Processo Histórico da Usina em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

DOURADO, Camila da Silva. **Áreas de risco de desertificação cenários atuais e futuros frente às mudanças climáticas**. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DRESCH, Jean. **Réflexions sur la Géographie**. *La Pensée* 18, 1948.

EGLER, Claudio. **Construção da América do Sul na Geografia Regional**: o papel de Pierre Denis. (Palestra) Simpósio Pierre Denis: Tendências Atuais da Geografia Regional e Ordenamento do Território. Instituto Panamericano de Geografia e História – IPGH, Seção Nacional do Brasil. IBGE, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://comisiones.ipgh.org/GEOGRAFIA/files/ltu/APRESENTACAO-ITU3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **Espaço Temático – Matopiba**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ENGELS, F. **Dialética da Natureza**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1955.

ENTREVISTA com a Prof^a. Thais de Lourdes Correia de Andrade. Recife, 23 abr. 2008. Arquivo IEB – USP.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. A. **Epistemologia e Geografia Brasileira**: uma leitura das obras de Manuel Correia de Andrade e Ruy Moreira. *Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. Rio Claro: UNESP, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO GONÇALVES, Carlos Wálter (orgs.). **Josué de Castro. Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 2. ed. (Revista e Atualizada).

FERRAZ, C. B. O. **O Discurso Geográfico**: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

FERRI, M. G. A Botânica no Brasil. AZEVEDO, F. (Organizador). In: **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, vol. II, p. 174-231. 1994.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO Brasil. FAO e Ministério do Meio Ambiente firmam parceria que levará ações de sustentabilidade ao Semiárido Brasileiro 21/12/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1073924/>>. Acesso em 29 jul. 2018.

FRANCA, Dalvino Troccoli. **Segunda Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Árida (ICID + 18)**. 2014. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=8869>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato SI' do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado da Casa Comum [maio 2015]**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FREEMAN, T. W. **A Hundred Years of Geography**. London, Gerald Duckworth 1961.

FREYRE, Fernando de Mello. **Discurso de Abertura**. In: Seminário Internacional: Tempo dos Flamengos e outros tempos: Brasil século XVII (1998: Recife) [Anais]. Manuel Correia de Andrade, Eliane Moury Fernandes, Sandra Melo Cavalcanti (Organizadores) - Brasília: CNPq. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1999. Série Descobrimientos, 12.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Global, 48ª ed., 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

_____. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 2. ed. 1951.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Instituto de Documentação. Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira. **Vencedores e Vencidos**: o movimento de 1964 em Pernambuco/ organizado [por] Manuel Correia de Andrade [e] Eliane Moury Fernandes. – Recife: A Fundação ; Editora Massangana, 2004.

_____. Instituto de Documentação. Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira. ANDRADE, Manuel Correia de. **Introdução**. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade; FERNANDES, Eliane Moury (orgs.). **Vencedores e**

Vencidos: o movimento de 1964 em Pernambuco. Recife: Editora Massangana, 2004.

_____. Instituto de Documentação. Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira. ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Apresentação**. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade; FERNANDES, Eliane Moury (orgs.). **Vencedores e Vencidos:** o movimento de 1964 em Pernambuco. Recife: Editora Massangana, 2004.

FURTADO, Celso. **Meio-ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na Teoria Econômica e no Planejamento**. In: ANDRADE, Manuel Correia de ; LESER, Walter; SACHS, Ignacy; FURTADO, Celso; KERR, Warwick Estevam. Meio-Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 1975.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1965.

GALLERO, Álvaro López. **Manuel Correia de Andrade:** Uno de los Imprescindibles. Revista Economia Política do Desenvolvimento. Maceió, vol. 3. Edição Especial. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/286/pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Mário Melo 1884 - 1959:** uma bibliografia. Colaboradores: Fernanda Ivo; Henrique Cruz; Dirceu Marroquim e Karla Patrícia Lima. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/aid/MarioMelo.bibliografia.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

GASPAR, Lúcia; PORDEUS, Raquel; SILVA, Rosi Cristina. **Manoel Correia de Andrade: cronologia e bibliografia**. Recife: Editora Universitária UFPE. 1996.

GATTI JR., Décio. **Entre Políticas de Estado e Práticas Escolares: uma história do livro didático no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa** [1964] São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

GEOSUL. **Entrevistas**. Revista do Departamento de Geociências – CCH. Universidade Federal de Santa Catarina. n. 12/13. Ano VI. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991/1992.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Poço Comprido: um engenho no Vale do Siriji**. 10 de outubro de 2016. O Comments. Disponível em:

<<http://pococomprido.com.br/poco-comprido-um-engenho-no-vale-do-siriji>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajetória Epistemológica de Milton Santos**. 2011. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GUALBERTO, José. **Saúde do São Francisco e falta de Obras Adicionais são Entraves à Transposição**. Entrevista concedida a Fábio Victor e Eduardo Knapp. 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867802-saude-do-sao-francisco-e-falta-de-obras-adicionais-sao-entraves-a-transposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GUIMARÃES, Elena; LIRBÓRIO, Lúcia. **Manuel Correia de Andrade e a Cátedra Gilberto Freyre**. In: A Trajetória de Manuel Correia de Andrade: da casa grande à cátedra Gilberto Freyre. Homenagem recebida no Congresso de Iniciação Científica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão Regional do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano III, nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

GUSMÃO, Flávia de. **Fernanda Wanderley, uma lição de vida**. Recife: Caleidoscópio, 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/07/31/interna_nacional,887990/ibge-aponta-que-brasil-e-mais-rural-que-imaginado-e-propoe-nova-classi.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. Disponível em: <<https://www.calendarr.com/brasil/dia-da-criacao-do-ibge/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/ibge.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017/ IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Saberes Populares no Nordeste**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

JC Online. **Usina Cruangi volta a moer**. Jornal do Commercio, 15/09/2015. Disponível em:

<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/09/15/usina-cruangi-volta-a-moer--199017.php>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

KAYSER, Bernard. **La Région comme objet d'étude de la Géographie**. In: La Géographie Active. Presses Universitaires de France. Paris, 1964.

KERR, Warwick Estevam. **Destruição da Estrutura Ecológica**. In: Meio-Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. ANDRADE, Manuel Correia de; LESER, Walter; SACHS, Ignacy; FURTADO, Celso; KERR, Warwick Estevam. São Paulo: HUCITEC, 1975.

KOBLBEPP, Gerd. **A importância de Leo Weibel para a Geografia Brasileira e o Início das Relações Científicas entre o Brasil e a Alemanha no Campo da Geografia**. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Blumenau, 1 (2), p. 29-75, Primavera de 2013.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo: Nacional, 1934.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. **Perspectives de la Géographie Active en Pays Sous-Developpés**. In: La Géographie Active. Presses Universitaire de France. Paris, 1964.

LEITE, José Correia. **Memória: o homem do Nordeste – Entrevista com Manuel Correia de Andrade**. Revista Teoria e Debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 45, julho/agosto/setembro de 2000. Publicado em 20/04/2006. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/memoria-o-homem-do-nordeste-entrevista-com->>. Acesso em: 07 mar. 2018.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, Marcos Costa. **Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a geografia e a política do Nordeste Brasileiro**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22, nº65. São Paulo, out. 2007.

LINS, Jomário da Fonseca. **O Movimento Social Agrário das Ligas Camponesas em Pernambuco (1955 – 1964): as interpretações do geógrafo Manuel Correia de Andrade**. In: ALVES FELIPE, J. L. (org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

LINS, Leonardo Dantas. **Tordesilhas: a divisão do Brasil antes de Pedro Álvares Cabral**. Conferência pronunciada na abertura do Simpósio Os Descobrimentos Marítimos e as Fronteiras do Brasil, promovido pelo Centro de História do Brasil da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 20 de outubro de 1995. In: Tordesilhas: um marco geopolítico. Manuel Correia de Andrade (Org.). Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1997. (Descobrimentos; n. 10).

LIRBÓRIO, Lúcia; CYSNEIROS, Maria Cecília; MIRANDA, Maria Priscila. **Manuel Correia e a Questão Agrária**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

Livro das Sesmarias e COSTA, F. A. Pereira da, 1953 – vol. V- p. 24 In: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco/PROMATA. O Vale do Siriji/ Manuel Correia de Oliveira Andrade; **O Itinerário de Frei Caneca/ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779/1825)**. Organização e Apresentação de Roberto Salomão do Amaral e Melo. – Edição Fac-simile. – Recife: PROMATA, 2004.

LUCIANI, Fernanda Trindade. **Fernão Cardim (1540-1625)**.1998. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/98>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

MAGALHÃES, Agamenon. **O Nordeste Brasileiro**. Recife: Governo de Pernambuco/ Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1970 (Reimpressão).

MAIA, Doralice Sátyro. **O Pensamento de Manoel Correia de Andrade e a sua obra A Terra e o Homem no Nordeste**. [Trad. El pensamiento de Manoel Correia de Andrade y su obra A Terra e o Homem no Nordeste]. Wagner Costa Ribeiro; Paulo Roberto Rodrigues Soares (Coords.). In: Cidadania e Reforma Agrária no Brasil: a herança de Manoel Correia de Andrade. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, abr. 2009 vol. 13, nº. 288. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

MASSÉ, Pierre. **L'aménagement du territoire, projection géographique de la société de l'avenir**. In: Revue d' Économie Politique. Numéro Spécial. Sirey, Paris, 1964.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Anais Pernambucanos: 1493 – 1590**. Revista de História, v. 5, nº 12, Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1952 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/79932>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Manuel Correia de Andrade e a Questão Agrária Brasileira**. Economia Política do Desenvolvimento. Maceió, vol.3, Edição Especial, p. 191-203, ago. 2010.

MELO, Adriany de Ávila; VLACH, Vânia R. F.; SAMPAIO, Antônio Carlos F. **História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Geografia Socioambiental**. In: MENDONÇA, Francisco; KOSEL, Salete. (org.). In: Elementos da Epistemologia da Geografia Contemporânea. UFPR, 2002.

MENEZES, José Rafael de. **Vinculações e Devoluções na Obra de Manuel Correia de Andrade**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

MILANEZ, José Francisco Bernardes. **Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, USP. 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Parceria com a FAO levará ações ao semiárido. 20 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2771>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

MONBEIG, Pierre. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934 - 1977)**. Avaliação e Tendências. São Paulo: Publicação do Instituto de Geografia (Universidade de São Paulo), 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **História Social da Geografia no Brasil**: elementos para uma agenda de pesquisa. I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (Mesas Redondas), Rio Claro, vol.I. IGCE-UNESP, p. 17-23, 1999.

_____. **O Barão do Rio Branco e a Geografia**. In: Barão do Rio Branco: 100 anos de memória. Manoel Gomes Pereira (Organizador). Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1007-Barao do Rio Branco - 100 anos de memoria.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1007-Barao_do_Rio_Branco_-_100_anos_de_memoria.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. **Geografia. Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; RODRIGUES, Maria Fátima. **Manuel Correia de Andrade**: uma vida de trabalho em defesa de uma ciência geográfica socialmente compreendida. In: Revista Okara: Geografia em Debate, v.1 n1, p. 143-145. João Pessoa: UFPB, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MORMUL; Najla Mehanna; ROCHA, Márcio Mendes. **Breves Considerações acerca do Pensamento Geográfico**: elementos para análise. In Geografia Ensino & Pesquisa, v. 17, n. 3, p. 64-78, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/viewFile/7916/pdf>>. Acesso em: 20/03/2018.

MOTA E ALBUQUERQUE, Filho. **O Nordeste Brasileiro: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina**. Tese sorteada para o Concurso de Geografia e Cosmografia da Escola Normal do Estado. Recife, 1932.

MOURA, Abdias. **Um Homem Substantivo**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Lêda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Bagaço, 2008.

NASCIMENTO, Alvacy Lopes do. **A Evolução do Conhecimento Geográfico: da antiguidade à era da globalização**. Maceió: EDUFAL, 2003.

NASPOLINI, Rodrigo Benedet. **As primeiras faculdades de Direito: São Paulo e Recife** - eGov UFSC, 2011. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29120-29138-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, Lucivânio Jatobá de. **“M. C. DE ANDRADE”**. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade um Homem chamado Nordeste**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ONU Brasil. Atual Modelo de Urbanização é Insustentável, diz ONU-Habitat em Relatório. 30/05/2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/555708-atual-modelo-de-urbanizacao-e-insustentavel-diz-onu-habitat-em-relatorio>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS para a ALIMENTAÇÃO e a AGRICULTURA – FAO e MINISTÉRIO do MEIO AMBIENTE – MMA. **FAO no Brasil - FAO e Ministério do Meio Ambiente firmam parceria que levará ações de sustentabilidade ao semiárido brasileiro**. 21/12/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1073924/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

PELUSO JÚNIOR, Victor; MAMIGONIAN, Armen; PIZZOLATTI, Roland Luiz; BUSS, Maria Dolores; MACHADO, Ewerton V. **Entrevistas – Prof. Manuel Correia de Andrade**. GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências – CCH, Universidade Federal de Santa Catarina nº 12/13 – Ano VI – 2º Semestre de 1991 e 1º Semestre de 1992.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1493-1590**. Vol. I Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

PEREIRA, Geraldo. Contracapa de **O Fio e a Trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade**. Rita de Cássia Barbosa de Araújo (organizadora); participantes: Denis Bernardes, Eliane Moury Fernandes e Rita de Cássia Araújo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata**, Ano 2005. Disponível em: <www.promata.pe.gov.br>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

PERROUX, François. **L'Economie du XXe Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

PINHEIRO, Andrea; AMARAL, Tercio. **Os últimos atos de Miguel Arraes antes da deposição.** 2004. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/1964/ha50anos.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PONTES, Neuza. **Clarice Lispector e Chateaubriand estudaram no Ginásio Pernambucano.** 17 SET. 2011. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/09/clarisse-lispector-e-chateaubriand-estudaram-no-ginasio-pernambucano.html>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

PÔRTO DOMINGUES, Alfredo José. **Características Gerais da Grande Região Nordeste.** In: “Enciclopédia Brasileira dos Municípios”, vol. VI. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Prefácio** In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco/ PROMATA. **O Vale do Siriji/ Manuel Correia de Oliveira Andrade; O Itinerário de Frei Caneca/ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779 – 1825).** Organização e Apresentação de Roberto Salomão do Amaral e Melo. – Edição Fac-símile. – Recife: PROMATA, 2004.

QUINTAS, Fátima. **Entrevista - Memória com Manuel Correia de Andrade.** Recife: Edições Bagaço, 2007.

_____. **Entrevista-Memória com Manuel Correia de Andrade.** In: *Tempo Tríblio*. v.1, n.1, Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006.

RABELO, Dácio de Lyra. **O Nordeste: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina.** Tese apresentada a Concurso para provimento da cadeira de Geografia Geral, Geografia do Brasil e Noções de Cosmografia da Escola Normal de Pernambuco. Recife, 1932.

REIS, Palhares Moreira. **A Universidade no Brasil e em Pernambuco: antecedentes históricos.** R. Inf. Legisl. Brasília a. 28 nº 111 jul/set 1991. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/175912/000458579.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

RIBEIRO, Adelino Antônio da Silva. **Olhares Inexplorados sobre a Amazônia no Ensino de Física: uma abordagem da História da Ciência e da Tecnologia na Amazônia com ênfase nos Relatos dos Naturalistas.** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2018.

RIBEIRO, Filipe Guiuseppe Dal Bo. **Os Sertões, a Geografia e a Crítica na Visão Euclidiana.** XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – A Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. Maranhão: São Luís. Julho de 2016 . Disponível em:

<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1465090429_ARQUIVO_Osserto.es.ageografiaeacriticanaavisaoeuclidiana.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Cooperação e conflito por águas transfronteiras na América Latina**. Brasília: Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2013. Ano 10, 77 ed. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2948:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. **Riscos e Vulnerabilidade Urbana no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331(65). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331-65.htm>>. Acesso em: abr. 2015.

_____. **Em Busca da Qualidade de Vida**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Camila B. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Mudanças Climáticas, Realismo e Multilateralismo**. Terra Livre p. 75 – 84. São Paulo Ano 18 , vol. I, n. 18 JAN.-JUN./ 2002.

_____. **Relação espaço/tempo**: considerações sobre a materialidade e a dinâmica de história humana. Terra Livre, n. 4, p. 39-53, 1988.

RIBEIRO, Wagner Costa; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Coord.); MAIA, Doralice Sátyro; LÓPEZ GALLERO, Álvaro; MARTINS, César Augusto Ávila; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Cidadania e reforma agrária no Brasil: a herança de Manoel Correia de Andrade**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de abril de 2009, vol. XIII, núm. 288. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-288.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Capítulo 3: Variáveis de Educação dos Censos Demográficos Brasileiros de 1960 a 2000**. In: Parte II Bases de Dados Educacionais – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2015. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/154>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira**. Terra Brasilis Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 1/ 2000. Geografia: Disciplina Escolar. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/293>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

ROCHA, Tadeu. **A Geografia Moderna em Pernambuco**. Boletim Paulista de Geografia. Nº 17, Julho de 1954. Crítica e Bibliografia.43-51.

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da Educação no Brasil**, 2013. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/cerlandiaaguilar/romanelli-otaza-oliveira-histria-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Meio-ambiente e desenvolvimento**: estratégias de harmonização. In: ANDRADE, Manuel Correia de; LESER, Walter; SACHS, Ignacy; FURTADO, Celso; KERR, Warwick Estevam. Meio-Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 1975.

SAMPAIO, Flávio Antônio Cabral. **O Setor Secundário da Economia no Espaço Pernambucano**. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Coordenador). Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade. João Pessoa: Editora Grafset, 2009.

SANTIAGO, João Phelipe. **A Geografia no Brasil**: A Contribuição de Manuel Correia de Andrade. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 6. ed., 1. reimpr. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1978.

SANZ-CABALLERO, S. **Children's rights in a changing climate**: a perspective from the United Nations Convention on the Rights of the Child. Ethics in science and environmental politics. V.13. Alfara, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Contribuições para o Entendimento da Obra de Manuel Correia de Andrade**: Geografia, Região, Espaço e Território. Geo UERJ. Ano 12, nº 21 v. 2 2º sem. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1481/1241>>. Acesso em: 15 set. 2018.

SCHWARTZMAN, S. **Um Espaço para a Ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SILVA, Alderlan Wellington de Oliveira; CYSNEIROS, Maria Cecília de Deus; ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. **O PROMATA em Vicência – PE. Sua Atuação quanto às Necessidades Locais**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SILVA, Amanda. **Desertificação torna 120 mil quilômetros quadrados de terra inférteis todos os anos**. A Tarde SP – Notícias, Mundo. 19/06/2018. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/mundo/noticias/1970660-desertificacao-torna-120-mil-quilometros-quadrados-de-terra-inferteis-todos-os-anos>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SILVA, Leonardo Dantas. **Tordesilhas**: A Divisão do Brasil antes de Pedro Álvares de Cabral. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Tordesilhas: Um Marco Geopolítico**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

SOUZA, Janaína Andrade. **Saúde do São Francisco e falta de Obras Adicionais são Entraves à Transposição**. Entrevista concedida a Fábio Victor e Eduardo Knapp. 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867802-saude-do-sao-francisco-e-falta-de-obras-adicionais-sao-entraves-a-transposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SOUZA, Maria Adélia de. **Manuel Correia de Andrade e o Desenvolvimento da Geografia do Brasil**. In: ALVES FELIPE, J. L. (Org.). **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

SUASSUNA, João. **Saúde do São Francisco e falta de Obras Adicionais são Entraves à Transposição**. Entrevista concedida a Fábio Victor e Eduardo Knapp. 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867802-saude-do-sao-francisco-e-falta-de-obras-adicionais-sao-entraves-a-transposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

TOLLENARE, Louis François de. **Notas Dominicais**. Salvador: Editora Livraria Progresso, 1958.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução 03/98**. Recife, 1998.

VAINSENCER, Semira Adler. Manoel Correia de Andrade. Portal da Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007. Disponível em: <<http://semiraadlervainsencher.blogspot.com/2009/05/manoel-correia-de-andrade.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

VALLAUX, Camille. **Les Scienses Géographiques**. Paris, Felix Alcan, 1929.

VASCONCELOS SOBRINHO, João. **As Regiões Naturais de Pernambuco**. Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco. Recife, V3 1941. In: **As Regiões Naturais do Nordeste, O Meio e a Civilização**. Recife: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE, 2005.

_____. **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1970. Reedição em 2005.

_____. Apontamentos de aula da disciplina Geografia Política e Geopolítica: teorias sobre o território e o poder e sua aplicação à realidade Contemporânea. São Paulo, 2015.

VESENTINI, José William. **Apresentação**. In: LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy Meschinet de. **O Risco, os Riscos**. IN: VEYRET, Yvette (Org.) Os Riscos. São Paulo: Contexto, 2007.

VIAU, Pierre. **Démocratie, Planification, Aménagement**. Les Éditions Ouvrières Économie et Humanisme. Paris, s/d.

VICTOR, Fabio; KNAPP, Eduardo. **Em Meio a Maior Seca, Transposição do Rio São Francisco divide Nordestinos**. São Paulo: Folha de São Paulo. 19 mar. 2017a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867771-em-meio-a-maior-seca-transposicao-do-rio-sao-francisco-divide-nordestinos.shtml>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VICTOR, Fabio; KNAPP, Eduardo. **Saúde do São Francisco e Falta de Obras Adicionais são Entraves à Transposição**. (Enviados especiais ao Nordeste). 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867802-saude-do-sao-francisco-e-falta-de-obras-adicionais-sao-entraves-a-transposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

WAIBEL, Leo. **Carta de Weibel a Pfeifer**, de 26.12.1946, do Rio de Janeiro.

WANDERLEY, Messias da Costa. **Geografia Política e Geopolítica**. Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora HCITEC, 1992.

_____. **Apontamentos de aula da disciplina Geografia Política e Geopolítica**: teorias sobre o território e o poder e sua aplicação à realidade Contemporânea. São Paulo, USP, 2015.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RAMIRES, Jane Z. S.; AMICCI, Anie Gracie Noda; ZULIMAR, Márita Ribeiro; RIBEIRO, Wagner Costa. **Sentidos do Risco: interpretações teóricas**. Biblio 3 W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785, 25 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; VALVERDE, Arthur Tavares. **Entrevista Manuel Correia de Andrade**. Geografares - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, nº 3, jun. 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 INDICADORES UTILIZADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE POLOS EM PERNAMBUCO

Em alguns de seus trabalhos, a exemplo de *Espaço, Polarização e Desenvolvimento* (1967b), *Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico do Nordeste e Identificação dos Polos de Desenvolvimento* (1967a) e, *Considerações sobre a Metodologia para a Aplicação da Teoria dos Polos de Desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil* (1970b), Andrade propôs uma Metodologia para identificação de polos que por ele foi aplicada ao espaço pernambucano quando em 1968/1969 prestou assessoria ao CONDEPE.

Reportando-se a esse trabalho desenvolvido na instituição estadual, Andrade (1970b) salientou: “No segundo semestre de 1968 e no primeiro semestre de 1969 tivemos a oportunidade de aplicar a primeira etapa desta metodologia ao espaço do Estado de Pernambuco” (ANDRADE, 1970b, p. 16).

Dizia, ainda que: “A segunda etapa, ou seja, o estudo dos fluxos para as cidades selecionadas como polos se acha ainda em realização” (ANDRADE, 1970b, p. 16). Contudo, sabe-se que, com a sua saída do órgão, esse trabalho não teve continuidade.

Assim, a Metodologia que foi concebida pelo estudioso envolveu duas etapas: “a) levantamento dos equipamentos urbanos existentes secundários e terciários; b) levantamento dos fluxos para os centros urbanos relativamente bem equipados” (ANDRADE, 1970b, p. 11).

Na primeira etapa do trabalho, o pesquisador deu ênfase aos itens elencados no Quadro 1, observando o comportamento dos mesmos nas 164 cidades que compunham o Estado de Pernambuco, naquele ano estudado, 1969.

Quadro 1 - Itens que foram considerados na distribuição da população e dos equipamentos urbanos secundários e terciários na totalidade das cidades do estado de Pernambuco.

Porcentagem da população urbana na população total de cada município	
Relação entre o valor da produção agrícola e industrial de cada município	
Equipamentos industriais quanto ao número de estabelecimentos: número de empregados; valor da produção industrial e tipos de indústrias	
Equipamentos comerciais	tipos de estabelecimentos: atacadistas, varejistas
	número de empregados por tipos
	armazéns e silos;
Equipamentos bancários:	bancos
	cooperativas
	número de empregados por bancos e cooperativas
Equipamentos administrativos	
Equipamentos de educação:	ensino secundário de 1º ciclo
	ensino secundário de 2º ciclo,
	ensino superior
Equipamentos de saúde:	número de hospitais
	número de leitos
Equipamentos de cultura e de lazer:	teatros
	cinemas
	clubes
Número de tipos de profissionais liberais em cada centro urbano:	advogados
	médicos
	agrônomos
	engenheiros
	veterinários
	dentistas
	farmacêuticos
Equipamentos de transporte	

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia (1970b).

Organizado por: ANDRADE, Thais Correia (2018).

Segundo Andrade (1970b),

Após o exame setorial da distribuição dos equipamentos urbanos pelas 164 cidades do Estado [...] podemos fazer uma classificação das mesmas, levando em conta a maior ou menor disponibilidade de

equipamentos. [...] Para obter classificação, como possível *pólo regional*, cada cidade deveria ter se classificado em, pelo menos, 20 itens; como possível *pólo sub-regional, razoavelmente equipado*, em, pelo menos 10 itens; e como possível *pólo sub-regional, subequipado*, em, pelo menos, 5 itens. Após obter esta classificação horizontal, fizemos um estudo da posição geográfica de cada cidade e da distância dos outros centros bem equipados (ANDRADE, 1970b, p. 16).

Para obter aquela classificação mencionada, ele inicialmente listou um conjunto de itens e contabilizou a quantidade de pontos obtidos pelas cidades em função da quantidade de população urbana e da disponibilidade dos equipamentos existentes (Tabela1). Assim, dizia ele: “Inicialmente, levando em consideração os itens [...] pudemos ver a classificação das cidades [...]” (ANDRADE, 1970, p. 16).

Percebeu-se ao analisar a Tabela 1 que das 164 cidades do Estado nem todas se enquadraram àquela classificação horizontal não obtendo, por conseguinte, a pontuação que foi previamente estabelecida.

Posteriormente, após essa identificação realizada, Andrade (1970b) acrescentava:

Escolhidos, com base nestes critérios, os pólos dos três tipos (regionais, sub-regionais razoavelmente equipados e sub-regionais subequipados), passamos a fazer o estudo vertical, comparando quantitativamente os seus equipamentos, para que se possa aquilatar a importância e o poder polarizador de cada um deles, sem se esquecer das particularidades que os caracterizam (ANDRADE, 1970b, p. 16).

Analisando-se a Tabela 1, segundo Andrade (1970b), cerca de:

[...] 5 cidades se encontrariam no primeiro grupo, 11 no segundo grupo, e 11 no terceiro grupo. Além disso, 42 outras cidades pernambucanas conseguiram obter de 1 a 4 pontos. Assim, cerca de 96 cidades não conseguiram se classificar em nenhum dos itens, o que indica a pequena importância da urbanização no Estado ou a pouca importância científica da adoção do critério administrativo adotado no Brasil para indicar a distinção entre população urbana e rural (ANDRADE, 1970b, p. 18).

Tabela 1 - Classificação horizontal das cidades - Pernambuco - 1970.

(continua)

Cidades	Cidades																														TOTAL								
	População urbana superior a 10.000 hab.	Produção industrial com valor superior a NCR\$ 10.000.000,00	Dez ou mais indústrias de tipos diferentes	Mais de 1.000 trabalhadores industriais	Mais de 100 estabelecimentos industriais	Mais de 1.000 trabalhadores artesanais	Mais de 400 estabelecimentos artesanais	Indústria com incentivo oficial	Mais de 20 estabelecimentos comerciais atacadistas	Mais de 100 trabalhadores em estabelecimentos atacadistas	Mais de 200 estabelecimentos comerciais varejistas	Mais de 500 trabalhadores em estabelecimentos varejistas	Estabelecimentos de ensino superior	Oferece 3 tipos de cursos do 2º ciclo	Mais de 4 estabelecimentos do 2º ciclo	Mais de 400 estudantes do 2º ciclo	Mais de 1.000 alunos de 1º ciclo	Mais de 4 cinemas	Mais de 4 associações culturais	Mais de 5 associações desportivas	Emissoras de TV	Emissoras de Rádio	Hospitais com mais de 100 leitos	Sede de Regiões de Saúde	Mais de 9 médicos residentes	Mais de 5 dentistas residentes	Mais de 5 farmacêuticos residentes	Bancos oficiais	Bancos particulares	3 ou mais cooperativas		Escritórios Regionais da ANCARPE	Armazens e Silos da CAGEP	Consumo de energia superior a 3.000.000kwh	Mais de 3 agrônomos residentes	Mais de 2 veterinários residentes	Mais de 4 advogados residentes	Mais de 4 engenheiros residentes	
Recife	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	34
Olinda	X		X	X				X				X			X	X	X			X																			17
Caruaru	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	33
Arcoverde	X		X					X	X	X		X			X	X	X			X			X	X	X	X							X	X	X	X	X	X	23
Garanhuns	X		X			X		X	X		X	X	X	X	X	X	X			X			X	X	X	X						X	X	X	X	X	X	X	26
Goiana	X	X		X				X			X	X		X				X		X													X		X		X	X	14
Jaboatão	X			X				X			X	X		X	X	X	X	X	X	X		X			X	X										X	X		19
Limoeiro	X							X	X		X			X								X	X				X							X	X	X			13
Pesqueira	X		X					X						X								X	X									X	X	X					10
Timbaúba	X					X		X	X	X	X	X		X	X	X	X					X				X							X	X	X				19
Vitória de Sto. Antônio	X							X	X													X										X				X			9
Belo Jardim	X				X	X																						X						X					5
Bezerros	X		X					X	X		X	X		X			X			X		X		X										X		X		17	
Cabo	X	X		X				X			X	X								X																	X		12
Carpina	X																					X																X	6
Escada	X			X		X														X														X				6	
Gravatá	X					X	X	X			X													X										X				6	
Moreno	X			X				X												X															X			5	
Palmares	X							X			X			X	X	X								X	X	X											X	X	13
Paulista	X	X		X				X			X	X						X		X		X	X		X	X													12
Petrolina	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X				X	X	X			X		X	X	X	X	X		X	X		X		X	X	X	X	X	X	27
Ribeirão	X			X				X												X																			4
Salgueiro	X							X																X					X				X					X	6

(conclusão)

Cidades	Indicadores																								TOTAL															
	População urbana superior a 10.000 hab.	Produção industrial com valor superior a R\$ 10.000.000,00	Dez ou mais indústrias de tipos diferentes	Mais de 1.000 trabalhadores industriais	Mais de 100 estabelecimentos industriais	Mais de 1.000 trabalhadores artesanais	Mais de 400 estabelecimentos artesanais	Indústria com incentivo oficial	Mais de 20 estabelecimentos comerciais atacadistas	Mais de 100 trabalhadores em estabelecimentos atacadistas	Mais de 200 estabelecimentos comerciais varejistas	Mais de 500 trabalhadores em estabelecimentos varejistas	Estabelecimentos de ensino superior	Oferece 3 tipos de cursos do 2º ciclo	Mais de 4 estabelecimentos do 2º ciclo	Mais de 400 estudantes do 2º ciclo	Mais de 1.000 alunos de 1º ciclo	Mais de 4 cinemas	Mais de 4 associações culturais	Mais de 5 associações desportivas	Emissoras de TV	Emissoras de Rádio	Hospitais com mais de 100 leitos	Sede de Regiões de Saúde		Mais de 9 médicos residentes	Mais de 5 dentistas residentes	Mais de 5 farmacêuticos residentes	Bancos oficiais	Bancos particulares	3 ou mais cooperativas	Escritórios Regionais da ANCARPE	Armazens e Silos da CAGEP	Consumo de energia superior a 3.000 kWh	Mais de 3 agrônomos residentes	Mais de 2 veterinários residentes	Mais de 4 advogados residentes	Mais de 4 engenheiros residentes		
Canhotinho							X																		X			X												3
São Caitano							X																X		X			X					X				X			6
S. José do Egito							X																							X										2
Sertânia							X																					X	X											3
També							X			X																														2
Flôres									X																				X											2
Vertentes								X		X																		X	X											4
Vicência													X										X					X												3
Nazaré da Mata														X														X												2
Belém de Maria																												X												1
Paudalho																						X						X							X					3
Afogados da Ingazeira																				X																X				2
Floresta																															X					X				2
Belém do S. Francisco																																								0
Bom Conselho																																					X			1
Cabrobó																															X									1
S. Bento do Una																															X									1
Lajedo																																				X				1
Taquaritinga do Norte																																					X			1
Petrolândia																																								0
Gameleira																																								0

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Em seguida a essa classificação horizontal das cidades, o estudioso procedeu à classificação vertical das mesmas e, para isso, organizou um conjunto de 3 Tabelas contendo cada uma delas, a importância dos equipamentos das cidades pelos grupos: polos regionais (Tabela 2), polos sub-regionais razoavelmente equipados (Tabela 3) e polos sub-regionais subequipados (Tabela 4).

De acordo com Andrade (1970b), a análise dos polos apenas pela classificação horizontal não revelava a ideia da maior ou menor importância dos mesmos uma vez que, muitas vezes os valores por eles alcançados dentro da mesma categoria não expressava o grau de hierarquia existente entre eles. O mesmo não acontecia na classificação vertical.

Na Tabela 2 onde são vistas as cinco cidades que compunham naquela época, o primeiro grupo, Andrade (1970b) se referiu a elas afirmando que as mesmas:

constituem os verdadeiros centros regionais do Estado; e embora do ponto de vista horizontal apresentem pequena diferença quanto ao número de pontos atingidos, do ponto de vista vertical há como se pode observar [...], uma grande diferença entre o Recife e os demais centros (ANDRADE, 1970b, p. 18).

Em função disso, ele salientava Recife não como um polo regional, mas sim como polo “macrorregional”.

Tabela 2 - Importância dos equipamentos das cidades do 1º grupo.

Cidades	População urbana superior a 10.000 hab.	Produção industrial com valor superior a NCR\$ 10.000.000,00	Dez ou mais indústrias de tipos diferentes	Mais de 1.000 trabalhadores industriais	Mais de 100 estabelecimentos industriais	Mais de 1.000 trabalhadores artesanais	Mais de 400 estabelecimentos artesanais	Indústria com incentivo oficial	Mais de 20 estabelecimentos comerciais atacadistas	Mais de 100 trabalhadores em estabelecimentos atacadistas	Mais de 200 estabelecimentos comerciais varejistas	Mais de 500 trabalhadores em estabelecimentos varejistas	Estabelecimentos de ensino superior	Oferece 3 tipos de cursos do 2º ciclo	Mais de 4 estabelecimentos do 2º ciclo	Mais de 400 estudantes do 2º ciclo	Mais de 1.000 alunos de 1º ciclo	Mais de 4 cinemas	Mais de 4 associações culturais	Mais de 5 associações desportivas	Emissoras de TV	Emissoras de Rádio	Hospitais com mais de 100 leitos	Sede de Regiões de Saúde	Mais de 9 médicos residentes	Mais de 5 dentistas residentes	Mais de 5 farmacêuticos residentes	Bancos oficiais	Bancos particulares	3 ou mais cooperativas	Escritórios Regionais da ANCARPE	Armazens e Silos da CAGEP	Consumo de energia superior a 3.000.000Kwh.	Mais de 3 agrônomos residentes	Mais de 2 veterinários residentes	Mais de 4 advogados residentes	Mais de 4 engenheiros
Recife	847.645	225.800.984	21	28.697	597	-	-	119	506	5.167	7.881	17.044	29	4	91	18.722	43.659	27	26	24	3	8	7.404	1	680	285	240	6	88	22	-	1	22.127.606	195	120	1.197	573
Caruaru	72.955	11.425.633	15	1.475	-	1.555	424	25	63	208	703	1.385	3	3	10	1.214	3.190	-	4	8	-	3	183	1	47	24	9	1	7	4	-	4	4	2	30	7	
Petrolina	19.054	10.008.420	13	1.103	107	1.707	-	5	21	110	231	-	1 (+)	-	4	447	1.137	-	-	5	-	1	118	1	11	7	-	2	2	-	1	-	3.038.923	8	2	4	9
Garanhuns	36.340	-	12	-	-	1.263	-	7	21	-	245	562	1	3	10	1.204	2.641	-	-	7	-	1	174	1	18	11	-	3	4	-	1	73	6.631.551	7	2	12	-
Arcoverde	23.401	-	12	-	-	-	-	1	32	106	220	515	-	3	8	550	1.621	-	-	5	-	1	105	1	16	7	-	1	2	-	-	73	3.308.246	5	2	-	7

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Tabela 3 - Importância dos equipamentos das cidades do 2º grupo.

Cidades	População urbana superior a 10.000 hab.	Produção industrial com valor superior a NCR\$ 10.000.000,00	Dez ou mais indústrias de tipos diferentes	Mais de 1.000 trabalhadores industriais	Mais de 100 estabelecimentos industriais	Mais de 1.000 trabalhadores artesanais	Mais de 400 estabelecimentos artesanais	Indústria com incentivo oficial	Mais de 20 estabelecimentos comerciais atacadistas	Mais de 100 trabalhadores em estabelecimentos atacadistas	Mais de 200 estabelecimentos comerciais varejistas	Mais de 500 trabalhadores em estabelecimentos varejistas	Estabelecimentos de ensino superior	Oferece 3 tipos de cursos do 2º ciclo	Mais de 4 estabelecimentos do 2º ciclo	Mais de 400 estudantes do 2º ciclo	Mais de 1.000 alunos de 1º ciclo	Mais de 4 cinemas	Mais de 4 associações culturais	Mais de 5 associações desportivas	Emissoras de TV	Emissoras de Rádio	Hospitais com mais de 100 leitos	Sede de Regiões de Saúde	Mais de 9 médicos residentes	Mais de 5 dentistas residentes	Mais de 5 farmacêuticos residentes	Bancos oficiais	Bancos particulares	3 ou mais cooperativas	Escritórios Regionais da ANCARPE	Armazens e Silos da CAGEP	Consumo de energia superior a 3.000.000Kwh.	Mais de 3 agrônomos residentes	Mais de 2 veterinários residentes	Mais de 4 advogados residentes	Mais de 4 engenheiros residentes	
Jaboatão	34.991	-	-	1.583	-	-	-	14	-	-	663	1.038	-	3	4	471	2.929	4	4	16	-	1	-	-	32	8	-	-	4	-	-	-	-	-	-	2	-	10
Vitória de Sto. Antônio	28.014	-	-	-	-	1.050	-	3	22	279	494	934	-	4	5	418	1.151	-	-	-	-	1	-	-	-	7	7	2	2	-	-	25	4.982.348	4	-	-	-	
Limoeiro	24.370	-	10	-	-	-	-	8	20	-	274	595	-	3	-	-	1.040	-	-	5	-	1	-	-	-	-	-	2	1	3	-	25	3.264.456	3	-	-	4	
Olinda	115.398	-	17	1.584	-	-	-	5	-	-	424	697	-	-	4	550	2.529	-	-	12	-	-	-	1	18	12	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	40	10
Goiana	20.730	16.239.175	-	2.087	-	-	-	3	-	-	365	597	-	3	-	-	-	4	-	7	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	11.887.980	-	-	5	5	
Palmares	16.498	-	-	-	-	-	-	1	-	-	208	-	-	3	5	404	-	-	-	-	-	-	-	-	9	5	-	2	1	-	-	-	-	-	-	6	5	
Pesqueira	20.095	-	-	-	-	-	-	1	28	-	238	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	208	-	-	6	-	1	1	-	1	-	-	-	6	-	-	
Cabo	10.639	17.112.205	-	3.432	-	-	-	6	-	-	341	580	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	13	-	-	1	2	-	-	-	5.832.486	-	-	4	-	
Paulista S.	19.353	16.137.988	-	3.043	-	-	-	2	-	-	537	745	-	-	-	-	-	4	-	9	-	1	435	-	42	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lourenço da Mata	-	11.891.570	-	1.795	-	-	-	4	-	-	-	-	-	3	4	-	-	4	-	6	-	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	9.683.611	-	2	-	4	
Timbaúba	22.387	-	12	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	1	4	1	13	3.553.930	-	-	-	-		

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Tabela 4 - Importância dos equipamentos das cidades do 3º grupo.

Cidades	Importância dos equipamentos das classes de 1º grupo:																																						
	População urbana superior a 10.000 hab.	Produção industrial com valor superior a NCR\$ 10.000.000,00	Dez ou mais indústrias de tipos diferentes	Mais de 1.000 trabalhadores industriais	Mais de 100 estabelecimentos industriais	Mais de 1.000 trabalhadores artesanais	Mais de 400 estabelecimentos artesanais	Indústria com incentivo oficial	Mais de 20 estabelecimentos comerciais atacadistas	Mais de 100 trabalhadores em estabelecimentos atacadistas	Mais de 200 estabelecimentos comerciais varejistas	Mais de 500 trabalhadores em estabelecimentos varejistas	Estabelecimentos de ensino superior	Oferece 3 tipos de cursos do 2º ciclo	Mais de 4 estabelecimentos do 2º ciclo	Mais de 400 estudantes do 2º ciclo	Mais de 1.000 alunos de 1º ciclo	Mais de 4 cinemas	Mais de 4 associações culturais	Mais de 5 associações desportivas	Emissoras de TV	Emissoras de Rádio	Hospitais com mais de 100 leitos	Sede de Regiões de Saúde	Mais de 9 médicos residentes	Mais de 5 dentistas residentes	Mais de 5 farmacêuticos residentes	Bancos oficiais	Bancos particulares	3 ou mais cooperativas	Escritórios Regionais da ANCARPE	Armazens e Silos da CAGEP	Consumo de energia superior a 3.000.000Kwh.	Mais de 3 agrônomos residentes	Mais de 2 veterinários residentes	Mais de 4 advogados residentes	Mais de 4 engenheiros residentes		
Belo Jardim	12.354	-	-	-	-	-	-	2	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	3	-	4	-		
Serra Talhada	13.903	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.162	-	-	-	-	158	-	9	-	9	-	-	3	1	25	-	-	5	-	-	-	-	
Surubim	-	-	10	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	5	3	-	-	-	-	
Barreiros	-	-	-	1.058	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	390	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	3	2	-	-	-	-	
Arapirina	-	-	-	-	-	3.653	405	-	63	-	291	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	
Escada	14.667	-	-	1.927	-	4.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	114	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	4.617.762	-	-	-	-	-
Gravatá	13.427	-	-	-	-	3.487	766	3	-	-	242	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salgueiro	12.360	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	5	-
Moreno	15.794	-	-	1.688	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.033.688	-	-	-	-	-	-
Igarassu	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	313	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	11.020.096	-	-	-	-	-	-
S. José do Egito	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	1	-	-	-	-	13	-	-	-	2	-	-	-	-

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

A Tabela 5 diz respeito à classificação vertical das cidades do 1º grupo.

Tabela 5 - Classificação vertical das cidades do 1º grupo.					
Itens	Recife	Caruaru	Petrolina	Garanhuns	Arcoverde
I	85	7	2	4	2
II	23	1	1	-	-
III	2	2	1	1	1
IV	29	1	1	-	-
V	6	-	1	-	-
VI	-	2	2	1	-
VII	-	1	-	-	-
VIII	119	25	5	7	1
IX	25	3	2	2	3
X	52	2	1	-	1
XI	39	4	1	1	1
XII	34	3	-	1	1
XIII	29	3	-	1	-
XIV	1	1	-	1	1
XV	23	3	1	3	2
XVI	47	3	1	3	1
XVII	44	3	1	3	2
XVIII	7	-	-	-	-
XX	5	2	1	1	1
XXI	3	-	-	-	-
XXII	8	3	1	1	1
XXIII	74	2	1	2	1
XXIV	1	1	1	1	1
XXV	76	9	1	2	2
XXVI	57	5	1	2	1
XXVII	48	2	-	-	-
XXVIII	6	1	2	3	1
XXIX	88	7	2	4	2
XXX	7	1	-	-	-
XXXI	-	1	1	1	1
XXXII	1	128	-	73	73
XXXIII	7	-	1	2	1
XXXIV	65	1	3	2	2
XXXV	60	1	1	1	1
XXXVI	299	8	1	3	-
XXXVII	143	2	2	-	2
TOTAL	1513	238	39	126	106

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Andrade (1970b) destacava:

Para classificar a importância dos pólos, usamos a classificação vertical, dando um ponto em cada um dos 37 itens à cidade que apresentasse o dobro do estabelecido neste item para a obtenção da classificação horizontal. Cada vez que ela multiplicou este número, obteve um ponto. Assim, no item 1, a classificação horizontal era obtida apenas pela cidade que obtivesse mais de 10.000 habitantes. Na classificação vertical, ela obterá um ponto por cada vez que sua população multiplique 10.000. As frações que forem superiores à metade, serão arredondadas para 1 e as inferiores serão anuladas (ANDRADE, 1970b, p. 18-19).

Concluindo a análise que fez do primeiro grupo, ele afirmou que: “ [...] a classificação dos cinco principais centros foi a seguinte (pontos horizontais / verticais): Recife, 34/ 1.513; Caruaru 33/ 238; Garanhuns, 26/ 126; Petrolina, 27/ 39; e finalmente Arcoverde, 23/ 106” (ANDRADE, 1970b, p. 20).

Observou-se que esses pontos foram obtidos a partir daqueles totais que constam na Tabela 1 e, na Tabela 5.

O mesmo procedimento que ele adotou para o primeiro grupo (tomando por base os pontos horizontais e verticais alcançados) fez para os dois outros grupos, ou seja, para os polos sub-regionais razoavelmente equipados e para os sub-regionais subequipados, como se observa nas Tabelas 3 e 6 para as cidades do segundo grupo e, nas Tabelas 4 e 7 para as cidades do terceiro grupo.

Tabela 6 - Classificação vertical das cidades do 2º grupo.

Itens	Jaboatão	Vitória de S. Antão	Limoeiro	Olinda	Goiana	Palmares	Pesqueira	Cabo	Paulista	S. Lourenço da Mata	Timbaúba
I	3	3	2	12	2	2	2	1	2	-	2
II	-	-	-	-	2	-	-	2	2	1	-
III	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	1
IV	2	-	-	2	2	-	-	3	3	2	-
VI	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII	14	3	8	5	3	1	1	6	2	4	2
IX	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-
X	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XI	3	2	1	2	2	1	1	2	3	-	-
XII	2	2	1	1	1	-	-	1	1	-	-
XIV	1	1	1	-	1	1	1	-	-	1	1
XV	1	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-
XVI	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
XVII	3	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-
XVIII	1	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-
XIX	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX	3	-	1	2	1	-	-	1	2	1	-
XXII	1	1	1	-	-	-	1	1	1	1	-
XXIII	-	-	-	-	-	-	2	-	4	-	-
XXIV	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
XXV	4	-	-	2	-	1	-	1	-	5	-
XXVI	2	1	-	2	-	1	1	-	2	-	-
XXVII	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1
XXVIII	-	2	2	-	1	2	1	1	-	-	2
XXIX	4	2	1	1	-	1	1	2	-	-	1
XXX	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1
XXXI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
XXXII	-	25	25	-	-	-	-	-	-	-	13
XXXIII	-	2	1	-	4	-	-	2	-	3	3
XXXIV	-	1	1	-	-	-	2	-	-	-	-
XXXV	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
XXXVI	3	-	1	3	1	1	-	-	-	1	-
XXXVII	-	-	-	10	1	2	-	1	-	-	-
TOTAL	50	54	50	50	23	15	15	24	23	23	28

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Tabela 7 - Classificação vertical das cidades do 3º grupo.

Itens	Belo Jardim	Serra Talhada	Surubim	Barreiros	Araripina	Escada	Gravatá	Salgueiro	Moreno	Igarassu	S. José do Egito
I	1	1	-	-	-	1	1	1	2	-	-
III	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
IV	-	-	-	1	-	2	-	-	2	-	-
VI	-	-	-	-	4	4	3	-	-	-	-
VII	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-
VIII	2	-	2	-	-	-	3	7	1	4	2
IX	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
XI	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
XIV	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
XVII	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX	-	-	-	-	-	2	-	-	2	1	-
XXII	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXIII	-	2	-	2	-	1	-	-	-	3	-
XXV	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-
XXVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
XXVII	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXVIII	1	-	2	1	2	-	-	1	-	-	1
XXIX	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
XXX	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXXI	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-
XXXII	-	25	-	-	-	-	-	25	-	-	13
XXXIII	-	-	-	-	-	2	-	-	2	4	-
XXXIV	1	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-
XXXV	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	1
XXXVI	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
XXXVII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9	36	11	9	11	14	9	35	9	14	18

Fonte: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo – uma experiência no Nordeste do Brasil. Revista Mexicana de Sociologia, v. xxxii, 1970b.

Afirmava o autor da Metodologia que após essa identificação que foi feita dos centros mais bem equipados e, uma vez classificados segundo a nomenclatura por ele adotada, se passaria para uma segunda fase que corresponderia à identificação das suas respectivas áreas de influência, ou seja, à identificação das regiões polarizadas.

Dizia ele:

De posse destes elementos, examinando-se a posição geográfica de cada centro bem equipado e dos centros urbanos vizinhos, se pode selecionar aqueles que têm possibilidade de exercer função polarizadora em uma região de maior ou menor extensão (ANDRADE, 1970b, p. 12-13).

Acrescentava ser importante analisar a situação em que se achavam aqueles centros, naquele momento para que se pudesse identificar a dinamicidade ou não dos mesmos, ou seja, a fase em que eles se encontravam.

[...] em um período de progresso, de desenvolvimento, ou se numa fase de paralisia do desenvolvimento, ou mesmo de estagnação. Caracterizada a fase em que êle se encontra, podemos passar a examinar as causas, os motivos que os levaram a se encontrar na mesma, e quais as medidas mais urgentes e cabíveis que poderiam acelerar o seu desenvolvimento de forma harmônica (ANDRADE, 1970b, p. 13).

Tal procedimento era necessário com o objetivo de vir a subsidiar uma política para promover o desenvolvimento dos centros e corrigir os desequilíbrios que existiam e que estariam dificultando o seu crescimento.

Andrade (1970b) defendia a necessidade de, periodicamente, se rever o estudo de identificação dos polos “para poder estabelecer as condições de desenvolvimento ou de decadência dos mesmos” (ANDRADE, 1970b, p. 14). Isso se torna necessário tendo em vista a própria dinamicidade que caracteriza esses centros. Inclusive, um determinado centro desses poderá ao longo do tempo se desenvolver mais que outro, ampliando a sua área de influência ou mesmo ter o seu crescimento freado em função da presença de um outro polo que se desenvolva mais que ele.

Como já foi mencionado, a segunda etapa da metodologia para aplicação da Teoria de Polos em Pernambuco não foi desenvolvida. Os polos foram identificados, mas as regiões por eles polarizadas não foram definidas.

Para concluir, chama-se atenção para o fato de que, Manuel Correia (1970b) era de opinião que:

[...] os dados constantes dêste estudo são de grande valor para uma política de regionalização da administração pública e de racionalização e hierarquização dos recursos de que o Estado dispõe, assim como de uma política a longo prazo de racionalização da organização do espaço. E ainda, para concluir, ponto de partida para uma série de estudos objetivos e de meditação sôbre as possibilidades de melhor utilização dos recursos do Estado em benefício de sua população (ANDRADE, 1970b, p. 25).

APÊNDICE 2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE REPRESENTADA PELOS LIVROS E OPÚSCULOS ESCRITOS, NO PERÍODO 1952 A 2007

Nesse APÊNDICE 2 propõe-se apresentar a produção científica do geógrafo, professor e escritor Manuel Correia de Andrade, como uma das formas de registrar sua contribuição ao conhecimento da Geografia brasileira, nordestina e pernambucana, através de seus livros, artigos e opúsculos, escritos sobre diversos temas.

Em entrevista concedida a Quintas (2007), ele afirmava em relação a essas temáticas trabalhadas, “escrevo muito e sobre assuntos variados dentro de certas áreas das ciências sociais, [...] é difícil me pronunciar sobre qual o preferido” (ANDRADE, 2007, p. 19).

Os seus primeiros escritos não foram os livros, mas alguns Artigos feitos para jornais e revistas, da cidade do Recife e de Moreno, já nos anos 1940. Gaspar; Pordeus e Silva (1996) salientaram em *Manoel Correia de Andrade: cronologia e bibliografia*, exemplos dessas contribuições: *João Alfredo, o ministro da Abolição*, publicado no jornal, a Tribuna de Moreno, em 23 de maio de 1942 e, *A Campanha do Ginásiano Pobre e a Solução do Problema Humano no Brasil*, no Boletim da C. G. P, Recife, a.3, n.4, ano não recuperado, mas da década de 1940; *Novos Rumos das Letras no Brasil escrito em Região: Mensário de Divulgação Cultural*, Recife, a.1, n.2, dezembro de 1945 / janeiro de 1946 e, também, nesse mesmo veículo de Comunicação, a.3, n.5, setembro de 1947, *Em Torno do Padre Cícero*. Escreveu, ainda, sobre *O Sentido Social e Popular da Inconfidência Baiana* editado em *Resenha Literária*, Recife, a.2, n.5, agosto de 1949.

Percebe-se, por meio desses registros que eram temas relacionados a conteúdos distintos, mas que salientavam o interesse do pesquisador pela Geografia e a História. Traçando-se uma linha do tempo, observa-se que essa característica de Manuel Correia em escrever Artigos para Jornais e Revistas sobre assuntos diversificados e que muitas vezes fugiam a sua linha de estudos dentro da Geografia ou mesmo da História, o acompanharam ao longo dos anos. Exemplo disso foram os Artigos publicados no Diário de Pernambuco e, no Jornal do Commercio, no Caderno Opinião, sempre aos domingos, no período de 1995 a 2007.

Tendo em vista o objetivo a que se propõe esse Apêndice 2, teve-se a preocupação de identificar os livros e opúsculos levando em consideração quando possível, o ano da sua primeira edição, no intuito de que se possa relacionar esses escritos com o momento profissional vivido pelo Autor, na época.

Além dos livros didáticos, de alguns Artigos de jornais e de uns poucos escritos para revistas já salientados anteriormente, referentes à década de 1940, Manuel Correia de Andrade possui uma intensa produção intelectual composta não apenas por livros, capítulos de livros, opúsculos e colaborações em revistas. Além desses, existe uma série de contribuições em obras coletivas, organização de obras individuais e coletivas; prefácios, apresentações, introduções, colaborações em jornais e conferências, classificações estas criadas, em 1996, pelas autoras do livro citado anteriormente.

Em função do grande número de títulos contidos em cada uma dessas classificações, optou-se por trabalhar com o grupo, Livros e Opúsculos, levando em consideração, a princípio, o trabalho de identificação feito até o ano de 1996 por Gaspar; Pordeus e Silva (1996). A partir daí foram sendo inseridos nesse grupo, obedecendo a mesma lógica que vinha sendo adotada, novos trabalhos inéditos escritos por Manuel Correia de Andrade, identificados através de pesquisa bibliográfica em Catálogos de editoras, em bibliotecas e, em bibliografias expostas no final de cada novo título escrito pelo autor ou nas novas edições dos já existentes.

Apesar desses livros terem sido objeto de várias edições, a exemplo de *A Terra e o Homem no Nordeste*, *Espaço Polarização e Desenvolvimento*, *Geografia Ciência da Sociedade*, *História Econômica e Territorial do Brasil*, *Geopolítica do Brasil*, a menção aos mesmos nesse Apêndice é feita apenas uma vez. Caso não tenha sido possível identificar a edição pretendida, utilizou-se aquela de que se dispunha ou mesmo a que foi objeto de pesquisas no desenvolver da Tese.

As obras foram listadas por décadas, seguindo-se em cada uma dessas décadas, a ordem crescente do ano da publicação.

DÉCADA DE 1950

. *Geografia do Brasil* para a 3ª série do Curso Ginásial. São Paulo: Editora do Brasil, 1952. (Em colaboração com Hilton Sette).

- . *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Recife: Edições Nordeste, 1953
Cadernos da Província.
- . *Geografia Geral* para a 2ª série do Curso Colegial. São Paulo: Editora do Brasil, 1954. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *Itinerário de Águas Belas*. Recife: Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Universidade do Recife, 1954. Boletim n. 8. Seção E: Geografia e História.
- . *Geografia Geral* para a 1ª série do Curso Ginásial. São Paulo: Editora do Brasil, 1954. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *Geografia Geral* para a 2ª série do Curso Ginásial. São Paulo: Editora do Brasil, 1954. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *A Serra de Ororobá: contribuição ao estudo dos níveis de erosão do planalto da Borborema*. Recife: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, 1956.
- . *O Rio Mamanguape*. II volume da série Os Rios do Açúcar no Nordeste Oriental. Recife: Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957.
- . *Geografia do Brasil* para a 4ª série do Curso Ginásial. São Paulo: Editora do Brasil, 1957. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *O Vale do Siriji: um estudo de Geografia Regional*. Recife: F. Figueiredo, 1958. Tese de Concurso para provimento da Cadeira de Geografia Geral do Colégio Estadual de Pernambuco. (Edição Mimeografada).
- . *O Relevo da Zona Pioneira do Espírito Santo e da Região Contestada*: municípios de Mantena, Barra de São Francisco e Colatina. Recife: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, 1958. Filosofia, Ciências e Letras, 3.

. *Geografia e História de Pernambuco*. São Paulo: Editora do Brasil, 1959, 2ª. ed. (Em colaboração com Hilton Sette). A 1ª. ed. foi tirada em 1957, (edição Mimeografada).

. *Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. IV volume da série Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental. Recife: Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959.

. *Geografia Humana do Brasil* para a 3ª série do Curso Técnico de Contabilidade. São Paulo: Editora do Brasil. 1959. (Em colaboração com Hilton Sette).

DÉCADA DE 1960

. *Aspectos Geográficos da Região de Ubá*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961. Avulso nº 1.

. *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Recife: [Mousinho], 1961. Tese de Concurso para provimento da Cátedra de Geografia Econômica, da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, da Universidade do Recife.

. *Geografia do Brasil: região Nordeste*. São Paulo: Editora do Brasil, 1962. (Em colaboração com Hilton Sette).

. *Economia Pernambucana no Século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

. *O Distrito Industrial e suas Condições Climáticas*. Recife: CONDEPE, 1962.

. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

. *Iniciação à Geografia: ensino de primeiro grau*. São Paulo: Editora do Brasil, 1964. (Em colaboração com Hilton Sette).

. *Geografia Geral: física e humana*. São Paulo: Editora do Brasil, 1965. (Em colaboração com Hilton Sette).

. *A Guerra dos Cabanos*. Portadas de Israel Cysneiros; ilust. de Renato Silva. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. Temas Brasileiros, 7.

- . *Geografia do Brasil* para o Curso Colegial. São Paulo: Editora do Brasil, 1965. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *Aspectos Geográficos do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1966. (Mimeografado).
- . *Condições Naturais do Nordeste*. Recife: SUDENE. Divisão de Documentação, 1966. Geologia, 1. (Mimeografado).
- . *Condições Geográficas e Desenvolvimento*. Recife: SUDENE. Divisão de Documentação, 1967. (Mimeografado).
- . *Diagnóstico Geo-Sócio-Econômico do Nordeste e Identificação dos Polos de Desenvolvimento*. Recife: CRAM, 1967.
- . *O Agreste Oriental de Pernambuco*. Recife: CRAM, 1967. (Mimeografado).
- . *Geografia, Região e Desenvolvimento: introdução ao estudo do “aménagement du territoire”*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Instituto de Ciências Políticas e Sociais, 1967. Cadernos, 7.
- . *O homem e a cana de açúcar no Vale do Siriji*. Recife: Museu do Açúcar, 1967.
- . *Economia Brasileira: distribuição espacial das atividades econômicas no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Faculdade de Administração, 1967. (Mimeografado).
- . *La Région Cotière Semi-aride de Nord-Est du Brésil*. Lima, 1967. (Mimeografado).
- . *Anadia: um município do Agreste alagoano*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1967. Cadernos de Geografia, 3.
- . *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. Recife: Centro Regional de Administração Municipal – CRAM, 1967.
- . *Três Ensaio sobre a Realidade Nordestina*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1967.

- . *Estudos Pernambucanos*. São Paulo: Editora do Brasil, 1968. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *Geografia dos Continentes*. São Paulo: Editora do Brasil, 1968. (Em colaboração com Hilton Sette).
- . *Monte Alegre e a Indústria de Papel e Celulose no Paraná*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1968. Avulsos, n. 6.
- . *Considerações sobre a Divisão do Espaço Pernambucano em Microrregiões Homogêneas*. Recife: CONDEPE, 1968.
- . *Características Geoeconômicas das Regiões Prioritárias do Nordeste*. Recife: USAID; Universidade Federal de Pernambuco, 1968. (Mimeografado)
- . *Centralidade: definição de uma metodologia para o estudo da centralidade*. Rio de Janeiro: IBGE; Recife: CONDEPE, 1968. (Mimeografado).
- . *Recursos e Necessidades do Nordeste*. Recife, 1968.
- . *Paisagens e Problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- . *The Social and Ethnic Significance of the War of Cabanos*. Los Angeles: Califórnia University, 1968.
- . *Geografia Econômica do Nordeste: padrões da agricultura nordestina*. Recife: SUDENE/DRH. Divisão de Treinamento, 1969.
- . *Agricultura e Regionalização no Nordeste*. Recife: SUDENE, 1969. (Mimeografado).
- . *Sugestões para a Reforma Agrária*. Recife: CONDEPE, 1969.
- . *Organização Social e Política Brasileira*. São Paulo: Editora do Brasil, 1969.
- . *Considerações sobre a Distribuição dos Equipamentos Urbanos no Espaço Pernambucano e Indicação dos Pólos Existentes*. Recife: CONDEPE, 1969. 2v. (Mimeografado).

. *L'Industrialization et le Problème Agraire comme Agentes Moteurs et de Treinage de la Croissance Brésilienne*. Monte Carlo, Mônaco, 1969. (Mimeografado).

DÉCADA DE 1970

. *Nordeste, Espaço e Tempo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. Cadernos Brasileiros, 5.

. *Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina*. São Paulo: Editora Atlas, 1970. Geografia Econômica Regional Brasileira, v.1 A 1ª. ed. Mimeografada foi publicada em 1963, pela SUDENE.

. *Movimentos Nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1971.

. *O Nordeste e a Elaboração da Independência: o processo de ruptura de um sistema*. Recife, 1972. (Mimeografado).

. *A Indústria Vinhateira no Sul de Minas Gerais*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1972. Avulso, n. 5.

. *Aceleração e Freios ao Desenvolvimento Brasileiro*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

. *Geografia Econômica*. São Paulo: Editora Atlas, 1973.

. *Problemas e Perspectivas de Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE/PIMES, 1974.

. *Geografia de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1974.

. *Planejamento do Espaço Geográfico – casos típicos*. Recife, 1974. (Mimeografado).

. *Cidade e Campo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

- . *Povoamento e Degradação do Meio Natural: desenvolvimento ou desperdício*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1975.
- . *A Problemática Agropecuária de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975. 2ª. ed. A 1ª. ed. Mimeografada é de 1972, publicada pela UFPE/PIMES.
- . *A Pecuária nas Gerais do Norte de Minas*. Recife: UFPE/PIMES, 1975. Comunicações UFPE/PIMES, 8.
- . *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. Recife: SUDENE. Coordenação de Planejamento Regional, 1975. Estudos Regionais, 1.
- . *Polarizações para João Pessoa*. Recife: UFPE. Faculdade de Arquitetura. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1975. Estudos Urbanológicos, 3.
- . *O Processo de Ocupação do Espaço Pernambucano*. Recife: CONDEPE. Secretaria de Planejamento, 1976.
- . *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1976.
- . *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1976. Estudos Brasileiros, 4.
- . *Os Anos Trinta no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976. Comunicações PIMES/UFPE, 12.
- . *Considerações sobre as Relações de Dependência entre Centro e Periferia em Áreas Metropolitanas: o caso do Recife*. Recife: UFPE. Centro de Artes, 1977.
- . *A Dinâmica do Comércio Exterior do Brasil*. Recife: UFPE. Departamento de Ciências Geográficas, 1977. Notas e Comunicações de Geografia, 2.
- . *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1979.
- . *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. Brasil Ontem e Hoje, 9.

DÉCADA DE 1980

. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1980. Coleção História e Sociedade.

. *Dinâmica das Microrregiões de Intensa Atividade Migratória*. Recife: SUDENE. DRH; UFPE; UFPB, 1980. 4v. População e Emprego, 9. (Em colaboração com Gisela Franco Potengi).

. *1930: a atualidade da Revolução*. São Paulo: Editora Moderna, 1980. Coleção Contemporânea.

. *Espaço & Urbanização*. Recife: UFPE/PIMES, 1980. Comunicações PIMES/UFPE, 27. (Em colaboração com Fernanda Amazonas).

. *A Prioridade Nacional para a Agricultura e o Nordeste*. Rio de Janeiro: PUC, 1981. Estudos de Geografia Agrária.

. *Capital, Estado e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. Biblioteca de Ciências Sociais.

. *A Produção do Espaço Norte-Riograndense*. Natal: Editora Universitária da UFRN, 1981. Coleção Estudos Universitários, 4.

. *Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Editora Guararapes, 1981. Cadernos Guararapes, v. 2.

. *Produção do Espaço e Regionalização em Pernambuco*. Recife: UFPE. Departamento de Arquitetura, 1981. Texto para Discussão. (Em colaboração com Sevy de Barros Madureira).

. *A Propriedade da Terra e as Transformações Recentes da Agricultura Pernambucana*. Recife: UFPE. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1982. (Mimeografado). (Em colaboração com John Redwood III e Raul Fiorentino).

. *O Problema da Terra e a Questão Agrária em Pernambuco*. Recife: SUDENE; OEA; MDU; UFPE, 1982. (Mimeografado).

- . *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais*. Recife: SUDENE. Divisão de Política Espacial, 1982. Estudos Regionais, 7.
- . *As Alternativas do Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1983.
- . *Projeto, Avaliação e Diagnóstico da Geografia no Brasil*. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Superior, 1983.
- . *Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983. Coleção Agricultura e Sociedade.
- . *Geografia, Sociedade e Cultura*. Mossoró, Rio Grande do Norte: ESAM. Fundação Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v. 293.
- . *Poder Político e Produção do Espaço*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1984. Estudos e Pesquisas, 30.
- . *Sertão Sul*. Recife: SUDENE. Superintendência Adjunta de Planejamento. Divisão de Política Espacial, 1984. Estudos Regionais, 11.
- . *Ensaio sobre a Realidade Maranhense*. São Luís: IPES, 1984. Memória da Ciência Social do Maranhão, 1.
- . *Geografia Geral e do Brasil para o 2º Grau e Preparação aos Vestibulares*. São Paulo: Editora do Brasil, 1984. 3 v.
- . *Tendências e Possibilidades do Desenvolvimento do Nordeste em Seca: exposição e debates*. Natal: UFRN/PAEU, 1985.
- . *Classes Sociais e Agricultura no Nordeste*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1985. Estudos e Pesquisas, 39.
- . *Escravidão e Trabalho "Livre" no Nordeste Açucareiro*. Recife: ASA, 1985. Nordeste em Evidência, 12.

- . *O Caso do Nordeste Brasileiro*. Recife: ASA, 1986. Nordeste em Evidência, 14.
- . *O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Projeto Muda Nordeste/ Debate Regional*. Recife: INCRA, 1986.
- . *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986. Princípios, 48.
- . *Tendências Atuais da Geografia Brasileira*. Recife: ASA, 1986.
- . *Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora Atlas, 1987.
- . *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Ática, 1987. Princípios, 109.
- . *O Nordeste e a Nova República*. Recife: ASA, 1987.
- . *O Homem e a Cana de Açúcar no Vale do Siriji*. Recife, 1987.
- . *Mineração no Nordeste: depoimentos e experiências*. Brasília: CNPq, 1987. Recursos Minerais, Estudos e Documentos, 3 (Em colaboração com Eliane Gonçalves Moury Fernandes)
- . *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1988. Educar Aprendendo.
- . *Imperialismo e Fragmentação do Espaço*. São Paulo: Editora Contexto, 1988. Repensando a Geografia.
- . *João Alfredo: o estadista da Abolição*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1988. Abolição, v.2.
- . *Área do Sistema Canavieiro*. Recife: SUDENE/PSU/SRE, 1988. Estudos Regionais, 18.
- . *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- . *Usinas de Açúcar e Destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba: agro-indústria canavieira e a produção do espaço*. Mossoró, Rio Grande do Norte: ESAM. Fundação Guimarães Duque, 1988. Coleção Mossoroense, Série C, v. 426.
- . *O Nordeste e a Questão Regional*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- . *O Brasil e a África*. São Paulo: Editora Contexto, 1989. Repensando a Geografia.
- . *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1989. República, v.1.
- . *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1989.
- . *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1989. Série Princípios.
- . *O Brasil e a América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- . *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

DÉCADA DE 1990

- . *O Minério de Tungstênio no Nordeste do Brasil*. Mossoró, Rio Grande do Norte: ESAM. Fundação Guimarães Duque, 1990. Coleção Mossoroense, Série A, n. 40.
- . *Comércio Internacional e Ocupação do Território no Brasil, 1930/1972*. Mossoró, Rio Grande do Norte: ESAM. Fundação Guimarães Duque, 1990. Coleção Mossoroense, Série A, n. 33.
- . *Departamento de Estradas de Rodagem, 40 Anos a Serviço de Pernambuco*. Recife: DER-PE, 1990.
- . *A Agroindústria Canavieira e a Organização do Espaço: contribuição à história das usinas de açúcar de Sergipe*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1990. Coleção Sala de Aula, 15.
- . *O Povo e o Poder*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

. *A Cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Recife: CNPq/CETEM, 1991. Estudos e Documentos, 9.

. *Secretaria da Fazenda: um século de história*. Recife: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, 1991.

. *O Crescimento com Miséria é uma Agressão ao Homem e à Natureza*. Recife: CPRH, 1991.

. *A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1992. Estudos e Pesquisas, 81.

. *Usinas e Destilarias nas Alagoas*. Mossoró, Rio Grande do Norte: ESAM. Fundação Guimarães Duque, 1992. Coleção Mossoroense, Série C, v.779.

. *Uma Geografia para o Século XXI*. Recife: CEPE, 1993.

. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

. *O Sentido da Colonização*. Recife: 20 – 20 Comunicação e Editora, 1994.

. *O Desafio Ecológico: utopia e realidade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

. *A Questão do Território no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC; Recife: IPESPE, 1995. Geografia, Teoria e Realidade, 29.

. *O Território do Sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CCHLA, 1995. Coleção Mossoroense, v. 848.

. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo: Editora Ática, 1995. Guerras e Revoluções Brasileiras.

. *Le Nordest Bresilien*. Les Cahiers D'Outre – Mer, 49. Janvier-Mars 1996.

- . *Globalização & Geografia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- . *As Raízes do Separatismo no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE. 1997.
- . *Considerações Geo-Sociais sobre a Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil*. Recife, 1997. Trabalho Datilografado. (Em colaboração com Sandra Maria Correia de Andrade).
- . *A Geografia e a Questão Social*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.
- . *Pernambuco Imortal: Evolução Histórica e Social de Pernambuco*. Recife: CEPE, 1997.
- . *Brasil: realidade e utopia*. Recife: Criações Ed&Arte, 1998.
- . *Os Descobrimentos Portugueses: Brasil e África*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de História Económica e Social. 1999.
- . *Atualidade de Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 1999.
- . *A Construção da Geografia Brasileira*. Finis terra, XXXIV, Lisboa, 1999.
- . *A Federação Brasileira: Uma Análise Geopolítica e Geo-Social*. São Paulo: Editora Contexto, 1999 – Repensando a Geografia. (Em colaboração com Sandra Maria Correia de Andrade).
- . *A Problemática da Seca*. Recife: Liber Gráfica e Editora, 1999.
- . *Itamaracá, uma Capitania Frustrada*. Recife: FIDEM/ Centro de Estudos de História e Cultura Municipal- CEHM, 1999. Coleção Tempo Municipal.

DÉCADA DE 2000

- . *Joaquim Nabuco: Um Exemplo de Pernambucanidade*. Recife: CEPE. 2000.

- . *A Trajetória do Brasil (de 1500 a 2000) A produção do território; Definição de fronteiras; Região, nação, integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000. Repensando a História do Brasil.
- . *A Cana de Açúcar na Região da Mata Pernambucana - Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas Décadas de 80 e 90: impacto ambiental, socioeconômico e político*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. (Em colaboração com Sandra Maria Correia de Andrade).
- . *Pereira da Costa: O Homem e a Obra*. Recife: CEPE, 2001.
- . *Gilberto Freyre e os Grandes Desafios do Século XX*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- . *Globalização e Identidade Nacional*. Recife: Edições Bagaço, 2002.
- . *O Brasil e a Questão Agrária*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.
- . *Os Italianos no Trópico: Presença Italiana no Norte e Nordeste do Brasil*. Associazione Culturale Italiana del RS. UPF Editora. 8. 2002.
- . *Recife, Uma Trajetória Secular*. Recife: Artelivro, 2003.
- . *Vingt-Un-Rosado*. Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense. Série “B” – Numero 2389 – Abril de 2003.
- . *Formação Territorial e Econômica do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2003.
- . *Pernambuco: Cinco Séculos de Colonização*. João Pessoa, Paraíba: Editora GRAFSET, 2004.
- . *Pernambuco: cinco séculos de colonização*. João Pessoa, Paraíba: Editora GRAFSET, 2004. Livro do Professor – Manual.
- . *José Lins do Rêgo e o Ciclo da Cana-de-Açúcar*. João Pessoa: Editora GRAFSET, 2006.

. *Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade*. Manuel Correia de Andrade (Coordenador). João Pessoa, PB: Editora GRAFSET. 2009. Participantes: Fernando José Câmara Caldas Lins; Flávio Antônio Cabral Sampaio; Lucivânio Jatobá; Manuel Correia de Andrade e Thais de Lourdes Correia de Andrade.

Em muitas dessas publicações, observou-se que as novas edições não eram semelhantes em termos do conteúdo apresentado nas primeiras, o que se deve não apenas pelas atualizações e revisões realizadas a cada nova edição, como pelo fato de que, a cada nova edição, o autor muitas vezes inseria um novo Capítulo ao exemplar, em substituição a um outro já existente. Isso ocorreu, por exemplo no livro *A Terra e o Homem no Nordeste* onde existia o Anexo intitulado ‘As Tentativas de Solução da Questão Agrária’ contendo dois subitens, Os Planos de Colonização: a SUDENE e a CRC e As Tentativas de Organização das Massas Rurais – as Ligas Camponesas e a Sindicalização dos Trabalhadores do Campo. Esse Anexo fazia parte das primeiras edições do livro e, face à situação política que o país estava vivendo, a do regime militar de 1964 foi retirado das edições seguintes, retornando ao livro, posteriormente, já na 4ª edição, em 1980.

Muitas vezes, a reestruturação porque passava uma nova edição de um livro se prendia a várias razões, o momento político que se estava vivendo, como foi salientado, a necessidade de acompanhar as mudanças, as transformações políticas, ambientais e socioeconômicas que estavam ocorrendo no espaço.

Andrade (1999a) salientava em um dos momentos de reflexão quando trabalhava *A Construção da Geografia Brasileira* que,

[...] Ao nosso ver devemos levar em conta que nada se encontra construído de forma definitiva e estática na superfície da Terra, sobretudo no campo do saber. [...] O saber científico está sempre em uma perpétua ebulição, com novas descobertas e novos desafios e, conseqüentemente, novas modificações e sugestões a serem desenvolvidas (ANDRADE, 1999a, p. 21).

Na verdade, esse comportamento demonstrado pelo autor reflete a necessidade de, na medida do possível, se manter a atualização de uma obra. Essa sistemática adotada esteve sempre presente em seus livros.

Finaliza-se esse APÊNDICE 2 com a opinião de Correia (1995) sobre a obra de Andrade, quando enfatizou: “A sua produção científica aponta num esforço

multidisciplinar e, com isso enriquece mais a ciência e aponta a possibilidade de uma elaboração teórica mais complexa para o entendimento da realidade” (CORREIA, 1995, p. 66).

Ele mencionava ainda:

[...] não vemos o autor como alguém que procura enquadrar a realidade num esquema teórico. Mas um cientista inquieto que procurou e procura elaborar a teoria, sem negar as contribuições já produzidas, a partir da dinâmica da realidade (CORREIA, 1995, p. 66).